

ISSN 1888-8763

2017

# Boletim

*da Academia Galega  
da Língua Portuguesa*

Carlos Villar Taboada | Rudesindo Soutelo | Xosé R.  
Freixeiro Mato | Adela Figueroa Panisse | António  
Gil Hernández | Josep J. Conill | Brian F. Head |  
José Manuel Barbosa, José Goris | Ângelo Cristóvão |  
Maria Dovigo, Carlos Durão | José Luís Fontenla  
Rodrigues | Nelson Rodicio Rodicio | Teresa Moure |  
Mário Herrero Valeiro



Academia Galega da  
Língua Portuguesa

*Boletim da  
Academia Galega  
da Língua Portuguesa*

---



Academia Galega da  
Língua Portuguesa

**Presidente da AGLP**

Rudesindo Soutelo

**Conselho de Redação**

**Conselho Científico**

I. Alonso Estraviz (UVi); C. Álvarez Cáccamo (UdC); C. Assunção (UTAD); J. Malaca Casteleiro (ACL); E. Bechara (ABL); Zélia Borges (UMackenzie); P. Borges (FLUL); A. Brito (ULP); R. Brito (Mackenzie); L. Garcia Soto (USC); M<sup>a</sup> C. Henríquez (UVi); Á. Iriarte (UMinho); C. de Mello (UCoimbra); C. Mória (UdC); J. M. Montero Santalha (UVi); I. Morán Cabanas (USC); T. Moure (USC); J. Paz (UVigo); C. Reis (UAb); R. Reis (UVA); J. L. Rodríguez (USC); A. S. da Silva (UCP Braga); C. Taibo (UAM); C. Teasley Severino (UdC); J. Torres (UdC); E. Vieira Ouriques (NETCCON-UFRJ); X. Vilhar (USC); B. Weigert (UEvora).

**Impressão**

Diagramação: Lucía Cobo  
Sacauntos Cooperativa Gráfica  
Rúa do Avío, 11, 15705 Compostela

**Depósito Legal** C-2345/08

**ISSN** 1888-8763

**Secretário da AGLP**

Joám Evans Pim

Maria S. Dovigo, Ernesto Vasques Souza,  
Álvaro Vidal Bouzon, José M. Barbosa,  
António Gil Hernández (Diretor).

**Conselho Assessor**

Ángelo Brea Hernández; Margarida Castro;  
Chrys Chrystello; Henrique Correia; Marcos Crespo; Ângelo Cristóvão; Carlos Durão Rodrigues; Renato Epifânio; Henrique Salles da Fonseca; Luís Gonçalves Blasco; Higinio Martins Estevez; Anabela Mimoso; Mário Afonso Nozeda Ruitinha; Francisco Paradelo Rodríguez; Ramon Reimunde Noreña; Valentim Rodrigues Fa-gim; José R. Rodrigues Fernandez; Concha Rousia; Joám Trillo; Fernando Vazques Corredoira; Xavier Vásquez Freire; Crisanto Veiguela Martins.

**Edita**

Casa da Língua Comum  
Rua de Emílio e Manuel, 3, r/c  
15901. Santiago de Compostela (Galiza)

<http://www.academiagalega.org>

## Conteúdos

Editorial	<i>Aos dez anos da AGLP</i>	<b>7-8</b>
De Johán V. Viqueira	<i>Pela reforma ortográfica</i>	<b>9-10</b>
<b>ESTUDOS</b>		
<b>Deu-la-deu</b> A conjugação do musical e o literário no universo criativo de Rudesindo Soutelo	<i>Carlos Villar-Taboada</i>	<b>13-32</b>
<b>Deu-la-deu</b> Suite para Guitarra (partitura)	<i>Rudesindo Soutelo</i>	<b>33-48</b>
A língua das relações epistolares entre a intelectualidade galega e portuguesa na segunda metade do século XX	<i>Xosé Ramón Freixeiro Mato</i>	<b>49-68</b>
<b>Rosalía de Castro</b> Escritora ambientalista e feminista	<i>Adela Figueroa Panisse</i>	<b>69-89</b>
<b>Johan Vicente Viqueira</b> e a Comunidade Lusófona da Galiza (I)	<i>António Gil Hernández</i>	<b>91-124</b>
Extraterritorialidade literária e minorização linguística. Uma reflexão valenciana (I)	<i>Josep J. Conill</i>	<b>125-145</b>
Falhas no tratamento do árabe e da sua relação com o galego-português	<i>Brian F. Head</i>	<b>147-153</b>
O acordar do João BD	<i>José M. Barbosa / José M. Goris</i>	<b>155-181</b>

## INSTITUIÇÃO

Atividades da AGLP no ano 2017	<i>Ângelo Cristóvão, Secretário da AGLP</i>	<b>185-188</b>
Fotografias relativas a diversas atividades		<b>189-192</b>
<b>Academia Galega da Língua Portuguesa - AGLP</b> Dez anos de caminhada: alguns dados	<i>Maria Dovigo / Carlos Durão, académicos</i>	<b>193-208</b>
<b>A Lusofonia</b> e os acordos ortográficos	<i>José Luís Fontenla Rodrigues</i>	<b>209-220</b>
Documento notarial pelo qual José Luís Fontenla faz doação da sua Biblioteca à Fundação AGLP		<b>221-234</b>
A gestão do <b>Acordo Ortográfico</b>	<i>Ângelo Cristóvão</i>	<b>235-242</b>
Identidades aracnídeas e verdades incômodas. Discurso de ingresso na AGLP	<i>Teresa Moure</i>	<b>243-259</b>
Resposta ao discurso de receção da académica Teresa Moure Pereiro	<i>Mário Herrero Valeiro, académico</i>	<b>261-264</b>
V Congresso da Cidadania Lusófona. Liberdades de circulação e outras liberdades ...	<i>Maria Dovigo, académica</i>	<b>265-268</b>

## PUBLICAÇÕES

<i>Um elefante no armário</i> Teresa Moure	<i>Rebeca Baceiredo</i>	<b>271-278</b>
<i>A imagem da Galiza em Portugal. De João de Redondela a Os galegos são os nossos irmãos</i> Carlos Pazos Justo	<i>Xurxo Carvalhido</i>	<b>279-282</b>
<i>A imagem de Portugal na Galiza</i> Carlos Quiroga	<i>Xurxo Carvalhido</i>	<b>283-288</b>
<i>Ernesto Guerra Da Cal. Do exílio a galego universal.</i> Joel R. Gómez	<i>Maria Isabel Morán Cabanas</i>	<b>289-293</b>
<i>Prisciliano, um cristão livre. O seu eco na cultura galaico-portuguesa</i> Victorino Pérez Prieto	<i>Roi Vales da Oliveira</i>	<b>295-303</b>

## Editorial

**E**ste volume décimo do *Boletim da Academia Galega da Língua Portuguesa*, correspondente ao ano 2017, sai do prelo, cumpridos os dez anos da constituição e solene inauguração da ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA, naqueles passos iniciais, como secção da ASSOCIAÇÃO CULTURAL PRÓ-AGLP.

Foi longo o percurso e não isento de obstáculos até o estado atual em que se acha a Academia.

Era o 6 de outubro de 2008. Rer ler hoje a crónica e os textos pronunciados naquela inauguração, como o da académica Concha Roussia, resulta alentador:

A mim surpreendeu-me ver aquele homem de fato preto, camisa branca e laço de perfeito nó, que até me fez pensar num amigo que hoje não podia estar presente. O homem estava lá perto da entrada de São Domingos de Bonaval, sob uma chuva que não molhava seu incombustível cigarro. [...]

Ele reparou em que eu o via, e disse-me que estava já para entrar, que saíra apenas para ver a gente chegar, como nas romarias dalgum tempo ... [...]

Entramos, ele foi-se colocar lá à direita da coroa justo detrás do lugar que ia ocupar Martinho, o presidente da AGLP. E lá, de olhos bem abertos, permaneceu enquanto Martinho pronunciava o seu breve e intenso discurso para mostrar os devidos respeito aos nossos antepassados; depois vi como fechava o seu imortal olhar quando soou a música de Eduardo Baamonde, Servando Barreiro e José Luís do Pico ...

Aquele dia, glorioso, foi pleno de atos, discursos e promessas pela parte de galegos, portugueses, brasileiros, lusoafricanos: João Craveirinha, Malaca Casteleiro, Artur Anselmo, Carlos Reis, Evanildo Bechara, Xoán Antón Pérez-Lema, José Martinho ...

Atrás das intervenções da manhã veio a pausa para o café, os saúdos aos presentes, os apertos de mãos, as trocas de endereços eletrónicos, os cartões ... Depois veio o silêncio, um silêncio no que Isabel Rei desenhou com as cordas da sua amiga, a guitarra, a beleza do nosso sonho ... *Deu-la-deu*, a suite para guitarra que Rudesindo Soutelo criou e dedicou à AGLP. As imagens saltavam das cordas, que magicamente tangia a Isabel, para as nossas mentes ...

Acabou a inauguração na noite de aquele 6 de outubro e começou, na realidade continuou o bom fazer dos membros da AGLP:

Uma breve elaboração de léxico da Galiza a ser integrado nos dicionários da Lusofonia, apresentado na ACL, a colaboração com a ABL, o início de Anexos ao Boletim da AGLP, a publicação online e em suporte papel do Dicionário Estraviz, a legalização da Fundação AGLP, marca aliás previamente inscrita na República portuguesa e no reino de Espanha, o contributo que conseguiu a aprovação da Lei Paz-Andrade no parlamento galego e por unanimidade, ... para coroar, por agora, esses labores académicos com a categoria da Fundação AGLP como Observador Consultivo da CPLP em 20 de julho de 2017.

Uma sequência de trabalhos que cada vez mais reclamam mais meios, colaboradores e dedicação.

Neste volume recordamos aquela data em particular com dous textos. O primeiro abre a secção ESTUDOS; o professor na Universidad de Valhadolid, Carlos Villar Taboada, analisa intensamente a *Suite Deu-la-Deu*, de Rudesindo Soutelo, hoje presidente da AGLP, peça que também abriu solene o começo das atividades académicas. O último texto, em BD, encerra a secção; é obra do artista gráfico, José Goris, que sobrevoa os hinos e países da Lusofonia.

Se olharmos para trás, como um cento de anos, comprovaremos que já o Johan Vicente Viqueira assinalava o caminho certo para a Galiza e para as gentes galegas na Lusofonia praticante. Cito de Obra seleta, volume 6 da Coleção Clássicos da Galiza:

PELA REFORMA ORTOGRÁFICA [ANT, nº 102 (5 de outubro de 1919), p. 2.]

I.

Tenho uma razão fundamental contra a ortografia fonética: Admitindo-a, apartar-nos-íamos do mundo linguístico inteiro. E ilhar-se é morrer! Nenhuma língua se escreve foneticamente. Sobretudo, ilhar-nos-íamos do português. O galego, *não sendo uma língua irmã do português, mas sim um português, uma forma do português* (como o andaluz do castelhano), tem-se de escrever, pois, como português. Viver no seu seio é viver no mundo, é viver sendo nós próprios!

II.

Escrevendo com a nossa ortografia etimológica (admitida pela nossa Academia), escrevemos quase como em português. Mas esta ortografia é difícil, já que o galego não se ensina na escola. Baseando-se na ortografia etimológica, pode fazer-se uma ortografia popular muito próxima da erudita ou propriamente etimológica e, ademais, prática. [...]

V.

Em resumo: A ortografia fonética é a morte da nossa língua; a ortografia etimológica é a sua vida, cada vez maior. E, pois a derradeira é difícil, cheguemos à solução conciliante que eu proponho.



E como complemento, estoutro artigo publicado também em *A nosa Terra*:

A MINHA GALIZA [ANT, nº 112 (10 de fevereiro de 1920), p. 3-]

I.

Combato eu por uma Galiza de ontem? Sou eu da Galiza que para sempre se esvaiu entre as brêtemas do passado?

*Viver entre recordos é viver entre mortos* diz o nosso Povo! Não, certamente eu não vivo no passado, cheio de requintada melancolia, já que eu arelo preludiar, na minha existência, um futuro melhor e maior!

II.

A minha Galiza não é a que foi; é a que será. Não é a de ontem; é a de amanhã. Se grande foi a nossa História, maior pode surgir o futuro nosso! É a Galiza do porvir, na sua florescente personalidade, a que eu arelo e amo, a Galiza, pedra preciosa de civilização humana!

III.

O amanhã não será como o hoje. Não acai a monotonia à vida criadora; é sempre nova e vária. O passado exalta-se no futuro, renovado, fecundado, como um tema numa sinfonia inesgotável! Ousemos [iniciar] os novos caminhos e, como sorriem ao florir os nossos campos renascentes, aludem-se as nossas almas no alvor miraculoso da nossa essência!

Artigos tirados da edição *Obra seleta* de João Vicente Viqueira, volume sexto dos Clássicos da Galiza que está a publicar a Academia Galega da Língua Portuguesa.

## **Estudos**

---

## Deu-la-deu

A conjunção do musical e o  
literário no universo criativo  
de Rudesindo Soutelo\*

Carlos Villar-Taboada

### Resumo

Rudesindo Soutelo é um músico polifacetado, cuja carreira compositiva se foi revelando cada vez mais importante para o âmbito galego. No percurso da sua trajetória, constata-se a sua valoração da música como um instrumento crítico, que se vale dos procedimentos construtivos que emprega para gerar significados extramusicais. Desde essa focagem, o compositor foi insistentemente ao meio da literatura galego-portuguesa como fonte de inspiração e como maneira de evidenciar a natureza do seu posicionamento ante a cultura e a língua da Galiza. Obra muito representativa de tudo isso é a suite para guitarra *Deu-la-deu* (2008), dedicada à Academia Galega da Língua Portuguesa, que é analisada musicalmente neste artigo depois de expor um breve estado da questão e uma aproximação ao conjunto do repertório compositivo de Soutelo.

### Palavras-chave

Música contemporânea, Galiza, Rudesindo Soutelo, guitarra, *Deu-la-deu*.

### Abstract

Rudesindo Soutelo is a versatile musician, whose compositive career has been showed an increasingly importance among the Galician environment. In the course of his trajectory, he states his appraisal of the music as a critical instrument, which uses the constructive procedures he relies on to generate extramusical meanings. Since this approach, the composer has turned insistently to the Galician-Portuguese literarian circles as a source of inspiration as much as a way to provide evidence of the nature of his stance towards the culture and the language from Galicia. A very representative work of all that is the suite for guitar *Deu-la-deu* (2008), dedicated to the Academia Galega da Língua Portuguesa, which is musically analyzed in this article, after exposing a brief state of the art relating to the researches on Soutelo and an introduction to Soutelo's whole compositive repertoire.

### Key words

Contemporary music, Galicia, Rudesindo Soutelo, guitar, *Deu-la-deu*.

---

\*Agradeço ao compositor Rudesindo Soutelo, e à editorial Arte Tripharia as facilidades para o estudo da sua obra compositiva, assim como pela revisão de alguns dados de tipo biográfico. Igualmente agradeço a gentileza de conceder as permissões para reproduzir os exemplos musicais incluídos neste artigo.

A trajetória musical de Rudesindo Soutelo Fernández (Valdrães, Tui, Ponte Vedra, 1952) foi múltipla pela diversidade de atividades que abarcou desde os anos setenta. Conquanto as suas facetas como compositor, crítico e docente sejam as mais públicas na atualidade, não se devem ignorar outras igualmente substanciais, entre as que se destacam o labor editorial – como fundador da editorial Arte Tripharia, especializada em repertório musical galego e português – e múltiplas tarefas como promotor musical. O seu mundo poético é sumamente atraente pela diversidade de propostas técnicas e referências estéticas que conjuga, simultaneamente num estilo muito pessoal, por um marcado individualismo, independente de grupos e gerações apesar da sua vinculação a entidades como a Associação Galega de Compositores (2002-2006).

Neste artigo demonstrar-se-á o interesse de Soutelo por estabelecer pontes concetuais e ideológicas entre a sua música e a literatura galego-portuguesa e depois desse pórtico iremos debruçar-nos numa das suas obras mais significativas: a guitarrística *Deu-la-deu*, muito eloquente dessa mesma focagem.

Plenamente partícipe da dimensão tecnológica do mundo atual, este músico conta com um *website* próprio, que proporciona informação biográfica importante,<sup>1</sup> e conseguiu ver publicados tanto os seus escritos críticos como as suas partituras, de maneira que a aproximação à sua produção é excecionalmente acessível no contexto da música contemporânea galega.<sup>2</sup> A sua obra apareceu retratada, como acontece com vários dos compositores galegos contemporâneos, por Xoán Manuel Carreira, quem sublinhou a sua militância em posturas ruturistas e inovadoras.<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> Soutelo, Rudesindo (2007-). *Rudesindo Soutelo. Compositor-Composer-Komponist*. Recurso em linha: <http://www.soutelo.eu> [última comprovação: setembro de 2018].

<sup>2</sup> Soutelo, Rudesindo (2005). *O Bardo na Brêtema. Artigos publicados em A Nossa Terra. 2003-2004*. Tui (Pontevedra): Arte Tripharia, coleção “Corpus Musicum Gallæciæ”, AT-CMG-X01; y (2005). *O Bardo na Brêtema. Artigos publicados em A Nossa Terra. 2004-2005*. Tui (Pontevedra): Arte Tripharia, coleção “Corpus Musicum Gallæciæ”, AT-CMG-X02.

<sup>3</sup> Carreira, Xoán Manuel (1979). “Notas preliminares a unha historia da música galega nos séculos XIX e XX”, em: M. Balboa e X.M. Carreira, *150 anos de música galega*. Pontevedra: Publicaciones da Xunta de Galicia, Serie “Arte”, nº 2, pp. 52-53. Uma nova panorâmica no marco da criação musical galega dez anos depois recolhida em: (1988). “Interferencias sobre Carlos López-García”. *Anuario Brigantino*, 11: 211. E redatou a entrada correspondente no dicionário de referencia obrigada na Espanha – com o gafe de inverter os apelidos do músico: (1999). “Fernández Soutelo, Rudesindo”, em: *Diccionario de Música Española e Hispanoamericana* (E. Casares, dir.), Madrid: SGAE, vol. 5, p. 79.

Mais recentemente, podem somar-se outras investigações, centradas em questões relativas à análise técnica e estética de diferentes aspetos da sua produção, onde já se têm evidenciado as referências literárias que explicita frequentemente na sua música.<sup>4</sup>

O conjunto das suas obras é maioritariamente camerístico e exhibe um compromisso explícito com a criação musical galega, desde o qual beligerantemente fustiga a apatia cultural que constata nas instituições públicas, numa linha muito coerente com o que expressa mediante as críticas que publica em diversos meios de imprensa e marcadamente em *A Nossa Terra*, centradas na defesa da criação musical galega contemporânea face à apatia institucional: “*a sensibilidade da maioria das instituições culturais e políticas não alcança a nossa música. Mesmo parece que concorrem entre elas pelo desprezo.*”<sup>5</sup>

Apesar de não constituírem um catálogo demasiado abundante, as suas criações exibem uma grande variedade técnica e estética, que inclui a tradição do atonalismo, a notação aberta e o acaso, elementos minimalistas e a *collage*. Este ecletismo, tamisado por uma atitude vanguardista e provocadora e quase sempre unido a referências relevantes na cultura literária galego-portuguesa, completa o desenho de uma personalidade dotada com uma original voz própria.

### O literário como tópico numa criação musical comprometida

Soutelo seguiu a sua formação musical nos conservatórios de Vigo, Madrid e Schaffhausen (Suíça). Considera-se discípulo de Janos Meszaros em fagote e de Rodolfo Halffter e Agustín González Acilu em composição.<sup>6</sup> A sua inclinação pelo mundo da crítica cristalizou nomeadamente na sua secção “O Bardo na Brêtema” para *A Nossa Terra*.<sup>7</sup>

<sup>4</sup> Villar-Taboada, Carlos (2007). “4.7.-Las recontextualizaciones de Soutelo” e “6.4.-El constructivismo organicista de Soutelo”, em: *Las músicas contemporáneas en Galicia (1975-2000): entorno cultural y estrategias compositivas*. Ann Arbor, Michigan: UMI Press, ProQuest, pp. 260-269 y 632-655; (2010). “Lo literario, lo lúdico y lo crítico: estrategias compositivas e implicaciones semióticas en *Brêtema de Dom Quixote* (2005), de Soutelo”. Em: *Visiones del Quijote en la música del siglo XX* (Begoña Lolo, ed.): Madrid: Centro de Estudios Cervantinos-MICINN, pp. 321-336.

<sup>5</sup> Soutelo, Rudesindo (2005), “A nossa música”. Em *O Bardo na Brêtema. Artigos publicados em A Nossa Terra. 2003-2004*, op. cit., p. 8 [originalmente publicado em *A Nossa Terra*, nº 1096, 18-IX-2003].

<sup>6</sup> Soutelo, Rudesindo (2007), “Abertura”, op. cit.

<sup>7</sup> Que foi publicado em volumes compilatórios: *vid.* nota 2.

Com um forte compromisso pessoal, fundou em 1980 a editorial Arte Tripharia como resposta eficaz e empreendedora perante a generalizada precariedade existente em torno da difusão da música contemporânea na Galiza, motivo pelo qual criou uma coleção especificamente dedicada a compositores galegos, «Corpus Musicum Gallæciæ», onde publica as suas partituras. A esse compromisso pode-se acrescentar o que assumiu na defesa da grafia internacional da língua galega, como fica patente através da sua participação, primeiro na qualidade de membro fundador e mais tarde de presidente da Academia Galega da Língua Portuguesa – à qual também pertence o compositor João Trillo – bem como a sua pertença à Sociedade Portuguesa de Autores (SPA). Nos últimos anos exerceu como professor de História da Cultura e das Artes e de Análise e Técnicas de Composição, no Conservatório de Música Calouste Gulbenkian de Braga; anteriormente foi docente no Conservatório de Música do Porto e professor de Harmonia e Análise na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (Portugal). Em setembro de 2018 aposentou-se da docência.

Rudesindo Soutelo manifestou cedo o seu compromisso com a criação atual, pois implicou-se com várias iniciativas encaminhadas a dinamizar o ambiente musical do seu meio. Em 1972, fundou as Juventudes Musicais de Vigo, que apresentaram publicamente e pela primeira vez na Galiza, num concerto de José Ramón Encinar, em 1972, as ressonâncias musicais de John Cage.<sup>8</sup> Nessa linha, devem lembrar-se o fugaz mas impactante grupo “Letrainæ musica” e o seu movimento “*novo-neo-new-dadá Quadrado de Pi*”, *quer dizer, ‘PiPi’, um movimento irreverente mas fisiologicamente necessário para a saúde do corpo social*”,<sup>9</sup> gestado por Soutelo com Luís Rodrigues Andrade e Xóan Manuel Carreira, em aventura com Enrique X. Macías, Manuel Forcadela e outros colaboradores. Foram obras ou ações do concerto ou *happening* de apresentação ou provocação pública – um autêntico ato subversivo contra a ordem institucional e celebrado na Universidade compostelana –, entre outras, um *Concerto para dois passarinhos de água e grupo de câmara e Tuba mirum* – um “estudo das sonoridades que dá uma tuba cheia de auga con

<sup>8</sup> Soutelo, Rudesindo (2005). “Habemus Dadam”. *A Nossa Terra*, nº 1173 (28/IV/2005); recolhido em: *O Bardo na Brêtema (2004-2005)*, op. cit., pp. 64-65.

<sup>9</sup> Aparece um detalhado relato da génese e apresentação pública do coletivo Letrainæ Musica e a orientação de *Quadrado de Pi* em: Soutelo, Rudesindo (2005). “Quadrado de Pi”. *A Nossa Terra*, nº 1174 (5/V/2005); recolhido em: *O Bardo na Brêtema (2004-2005)*, op. cit., p. 66.

xabrón ... mentres vai producindo xigantescas pompas”<sup>10</sup>. As performances “pipiístas” eram herdeiras do espírito Fluxus e ZAJ que Soutelo pôde conhecer em Madrid no início dos setenta. Em 1979, extintas estas atividades, depois da restauração da democracia, Carreira avaliou a fase inicial da sua produção como caracterizada por “unha preocupación crecente pelo material – o que o levou a estudar varios instrumentos – e pela técnica constructiva”.<sup>11</sup>

Numa primeira etapa, Soutelo empregou meios como a indeterminação – em *Sequências*<sup>12</sup> e *Música incompleta* – e o gestual – nos gemidos de *Oração pelo homem que assassinaram*. A pianística *Música incompleta* (1972), dedicada «a quem puder interessar-lhe», é uma composição representativa da linguagem inicial e muito ruturista com o seu meio, já que é das primeiras obras galegas que claramente abandonam a tonalidade e uma peça pioneira no recurso à indeterminação na Galiza. Mediante uma grafia não convencional (usa trigrama em vez de pentagrama) e umas sucintas instruções prévias, a partitura procura diversificar as suas realizações sonoras possíveis: o intérprete pode eleger como a ler (com que instrumento, em que clave, em que direção e em que registo) e também pode fixar as durações e as dinâmicas, numa ótica tipicamente indeterminada,<sup>13</sup> com ingredientes tanto de música flexível como de música aberta,<sup>14</sup> mais próximo da música da casualidade da Escola de Nova Iorque que da música aleatória europeia, pela forma como o compositor renuncia a controlar o resultado da obra.

Também YX-XOY-YC «*Ponto de arroz menos um*», op. 7 (1974), em dois andamentos, pertence ao experimentalismo inicial. Apresentada com a aparência de um *collage* musical – inclusive fazem-se constar obras e compositores da grande tradição – destaca pelo fragmentário do seu discurso,

<sup>10</sup> Carreira, Xoán Manuel (1979), *op. cit.*, p. 52. Em consonância com o espírito “pipiísta”, a obra não chegou a estreitar-se ... por não comparecer o instrumento (cfr. Rudesindo Soutelo (2005), *op. cit.*, p. 67).

<sup>11</sup> Carreira, Xoán Manuel (1979), *op. cit.*, pp. 52-53.

<sup>12</sup> Soutelo, Rudesindo (2009 [1971]). *Sequências*. Tui (Pontevedra): Arte Tripharia, coleção “Corpus Musicum Gallæciæ”, AT-CMG.052.

<sup>13</sup> Rudesindo Soutelo (1984). “Música incompleta”, em: *Música incompleta*, op. 4. YX-XOY-YC, op. 7. *Oestrymnia*, op. 8. *Retrato duma moza na conversa*, op. 11. *Teima*, op. 14. Madrid: Arte Tripharia, colección “Ars Viva” nº 2. Existe uma edição revisada, que inclui ainda *Prelúdio da Montanha Mágica* (1996): Soutelo, Rudesindo (2000). *Álbum de Piano*. Tui (Pontevedra): Arte Tripharia, coleção “Corpus Musicum Gallæciæ”, AT-CMG.034.

<sup>14</sup> Marco, Tomás (1970). *Música española de vanguardia*. Madrid: Guadarrama, coleção “Punto Omega”, 97, pp. 124 e ss.

onde cada compasso se converte numa unidade diferenciada, com significado autónomo; não se trata de citações, mas antes de lembranças mínimas, fragmentárias, derivadas daquelas obras, eloquentes de um interesse reflexivo sobre a percepção da temporalidade musical: os fragmentos, arrebatados do seu contexto, mostram-se desprovidos da sua semanticidade original, como contrações metonímicas dos múltiplos tempos da lembrança.

*Oestrymnia*, op. 8 (1975) manifesta uma preocupação por elaborar um discurso mais contínuo. A sua harmonia atonal baseia-se na repetição de sonoridades com frequência saturadas cromaticamente e na construção de sequências simétricas, táticas que permanecem em composições posteriores. Deste modo, em *Retrato duma moça na conversa*, op. 11 (1981), também obra para piano, a articulação baseia-se em opor ambas as mãos propondo uma melodia modal, ternária, de cor folclorista na direita, em frente a outra ideia, percussiva, atonal, de ritmo binário e sem conotações referenciais, na esquerda. Uma ampliação do discurso e uma mudança na orientação estilística ficam confirmadas em *Teima*, op. 14 (1983), estruturalmente mais conciliadora com a tradição. A sua extensão ao longo de doze segmentos em forma de variações (onde o último reutiliza o inicial) demonstra uns princípios técnicos que se afastam do imediatismo intuitivo da produção anterior, como o desenvolvimento motivico e a escritura contrapontística.

A mudança de orientação que significou *Teima* provocou, não obstante – apesar de composições próximas no tempo como *23(23/8)8* (1984), para violino e fagote, *Feitiço* (1984), para trio de cordas, ou *Noitecer em Verona* (1985), para fagote e contra-fagote – uma etapa de silêncio criativo unicamente interrompida por uma peça destinada à didática pianística, *Helen, 5 peças breves em posição fixa* (1992). Só em meados de noventa, com as obras pianísticas *Prelúdio da Montanha Mágica* (1996), alusiva ao romance de Thomas Mann, e sobretudo, *Oppius dei* (1997), Soutelo retomou a atividade compositiva. Parece evidente que houve um processo de profunda reflexão ao examinar a natureza das novas criações, extensas em duração, bem estruturadas, com frequência em vários andamentos diferentes, e ordenadas com uma linguagem pessoal capaz de combinar recursos repetitivos do minimalismo com harmonias pantonais, quase sempre tingidos de giros humorísticos e críticos que constituem os seus traços típicos.



Uma obra singularmente representativa desta segunda etapa é *Oppius dei: quadros duma máfia musical espanhola* (1997), para piano. Concilia o inflamado espírito irónico dos anos setenta com a lógica construtiva da sua linguagem posterior aos anos oitenta. O ponto de partida extramusical, claramente exposto no «Prólogo» que antecede a partitura, é a visão pessoal de Soutelo sobre o funcionamento do meio musical contemporâneo em Espanha, onde denuncia comportamentos das instituições públicas que ele reprova e que os identifica em Tomás Marco. Tal argumento organiza e explica a composição, que articula como uma dramatização musical de uma dúzia de «quadros» aludidos no título.<sup>15</sup> Soutelo representa musicalmente a sua denúncia desde uma perspetiva satírica, de modo que recorre a estilos do passado mediante citações ou alusões e consegue a caricatura musical graças à deformação harmónica, melódica e rítmica, numa transgressão da norma tradicional que procura refletir o pouco sentido com que, para o compositor, agem as instituições musicais espanholas.

O interesse pelo literário também se manifesta em *Lábios de sabor a mar* (1998), para coro misto<sup>16</sup>, onde o compositor, em modo de *Derradeira epístola* (como intitulou a peça) a um ser querido, escreveu um texto e uma música inspirada no modelo barroco poético-musical de lamentação. Como se demonstrará, trata-se de um modelo musical importante para a composição analisada neste trabalho.

Posteriormente, a militância ideológica do músico evidenciou-se através de várias criações ligadas à literatura galego-portuguesa. Por exemplo, o trio de madeiras *Como a noite é longa. Homenagem a Fernando Pessoa* (1999)<sup>17</sup> contempla essa poesia do autor português como uma amostra de ordem e cálculo, paradigma em que se inspira para construir uns desenhos sonoros que consistem em jogos matemáticos de aparência automatizada: retrogradações de grandes secções, simetrias melódicas, contrapontos complexos, ou geração de desfaseamentos rítmicos progressivos, entre outros. Tal como noutras

<sup>15</sup> Soutelo, Rudesindo (1997), “Prólogo”, em: *Oppius dei. Quadros duma máfia musical espanhola*, Madrid: Arte Tripharia, coleção “Corpus Musicum Gallæciæ”, AT-CMG.007, p. 3, reproduzido em Rudesindo Soutelo (2007), “Contraponto”, em: *Rudesindo Soutelo. Compositor-Composers-Komponist, ibid.*

<sup>16</sup> Soutelo, Rudesindo. “Lábios de sabor a mar”. Em: *Álbum de Coro*. Tui (Pontevedra): Arte Tripharia, 2006, coleção “Corpus Musicum Gallæciæ” AT-CMG.040D1. ISMN: M-3501-0163-2.

<sup>17</sup> Soutelo, Rudesindo (2001 [1999]). *Como a noite é longa. Homenagem a Fernando Pessoa*. Tui (Pontevedra): Arte Tripharia, coleção “Corpus Musicum Gallæciæ”, AT-CMG.0025.

composições da época mais recente, o vocabulário harmónico e técnico aposta numa ambiguidade onde convivem a tonalidade convencional, a prevalência melódica, as simetrias e o contraponto imitativo junto a sonoridades atonais, assimetrias rítmicas e deformações cadenciais, num conjunto consequentemente dissonante e expressivo.

Durante esses anos, Soutelo combinou, em simultâneo, propostas como as antes comentadas com outras abertamente conciliadoras com a música tradicional galega, mas igualmente ligadas à literatura, segundo fica evidenciado em duas obras para duos de gaitas. A escolha musical de um modelo tão representativo da cultura galega respondia musicalmente ao galeguismo literário das personagens a quem foram dedicadas, os escritores Raimundo García Domínguez “Borobó” (1916-2003) – jornalista destacado em *La Noche* e *El Correo Gallego* depois de uma significada militância esquerdista – e “Manuel Maria” Fernández Teixeira (1929-2004) – poeta da “Escola da Tebra” e impulsor do nacionalismo político galego no final do franquismo – respetivamente homenageados em *Borobó* (1999), para gaitas em sib, e *Manuel Maria* (2000)<sup>18</sup>, para gaitas em dó e sib. Embora aparentemente estas obras exibam traços próximos ao repertório folclórico, o emprego pelo compositor de técnicas repetitivas aproxima-as do minimalismo e revalida o recurso à tradição popular como inspiração na atualidade. Além disso, novamente, evidencia o interesse de Rudesindo Soutelo por sugerir correspondências entre a música e a literatura da cultura galego-portuguesa.

Um análogo interesse por ligar a música e a literatura está presente em *Tálamo e túmulo. Homenagem a Ricardo Carvalho Calero* (2000), para orquestra de cordas<sup>19</sup>. O linguista homenageado foi o principal defensor do reintegracionismo e uma figura de notável significado no galeguismo. Os três andamentos da composição inspiram-se em poemas de Carvalho Calero dos que, tal como em *Como a noite é longa*, Soutelo utiliza um verso para extrair os títulos. Volta a encontrar-se aqui uma composição

<sup>18</sup> Ambas obras foram objeto de uma publicação conjunta: Rudesindo Soutelo (2001 [1999, 2000]), *Borobó. Manuel Maria. Dúos de Gaitas de fole*. Tui (Pontevedra): Arte Tripharia, coleção “Corpus Musicum Gallæciæ”, AT-CMG.0009.

<sup>19</sup> Soutelo, Rudesindo (2002 [2000]). *Tálamo e túmulo. Homenagem a Ricardo Carvalho Calero*. Tui (Pontevedra): Arte Tripharia, “Corpus Musicum Gallæciæ”, AT-CM.013. A homenagem, desta vez, foi a um literato galego adail na defesa da tendência reintegracionista durante a controvérsia dos anos oitenta em torno da normatização ortográfica do galego.

extensa, com uma harmonia pantonal transida de influências minimalistas. Os três andamentos articulam-se em formas fechadas, preferencialmente simétricas (em arco), harmonicamente tendentes ao estatismo – graças ao uso de notas pedais e *ostinati* – e com maior densidade nas partes centrais.

*Quod nihil scitur. Homenagem a Francisco Sanchez «o cético»* (2003),<sup>20</sup> para órgão, é outra extensa composição, que rende a sua homenagem ao médico e filósofo citado no próprio título transladando a sua metodologia de conhecimento – a dúvida metódica – à linguagem musical. Desta forma, a obra torna-se uma revisão das possibilidades construtivas dos diferentes parâmetros da música.

Por sua parte, *Brêtema de Dom Quixote* data de 2005, em inequívoca coincidência com a celebração do quarto centenário de *El ingenioso hidalgo Don Quijote de La Mancha* cervantino. Demonstra que a literatura também fornece algo mais que uma referência ideológica, pois, segundo o próprio compositor veio a declarar,<sup>21</sup> tomou aqui a contradição entre a rebuscada loucura e o inteligível bom juízo de dom Quixote como princípio construtivo básico sobre o que traçar um encadeamento sucessivo de estratos de significados. Com uma proposta diferente mas afim ao exibido nesta composição, já analisada<sup>22</sup>, pode entender-se *Deu-la-deu*, como se mostrará.

Noutras ocasiões, o literário é tomado ao pé da letra: nas obras didáticas *Alva* (2006)<sup>23</sup>, para violino, *André* (2006)<sup>24</sup>, para piano, ou *Saraquel* (2007)<sup>25</sup>, para dois violinos, dedicadas a jovens aprendizes de música, Soutelo emprega

---

Soutelo vem assumindo a grafia internacional nos seus escritos, como se reflete nas citações recolhidas neste texto ou nos títulos das suas composições. O seu compromisso com esse posicionamento é confirmado pela sua participação na génese da Academia Galega da Língua Portuguesa, já apontada.

<sup>20</sup> Soutelo, Rudesindo (2003). *Quod nihil scitur. Homenagem a Francisco Sanchez 'o Céptico'*. Tui (Pontevedra): Arte Tripharia, coleção “Corpus Musicum Gallæciæ”, AT-CMG.031.

<sup>21</sup> Soutelo, Rudesindo. “Brêtema de Dom Quixote”. Em: *O Bardo na Brêtema. Artigos publicados em A Nossa Terra: 2004-2005*, op. cit., p. 82 [originalmente publicado em: *A Nossa Terra*, n. 1182, 30/VI/2005].

<sup>22</sup> Villar-Taboada, Carlos (2010). “Lo literario, lo lúdico y lo crítico: estrategias compositivas e implicaciones semióticas en *Brêtema de Dom Quixote* (2005), de Soutelo” ..., op. cit.

<sup>23</sup> Soutelo, Rudesindo (2006). *Alva: 4 peças na 1ª posição*. Tui (Pontevedra): Arte Tripharia, coleção “Corpus Musicum Gallæciæ”, AT-CMG.043.

<sup>24</sup> Soutelo, Rudesindo (2006). *André: 5 peças fáceis*. Tui (Pontevedra): Arte Tripharia, coleção “Corpus Musicum Gallæciæ”, AT-CMG.039.

<sup>25</sup> Soutelo, Rudesindo (2007). *Saraquel: três quadros para 2 violinos na 1ª posição*. Tui (Pontevedra): Arte Tripharia, coleção “Corpus Musicum Gallæciæ”, AT-CMG.045.

números onomásticos (derivados dos nomes dos destinatários, dos familiares e do compositor) ou derivados das datas de nascimento para definir a quantidade de secções, os tipos de compassos e outros aspetos das composições, de maneira que, como se de jogos lógicos se tratasse, faz uma piscadela de olhos ao mundo lúdico dos dedicatórios infantis das peças.<sup>26</sup>

Jogos análogos de tipo simbólico-numérico, além de narrativo, podem-se encontrar no quinteto de madeiras *O corvo de la liberdade: A vontade que desafiou Deus (Homenagem a Miguel Torga)* (2007)<sup>27</sup>, onde 5 instrumentos (número de ‘Torga’) interpretam 6 secções (número de ‘Miguel’), para fazer esta tradução musical de um conto (‘Vicente’) do homenageado, o português Adolfo Correia da Rocha que tomou o nome do seu heterónimo de Cervantes, Unamuno e o cantor de *coplas* Miguel de Molina, evidenciando o seu iberismo.

As tarefas criativas de Soutelo prosseguiram em 2008 com *Minho azul. Um passeio no Cabo Fradera*, para banda sinfónica<sup>28</sup>, e *Deu-la-deu, suite para guitarra*<sup>29</sup>, em cinco andamentos, dedicada à Academia Galega da Língua Portuguesa (AGLP). Salvo na primeira destas, Soutelo fez questão das sonoridades camerísticas ou *a solo*. Tanto estas como outras composições mais recentes compartilham uma preferência por estender a duração (entre quinze e vinte minutos) e por ordenar o discurso musical em vários andamentos sucessivos coesos com princípios organizativos comuns. Tal acontece na clarinetística *O anel de Gíges* (2011) e no duo de violetas *Violetas pr’a 2* (2012).

<sup>26</sup> Cfr. Soutelo, Rudesindo (2007). “Contraponto”, em: *Rudesindo Soutelo. Compositor ...*

<sup>27</sup> Soutelo, Rudesindo (2007). *O corvo da liberdade: A vontade que desafiou Deus (Homenagem a Miguel Torga)*. Tui (Pontevedra): Arte Tripharia, coleção “Corpus Musicum Gallæciæ”, AT-CMG.044.

<sup>28</sup> Soutelo, Rudesindo (2008). *Minho azul: Um passeio no Cabo Fradera*. Tui (Pontevedra): Arte Tripharia, coleção “Corpus Musicum Gallæciæ”, AT-CMG.046.

<sup>29</sup> Soutelo, Rudesindo (2008). *Deu-la-deu: Suite para guitarra*. Tui (Pontevedra): Arte Tripharia, coleção “Corpus Musicum Gallæciæ”, AT-CMG.048.

## A suite para guitarra *Deu-la-deu* (2008) e a AGLP

Em boa medida, *Deu-la-deu* pode ler-se como uma culminação nessa linha constante na criação de Soutelo que supôs o fiar de piscares de olhos e analogias entre a literatura e a música. Isso foi conseguido atuando sobre vários planos de significado ao mesmo tempo, de uma maneira próxima da que antes tinha proposto na obra pianística *Brêtemas de Dom Quixote* (2005). São vários motivos: Primeiro, porque está dedicada à Academia Galega da Língua Portuguesa: uma instituição integrada por estudiosos que procura, segundo as suas normas de regime interno, defender a língua portuguesa na Galiza e promover os intercâmbios culturais da Galiza com o resto da Lusofonia, entendendo como uma realidade cultural o sistema linguístico galego-português. De facto, a sua estreia, interpretada pela guitarrista Isabel Rei, “uma apaixonada leitora [...], extraordinária guitarrista”<sup>30</sup>, também membro numerário da AGLP, aconteceu a 6 de outubro de 2008, na sessão inaugural da AGLP, realizada no Centro Galego de Arte Contemporânea, de Santiago de Compostela. Segundo, porque apela a uma passagem de natureza lendária da história comum galego-portuguesa resumida na figura de Deu-la-deu, heroína de quem deriva o título da *suite* e cuja história explicar-se-á a seguir. Terceiro, porque os cinco andamentos da composição respondem a outros tantos momentos do episódio aludido, porém de uma perspetiva não tanto programática ou descritiva quanto evocativa, já que o que a música produz “evidentemente, são mensagens subjetivas, emocionais”<sup>31</sup>: 1. Assédio à fortaleza, 2. A fome impinge à rendição, 3. Oferta de pães ao inimigo, 4. Desistência do cerco e 5. Triunfo incruento da estratégia. Quarto, porque esta história simboliza o ancestral das ligações fraternais entre a Galiza e Portugal, aí por receber ambas a traição castelhana, hoje por compartilharem um mesmo tronco linguístico e cultural, como parte da Lusofonia. Quinto, porque equipara a heroicidade medieval de Deu-la-deu, com a de galegos e portugueses contra o império napoleónico no século XIX e com a da AGLP, já num plano só cultural e não bélico, hoje em dia, na sua defesa da língua comum da Lusofonia na Galiza.

<sup>30</sup> Soutelo, Rudesindo (2005). “O fio das lealdades”. Em: *O Bardo na Brêtema. Artigos publicados em A Nossa Terra: 2004-2005*, op. cit., p. 61 [originalmente publicado em *A Nossa Terra*, nº 1139, 29-VII-2004].

<sup>31</sup> Soutelo, Rudesindo (2005). “Linguagem musical”. Em: *O Bardo na Brêtema. Artigos publicados em A Nossa Terra. 2003-2004*, op. cit., p. 22 [originalmente publicado em *A Nossa Terra*, nº 1108, 11-XII-2003].

Na focagem de Soutelo, o título evidencia uma primeira ação poética, que responde a um universo semântico particular: “é uma parte fundamental de toda a obra criativa. É a chave para descodificar a mensagem. Também é reclame para interessar os potenciais utentes. O título é a porta de entrada a um mundo criado, não engendrado, na imaginação do seu autor”<sup>32</sup>. Neste caso, no seu *website* oferece a sua síntese sobre a história a partir da que nasce a obra, que decorreu no contexto da guerra entre Enrique II de Castela e Fernando I de Portugal, quando, em 1371, Pedro Ruiz Sarmiento, no seu ataque a Portugal, assediou a fortaleza de Monção aproveitando a ausência do seu capitão, Vasco Gomes de Abreu. A mulher deste assumiu a liderança e, ante a escassez de recursos causada pelo assédio, optou pela astúcia: mandou fazer pães com a última farinha que ficava e atirou-os desde o alto da muralha aos sitiadores, argumentando que, depois de tanto tempo de sítio, poderiam precisar de alimentos. Os castelhanos, ante essa exibição de riqueza, julgaram ineficaz o seu cerco, desmoralizaram-se e partiram embora. Desde então, vários monumentos e o escudo da cidade lembram esta heroína: Deu-la-deu Martins. Esta história lendária serve a Soutelo para estabelecer a sua visão sobre o que a partir deste ponto se pode derivar para épocas mais recentes:<sup>33</sup>

A fortaleza da língua e cultura galegas foi sitiada durante séculos. A fome levou alguns à rendição. Surge uma nova Deu-la-deu, a Academia Galega da Língua Portuguesa, a oferecer pães ao inimigo do alto das muralhas. Será que o inimigo desiste? Ecoa o Hino da Guerra contra o invasor francês, quando portugueses e galegos lutavam no mesmo bando – lembremos que o acontecimento que desencadeia a primeira insurreição declarada contra Napoleão em Portugal ocorre na tarde do dia 6 de Junho de 1808, quando o general Domingos Belestá, no comando das tropas galegas, prende no Porto, por ordem da Junta Revolucionária da Galiza, o general francês Quesnel, corregedor-mor nomeado por Junot – e, após um diálogo reintegrador, os povos abraçam-se na língua comum do aquém e além Minho.

O argumento histórico-literário serve como detonante da proposta da articulação musical, gerando um princípio de tensão e distensão, que é a

<sup>32</sup> Soutelo, Rudesindo (2005). “Se se põe a tiro ...”. Em *O Bardo na Brêtema. Artigos publicados em A Nossa Terra. 2003-2004*, op. cit., p. 31 [originalmente publicado em *A Nossa Terra*, nº 1114, 29-I-2004].

<sup>33</sup> Soutelo, Rudesindo (2005). “Linguagem musical”, *ibid.*

base de toda a música segundo Soutelo<sup>34</sup>. Ao mesmo tempo, permite tomar certos elementos sonoros com uma especial ênfase (como intervalos e acordes de quintas vazias, quartas paralelas), já que se vinculam à época aludida. Globalmente, os quatro primeiros andamentos caracterizam-se por uma forte tensão, que em cada final tende a solucionar-se parcialmente, mas só se resolve na conclusão do último andamento mediante uma citação que põe em evidência o sentido dos anteriores.

O andamento inicial, “Assédio à fortaleza”, estende-se durante 56 compassos de 9/8, com metrônomo de 60 semínimas pontuadas por minuto. O seu impulso principal consiste na oposição de duas ideias contrapostas: uma acordal, apresentada regularmente ao começo em segmentos de quatro compassos de duração, e outra, mais desenvolvida melodicamente, com uma periodicidade análoga que facilita a repetição em oitavas diferentes. Essa oposição reflete-se em vários contextos harmónicos diferentes, mas geralmente o motivo acordal define-se diatonicamente, enquanto o melódico tem um perfil tendente ao cromático, como se aprecia no exemplo 1.



**Exemplo 1:** Excerto (cc. 24,2-29,2) de “1. Assédio à fortaleza”

© 2008 by Rudesindo Soutelo. Reproduzido com autorização de Arte Tripharia, Tui (Galiza)

O âmbito dinâmico é médio, em torno a um *piano sonoro e expressivo* (c. 1) que alcança pontualmente *forte* para marcar mudanças de articulação (cc. 19, 24, 45, 48, 52-56), que são reforçadas, por sua vez, pela flexibilização do tempo em tais pontos mediante *ritardandi* e *accelerandi* de reduzida duração, mas efetivos para marcar os trânsitos entre as diversas passagens. Um papel marcador equivalente é desempenhado pelo timbre, já que a indicação *duro e metálico* com que se pontuam as terminações melódicas ocasionalmente é sublinhado mediante o uso, apenas numa nota (que assim é destacada), do *pizzicato* Bartók, muito efetivo pelo seletivo do seu emprego (cc. 22 e 54).

<sup>34</sup> *Ibid.*

A peça organiza-se conforme um esquema ternário, em arco, onde a breve secção central (cc. 33-40) funciona como síntese rítmica entre as duas ideias iniciais e onde a diversidade harmónica imperante (que produz a tensão) unicamente se resolve com a definição harmónica tonal final, em cadência perfeita sobre *mi* menor. Este plano harmónico com tensões, que só se resolvem na conclusão, repete-se em cada um dos andamentos e, globalmente, o quinto resolve os anteriores.

O segundo andamento, “A fome impinge à rendição”, prolonga-se durante 42 compassos de 7/8, numa pulsação de 80 colcheias por minuto. Baseia o seu poder expressivo no emprego e disposição das dissonâncias, partindo de uma ideia inicial a duas vozes que discorrem de maneira paralela à distância de duas oitavas e um semitom. A diferença de registo é importante porque suaviza o choque harmónico que, não obstante, e como se apontou, constitui um elemento construtivo recorrente na composição. Por outro lado, a linha melódica principal, na voz superior, na primeira ideia em durações de mínimas e semínimas pontuadas e na segunda com pulsação de colcheias (cc. 19 e ss.) consiste num descenso com fortes choques dissonantes que incluem cromatismos: esta apresentação segue a pauta da tipologia barroca do lamento e tanto esta ideia como as dissonâncias paralelas anteriores sugerem uma tensão que, simbolicamente, guarda um paralelismo com o sofrimento da fome entre os sitiados, que não desejam render-se. No exemplo 2 mostram-se dois excertos representativos destas configurações.



**Exemplo 2:** Desenhos do tipo lamento (cc. 5-8 y 19-20) de “2. A fome impinge à rendição”  
©2008 by Rudesindo Soutelo. Reproduzido com autorização de Arte Tripharia, Tui (Galiza)

Embora a dinâmica seja mais neutra e constante – numa categoria que se mantém entre *mezzo piano* e *mezzo forte* –, também nesta peça, onde de novo a simetria nos contornos melódicos globais adquire grande importância,



voltam a encontrar-se usos relevantes para a articulação do timbre, com o uso de harmónicos (cc. 13-18, 31-36).

O andamento central, “Oferta de pães ao inimigo”, em 6/8 com metrónomo de semínima pontuada a 72, é o mais agitado. Os seus 126 compassos, com uma macroestrutura bastante livre, mantêm constante um pulso de semicolcheias com a primeira de cada seis acentuada, de um modo que aproxima muito este discurso de um *perpetuum mobile*, dramaticamente oportuno da perspetiva do episódio histórico aludido: a fortaleza cercada acha-se numa situação angustiosa e Deu-la-deu promove uma medida desesperada. A particularidade do impulso fortemente expressivo deste andamento reside nos desenhos melódicos, que se alternam entre si com configurações diversas (circulares, tremulantes, arpegiadas, pseudoescalísticas) nas que ocupa um papel destacado a repetição de elementos de diversa envergadura (uma nota, um intervalo, ou um desenho de um ou dois compassos). Esta utilização do repetitivo liga-se com o assunto simbólico: retrata uma ideia de obsessão, de preocupação. Mantêm-se características já observadas nos primeiros movimentos, numa confirmação das suas funções: a dinâmica é média (entre *mezzo piano* e *forte*, que só se usa no final), o metro constante (só um *ritardando* ao final), o protagonismo está confiado às dissonâncias melódico-harmónicas e ao plano rítmico, e o timbre usa-se com um fim marcador: aqui só a última nota é especial (um harmónico). Além disso, da perspetiva organizativa da tensão, é muito eloquente o gesto musical do último compasso, tipicamente idiomático na guitarra, incluído no exemplo 3: a peça, sempre rica em dissonâncias, conclui com um arpejo das cordas ao ar, marcado *ritardando* e com a última nota em harmónico.



**Exemplo 3:** Excerto final (cc. 122-126) de “3. Oferta de pães ao inimigo”

©2008 by Rudesindo Soutelo. Reproduzido com autorização de Arte Tripharia, Tui (Galiza)

O mais extenso é o quarto andamento, “Desistência do cerco”, escrito em 63 compassos de 4/4 com a indicação inicial *sempre malincònico e desolato* e

metrónomo lento (semínima a 50). De maneira coerente com o aspeto narrativo da profundidade, retoma ideias musicais precedentes (unidas aos sucessivos momentos da história, segundo se comentou), para “contar” o abandono do sítio à fortaleza. Não se trata de citações exatas, mas antes de alusões, às vezes evidenciadas mediante pequenos gestos, como matizes tímbricos ou expressivos. Assim, do primeiro andamento atualizam-se o motivo acordal inicial com outra harmonia (cc. 1-3) e o motivo melódico -misturado com o de lamentação do segundo- com uma redefinição rítmica, mais o *pizzicato* Bartók (cc. 10.4, 46.4, 52.4) e a indicação *duro metálico* (cc. 6.4, 33.4); do segundo movimento, o desenho melódico tipo lamento, apresentado agora melodicamente (cc. 10-12) e alargado acordalmente (c. 18), mais a utilização de harmónicos, aqui em acordes (cc. 34-35); e, do terceiro, passagens com pulsação de semicolcheia, embora em subdivisão binária e com descontinuidades (cc. 13-15, 49-51, 59-62). O afa por dar uma solução musical (que representaria o fim do sítio) à situação anterior justifica esta revisão dos movimentos anteriores. No exemplo 4 mostra-se uma sucessão de dois destes materiais: a melodia de tipo lamento derivada do segundo andamento e um trecho com pulsação de semicolcheia que apela ao terceiro.



**Exemplo 4:** Excerto (cc. 48-51) de “4. Desistência do cerco”

©2008 by Rudesindo Soutelo. Reproduzido com autorização de Arte Tripharia, Tui (Galiza)

O último andamento, “Triunfo incruento da estratégia”, consiste em 56 compassos de 9/8, com semínima pontuada a 84 pulsações por minuto e uma secção final de 7/4 e semínima a 60. Trata-se de uma peça com um significado marcado, já que narrativamente a história finalizaria no número anterior. Por tratar-se de um “acrescentado” denota uma vontade expressiva enfatizada. Assumir essa proposta comporta envolvimento singularmente significativos quando se atende à sua organização e aos seus materiais. A macroestrutura resolve as tensões iniciais no final da peça, neste caso com uma clara cadência perfeita (V<sup>7</sup>-I) sobre um acorde final de Mi Maior, que dissipa as dúvidas harmónicas presentes durante toda a peça.



**Exemplo 5:** Melodia popular (cc. 7.3-11.1) de “5. Triunfo incruento da estratégia”  
©2008 by Rudesindo Soutelo. Reproduzido com autorização de Arte Tripharia, Tui (Galiza)

Mas, além disso, o feliz final musical desta história está protagonizado por uma apelação ao popular, mediante vários elementos. O primeiro é o gesto tímbrico caraterístico deste quinto movimento: o toque percussivo sobre a caixa da guitarra, com o que começa (*tamburo*, cc. 1-6, 39, 55). O segundo é uma melodia de tipo popular, pelo seu desenho rítmico, o seu âmbito reduzido a uma oitava e seu melodismo cantável, com intervalos conjuntos, alturas repetidas e uma definição claramente modal (em lá menor natural), tal como se apresenta no exemplo 5. O terceiro elemento consiste na ensablagem do hino galego e do hino português, que são citados na secção final (cc. 57-63) de que o exemplo 6 oferece um excerto, hinos que vão “dialogando alternadamente até que no c. 62 se fundem os dois numa irmandade plena e conclusiva./ Esta fusão dos hinos já fora experimentada em *Minho azul*, que utiliza temas de ambas as beiras do rio, mas em *Deu-la-deu* adquire um significado quase apoteótico.”<sup>35</sup>

O hino não é mais uma melodia popular mas um símbolo indetentário de primeira ordem e como tal é empregue aqui, fraternizando o triunfo português de *Deu-la-deu* com os galegos, tal como o próprio compositor, no texto explicativo anteriormente citado, extrapolava ao acontecido em época napoleónica.



**Exemplo 6:** Citação inicial do hino galego (cc. 58-59.1) de “5. Triunfo incruento da estratégia”  
©2008 by Rudesindo Soutelo. Reproduzido com autorização de Arte Tripharia, Tui (Galiza)

<sup>35</sup> Soutelo, Rudesindo. Comunicação pessoal através de correio eletrónico, 2 de janeiro de 2019

Além disso, o hino galego está harmonizado de tal maneira que, mediante a harmonia por terceiras superior, apela para a música tradicional, enquanto com a voz inferior, descendente, se poderia ligar estruturalmente com a ideia de lamentação dos andamentos segundo e quarto, contribuindo assim para a coesão entre todos os andamentos. O triunfo da astúcia e a estratégia, apresentado com harmonia tonal claramente definida e com uns materiais facilmente identificáveis, finda a obra com uma exaltação da identidade e a equiparação consequente do galego ao português e a ambos com a inteligência.

### Conclusão

Tal como ficou demonstrado, a trajetória compositiva de Soutelo descreve uma constante atração pela esfera do literário, de múltiplas perspetivas de leitura, especialmente durante a sua segunda etapa, a partir de 1996. Perseverando numa conceção poética crítica da música, apoia-se em argumentos extramusicais para estruturar um discurso compositivo progressivamente mais amplo, que sustenta mediante analogias de cariz simbólico ou metanarrativas. No seu conjunto, a estética musical de Soutelo não é mimética, mas genuinamente produtora, expressiva. Depois das sendas mais experimentais das primeiras criações, a sua escrita reconcilia-se com a tradição, mas apenas até ao imprescindível para conseguir um discurso de mais extensa duração.

Provas da intenção de retomar a composição e o ativismo musical e cultural nos últimos anos, além das próprias obras, foram a incorporação de Soutelo na Associação Galega de Compositores entre 2002 e 2006 e a sua posterior integração na AGLP. É desse prisma do compromisso artístico militante como se compreende *Deu-la-deu*, uma composição integradora, que soma o galego e o português porque, como o compositor escreveu, “o que diferencia uma língua de outra não são as palavras, senão a música, que gera as estruturas fonéticas e conforma a morfologia e sintaxe de cada idioma”<sup>36</sup>. Talvez *Deu-la-deu* seja assim a música que lembra como não deve existir diferença entre o galego e português.

---

<sup>36</sup> Soutelo, Rudesindo. “Músicas subliminares” in *O Bardo na Brêtema. Artigos publicados em A Nossa Terra.2004-2005*, op. cit., p. 13 [originalmente publicado em *A Nossa Terra*, nº 1145, 7-X-2004].

## Referências

- Balboa, Manuel e Carreira, Xoán Manuel (1979). *150 anos de música galega*. Pontevedra: Publicacións da Xunta de Galicia, Serie “Arte”.
- Carreira, Xoán Manuel (1988). “Interferencias sobre Carlos López-García”. *Anuario Brigantino*, 11, 191-222. Carreira, Xoán Manuel (1999). “Fernández Soutelo, Rudesindo”, en: *Diccionario de Música Española e Hispanoamericana* (E. Casares, dir.), Madrid: SGAE, vol. 5, p. 79.
- López Cobas, Lorena (2013). *História da música en Galicia*. Lugo: Ouvirmos.
- Marco, Tomás (1970). *Música española de vanguardia*. Madrid: Guadarrama, colección “Punto Omega”.
- Soutelo, Rudesindo (2005). *O Bardo na Brêtema. Artigos publicados em A Nossa Terra. 2003-2004*. Tui (Pontevedra): Arte Tripharia, coleção “Corpus Musicum Gallæciæ”, AT-CMG-X01.
- Soutelo, Rudesindo (2005). *O Bardo na Brêtema. Artigos publicados em A Nossa Terra. 2004-2005*. Tui (Pontevedra): Arte Tripharia, coleção “Corpus Musicum Gallæciæ”, AT-CMG-X02.
- Soutelo, Rudesindo (2007-). *Rudesindo Soutelo. Compositor-Composer-Komponist*. Recurso en línea: <http://www.soutelo.eu> [última comprobación: septiembre de 2018].
- Villar-Taboada, Carlos (2007). *Las músicas contemporáneas en Galicia (1975-2000): entorno cultural y estrategias compositivas*. Ann Arbor, Michigan: UMI Press, ProQuest.
- Villar-Taboada, Carlos (2010). “Lo literario, lo lúdico y lo crítico: estrategias compositivas e implicaciones semióticas en *Brêtema de Dom Quixote* (2005), de Soutelo”. Em: *Visiones del Quijote en la música del siglo XX* (Begoña Lolo, ed.): Madrid: Centro de Estudios Cervantinos-MICINN, pp. 321-336.
- Villar-Taboada, Carlos (2011) “A música contemporánea en Galicia”. Em: *Gran Enciclopedia Galega*. Apêndice 2005-2010. Tomo 44 (Ma do Rosario Larrosa San Luis, dir. ed.). A Coruña: Novos Veiros, pp. 180-223.

## Partituras consultadas

- Soutelo, Rudesindo (1997). *Oppius dei. Quadros duma mafia musical espanhola*, Madrid: Arte Tripharia, coleção “Corpus Musicum Gallæciæ”, AT-CMG.007.
- Soutelo, Rudesindo (2000). *Álbum de Piano*. Tui (Pontevedra): Arte Tripharia, coleção “Corpus Musicum Gallæciæ”, AT-CMG.034.
- Soutelo, Rudesindo (2001). *Borobó. Manuel María. Dúos de Gaitas de fole*. Tui (Pontevedra): Arte Tripharia, coleção “Corpus Musicum Gallæciæ”, AT-CMG.0009.

- Soutelo, Rudesindo (2001). *Como a noite é longa. Homenagem a Fernando Pessoa*. Tui (Pontevedra): Arte Tripharia, coleção “Corpus Musicum Gallæciæ”, AT-CMG.0025.
- Soutelo, Rudesindo (2002). *Tálamo e túlumo. Homenagem a Ricardo Carvalho Calero*. Tui (Pontevedra): Arte Tripharia, coleção “Corpus Musicum Gallæciæ”, AT-CM.013.
- Soutelo, Rudesindo (2003). *Quod nihil scitur. Homenagem a Francisco Sánchez “o Céptico”*. Tui (Pontevedra): Arte Tripharia, coleção “Corpus Musicum Gallæciæ”, AT-CMG.031.
- Soutelo, Rudesindo (2006). *Álbum de Coro*. Tui (Pontevedra): Arte Tripharia, 2006, coleção “Corpus Musicum Gallæciæ” AT-CMG.040D.
- Soutelo, Rudesindo (2006). *Alva: 4 peças na 1ª posição*. Tui (Pontevedra): Arte Tripharia, coleção “Corpus Musicum Gallæciæ”, AT-CMG.043.
- Soutelo, Rudesindo (2006). *André: 5 peças fáceis*. Tui (Pontevedra): Arte Tripharia, coleção “Corpus Musicum Gallæciæ”, AT-CMG.039.
- Soutelo, Rudesindo (2007). *O corvo da liberdade: A vontade que desafiou Deus (Homenagem a Miguel Torga)*. Tui (Pontevedra): Arte Tripharia, coleção “Corpus Musicum Gallæciæ”, AT-CMG.044.
- Soutelo, Rudesindo (2008). *Deu-la-deu: Suite para guitarra*. Tui (Pontevedra): Arte Tripharia, coleção “Corpus Musicum Gallæciæ”, AT-CMG.048.
- Soutelo, Rudesindo (2008). *Minho azul: Um passeio no Cabo Fradera*. Tui (Pontevedra): Arte Tripharia, coleção “Corpus Musicum Gallæciæ”, AT-CMG.046.
- Soutelo, Rudesindo (2009). *Sequências*. Tui (Pontevedra): Arte Tripharia, coleção “Corpus Musicum Gallæciæ”, AT-CMG.052.
- Soutelo, Rudesindo (2007). *Saraquel: três quadros para 2 violinos na 1ª posição*. Tui (Pontevedra): Arte Tripharia, coleção “Corpus Musicum Gallæciæ”, AT-CMG.045.

## CARLOS VILLAR-TABOADA

Professor Titular na Universidade de Valladolid. Doutor em Musicologia, Licenciado em História e Ciências da Música (com prémios extraordinários de Licenciatura e Doutorado) e Professor de Piano. Formação analítica nas universidades de Paris IV-Sorbonne (Paris), Columbia University (Nova York) e IRCAM (Paris). Especializado em história, análises e teoria musical do classicismo até atualidade, seus trabalhos de investigação focam-se na música contemporânea espanhola, com ênfases na criação dos compositores galegos, cujo repertório centrou sua tese doutoral. Foi coordenador do Seminário Interdisciplinar de Teoría y Estética de la Música (SITEM, 1999-) e do curso anual *La ópera: un espectáculo (en) vivo* (2006-2011), assim como organizador das *Jornadas de Música y Filosofía: siglos XIX y XX* (1999-2007) e de *Joaquín Rodrigo y la música española* (2003-2007). Dirige as *Jornadas de Investigación Musicológica: siglos XVIII-XXI* (JIMS, 2016-).

À Academia Galega da Língua Portuguesa

# Deu-la-deu

Suite para Guitarra

(Vila Praia de Ancora, 3-IX-2008)

## 1. Assédio à fortaleza

Rudesindo Soutelo

(\* Valdrães, Tui: 29-II-1952)

♩. = 60

*p* sonoro e espressivo

6

11

*mf*

16

*f* *mp* *f* *mp*

*in rit. e accel.* *a tempo* *in rit. e accel.*

*pizz. ronzatore*  
(buzz pizz.)

20

*a tempo* *in rit. e accel.* *a tempo* *in molto rit. e accel.*

*f* *mp* *f* *p* *mp*

23

*accel.* *a tempo* *meno mosso*

*mf* *f* *mp* *sonoro e espress.* *mf*

27

*in tempo* *meno mosso*

*mp* *mf*

Première: 6-X-2008. Centro Galego de Arte Contemporánea (CGAC), Compostela. Sessão inaugural da AGLP. Int.: Isabel Rei.

© 2008 by Rudesindo Soutelo

© 2008 for all countries by Arte Tripharia, Tui (Galiza).

[www.artetripharia.com](http://www.artetripharia.com)

31 *in tempo* *mp* *rit.* *meno mosso* *p*

34

37 *mp*

40 *in tempo* *f* *meno mosso* *mp*

43 *in tempo* *mf* *f* *mf* *f*

46 *meno mosso* *p* *mp* *mf* *a tempo* *f*

49 *mp* *sonoro e espress.* *f* *in rit. e accel.* *mp* *a tempo* *f*

53 *in rit. e accel.* *a tempo* *in molto rit. e accel.* *a tempo* *f* *mf* *(ca. 3')*



## 2. A fome impinge a rendição

$\text{♩} = 80$

*mp* *lamentoso*

5 *mf*

9

12 *mf* *sonoro* 15ma 15ma 15ma VII V IV

15 *p* VII IV *mf* *sonoro* 15ma 15ma 15ma

18 *mp* *rubato e espress.* VII V IV

21

The musical score is written for a single melodic line on a treble clef staff in G major (one sharp). The tempo is marked as 80 beats per minute with a quarter note. The piece is divided into measures, with measure numbers 5, 9, 12, 15, 18, and 21 indicated. The dynamics range from *mp* (mezzo-piano) to *mf* (mezzo-forte) and *p* (piano). The mood is described as *lamentoso* (lamenting) and *rubato e espress.* (rubato and expressive). The score includes various musical notations such as slurs, ties, and ornaments (marked with a circled '1' and '2'). Fingering is indicated by numbers 1, 2, 3, 4, and 5. Chord symbols VII, V, and IV are placed below the staff at measures 12, 15, and 18 respectively. The piece concludes with a double bar line at measure 21.

23 *mp*

25 *p* *lamentoso*

28 *mp*

31 ② *mf* *sonoro* 15ma 15ma 15ma VII V IV *p* ② ④ V

34 ③ 8va 8va 8va VII V III *mf* *sonoro*

37 *mf*

40 *rit.*

(ca. 3'40")

### 3. Oferta de pães ao inimigo

♩. ca. 72

*p*

*mp*

*mf*

*f*

V-----

VI----- VII-----

V----- VIII-----

VI----- V-----

33 IV-----  
 36 V----- VII----- V-----  
 39 VI----- V----- IV-----  
 42 V-----  
 46 I-----  
 49  
 53  
 56  
 60  
 63 V----- VII-----

*mp*  
*mf*  
*p*  
*mp*  
*mf*  
*p*  
*mf*

www.artetripharia.com

66 V----- VI----- V-----

69 IV----- III----- III-----

72 VI----- V-----

75 IV----- I-----

78 V----- VII-----

81 VIII-----

84 VII----- V-----

87

90 II-----

93

*mp*

*mp*

*mp*

*mf*

*mf*

*p*

96 *mf*

99 *mp*

102

105 *p*

108 *mp*

111

114 *mf* V VII V

117 *mp* VI

120 *mf*

123 *f* *rit.*

#### 4. Desistência do cerco

♩ = 50

VI IV II

*mp* sempre malinônico e desolato

4 *mf* (pizz. ronzatore) (buzz pizz.)

7 VII V III

*mp*

10 V (pizz. Bartok) V *p mp*

12 IV *p mp*

14

16 III IV *p mp*

The musical score is written for guitar in 4/8 time. It consists of six staves of music. The first staff begins with a tempo marking of ♩ = 50 and includes chord diagrams for VI, IV, and II. The second staff starts at measure 4 and includes the instruction '(pizz. ronzatore) (buzz pizz.)'. The third staff starts at measure 7 and includes chord diagrams for VII, V, and III. The fourth staff starts at measure 10 and includes the instruction '(pizz. Bartok)'. The fifth staff starts at measure 12 and includes a chord diagram for IV. The sixth staff starts at measure 16 and includes chord diagrams for III and IV. Dynamics include *mp*, *mf*, *p*, and *mp*. The score includes various musical notations such as chords, single notes, and triplets.

18

V IV III I-

*mp*

5

*p*

20

2 3 2 3 4 5

*mp*

23

4 5 4 5 6

*p*

26

3 4 1 2

VII V

*mp*

29

III

*mf*

32

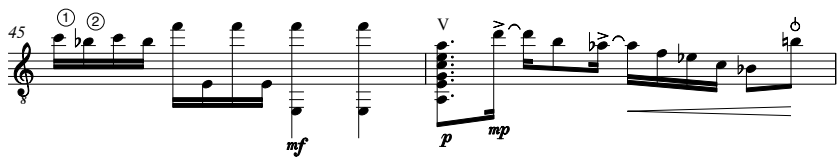
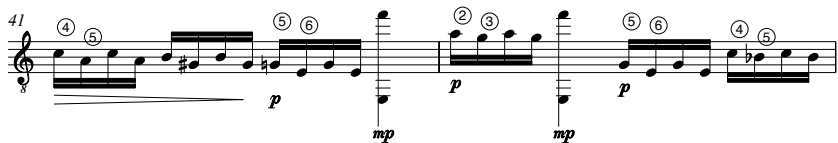
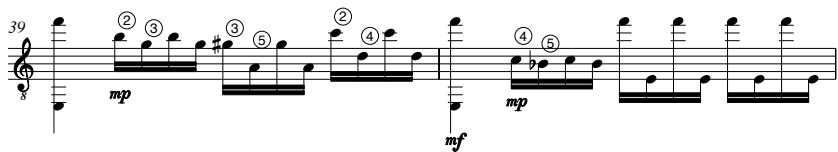
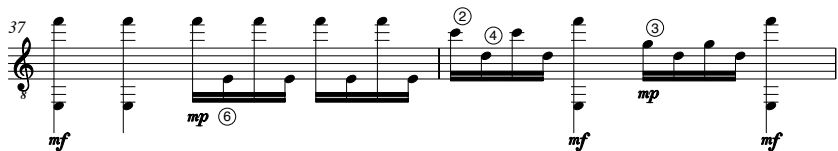
3

34

XII VII IV VII

*mp*





51

53

54

56

58

60

62

(5' 04")

## 5. Triunfo incruento da estratégia

♩ = 84 *tamburo*

The musical score is written for a single melodic line on a treble clef staff in 8/8 time. The tempo is marked as 84 beats per minute, and the instrument is identified as 'tamburo'. The score consists of six staves of music, with measure numbers 1, 4, 7, 10, 13, and 16 indicated at the beginning of their respective staves. The dynamics are marked as *mp* (mezzo-piano) at the beginning of the first staff, *p* (piano) at the start of measure 4, and *mf* (mezzo-forte) at the start of measure 13. The notation includes various rhythmic values such as eighth and sixteenth notes, rests, and beams. There are also several 'x' marks above the staff, likely indicating specific rhythmic patterns or accents. The score ends with a double bar line at the end of the sixth staff.

1 *mp*

4 *p*

7 *mp*

10 *mf*

13 *mf*

16 VII

19 VII

22 *p*

25

27 *mp*

30 VIII XII

33 VIII

36 IV

38 VII *tamburo* *mp*

40 *mf* IV V

42 *mp* VII

44

46

49 *p*

51

54 *tamburo* *rit.* *mp* *p* *mp*

57  $\text{♩} = 60$  II  
*p*

58

59 *mf*

60 *dolce* *f*

61 *f e marcato il basso*

62 IV II 3

63 VII IX *rit.*

## **A língua das relações epistolares entre a intelectualidade galega e portuguesa na segunda metade do século XX**

Xosé Ramón Freixeiro Mato

### **Resumo**

Nestas páginas estudam-se os usos linguísticos na correspondência epistolar entre intelectuais galegos e portugueses no período da ditadura franquista e dos primeiros anos do pós-franquismo, com base fundamentalmente nos epistolários do galego Sebastián Martínez-Risco e dos portugueses Santos Júnior e Rodrigues Lapa. Em termos gerais, a intelectualidade de além Minho faz uso sistemático do português na sua relação epistolar com a Galiza, com muito ocasionais concessões a alguma forma linguística especificamente identificada como galega. Na intelectualidade da Galiza prima o uso do galego com diferentes modelos de aproximação ou confluência com o padrão luso e também em ocasiões tem presença relevante o espanhol. Pelo geral, aqueles intelectuais galegos com adscrição ideológica ao nacionalismo, ou pertencentes ao movimento galeguista num sentido mais amplo, se dirigem em língua galega, ou galego-portuguesa, aos seus correspondentes lusos, enquanto os que não professam esse credo ideológico usam a língua espanhola.

### **Palavras-chave**

Epistolário, galego, português, ditadura franquista, intelectualidade, nacionalismo.

### **Abstract**

In these pages we study the linguistic use in the correspondence between Galician and Portuguese intellectuals at the time of Franco's dictatorship and in the first years of post-francoism, based fundamentally on the letters of the Galician Sebastián Martínez-Risco and the Portuguese Santos Júnior and Rodrigues Lapa. In general terms, intellectuals from South of the Minho use systematically the Portuguese language in their correspondence with Galiza, with very occasional concessions to some linguistic form specifically identified as Galician. The intellectuals of Galiza use mostly Galician with different models of approximation or confluence with the Lusitanian standard and also occasionally with a relevant presence of Spanish. In general, those Galician intellectuals subscribing ideologically to nationalism, or belonging to the 'galeguista' movement in a wider sense, address themselves in the Galician, or Galician-Portuguese, language, to their Lusitanian correspondents, whereas those who do not follow that ideological creed use the Spanish language.

### **Key words**

Letters, Galician, Portuguese, Franco's dictatorship, intellectuals, nationalism.

## Introdução

A relação entre a intelectualidade galega e portuguesa tem uma prolongada trajetória através dos séculos precedentes e não esteve isenta de polémicas e desencontros, nomeadamente no período setecentista (Verdelho, 2000; Freixeiro, 2008). Porém, as relações epistolares entre intelectuais do século passado transmitem um clima de grande cordialidade e um sentimento de irmandade derivado de uma sempre proclamada afinidade cultural e linguística. A questão que nestas páginas queremos tratar é a relativa aos usos linguísticos na correspondência do período da ditadura franquista e dos primeiros anos do pós-franquismo, onde se analisarão fundamentalmente os epistolários de Martínez-Risco, Santos Júnior e Rodrigues Lapa.

O golpe de estado fascista de 1936, de tão trágicas consequências em todas as ordens da vida na Galiza, teve também influência na relação epistolar entre a intelectualidade galega e portuguesa, tanto por assassinato como por cárcere ou exílio de intelectuais nacionalistas, galeguistas e de esquerdas, sem passar por alto igualmente o medo e o silêncio interior a que foram condenadas outras pessoas, algumas das quais chegaram a mudar o seu posicionamento ideológico para abraçarem o do bando dos vencedores como modo de garantirem a própria sobrevivência. A modo de exemplo, das 178 cartas compiladas no espistolário de Teixeira de Pascoaes em Álvarez & Estraviz (1999), 160 são do período anterior à guerra e tão só 18 correspondem ao posterior, sem existirem cartas durante os três anos de contenda.

Já situados no período que se vai estudar, algo semelhante acontece com a correspondência galega de Rodrigues Lapa recolhida em Marques *et al.* (1997), iniciada na década de 30, com apenas dois nos anos da guerra e em número crescente e abundante no franquismo e pós-franquismo; passa-se algo parecido com a também numerosíssima correspondência de Santos Júnior com a intelectualidade galega coligida em Estraviz (2011); porém, a igualmente generosa relação epistolar entre Fernández del Riego e o erudito de Anadia reunida em Lapa (2001) só começa em maio de 1950, do mesmo modo que as 36 cartas de Sebastián Martínez-Risco com intelectuais do norte de Portugal incluídas em Freixeiro (2016) estão datadas entre 1954 e 1973. No seu conjunto, todo este *cópus* epistolar pertence fundamentalmente ao período franquista e aos inícios do pós-franquismo, e a partir dele será que se realizarão algumas observações de caráter linguístico.



É de fazer notar que neste período, sobretudo a partir dos anos 50, a Real Academia Galega (RAG) vai ter um protagonismo crescente nessas relações galego-portuguesas. Apesar do clima de repressão sobre a cultura galega, na pós-guerra a RAG, presidida por uma pessoa nada hostil ao regime franquista como Manuel Casás e com outros membros ideologicamente também afins a esse sistema político, contou com o apoio do Governo espanhol para organizar e levar a cabo uma primeira “Asamblea Lusitano-Gallega” na cidade de Braga em outubro de 1955 e mesmo uma segunda na Corunha em agosto de 1961. As atas destes encontros, que foram publicadas vários anos depois, estão dedicadas “Al Excmo. Sr. D. Manuel Fraga Iribarne”, na altura membro correspondente da RAG (Real Academia Gallega, 1967: 12). Torna-se evidente que a corporação fundada na Corunha nos primórdios do século XX por aqueles anos contava com a tolerância da ditadura militar, que não achava maior problema em permitir e apoiar eventos de aproximação cultural com personalidades e entidades de um Portugal que estava submetido a outro regime político ditatorial de características bastante semelhantes às do espanhol. Já próximo o final do franquismo, Ramón Piñeiro, personalidade de grande influência na intelectualidade galega da pós-guerra e que vai exercer controlo direto tanto sobre as atividades da RAG como da Editorial Galáxia, afirmava que “case tódolos académicos” eram partidários de um maior achegamento do galego ao português (Piñeiro & Losada, 2009: 795); devia de ser esta, pois, a posição que também primava entre os membros não pertencentes ao hegemónico grupo de Galáxia (Samartim, 2005) e que era a historicamente dominante nesta entidade, de que fazia parte Martínez-Risco, mas igualmente os portugueses Santos Júnior e Lapa como correspondentes.

### **As relações epistolares com Sebastián Martínez-Risco**

Sebastián Martínez-Risco (Ourense, 1899-A Corunha, 1977), primeiro juiz e magistrado e logo dedicado na Corunha ao exercício livre da advocacia, além de membro numerário da RAG desde 1953 e presidente da entidade desde 1960, também foi membro do Conselho de Administração da Editorial Galáxia, do Conselho de Direção da *Revista de Economía de Galicia* e da secção galega da revista portuguesa *Quatro Ventos*, bem como colaborador da revista *Scientia Iuridica* de Braga. Nessa condição de académico e presidente, mas igualmente de escritor e intelectual reconhecido, manteve uma extensa correspondência com o que se pode denominar o galeguismo do exterior, incluídos autores

portugueses que sentem a cultura galega como própria ou muito próxima. Dessa correspondência, composta por 265 cartas (em Freixeiro, 2016), 36 respondem à relação com personalidades do norte de Portugal: Santos Júnior, Francisco José Velozo, Pires de Lima, Amândio César, Almeida Braga, Antero Vieira de Lemos, Carlos de Passos, Gruilherme Branco, Torquato de Sousa Soares, António Losa, Oliveira Guerra, Manuel de Boaventura, Maria Isabel Guerra Junqueiro e Manuel Faya Santarém. O período temporal que abrangem vai de 1954 a 1973, ainda que mais da metade estão datadas na década de 50.

A maior parte das cartas, 26, é da autoria dos intelectuais da outra beira do Minho e todas elas estão escritas em português, enquanto as 10 restantes foram escritas por Martínez-Risco em galego, menos duas, uma dirigida à filha do poeta Guerra Junqueiro, sem datação e se calhar de 1970, que surpreendentemente está em espanhol por talvez a correspondente portuguesa lhe ter escrito previamente nessa língua, pois na sua carta o presidente da RAG agradece-lhe o envio de um livro dedicado por ela em que se comemora a inauguração de um monumento em Lisboa ao seu ilustre pai; e outra a Faya Santarém, secretário do Colóquio sobre S. Rosendo e o seu século, de 1-9-1970, breve e puramente formulária para lhe agradecer a comunicação das datas do evento e lhe confirmar a sua participação nele (em Freixeiro, 2016: 230-232). O galego que utiliza o jurista ourensano afinado na Corunha corresponde ao próprio dos escritores da altura, que em geral assumiam o modelo do grupo de Galáxia a que ele também pertencia, um galego literário cheio de diferencialismos – ou galego culto com os cultismos deturpados – em que apenas se pode considerar uma tentativa de aproximação ao modelo luso o uso da forma *Galiza*, face à dominante *Galicia*, e algum ocasional *proprio* como este que aparece na primeira das cartas, de 20-4-1954 a Amândio César, para além da referência à proclamada unidade linguística galego-portuguesa que ele defendeu (cf. Risco, 1973) e que na altura era geralmente admitida no discurso galeguista:

Pol-o pirmeiro númaro da revista, que chegou tamén ás miñas maus, xusgo da outura da laboura que n-ela se escomenza; e do orixinal e fecundo da obra – endexamais denantes intentada – que nas suas páxinas se albisca, tendendo a cultivar a fala i-o espírito que n-ela se encerra como patrimonio común e sino d'irmandade. Ise senso superador de Estados, e de fraternidade, que ten a lingoa común, non embargante os seus matices propios, xa o notou Pondal, noso grande poeta [...] (2016: 53).

Na carta de Francisco José Velozo de 9-9-1955, este destaca o facto de Martínez-Risco escolher o título de “Louvanza e deosto da Abogacia” (sic) para uma conferência na Associação Jurídica de Braga, a indicar também que “tratá-lo no belo idioma galego mais satisfação nos dará” (p. 59); mas o curioso é que o título dessa intervenção aparece citado neste epistolário de diversas maneiras pelos correspondentes portugueses: “Loubanza e deosto da Abogacia” (p. 62), “Louvanza e devoção da Avogacia” (p. 76) ou “Louvança e denosto da avogacia” (p. 77); como havia a intenção de a publicar na revista *Scientia Iuridica* dessa associação bracarense, parece que o autor tinha manifestado a sua vontade de a adaptar para tal fim, mas não sabemos se se referiria ao formato, ao conteúdo ou à língua, pois em carta de Velozo de 1-12-1955 este só escreve: “Claro que estamos esperando a remessa da sua conferência! [...] Se a adaptação de que me fala não demorar muito, ainda poderia entrar no nº de Janeiro” (p. 63); porém, na seguinte carta deste mesmo interlocutor, de 3-1-1956, já se fala diretamente de adaptar o texto ao modelo linguístico de além Minho para assim facilitar a sua compreensão pelas pessoas portuguesas, argumento se calhar subjacente em muitas ocasiões e poucas vezes explicitado:

Como o meu ilustre Amigo se deu ao trabalho de anotar o texto e, ao mesmo tempo, me diz que pretende facilitar a sua compreensão pelo leitor português, intento que muito nos aproveita e honra, eu mesmo terei o maior prazer em grafar o seu texto à portuguesa e, logo que conclua a tarefa, enviar-lho-ei para ter a bondade de rever. Assim, poderei publicá-lo sem escrúpulos, e dividiremos o trabalho a meio. [...]

P. S. A mesma revisão ortográfica, para adaptação ao português, me prontifico a fazer gostosamente dos seus poemas (p. 66).

Convém repararmos em que Velozo fala de “grafar o seu texto à portuguesa” e de “revisão ortográfica”. A conferência saiu finalmente publicada na revista de Braga com o título de “Louvança e denosto da Avogacia” e o autor agradece à Livraria Cruz o envio de separatas com estas palavras, em que alternam as formas convergentes *receber* e *correio* com pseudo-galeguismos tão notáveis como *enxempres* ou *tribúa*:

De conformidade co anuncio que tiveron a ben facerme na sua atenta carta de 15 do mes cursante, tiven o agrado de receber, por correio aparte, 25 enxempres da separata da conferencia LOUVANÇA E DENOSTO DA AVOGACIA, que

proferin na relevante tribúa da sala de audiencias do Tribunal Iudicial de isa ilustre lembrada cidade, e que a prestixiosa Revista SCIENTIA IURIDICA me fixo a honra de reproducir nas súas páxinas (p. 76)<sup>1</sup>.

Entre os correspondentes de Martínez-Risco neste epistolário está o arqueólogo e professor universitário Santos Júnior, outro grande amigo da Galiza que tem uma amplíssima correspondência com a intelectualidade galega do século XX (cf. Estraviz, 2011). Na carta de 14-3-1956 que dirige ao jurista galego agradece-lhe o envio do seu discurso de ingreso na RAG, intitulado *O sentimento da xustiza na literatura galega*, e nas suas palabras procura um breve achegamento à língua galega: “Regalei-me de lêr no seu discurso na doce língua galega, ‘a mais nídia e enxebre expresión’ dessa encantadora e viridente Galiza a quem, sem saber bem porquê, o meu coração tanto quer” (2011: 70). Mas é na última carta de Santos Júnior que figura neste epistolário, de 1-7-1973, onde o tema da afinidade linguística cobra mais protagonismo; o etnógrafo português agradece ao presidente da RAG que lhe enviasse o seu opúsculo *Presencia da lingua galega* e a propósito de uma anedota recolhida nele, em que Martínez-Risco relata que foi julgado como português por um brasileiro que o escutou falar em galego (Risco, 1973: 17-18), narra ele o seguinte caso:

A propósito da anedota que conta nas pág. 17 e 18, passada consigo no Rio de Janeiro, posso contar-lhe o que se passou comigo na feira de Viveiro há já uns 15 ou 16 anos.

Fui dar uma volta pelo norte da Galiza. De Ourense fui a Mondonhedo, Ribadeu e Viveiro onde fiquei num hotel de grande edifício, se bem me lembro sobranceiro a uma pequena ria.

No dia seguinte era feira e eu fui dar uma volta pela feira, espectáculo sempre grato aos etnógrafos.

Resolvi comprar umas socas de pau, pintadinhas de preto, para o Museu de Antropologia da Universidade do Porto.

A vendedeira das socas era uma velhota que falava galego.

Eu falei-lhe em português.

<sup>1</sup> Nesta e nas sucessivas citações textuais qualquer uso de aspas, maiúsculas ou letra itálica para destacar alguma palavra ou expressão corresponde à responsabilidade da fonte originária.

Entendemo-nos perfeitamente e fiz a compra.

Depois de receber as socas e ao dar-me o troco, a velhota perguntou-me:

–De que terra da Galiza é ustê?

Estranhei a pergunta e por minha parte perguntei-lhe:

–Porque me pergunta ustê a terra de que sou.

A resposta foi imediata.

–É que ustê fala um galego muito cerrado.

Claro que logo lhe disse que era português e que portugueses e galegos éramos irmãos chegados, por isso nada admirava que as nossas falas fossem parecidas (p. 255).

Deve dizer-se que neste epistolário de intelectuais do norte de Portugal com Martínez-Risco são especialmente frequentes as afirmações relativas à irmandade galego-portuguesa e à afinidade linguística entre ambos os povos.

### **A correspondência da intelectualidade galega com Santos Júnior**

Além destas duas cartas que se acabam de referir, é de grande interesse para o propósito que se persegue nestas páginas a correspondência de personalidades da cultura galega a Joaquim Rodrigues dos Santos Júnior (Barcelos, 1901-Ermisende, 1990) compilada por Estraviz (2011), que apenas poderemos referir de modo muito sintético. Classificada por autores, em primeiro lugar figuram 223 cartas de Florentino López Alonso-Cuevillas, que abrangem o período temporal que vai do dia 2-1-1931 a 10-8-1957. O que mais surpreende e interessa é que as 61 primeiras estão escritas no galego convencional da época das Irmandades e da Geração Nós a que Cuevillas pertencia, mas na que leva o nº 62, de 21-12-1936 (2011: 73), sem nenhum tipo de advertência prévia ou de explicação, o autor muda essa ortografia galega pela portuguesa, a mudar também o “Ourense” que figurava no cabeçalho por “Orense”; começa com um uso bastante acaído dessa ortografia, embora com frequentes incoerências e erros, e mantém-na de forma irregular mas constante até à nº 81, de 14-11-1941, onde muda novamente a “Ourense” e relaxa bastante o emprego de grafias lusas, ainda que continua a usá-las até à carta nº 123, de 10-12-1946, quando se

pode dizer que volta definitivamente à norma convencional do galego, também sem nenhum tipo de explicação e sem que faltem ocasionais formas escritas à portuguesa; como observa o editor das cartas, quando muda para a ortografia portuguesa nota-se “uma melhoria importante no galego que emprega” (Estraviz, 2011: 39). Curiosamente, a carta que põe fim a este epistolário entre os dois arqueólogos, escrita a Santos Júnior por Elvira Cuevillas, filha do escritor galeguista, está redigida em espanhol (p. 177).

O epistolário de Xaquín Lorenzo Fernández, Xocas, com Santos Júnior inclui 169 cartas, a maioria da autoria do primeiro e algumas do segundo. Estas estão em português, naturalmente, e as do ourensano em galego todas elas, embora não faltem concessões ocasionais na procura de um achegamento ao modelo linguístico do interlocutor e inclusive alguma carta completa em que predomina a norma lusitana (p. e., p. 189). Das 99 missivas que enformam o epistolário entre Taboada Chivite e Santos Júnior, as do primeiro, a começar pela de 20-7-1952, estão redigidas em espanhol até à que leva o nº 60, de 9-4-1973, com alguma exceção em galego quando a carta vai assinada também por Xaquín Lorenzo; a partir dela, que está em língua galega, Taboada alterna esta com a castelhana sem qualquer razão aparente; o seu galego contém igualmente ocasionais piscadelas de aproximação ao português. As poucas cartas de Otero Pedrayo a Santos Júnior (pp. 357-368) estão todas no seu galego habitual e singular, sem que falte alguma muito ocasional veleidade gráfica como “miña senhora” (p. 365). Há outros muitos intelectuais galegos que tinham mantido correspondência com Santos Júnior e que está recolhida neste volume, mas que não há espaço para lhes concedermos atenção no presente trabalho. Em geral, domina o uso do padrão galego(-português) e cumpre-se o princípio de que este é fundamentalmente utilizado pelas pessoas de adscrição ideológica galeguista e nacionalista; as alheias a ela usam o espanhol.

Repare-se só no caso de Leandro Carré Alvarellos, do qual se incluem cinco cartas nesta correspondência; a primeira, de 6-6-1961, está em espanhol, talvez porque a assina como tesoureiro da RAG e esta ainda fazia os seus escritos nessa língua na altura; as outras quatro (pp. 683-686) estão em galego-português, isto é, na norma ortográfica lusa com algumas incoerências e certas interferências do galego, mas em geral num modelo linguístico bastante correto, que permite afirmar que Carré foi um dos que melhor e mais coerentemente utilizou o português na sua correspondência, como também o demonstram as cartas que

dirigiu a Rodrigues Lapa (cf. Marques *et al.*, 1997: 201-201, p. e.); ele mesmo afirmava num informe enviado à RAG em 1965:

Conozco tambien el idioma portugués; porque he tenido que usarlo, y lo estudié durante mi estancia en la ciudad de Porto cerca de tres años, continuando desde entonces relacionándome con amigos y escritores lusitanos, y colaborando en algunas revistas; y tengo el honor de pertenecer a varias instituciones culturales: el Instituto Histórico do Minho, la Sociedade Martins Sarmento, y el Instituto Portugués de Arqueología, Historia y Etnografía (em Freixeiro, 2017: 172).

Como aponta nesse mesmo informe, Carré defende um galego autêntico e descastelhanizado, ao tempo que adaptado às necessidades do momento, sem por isso perder as suas raízes históricas nem sucumbir às tentações de trasladar as formas vulgares à língua culta. Foi um dos poucos galeguistas que utilizava por sistema a norma portuguesa na sua correspondência com os escritores do país vizinho<sup>2</sup> e também em colaborações em meios escritos lusos (p. e., Carré, 1974). Apesar disto, será duramente criticado por Lapa nas cartas que este envia a personalidades da cultura galega, como a seguir se verá, pois não outorga valor científico ao seu labor filológico.

## **O epistolário de Rodrigues Lapa**

Manuel Rodrigues Lapa (Anadia, 1897-1989) talvez seja o intelectual português mais implicado na defesa da língua e da cultura galegas, inclusive num grau se calhar superior ao de Teixeira de Pascoaes (Álvarez & Estraviz, 1999) e Santos Júnior (Estraviz, 2011: 23-26), outros dois grandes valedores lusos da causa galega, que sentiam como própria. Houve, decerto, mais escritores e intelectuais do outro lado do Minho que se interessaram pela cultura galega e que se sentiam muito identificados com ela, mas o caso destes três, e nomeadamente de Rodrigues Lapa, é merecente de ser singularizado.

### *As suas cartas a Fernández del Riego*

Parece suficiente lermos a correspondência dirigida pelo erudito de Anadia a Fernández del Riego (Lapa, 2001) para termos uma ideia da magnitude do seu

---

<sup>2</sup> Veja-se cartas a Francisco José Vellozo, de 19-2-1952, a Arlindo Ribeiro, de 1-12-1957. e a António Pereira Cardoso, de 6-7-1954, reproduzidas em Maceira (2005: 239-244)

compromisso galeguista: seguia ao dia tudo quanto se fazia e publicava na Galiza, a se interessar mesmo de forma reiterada por publicações num princípio tão afastadas dos seus interesses científicos como o *Almanaque Agrícola* (cf., p. e., Lapa, 2001: 97), e denunciava as carências existentes no âmbito da recuperação da língua galega, demandando e exigindo até a elaboração de instrumentos básicos para tal fim, como trabalhos lexicográficos e gramaticais. Continuamente perguntava por um dicionário galego de qualidade e desesperava-se quando não achava alguma palavra no único que pelos anos 50 tinha ao seu dispor, o de Leandro Carré, que julgava “péssimo” (2001: 44); o seu juízo negativo não foi do agrado do autor, que assim lho manifesta por carta, e Lapa tenta que seja consciente dos erros e que procure melhorá-lo numa nova edição (pp. 69-73)<sup>3</sup>. Perante o anúncio de um outro dicionário, em carta de 25-1-1959 urge a sua publicação e liga-a também à de uma gramática: “Quando me escrever, fale-me sobre esse encantado Dicionário, que andava fazendo Iglesia Alvarinho. Quando está pronto? É uma necessidade urgentíssima. Como querem que se ensine o galego, sem um dicionário e uma gramática adequados?” (p. 142).

Certamente, quando já a recuperação literária do galego no pós-guerra franquista tinha atingido um grau de desenvolvimento importante, a ausência de uma gramática, ou de umas normas gramaticais mínimas que servissem de critério unificador na escrita, tornava-se clamorosa. A isso se refere Lapa a propósito das sucessivas edições da sua *Estilística da Língua Portuguesa*, que incluía exemplificação tirada de autores galegos; numa carta de outubro de 1963 manifesta, no entanto, algumas cautelas para o incremento da presença do galego perante a falta de um modelo linguístico-gramatical claro e coerente:

Receio porém chamar a atenção para um idioma que não dispõe ainda de uma gramática aceitável. Insisto com vocês: isso é de uma urgência suprema. Não estejam à espera duma gramática ideal, que não existe. Façam uma coisa razoável, de sentido prático; mas primeiro procedam a uma uniformização da ortografia, para evitar os disparates que correm por aí. Também isso não é um instrumento definitivo, nem pode ser. Como vê, sempre penso nessa terra e na sua gente (p. 195).

---

<sup>3</sup> Crítica Lapa reiteradamente o dicionário de Carré nas cartas que envia a Del Riego, mas também na única da sua autoria que se inclui em Neira Vilas (2010), onde afirma: “O dicionário de Carré Alvarellos é coisa totalmente inadequada, melhor dizendo, uma autêntica vergonha” (2010: 218).



Já com anterioridade, em 1952 falava da “criar o padrão do galego literário”, para o que via necessário “disciplinar a língua” e “unificar a ortografia” (p. 64); em carta de 19-3-1960 dizia que “[e]ssa coisa de fixar a ortografia do galego é de uma urgência gritante”, pois em caso contrário “[c]omo se pode ensinar uma língua tão rica e desordenada?” (pp. 150-151). A sua preocupação pela falta de um modelo comum de galego culto continua ainda em finais da década de 60, como manifesta noutra carta de 1969 a propósito de uma visita de Sílvio Santiago de maneira a lhe pedir para fazer um prólogo destinado ao seu romance *O silencio redimido*: “Pois no texto encontro uma constante vacilação em formas como *conecer*, *coñecer*, *conocer*, *República*, *República*, etc. Isto não pode consentir-se numa língua que aspira a ser um instrumento literário” (p. 281). Pouco depois, quando em 1971 a RAG já tinha publicado umas mínimas normas ortográficas e estava pronta a aprovar as morfológicas (Freixeiro, 2017: 45-58), Lapa escreve a Del Riego dizendo que Piñeiro lhe tinha mandado “um apontamento muito curioso sobre os pontos a versar da reforma ortográfica”; e acrescenta: “É coisa para amadurecer e estudar com muita cautela e prudência, para não levantar atritos; mas não há dúvida que o problema ortográfico tem muita importância para uma boa disciplina da língua, que anda completamente desgobernada. Pensaremos nisso” (p. 314). Ainda em carta de 1973, após a RAG ter editadas essas primeiras normas ortográficas e morfológicas, insiste no problema de falta de codificação do galego e propõe um debate público a partir da publicação do seu polémico artigo sobre “A recuperação literária do galego” na revista *Colóquio/Letras*: “Não acha que deveríamos ventilar esse problema publicamente, enquanto é tempo? O galego está ou não está ameaçado de se converter em ‘francastrapo’ e em seguida desaparecer? Estou muito preocupado com isso. Quem está fora vê melhor o perigo” (p. 330).

Não se limita Lapa a demandar instrumentos que permitam o emprego de um galego de qualidade na escrita; também se preocupa pela extensão do seu uso social; assim, lamenta em 1953 que um artigo de Ramón Piñeiro “não esteja escrito em galego” (p. 84) e na mesma carta opina sobre uma seleção de contos galegos que “é uma pena que estejam vertidos a castelhano” (p. 85); noutra de 25-10-1954 afirma ter interesse num livro de contos de Seoane, “mas maior interesse teria, claro está, se fosse escrito em galego” (pp. 102-103); diz a seguir que de Luís Seoane e de Lorenzo Varela o que realmente lhe interessa é o que escreveram em galego e em missiva de 30-11-1957 afirma de *Torres de amor*

do segundo que “é pena não ser escrito em galego”, após dizer previamente a Del Riego: “Vá-me mandando tudo quanto se publique em galego e sobre a Galiza” (p. 131), expressão que sob diferentes formulações concretas reitera muitas vezes na sua correspondência. Em carta de 20-1-1967 saúda que Xohana Torres traduzisse dois livros infantis do catalão para o galego, mas acrescenta que seria conveniente que “se vá preparando para os escrever originalmente em galego. Está vendo esta intransigência galeguista?” (p. 250). Torna evidente essa implicação ‘galeguista’ do erudito de Anadia. Com certeza, nessa luta por ampliar a presença e o uso do galego Lapa não podia excluir o português, cuja afinidade com aquele vinha defendendo desde muito antes da sua proposta reintegracionista de 1973; assim, em carta de 4-3-1953, protestava porque no certame do Centro Galego de Buenos Aires só admitissem o galego e o espanhol: “Terei que lhes escrever, protestando contra a omissão, a não ser que incluam o português no galego, pois no fundo é a mesma língua” (p. 79).

Toda a correspondência de Lapa com Fernández del Riego está escrita, naturalmente, na norma padrão portuguesa. Bom, toda menos uma carta, de 7-9-1951, que redigiu na norma galega mais ou menos convencional da altura, a que utilizava o emergente grupo de Galáxia e que dominava na escassa literatura publicada naquele tempo. O contexto é o de uma visita de Lapa com a sua família a Vigo de forma a conhecer pessoalmente o seu amigo Del Riego e o agradecimento posterior pelas atenções recebidas; o motivo da extraordinária mudança de código linguístico explica-o o próprio Lapa ao início da missiva:

Quero siñificavos a fonda ledicia que sinto polo honor que mi fixeches, invitándome a mi e òs meus para cear con vós. E a maneira mais doada de vos mostrar isa ledicia é falarvos en galego, no noso idioma común dende os orixes lonxanos. Soio unha cousa teño que pregarvos, e eso é que non teñades medo nin moito menos vergonza de falar unha língua que foi xá e sigue sendo o estormento dunha grande cultura. Seguíde sempre o exemplo do pobo que a fala de cote, no campo, na montaña, na beira-mar e nas cidades, porque é a sua língua, a que oía no berce dende os beizos da nai e non ten outro xeito a non ser nila de exprimir o que pensa e o que sinte. Imitade sempre o pobo: d’il veñen os mais outos exemplos (p. 43).

Não conhecemos outra mostragem da altura de um autor português a utilizar a norma galega na sua correspondência e, além do mais, com uma ‘correção’ nunca inferior à de qualquer escritor galego daquela época. Noutras

cartas introduz breves expressões inspiradas no galego escrito: “[...] e recebo esta notícia ‘que me aleda moito” (p. 352). Fica claro que Lapa conhecia bem o modelo de galego escrito, pois lia tudo quanto se publicava nele nesse momento e quanto se tinha publicado com anterioridade. Também deveu ter-se exprimido nalguma ocasião oralmente em público na modalidade de aquém Minho, pois em carta de 6-5-1952 escreve a Del Riego: “Muito obrigado por me ter mandado a minha alocução em galego” (p. 63). Mostra igualmente em 1953 disponibilidade para fazer uma edição limitada de cantigas de escarnho “com um prefácio meu *em galego*” (p. 83). E quando em finais de 1964 já vai tendo terminada a sua magna edição das cantigas de escarnho e maldizer para Galáxia, pensa na dedicatória que lhe vai pôr e escreve a Del Riego: “Veja se está bem este galego: Á Galiza de sempre, raiz anterga da nosa cultura, adico afervoadamente iste libro” (p. 214). Com efeito, essa vai ser a dedicatória que aparecerá na primeira edição de 1965 e que se vai manter nas sucessivas, escrita num galego diferencialista que, paradoxalmente, está mais afastado do padrão português do que o galego estándar hoje oficialmente dominante, exceto no nome do país.

Por essa mesma altura teve notícia Lapa da publicação de um livro de versos em galego da autora portuguesa Maria Manuela Couto Viana, intitulado *Frauta lonxana*, em Galáxia e solicita a Del Riego informação de como essa autora “chegou ao conhecimento do galego? Ou a sua língua foi aperfeiçoada por algum poeta galego? De qualquer maneira, o caso tem um grande significado cultural, e tudo isto vem na hora própria” (p. 218); na carta seguinte, de 11-4-1965, parece brincar com a possibilidade de ele próprio “compor versos em galego como a minha conterrânea Maria Manuela Viana, o que é bem natural” (p. 219). Contudo, quando em 1968 projeta com Del Riego a venda das publicações de Galáxia em Portugal, pensa em elaborar “um pequeno vocabulário galego-português, de uma dúzia de páginas, que se introduziria nos livros de Galaxia” para “facilitar a leitura de portugueses menos cultos” (p. 269); ele próprio tem dificuldades para dar com o significado de alguma palavra do galego literário que não acha nos dicionários: “É um desespero esta riqueza inaudita do galego; há que reduzir tanta exuberância” (p. 279). Também qualifica de feito “extraordinário” e “de grande significado” que se publicassem duas edições em Portugal “com ortografia aportuguesada” dos poetas Manuel Maria e Celso Emilio Ferreiro (p. 323). Ocasionalmente cita

na sua correspondência alguma palavra com a forma galega – ou espanhola nalgum caso –, como *aturuxo*, *cartos*, *parroquia*, *dende aquela*, *Cruña*, *Bós Aires*, *meigallo*, *brétema*, *devanceiros*, *habitación*, *desayuno*, *cursillo*, etc., convenientemente destacadas com alguma marca gráfica, mas em carta de 13-11-1973 no caso de *encol* (“ou em qualquer outro jornal *encol* desse tema”) realiza o seguinte comentário: “Sublinho a preposição galega *encol* para lhe demonstrar que este e outros termos que possuí o galego, de expressividade rara, poderiam e deveriam, quanto a mim, usar-se numa futura reintegração, a nível literário, da nossa língua comum” (p. 332); de modo também paradoxal, no padrão galego hoje dominante não se regista a locução prepositiva *encol* de com o valor que lhe dava Lapa e também os escritores galegos da altura.

#### *As cartas de intelectuais galegos a Rodrigues Lapa*

Além deste epistolário de Lapa que recolhe só cartas escritas por ele a Del Riego, em Marques *et al.* (1997) incluem-se as da sua autoria, mas também outras recebidas por ele, várias procedentes de intelectuais galegos, que se tornam mais numerosas nos últimos anos de vida do professor de Anadia. A maioria está redigida no padrão galego mais comum, com algumas peculiaridades, e a partir de 1974 começam a proliferar as tendentes a utilizarem o padrão lusitano ou um modelo linguístico mais próximo dele. Porém, ligando com o que se acaba de ver, as três cartas da autoria de Del Riego que se recolhem, da década de 50, estão no modelo de galego que o autor utilizava com outros correspondentes e na sua própria obra escrita, sem nenhuma concessão ao modelo luso; só na segunda delas, de 5-6-1955, o informa de que se acabava de publicar em Portugal um livrinho de poemas de Bouza-Brey com a “particularidade de que está escrito em galego con grafia portuguesa” (1997: 248). A primeira carta de uma pessoa galega é a de Santiago Montero Díaz, de 23-12-1933, que está em espanhol (pp. 52-53), como o está também a da RAG, de 12-3-1945, assinada pelo secretário e o presidente, em que lhe comunicam a sua nomeação como membro correspondente da entidade; o escrito de aceitação de Lapa está em português (pp. 115-116); também está em espanhol a única carta de Menéndez Pidal (p. 189), só nado acidentalmente na Galiza. O resto da correspondência de intelectuais galegos a Lapa está em galego, galego-português ou português.

A primeira carta de Paulino Pedret Casado, de 1933, está redigida em galego com escolha de formas tendentes à convergência com o português, como *recebin*, *centralizazón*, *nengún*, *colegios* e *liceus*, *Galiza*, *elecçons*, *hoje* (p.

54), enquanto a segunda, de 1935, já está intencionalmente no padrão luso, embora com erros e incoerências; começa assim: “Meu distinto senhor e amigo: Recibí no día debido a sua fermosa carta, que muito lhe agradeço, e conforme com o escrito nela, dizem na reunião do Seminario inmediata que convinha que noso centro se pusesse em relação com o de Estudos Filológicos de Lisboa [...]” (p. 62). Do período bélico possivelmente, pois está sem datar, parece ser uma carta em galego convencional de Álvaro de las Casas, embora se despeça com um “Fica atte. ás suas ordens” (pp. 95-96). O resto das missivas galegas é do período franquista e pós-franquista. Além das já citadas de Del Riego, da década de 50 incluem-se duas cartas de Leandro Carré Alvarelllos, interessantes tanto pelo conteúdo como pela expressão linguística; em ambas recrimina com dureza as críticas que Lapa fez sobre o seu dicionário galego na revista *Galicia* de Buenos Aires, reiteradas também muitas vezes na correspondência com Del Riego, como se viu, e para isso usa o padrão português de uma maneira bastante aceitável, ainda que com erros, igual que acontece com as cartas dirigidas a Santos Júnior, já comentadas; se na primeira (pp. 201-202) utiliza um tom azedo, na segunda agradece-lhe, com certa ironia, que retirasse outra recensão negativa que tinha preparada para um jornal corunhês, e também a sua dedicação à “causa suprema da Galiza”, mas reafirma-se na defesa da sua obra porque “para fazer um vocabulário galego o indispensável é conhecer a língua galega, e esa conheço-a bem” (pp. 205-206). É possível que as fortes críticas de Lapa aos trabalhos filológicos de Carré por este não pertencer ao âmbito académico e por aqueles carecerem de rigor e metodologia científicas algo influíssem na marginalização de que tinham sido objeto as propostas do autor corunhês sobre a codificação do galego, entre elas a constante defesa da terminação *-zón* (cf. Freixeiro, 2017: 58-77).

As cartas desta seleção que chegam a Lapa da coletividade galega da Argentina na década de 50, duas de Rodolfo Prada e uma de Luís Seoane, estão redigidas no galego diferencialista e enxebriante próprio daquele contexto, com a particularidade de o primeiro usar *Galiza* e o segundo *Galicia*. Das quatro cartas de Ramón Piñeiro, no seu galego habitual, apenas se pode destacar linguisticamente o uso da fórmula *na Galiza* (pp. 210-211 e 313) nas três primeiras, duas de 1953 e uma de 1965, pois na última, de 12-10-1976, posterior à polémica sobre o modelo de galego literário, já utiliza *en Galicia* (p. 353), muito embora se proclamasse “un dos que mais conscientemente defenden a

aproximación galego-portuguesa”; contudo, na mesma carta também se refere à *lingua da Galiza* e usa um esporádico *proprios* e um *mas* adversativo (p. 354) igualmente presente noutros textos da sua autoria. Posterior à proclamação reintegracionista de Lapa também é a única carta de Otero Pedrayo coligida nesta seleção epistolar, de 4-9-1973, na qual discrepa dessa proposta do seu interlocutor e, com invocação às “viaxes na miña Terra” e ao seu “infindo” amor pela língua portuguesa, fazendo também uso de *Galiza* e de alguma forma em *-zón*, lhe expõe que o galego “ten de seguir sendo o que hoxe chegou a ser por obra dos ‘precursores’ e dos modernos”, pois “nós, esquireiros, adoitando as formas portuguesas, non conseguiríamos ren” (pp. 341-342).

No período de 1974 a 1985 incrementa-se notavelmente a presença de cartas galegas nesse epistolário, mas já com predomínio do padrão português nelas por corresponderem a pessoas que defendem o reintegracionismo. Das duas de José-Martinho Montero Santalha, a primeira, de 28-5-1974, está escrita no padrão português com alguma forma como *percurasse* ou de maneira mais surpreendente *Galícia* (p. 345), enquanto na segunda, muito longa, de 7-3-1978, utiliza uma norma reintegracionista do galego com formas como *remodelaçom* ou *algumha* (p. 361) e sistematiza o uso de *Galiza*; José Ramón Pena, por seu turno, utiliza mais ou menos este mesmo modelo na sua carta de 27-12-1978 (pp. 373-375). Outro correspondente reintegracionista é José Luís Fontenla, que já em maio de 1965 lhe tinha escrito uma carta na norma galega maioritária, mas numa linha tendente à convergência com a portuguesa: *a Galiza, teño de ficar, fica ao dispòr* (p. 319); a outra carta deste, de 1-6-83, segue a norma da Associação Galega da Língua, expressamente citada (p. 386); o mesmo acontece com a única missiva de Maria do Carmo Henriques Salido (p. 387-389); a de Alonso Estraviz, no entanto, de 31-12-1984, procura seguir o padrão português, com *fruição, não, edições* etc. (pp. 389-390). Há também uma carta de Maria Teresa Barro, de 21-6-1977, em que dá apoio à tese de Lapa sobre o galego escrito num modelo de língua que parte do padrão galego na procura da convergência com o português: *mas, for, ar, ha muitos anos, muito ben, maus, escreben, posibel, uteis* etc. (pp. 356-359); mais na ortodoxia da norma galega dominante se mantém a de Manuel Miragaia Doldán, embora defendendo também a tese de Lapa (pp. 365-368). Das três cartas de Xavier Alcalá, a primeira, de 6-6-1978, está na norma galega dominante com escolha de formas convergentes com a portuguesa (pp. 369-370), enquanto as outras

duas, de 13-4-1980 e de 8-11-1981, já estão redigidas no estándar português, com um nível muito alto de correção.

Deixamos para o final o caso de Carvalho Calero. Nessa seleção da correspondência de Lapa existem duas cartas dele que demonstram o afã comum em que ambos se empenharam para reintegrarem o galego no seu âmbito próprio; na primeira, de 22-8-1977, utiliza a norma galega que vinha propondo nas sucessivas edições da sua gramática e que praticava na sua obra de criação da altura, com evidente tendência à procura de soluções convergentes com o padrão luso (pp. 359-360); mas na segunda, que Lapa anota como “muito importante” e que leva data de 1-10-1980, já utiliza a norma do galego reintegrado mais ou menos coincidente com a usada por Montero Santalha e Pena, ainda que de modo não sistemático; nela fala o professor galego da publicação do seu livro *Problemas da Língua Galega* e de outros textos em Portugal, a se mostrar partidário de que vão “decididamente com ortografia basicamente portuguesa”, embora seja consciente dos obstáculos existentes:

Simplemente, hai que convencer-se de que desmontar a mentalidade do home galego en relación cos límites do seu idioma é de grande dificultade. Estivemos muitos séculos chamando galego à fala das antigas sete províncias, e este conceito administrativo levou-nos à consideración do idioma como estrangeiro ao portugués e como dialectal respecto ao castelán. Ensinar na escola aos nenos a escribir António sem acento en castelám e con acento en galego, parece mui gravoso a certos pais, mesmo galeguistas profesos (p. 381).

Nesta mesma carta mostra o professor a esperança de o seu labor reintegracionista ter continuidade e atingir o sucesso no futuro, pois julga que a semente já foi botada.

## **Conclusão**

O tema dos usos linguísticos na relação epistolar entre a intelectualidade galega e portuguesa na segunda metade da anterior centúria é merecente de uma maior atenção da que se lhe concede nestas poucas páginas, mas o visto nelas permite-nos tirar algumas conclusões que, de todos os modos, já podiam ser intuídas por qualquer pessoa algo atenta a esta questão.

Em primeiro lugar, constata-se que no conjunto da documentação epistolar galego-portuguesa prima um sentimento comum de irmandade ou fraternidade,

acompanhado pelo geral de uma retórica invocação à unidade ou afinidade linguístico-cultural.

Em segundo lugar, indo à prática linguística concreta, a intelectualidade de além Minho faz uso sistemático do português na sua relação epistolar com a Galiza, com muito ocasionais e extraordinárias concessões a alguma fórmula ou forma linguística especificamente identificada como exclusivamente galega; só Lapa redigiu uma carta completa em galego. Na intelectualidade galega, por seu turno, prima o uso do galego com diferentes modelos de aproximação ou confluência com o padrão luso, com presença relevante também do espanhol em ocasiões. Pode afirmar-se em termos gerais que aqueles intelectuais galegos que têm uma adscrição ideológica ao nacionalismo galego, ou que pertencem ao movimento galeguista num sentido mais amplo, se dirigem em língua galega, ou galego-portuguesa, aos seus correspondentes lusos, enquanto os que não professam esse credo ideológico acodem à língua espanhola.

Em terceiro lugar, quanto ao modelo de galego, há um amplo uso da norma galega mais ou menos convencional no seu tempo, com todos os seus vícios derivados da falta de um modelo ortográfico, morfológico e lexical estável; neste sentido, as cartas refletem a anarquia gráfica reinante na língua literária e um modelo enxebrista e diferencialista que, pretendendo distanciar-se do espanhol, acaba por se desnaturalizar. Observa-se, no entanto, em muitos correspondentes que utilizam o galego certa vontade de aproximação ao modelo luso, com uso de formas convergentes como *Galiza*, *ficar*, *obrigado*, sufixo *-bel* e mesmo algum uso esporádico do dígrafo <nh> para o som nasal palatal. Um grupo mais reduzido vai mais além e tenta usar diretamente a norma portuguesa, com <nh>, <lh>, <ç>, <j, g>, etc., mas com múltiplas incoerências e constantemente a alternarem com a norma galega maioritária. E outro grupo, que abrange as e os correspondentes de Lapa a partir de 1974, utiliza a norma galega reintegrada ou o standard português com bastante correção, o que nunca antes tinha acontecido.

Por último, pode inferir-se que qualquer tentativa mais ou menos tímida de aproximação ao modelo luso contribui para uma melhoria da qualidade do galego, entendida como o uso de uma língua mais descastelhanizada e mais fiel às suas raízes históricas.



## Referências

- Álvarez, Eloísa, & Estraviz, Isaac Alonso (eds.) (1999): *Os intelectuais galegos e Teixeira de Pascoaes. Epistolário*. Sada-A Coruña: Edicións do Castro.
- Carré Alvarellos, Leandro (1974): “Acerca de ‘A Recuperação Literária do Galego’”, *Colóquio/Letras* 17, 76-77. Estraviz, Isaac Alonso (ed.) (2011): *Santos Júnior e os Intelectuais Galegos. Epistolário*. Ponte-Caldelas: Fundação Meendinho.
- Freixeiro Mato, Xosé Ramón (2008): “O galego desde Portugal e o português desde a Galiza. Algumas notas sobre a historia dunha polémica inacabada”. Em Villarino Pardo, Carmen, Torres Feijó, Elías, & Rodríguez, José Luís (eds.), *Da Galiza a Timor. A lusofonia em foco*, vol. 1, 611-619. Santiago de Compostela: Universidade.
- Freixeiro Mato, Xosé Ramón (ed.) (2016): *Onde ferve o amor por Galiza. Correspondencia do galeguismo do exterior con Sebastián Martínez-Risco (1942-1977)*. A Coruña: Deputación Provincial.
- Freixeiro Mato, Xosé Ramón (2017): *Sobre historiografía gramatical e codificación lingüística (1955-1971). O Epítome de gramática galega e outros textos*. A Coruña: Servizo de Publicacións da Universidade da Coruña (Monografía 12 da Revista Galega de Filoloxía).
- Lapa, Manuel Rodrigues (2001): *Cartas a Francisco Fernández del Riego sobre a cultura galega*. Vigo: Galaxia.
- Maceira Fernández, Xosé Manuel (2005): *Leandro Carré Alvarellos na literatura galega. Anexo*. Tese de doutoramento, inédita, tomo II, Universidade de Santiago de Compostela.
- Marques, Maria Alegria, Santos, Ana Paula Figueira, Rosmaninho, Nuno, Carvalho, António Breda, & Godinho, Rui (eds.) (1997): *Correspondência de Rodrigues Lapa. Seleção (1929-1985)*. Coimbra: Minerva.
- Neira Vilas, Xosé (2010): *Cartas de vellos amigos 1959-1998*. Vigo: Galaxia.
- Piñeiro, Ramón, & Losada, Basilio (2009): *Do sentimento á conciencia de Galicia. Correspondencia (1961-1984)*. Vigo: Galaxia.
- Real Academia Gallega (1967): *Primera y segunda asambleas lusitano-gallega. Actas y comunicaciones*. Madrid: Editora Nacional.
- Risco, Sebastián (1973): *Presencia da lingua galega*. A Coruña: Edicións do Castro.
- Samartim, Roberto López-Iglésias (2005): “Ideia de Língua e Vento Português na Galiza do Tardofranquismo: o caso de Galaxia”, *Agália* 83/84, 9-50.
- Verdelho, Telmo (2000): “Uma polémica sobre ‘la lengua lusitana, ò gallega’, no século XVIII”. Em Rodríguez, José Luís (org.), *Estudos dedicados a Ricardo Carvalho Calero*, vol. 2, 759-806. Santiago de Compostela: Parlamento de Galicia & Universidade de Santiago de Compostela.

## XOSÉ RAMÓN FREIXEIRO MATO

Xosé Ramón Freixeiro Mato (Grupo ILLA - Universidade da Corunha. - freixei@udc.gal) é catedrático da Área de Filologías Galega e Portuguesa na Faculdade de Filología da Universidade da Corunha, onde desenvolve tarefas docentes e investigadoras. As suas linhas de pesquisa fundamentais são a gramática galega, a língua literária, a estilística e a sociolinguística. É autor de monografías como *A cara oculta de Noriega Varela* (1992), *Da montaña o corazón* (1993), *Sebastián Martínez-Risco na cultura galega* (1994), *Rafael Dieste* (1995), *Os diminutivos en galego* (1996), *Lingua galega: normalidade e conflito* (5ª ed. 2002), *Gramática da Lingua Galega* (4 vols., 2ª ed. 2006), *Os marcadores discursivos* (2005), *Lingua, nación e identidade* (2006), *Cucou o cuco cuqueiro. Lingua e estilo na obra de Manuel María* (2007), *Lingua de calidade* (2009), *Estilística da lingua galega* (2013), *A poesía oculta de Filgueira Valverde* (2015), *Onde ferve o amor por Galiza. Correspondencia do galeguismo do exterior con Sebastián Martínez-Risco* (2016), *Sobre historiografía gramatical e codificación lingüística* (2017) etc.

**Rosalia de Castro**

Escritora ambientalista  
e feminista

Adela Figueroa Panisse

**Resumo**

Mostra-se neste texto, uma faceta pouco explorada de Rosalia de Castro, a Ambientalista. Tenta-se fazer um percurso pela sua obra pesquisando as origens de este aspeto que vai desde o primário sentimento da paisagem até o ecologismo reivindicativo. Este sentimento da paisagem é comum do povo galego e também de outros povos celtas e pode ser encontrado já nas cantigas medievais galaico-portuguesas. Rosalia entronca com as raízes mais genuínas da nossa cultura. Poderia ser consequência do inconsciente coletivo galego que afunde suas origens antes da invasão romana em nosso território e vai até o medieval com a sua magnífica lírica. Ou então porque era uma mulher muito culta que frequentava os ambientes mais refinados da época. Sua obra é revolucionária, mas consoante ao que se fazia na Europa e na América na altura.

**Palavras-chave**

Paisagem, Revolucionaria, Panteísmo, Celtismo, Ecologista, Social. Bem Comum.

**Abstract**

This text shows a little-explored facet of Rosalia de Castro: the environmentalist. It tries to trace a route through her work, investigating the origins of this aspect, from the primal feeling for the landscape up to militant environmentalism. This feeling for the Landscape is common to the Galician people and the other Celtic peoples, and may be traced already in the medieval Galician-Portuguese songs. Rosalia links up with the most genuine roots of our culture. It could be a consequence of the Galician collective unconscious, which has its origins in the Roman invasion of our Territory and reaches up to medieval times, with their magnificent lyricism. Or perhaps because she was a very cultured woman, who frequented the most refined milieus of her time. Her work is revolutionary, but it is consistent with what was being done in Europe and in America the time.

**Key words**

Landscape, Revolutionary, Pantheism, Celtology, Ecologist, Social, Common pool resources.

## A paisagem em Rosalia. O sentimento galego da paisagem

A incorporação da paisagem na literatura é considerado como um dos fatos mais destacados do romanticismo. Também as reivindicações nacionalistas e a expressão dos sentimentos como eixo fulcral da temática literária<sup>1</sup>. Mas Rosalia não é, *stricto sensu*, uma escritora romântica. É algo mais completo e complexo. É uma escritora realista e, por cima de tudo, uma pessoa comprometida com o povo, seu país e com a justiça.

A grandeza desta escritora consiste, fundamentalmente na sua coragem e na sua autenticidade.

Coragem para quebrar os preconceitos da sua época, que determinavam o papel da mulher como o anjo do lar, suporte afetivo do esposo e responsável das crianças<sup>2</sup>, que atingiam também às classes sociais e que determinavam que quem nascia pobre tinha tudo perdido enquanto os privilégios estavam reservados apenas para quem nascia em família abastada.

Preconceitos também para o idioma da Galiza que determinava que o galego era a língua das classes populares humildes e sem possibilidades de alfabetização, enquanto o castellano era o idioma das classes poderosas e chamadas *cultas*.

---

<sup>1</sup> A adscrição de Rosalia como poeta romântica é bastante discutida. Vid. o artigo de Yara Gonzalez-Montes (1986), in *Actas do Congreso Internacional de Estudios Sobre Rosalia*, Consello da Cultura Galega, tomo II, pp.127-133.

As/os estudiosos/as de Rosalia adscvem melhor a sua obra melhor associada com o realismo crítico pela sua estética ao serviço dum motivo patriótico e duma retórica ruturista (simbolismo, mistura de fantasia e realidade, épica do popular) segundo opinião de Pilar Garcia Negro. Segundo Francisco Rodriguez (2011) tem um risco decididamente anti-romântico como Hegel: “preocupación polo presente, como antesala, desexo ou potencialidade dun porvir frutífer”, Rosalia Estranxeira na sua Pátria, ASPG, pp.187/88/89.

<sup>2</sup> Marina Mayoral (2017), *La poesia de Rosalia de Castro*, Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes

*Daquelas que cantan  
as pombas e as flores,  
todos din que teñen  
alma de muller  
mas eu que n'as canto,  
virxe da Paloma  
iaí! De que a terei?*

[http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/la-poesa-de-rosalia-de-castro-o/html/01bee4cc-82b2-11df-acc7-002185ce6064\\_22.html](http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/la-poesa-de-rosalia-de-castro-o/html/01bee4cc-82b2-11df-acc7-002185ce6064_22.html)

Rosalía denunciou e lutou contra todos esses preconceitos. Porque, por cima de tudo a ela a inspira um fundamento ético. Ética e estética unem-se em esta autora fazendo-a excepcional.

Foi uma mulher rebelde em todo o sentido da palavra. Uma rebeldia multifacetada que incorpora todos os aspetos da vida. Ela é, *Unha Rosa de cen follas* como ele mesma diz e como afirma o estudo de Carvalho Calero<sup>3</sup>.

Nessa rebeldia ela incorpora também o ambiente. E faz da paisagem galega a sua aliada. A paisagem faz parte dela e ela faz parte da paisagem.

O sentimento da paisagem é uma característica bem galega. A nossa é uma paisagem complexa muito humanizada em que cultura humana e ambiente aparecem imbricados como o faria um ser sim-biótico. Essa simbiose está hoje a se quebrar e os humanos que vivemos na Galiza sofremos a beira duma fenda que se abre pouco e pouco afastando-nos da Natureza e de seu pulso vital. Mas, ainda se pode considerar uma forte ligação afetiva entre nós e a nossa paisagem e que deixa funda pegada não só no conjunto dos habitantes, mas especialmente nos poetas galegos<sup>4</sup>.

<sup>3</sup> Vid. in *Actas do I Congreso Internacional sobre Rosalía e seu tempo*, citado, pp. 77-87

<sup>4</sup> Manuel María Fernández Teixeiro (1968), *Os Soños na Gaiola*, Cartonaxes Anmi, Lugo:

*Galiza docemente  
está ollando o mar:  
ten vales e montañas  
e terras pra labrar!  
Ten portos, mariñeiros,  
ciudades e labregos  
cargados de traballos,  
cargados de trafegos!  
Galiza é unha mai  
velliña, soñadora:  
na voz da gaita rise,  
na voz da gaita chora!  
Galiza é o que vemos:  
a terra, o mar, o vento ...  
Mais hai outra Galiza  
que vai no sentimento!  
Galiza somos nós:  
a xente e máis a fala.  
Se buscas a Galiza  
en ti tes que atopala!*

Uma paisagem colorida com diversidade de verdes, e múltiplos horizontes. É a chamada Galiza dos mil rios que é tudo menos monótona<sup>5</sup>. Ninguém pode fugir da paisagem na Galiza. Metese-nos na alma, ainda que vivamos numa vila ou numa cidade. E quando estamos longe da Terra sofremos da sua falta e de morrinha. Aureliano Pereira expressou muito bem nesta cantiga que musicou Xoan Montes e que se fez popular

*Longe da terrinha longe do meu lar  
que morrinha tenho que angustias me dão*

.....

*mas quem aló che me dera  
anque deitad' antre ortigas!*<sup>6</sup>

A paisagem e a Natureza estão presentes na literatura galega desde a época medieval dos cancioneiros como um elemento poderoso e quase que como uma personagem mais da escrita:

*Bailemos nós todas três ai amigas  
sô aquestas avelaneiras frolidas. (Airas Nunes)  
Ai froles ai froles do verde pino (D. Dinis)*

Também as forças do mar que se aliam com a espetacular paisagem como nos canta o almirante Paio Gómez Charinho, Martin Codax ou Meendinho:

*As froles do meu amigo briosas van no navio (Paio Gomez Charinho)  
Sobre o mar ven quen de amor froles ten (Paio Gomez Charinho)  
Ondas do mar de Vigo  
se vistes meu amigo?  
ai Deus se verra cedo? (Martin Codax)  
Seía na Ilha de San Simhom  
cercaron-me as ondas que grandes som (Meendinho)*

As águas são também sujeito e objeto que permanece na literatura galega:

*vaíamos amiga vaíamos dormir  
nas ribas do lago onde eu andar vi  
a las aves meu amigo (Fernando Esquiao)*

<sup>5</sup> Álvaro Cunqueiro in ADEGA Cadernos: *A Galiza dos Cen Mil Rios*

[http://adega.gal/media/documentos/C15\\_P\\_49\\_-\\_59-\\_Galiza\\_o\\_pais\\_dos\\_cen\\_mil\\_rios.pdf](http://adega.gal/media/documentos/C15_P_49_-_59-_Galiza_o_pais_dos_cen_mil_rios.pdf)

<sup>6</sup> Entre 1890 e 1899, *Lonxe da terraña*, música de Xoán Montes e letra de Aureliano Pereira. Hoje é considerada cantiga popular.

Ou ainda Johan Airas de Santiago e o seu cantar:

*Pelo souto de Crexente  
ũa pastor vi andar ...  
quando saía la raía  
de sol nas ribas do Sar.  
E as aves que voavam  
quando saía l'albor  
todas de amores cantavam  
pelos ramos d'arredor<sup>7</sup>.*

Vejamos a versão rosaliana:

*Era no mes de maio  
no mes do amor, das prantas e das frores  
mes dos suaves perfumes  
i os transparentes cores  
dos trinos dos paxariños  
das cálidas e frescas alboradas ... (Follas Novas)*

Eu encontro bastante relação entre a poesia de Rosalia e este género de cantigas medievais. Não somente nas *Cantigas de Amigo*, mas, ainda nos romances. Por exemplo:

*Franca pura e sen enganos  
canta, canta garruleira  
ó pe da verde silveira  
lavando seus panos brancos. (Cantares gallegos)*

Não faz isso relembrar aquele romance

*Caminha Dom Sancho manhancinha fria  
a Terra de Mouros a livrar cativas.  
Na beira da fonte da fonte velida  
as rendas do linho lavava a mocinha?<sup>8</sup>*

---

<sup>7</sup> As letras estão transcritas fielmente da obra *500 Cantigas de Amigo. Obras Clássicas da Literatura Portuguesa*, edição crítica de Rip Cohen, V.N. de Famalicão, Campo das Letras., 2003.

<sup>8</sup> *Romance Popular* de incerta origem. Xosé Luis García Mato diz que o escutou a uma velhinha nas terras de Friol, <http://joseluisgarciamato.blogspot.com.es/2013/09/os-romances.html>. Também cantado por Santalices que o fez famoso e recolhido por Elias Torres.

Isso me faz pensar que há uma certa linha de continuidade entre esta poesia de tempos recuados e a que se cultiva na Galiza desde então. Teophilo Braga, no prólogo que faz para a obra de *Cancioneiro Galego* de Xosé Pérez Ballesteros e dirigida por Antonio Machado Álvarez indica que as cantigas populares galegas são herdeiras daquelas cantigas medievais em que se iniciou a nossa Língua<sup>9</sup>.

Não creio que Rosalia conhecesse o romance de Dom Sancho, pois foi recolhido muito tempo depois da morte da autora, nem que fosse esperta nas cantigas medievais dos cancioneros, mas sim creio que ela fez expressão do inconsciente coletivo em que ficam sempre as lembranças e o pouso cultural dum povo como é o caso do galego.

Aliás o seu homem, Murguia era historiador sinalizado. Segundo ele: *Galicia busca en la historia la legitimidad de sus nuevas aspiraciones. Por eso los primeros regionalistas fueron los historiadores.*

### Poeta revolucionária: poesia e natureza

Rosalia com os seus *Cantares Gallegos* eleva a categoria de monumento poético a expressão popular do folclore galego. É, já por isso, uma revolucionária. E, ainda, mantém a sua identidade galaica introduzindo a paisagem galega na sua obra como uma personagem mais. A Natureza em Rosalia tem uma força condicionante. Há uma verdadeira osmose entre a autora e a Natureza.

*¡Cal o sol relumbrava  
¡Que mansamente marmuraba o río!  
I o paxariño voador cantaba  
mentras que eu camiñaba  
lixeira ó meu avío. (En Cornes) Follas Novas.*

.....  
*Pasa río pasa río  
co teu maino rebulir  
pasa pasa entre as froliñas  
color de ouro e marfil. (Cantares gallegos)*

Ou, ainda este fragmento das *Campanas de Bastavales* de que eu gosto especialmente:

<sup>9</sup> José Pérez Ballesteros (1886), *Cancionero Popular*, dirigido por Antonio Machado. Madrid . Teóphilo Braga é autor do Prólogo.



*Paseniño, paseniño,  
vou pola tarde calada  
de Bastavales camiño.  
Camiño do meu contento;  
i en tanto o sol non se esconde,  
nunha pedriña me sento.  
E sentada estou mirando  
cómo a lúa vai saíndo,  
cómo o sol se vai deitando.*

Quase podemos ver o mar e o sol se deitando nele. Quase podemos sentir a pedrinha baixo as nossas coxas e o prazer da contemplación da paisagem, doce e viçosa das Rias Baixas. A explosão das roseiras em flor na primavera, o cheirinho doce dos chucha-meles ou o suave recendo das flores brancas do sabugueiro. Gosto especialmente deste fragmento. Um de meus filhos chegou um dia da escola recitando-o quando apenas tinha 5 anos.

### **Paisagem e panteísmo: celtismo**

O Panteísmo em Rosalía é algo como a tábua de salvamento num naufrágio pressentido, doloroso e inevitável provocado pela simples dor de viver, que se acentua em sua vida com o passar dos anos.

A Natureza funciona como o refúgio que não a dececiona, porque não depende das maldades dos humanos nem das injustiças da vida. Ela, a Natureza, permanece e sempre é generosa.

*No lejos, en soto profundo de robles,  
en donde el silencio sus alas extiende,  
y da abrigo a los genios propicios,  
a nuestras viviendas y asilos campestres,  
siempre allí, cuando evoco mis sombras,  
o las llamo, respóndenme y vienen  
al fecundar la tierra con su preciosa sangre.*

.....

*En cada fresco brote, en cada rosa erguida,  
cien gotas de rocío brillan al sol que nace;  
mas él ve que son lágrimas que derraman los tristes (En las orillas del Sar)*

Unicamente a Natureza é quem vai ficar para a suster com aquilo que a mãe Terra nos deixa, porque os sentimentos são demasiado fortes e demasiado dolorosos. A Natureza é o nosso consolo, porque é capaz de se manter indiferente aos nossos sofrimentos e às nossas guerras. As *frores* nascem cada primavera apesar das falhas que os humanos cometemos, sejam guerras, crueldades, dominação ou torturas. Cada primavera a Natureza nos chama com a sua exuberância e o manto verde das *Folhas Novas* volta a estrear o seu frescor e mesmo a sua virgindade para nós se temos o gosto de o contemplar<sup>10</sup>.

Esta conceção panteísta da Natureza evoca-nos o mundo Celta e o celtismo na Galiza. Esta ideia do celtismo foi investigada e alicerçada por elementos da intelectualidade galega, já desde Murguía a quem se lhe concede valor como precursor desta linha de trabalho na procura das origens e transcendência do povo galego. Hoje as modernas descobertas em matéria de genética sustêm esta teoria do celtismo, ou Atlântismo do povo galego que iria colonizar as Ilhas Britânicas, para além das referências que se acham no *Livro das Invasões* ou *Leber Gabála Eren*.

Erick Carvalho de Mello<sup>11</sup> assegura que podemos encontrar origens de celtismo já no Padre Sarmiento, o grande vulto da cultura galega do século XVIII. Hoje há uma corrente ideológica muito forte neste sentido entre os investigadores atuais como José Barbosa e o Padre Antonio Fontes de Vilar de Perdizes (Tras-Os-Montes, Portugal)<sup>12</sup>.

Nos povos celtas a Natureza joga um importante papel no imaginário coletivo dos seres humanos. Se há ou não celtismo na obra de Rosalia seria discutível. Eu creio que não é um celtismo consciente, mas sim inconsciente. Residido na sua conceção da Natureza como ente criador, em comunhão com os seres humanos (nomeadamente ela e a sua poesia) e o resto dos seres vivos.

---

<sup>10</sup> Vid. *En las orillas del Sar*.

<sup>11</sup> Erick Carvalho de Mello, Doutorando em Memória Social na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

<sup>12</sup> José Barbosa mantém em *Jornadas Luso-Galaicas de Montalegre* em Pitões das Júnias (Montalegre, Portugal) junto do Padre Fontes, ilustre vulto da cultura transmontana, desde há mais de 10 anos. Nelas estudam-se diferentes aspetos da *koiné* céltica sendo consideradas Galiza e Portugal integrantes mais sinalizados. <http://jornadagalagoportuguesas.blogspot.com.es/2012/>. Cumpre salientar as pesquisas do Padre António Fontes ativista na recuperação de valores da cultura tradicional. O Professor Higinio Martins, da Universidade de Buenos Aires, tem um estudo bem profundo acerca das *Tribus Calaias* (ou Celtas) (Edições da Galiza, 2008), pescudando as pegadas mais antigas dos/ as Galegos/os através da toponímia galega.

Ainda bem, não esqueçamos que Rosalia teve muito relacionamento com os Pondal, foi muito amiga de Eduarda a irmã pequena de Eduardo Pondal<sup>13</sup> nos onde o celtismo começava a tomar forma de paradigma cultural na Galiza.

*...dicen que no hablan las plantas, ni las fuentes ni los pájaros  
ni las ondas com sus rumores, ni com su brillo los astros:  
lo dicen, pero no es cierto, pues siempre cuando yo paso  
de mi murmuran y exclaman:-Ahí va la loca, soñando  
con la eterna primavera de la vida y de los campos ... (En las orillas del Sar)*

Há animismo em Rosalia, como aliás, no *inconsciente coletivo* do povo galego. Identidade com a Natureza quer na vida quer na morte. Na cultura popular a morte é apenas isso: Um passamento: Porque as almas dos defuntos fazem o passamento deste mundo ao *outro*.

### Estrangeira na sua Pátria

Vejamos este curioso poema, que ela intitula assim, em que almas e vivos convivem. Francisco Rodriguez faz um pormenorizado estudo dele na obra citada.

*Na xa vella baranda  
entapizada de hedras e de lirios  
/foise a sentar calada e tristemente  
frente do temprio antigo.  
Interminable precesión de mortos,  
uns en corpo nomáis, outros no esprito,  
veu pouco a pouco aparecer na altura  
do direito camiño,  
que monótono e branco relumbraba,  
tal como un lenzo nun herbal tendido.  
Contempróu cál pasaban e pasabancollendo hacia o infinito,  
sin que ó fixaren nela  
os ollos apagados e afundidos  
deran sinal nin moestra  
de habela nalgún tempo conocido. (En las orillas del Sar)*

<sup>13</sup> Eduardo Pondal foi autor da letra do *Hino Galego* e um expoente do Celtismo na Galiza. *Las Literatas. Carta a Eduarda*, artigo publicado por primeira vez no *Almanaque de Galicia*, Lugo, 1865. Rosalia trata dos preconceitos sociais que dificultam as mulheres se dedicarem à tarefa literária. A obra parte duma atitude semelhante da adotada no século seguinte por Virginia Woolf (1929) em *A room of one's own* (1929). Vid. Rosalía de Castro. Obra completa, Padrón, Fundación Rosalía de Castro, 1996, pp. 493-495

As referências à Santa Companhia, em Rosalia são recorrentes. O convívio dos seres vivos com os do *mundo inferior* ou que já fizeram o *passamento* aparece em muitas das suas poesias e ainda no caráter mágico e simbólico de seu romance *El Caballero de las Botas Azules*.

Nas crenças populares as âlmas em pena caminham polos caminhos nas noites. Esta crença está tão enraizada que eu conheço pessoas que asseguram ter visto a Santa Companhia<sup>14</sup>.

Segundo este celtismo, na cultura popular galega os mortos e os vivos alcançam um certo convívio que faz com que o mundo não se acabe com a morte que por isso tem categoria de *passamento*. Muitos rituais, na Galiza lembram estas crenças que são anteriores ao cristianismo e comuns aos de outros países de tradição celtas e, mesmo outras culturas animistas e panteístas, como muitas africanas<sup>15</sup>.

Ao fim, galegas, celtas, africanas ou brasileiras, os seres humanos são o mesmo para onde quer que olhemos. E, quando vivemos mergulhados numa paisagem poderosa, onde a VIDA cobra força e mantêm o seu domínio, a nossa existência de seres humanos rebela-se claramente fazendo parte dessa natureza viçosa e criadora, como é o caso da Galiza ou Portugal.

Vea-se esta união com a natureza e o além no pranto pela morte da sua mãe:

*Ah, de dolientes sauces rodeada,  
de húmeda hierba y ásperas ortigas;  
¡Cual serás, mi madre, en tu dormir turbada  
por vagorosas sombras enemigas! (A mi madre, En las Orillas del Sar)*

A *Negra Sombra*, a sua poesia mais conhecida, a mais enigmática e mais transcendente, mostra esse *elan vital* -e não vitalque acompanha todo o

---

<sup>14</sup> *Santa Companhia* ou *A Companhia* ou as *Estantigas* é uma procissão de espíritos que anda pelos caminhos nas noites escuras. Podem levar consigo alguém que as veja.

Na Galiza existem diversos lugares considerados pola cultura popular como Portas do Além, ou lugares em que o mundo inferior pode, eventualmente, conetar com o mundo dos vivos. Eu conheço duas, uma considerada de passagem horizontal, no Monte do Seixo em Cerdedo (Pontevedra), estudada por Carlos Solla, e outra de passagem vertical em Oburiz, Guitiriz (Lugo), estudada por André Pena Granha). Online:

<http://www.galiciaencantada.com/lenda.asp?cat=18&id=1737>

<http://despertadoteusono.blogspot.com.es/2012/02/os-deuses-da-morte-e-relacao-com.html>

<sup>15</sup> Mia Couto utiliza estas crenças como figuras redundantes em *Mulheres de Cinza* quase todas as suas obras, mas nomeadamente em *Arreias do Imperador*, trilogia Moçambicana, Ed. Caminho, 2016.

humano ainda depois de perder sua condição de vivo. Essa força que Bergson define como a espontaneidade criativa<sup>16</sup>. Não vou fazer cá uma análise do significado metafísico desta poesia (*Negra Sombra*). Fê-lo já muitos comentaristas entre outras M.<sup>a</sup> Pilar Garcia Negro<sup>17</sup>, Carvalho Calero<sup>18</sup> e um longo ronsel de estudiosos/as da literatura galega.

Pilar Garcia Negro sustém que a *Sombra* é aquela força que nos afasta do mundo real. Profunda no significado semântico da expressão popular *assombrar*. O significado de *sombra que me assombra* não é de espanto ou de admiração. É a *Sombra* que pode nos colocar no mundo do imaginário do não real. É a que nos engana e nos prende para além do mundo da cordura, Como dizia Curros<sup>19</sup> de Rosalía:

*A probe da Tola:  
Ai dos que levan na frente unha estrela  
ai dos que levan no bico un cantar.*

Ela própria reconhece-se como *tola* ou louca. Não porque o esteja, mas por aquele desassossego que provoca a tensão criativa que a impulsiona a escrever como se isso fosse uma necessidade vital. Porque a sua sensibilidade extrema a faz sofrer com quem sofre e rebelar-se contra as injustiças que se cometem contra o povo indefenso e iletrado que é privado das terras de seu abrigo e mesmo da roupa vestida, ficando-lhe como única possibilidade de sobrevivência a emigração.

*Vendéronlle os bois,  
vendéronlle as vacas,  
o pote do caldo*

<sup>16</sup> *L'élan vital désigne un processus créateur et imprévisible qui organise les corps qu'il traverse. C'est une force qui saisit la matière et introduit l'indétermination et la liberté. C'est la spontanéité créatrice (contrariée d'ailleurs par la nécessité de la matière.* in Bergson, *L'élan vital explique l'évolution du vivant*.

<sup>17</sup> M.<sup>a</sup> Pilar Garcia Negro (2013), *Arredor da negra sombra*, *Cadernos Ramon Piñeiro*

<sup>18</sup> Vid. Carvalho Calero, *Contribución ao estudo das fontes literarias de Rosalía*. Discurso lido o día 17 de maio de 1958 no acto da súa recepción na RAG polo Excmo. Señor Don Ricardo Carballo Calero e resposta do Excmo Señor Don Ramón Otero Pedrayo.

<sup>19</sup> Curros Enriquez:

*Do mar pola orela mireína pasar  
Na frente uma estrela no bico um cantar  
e vinna tan soia na noite sem fin  
Que ainda chorei pola probe da tola  
eu que non tenho quem rece por mim.*

*i a manta da cama.  
Vendéronlle o carro  
i as leiras que tiña;  
deixárono sóio  
coa roupa vestida.*

A *Sombra* é o azar, o fado, o inevitável que nos pode levar a destruição. A *Sombra* é o destino malfadado da Galiza que a faz submetida a um poder alheio. Que a faz negar-se a si própria. Que lhe impede levantar o voo e por em valor tudo o que a Natureza generosa lhe tem concedido.

### **A identidade na natureza**

Esta Natureza viçosa que temos faz acordar nas poetas galegas/os um forte amor à Terra. Depois de Rosalia a Natureza e o ambiente é cantado como sinal de identidade e de Galeguidade.

Como acontece com Manuel Maria da *Terra Chã*, citado supra, ou o grande Uxio Novoneyra<sup>20</sup> o poeta do Courel, que canta as suas montanhas natais: *Courel de Tesos cumes* ...

A identificação com a Natureza está em Rosalia e, em geral, em toda a poesia galega.

---

<sup>20</sup> *Courel dos tesos cumes que ollan de lonxe!  
Eiquí síntese ben o pouco que é un home*

....

*Serra aberta!  
Inmensa antiga herencia!  
Eu son esta coor de soidá.  
Ancares soñados de lonxe!  
Penas de Marco de Medio,  
Mundo en ringuileira  
do Candedo ás Moas!  
Alto da Lucenza,  
Formigueiros, Montouto, Pía-Paxaro  
tesos cumes do Courel! Pobos probes  
ardidos de tristura mouros de queimados!  
Cumes soas i escuras  
correndo núas  
pra a Maior Soidade e Negrura!  
Uxío Novoneyra (1955), *Os Eidos**

Porque a Paisagem nos namora e faz-se lirismo como em A. Cunqueiro<sup>21</sup>.

Ou nos abruma e nos doe, quando contemplamos inermes a sua destruição. Para Rosalía o ânimo pessoal fica influído pelo sentir da Natureza e com ela identifica-se quer na alegre primavera (Lago González) quer no decair do outono. É o que se conhece como *pathetic fallacy*, como no primeiro poema de *Follas Novas* (V):

*Follas Novas! Risa dame  
este nome que levás  
cal si unha mouroa bem mouroa  
branca lle oise chamar  
Non follas novas; ramallo  
de toxos e silvas sós:  
irtas como as miñas penas;  
feras como a miña dor.*

## A ecologista

Rosalía mostra-se moderna nesta faceta reivindicativa. O Panteísmo dá passo a um reconhecimento do ambiente como algo de valor que herdamos de nossos maiores e que temos a obriga de deixar em herança aos nossos descendentes. Encontramos nela bem diferenciados conceitos que, ainda hoje, a maioria da gente não diferencia. Bosque não é o mesmo que souto nem que carvalheira ou sobreiral. Ela faz diferenças não só de espécies, mas de comunidades vegetais. Cf. in *Follas Novas*, de Rosalía de Castro:

*Xigantescos olmos, mirtos  
que brancas frores ostentan,  
unhas con cogollos inda,  
outras que o vento esfollea.  
Buxos que xa contan sigros  
que xuntos verdequean<sup>22</sup>.*

---

<sup>21</sup> Álvaro Cunqueiro (1980), *Cantiga nova que se chama riveira* in *Obra en galego completa*, Vigo, Editorial Galaxia:

*No ninho novo do vento  
hai uma pomba dourada  
quem poidera namora-la, meu amigo*

<sup>22</sup> E continua:

*... formando de rama e troncos  
valos que naide atravesa,*

A identidade entre seres humanos e paisagem mostra-se no poema *Castellanos de Castilla*, onde liga a dureza do ambiente com a dureza das suas gentes que menosprezam os galegos que lá vão ceifar o pão como pobres *alugados*: À sega.

A natureza vem em ajuda da poeta, para fazer justiça e para apoiar as suas

---

*nos que moi descansadas  
fan o seu niño as culebras.  
pola altura i a nacenza,  
pois arraigaron a un tempo  
no máis profundo da terra.  
Limoeiros e laranxos  
que o verde musgo sombrean  
i olido esparcen de azare  
con que a xente se recrea.  
Eternos bosques en donde  
sombrio misterio reina,  
onde só os paxaros cruzan  
polas tristes alamedas  
onde ó marmular as fontes  
un coidara que se queixan,  
i onde o mesmo sol do estío  
melancónico penetra.  
I en medio desta espesura  
desta hermosa tristeza,  
nunha casa inda máis triste,  
si de fachada soberba,  
alí dín que ten o niño  
a nai de toda-las meigas:  
casa con portas de cedro,  
en cada ventana reixa,  
cociña coma de monxes,  
silencio coma de igrexa,  
criados que non dan fala,  
cans que morden como feras.  
Alí a viron negra e fraca  
como unha gata famenta,  
no máis san e máis florido da hermosa terra gallega.  
I estes mals que nos afrixen  
dín que todos veñen dela ...  
¡Mais socede nesta vida  
que os que tén culpa n'a levan! (Follas Novas)*



reivindicações contra o maltrato que Castilla e Castellanos fazem aos galegos obrigados a ganhar o sustento como alugados ou temporários<sup>23</sup>:

*¡Castellanos de Castilla,  
tendes corazón de aceiro,  
alma como as penas dura,  
e sin entrañas o peito!*

....

*Que Castilla e castellanos,  
todos nun montón a eito,  
non valen o que unha herbiña  
destes nosos campos frescos.  
Sólo pesoñosas charcas  
detidas no ardente suelo,  
tes, Castilla, que humedezan  
eses teos labios sedentos.  
Que o mar deixóute olvidada  
e lonxe de ti correron  
as brandas auguas que traen  
de prantas cen semilleiros.  
Nin arbres que che den sombra nin sombra  
que preste alento ...  
Llanura e sempre llanura,  
deserto e sempre deserto ...  
Esto che tocóu, coitada,  
por herencia no universo;  
imiserable fanfarrona ...!,  
triste herencia foi por certo.  
En verdad non hai, Castilla,*

---

<sup>23</sup> Esta é a poesía que Pilar Garcia Negro define como “unha bomba”. (O *Clamor da Rebeldia*, acima citada). Como um símbolo claro e sem duvidas da injustiça e os abusos a que os pobres (os galegos) são submetidos pelos mais poderosos. É também o desprezo a que Espanha tem relegada a Galiza. Ainda noutro poema também muito contundente, a poeta afirma:

*Galiza non queras  
nunca chamarte española  
que España de ti se olvida  
siento tu tan hermosa.*

*nada como ti tan feio,  
que aínda mellor que Castilla  
valera decir inferno<sup>24</sup>.*

A defesa da Terra, em virtude da sua paisagem, e a união que têm com ela os que cá habitam (Galiza) conduz, na poesia *Calade!*, a um moderno conceito do que hoje chamamos *Perceção Cultural da Paisagem*:

Calade!  
*Hai nas ribeiras verdes, hai nas risoñas praias  
e nos penedos ásperos do noso imenso mar  
fadas de estraño nome, de encantos non sabidos  
que só con nós comparten seu prácido folgar  
Hai entre a sombra amante das nosas carvalleiras  
e nas cortiñas frescas no vívido esplendor,  
e no romor das fontes, espíritus cariñosos  
que só ós que aquí naceron lles dan falas de amor  
I hai nas montañas nosas e nestes nosos ceos  
en canto aquí ten vida, en canto aquí ten ser,  
cores de brillo soave, de transparencia humida,  
de vaguedade incerta, que a nós só dan pracer.  
Vos, pois, os que nachechedes na orela doutros mares,  
que vos quentás a chama de vivos lumiares,  
e só vivir vos compre baixo un ardente sol,  
calai se n'entendedes encantos destes lares,  
cal n'entendendo os vosos, tamén calamos nós. (Follas Novas)*

Esta sempre foi uma poesia muito amada por mim, pois a utilizei com frequência nas minhas aulas de CIENCIAS DA TERRA E DO AMBIENTE, para introduzir o tema *A Percepción Cultural da Paisaxe*.

Com efeito, Rosalia rebela-se contra quem alcunha de feia Galiza, arguindo que estas pessoas simplesmente não compreendem a nossa idiossincrasia. A paisagem faz parte da nossa cultura. Esse é seu argumento. Por tanto: *sede educados e respeitai os nossos gostos!* (a nossa cultura) como também nós respeitaremos os vossos.

<sup>24</sup> Este poema foi feito como resposta ás humilhações e burlas que os galegos sofriam ao irem trabalhar, *Os Alugados*.

Rosalía é ECOLOGISTA<sup>25</sup> pela sua identidade com o ambiente, e por o *sentido ético da vida*. Como diz Yara Gonzalez-Montes: *La ética va a ocupar un lugar primordial em su poesia*. Eu tenho para mim que este é o seu motor principal. Por isso é grande, porque o sentido de responsabilidade vai unido ao ético e , jaquelogo ao estético, Não há estética sem ética. Ela não vê apenas um povo que sofre, vê também uma Natureza que pode ser generosa, mas também que pode ser maltratada . E deste jeito chegamos à assombrosa modernidade em Rosalía: *A defesa da natureza porque é um bem comum*. Porque temos a obriga de lha render aos nossos descendentes da mesma maneira que nos foi transmitida por quem nos precederam. O moderno conceito da Economia do bem Comum, está já presente na autora<sup>26</sup>.

Olhai senão estes versos de *En Las Orillas del Sar*. Poderiam ser escritos hoje pela atualidade da sua temática, *A Desflorestação*

*Bajo el hacha implacable, icuan presto!  
en tierra cayeron  
encinas y robles!  
Y a los rayos del alba risueña  
Que calva aparece  
la cima del monte  
Los que ayer fueron bosques y selvas  
de agreste espesura,  
Donde envueltas em dulce misterio  
al rayar el día  
flotaban las brumas  
y brotaba la fuente serena  
entre flores y musgos oculta,  
hoy son áridas lomas que ostentan  
deformes y negras sus hondas cisuras.*

Mas, ainda ecologista reivindicativa, queixa-se pelo despojo provocado no Bosque de Conjo, ordenado pelo Cardeal Payá, que acaba de chegar a Compostela desde Valencia. Rosalía tem razão. A tala maciça desta antiquíssima floresta é um desastre ainda sem reparar hoje, pois em Conjo (Compostela) nada fica

<sup>25</sup> Vid. Andrés Pociña e Aurora López (2004). *Rosalía de Castro Obra Completa*, Compostela, Sotelo Blanco. Tomos I/ II

<sup>26</sup> Vid. Elinor Ostrom, Prémio Nobel 2009 de Economia Polo seu trabalho *O Governo dos Bens Comuns*.

daquela grande e diversa massa arbórea. Ela descreve as diferentes espécies que a compunham e que vão caindo sob o machado dos lenhadores. E polo que se vê deve ser a única voz que se levanta contra este atentado ambiental,

*Jamás lo olvidaré!  
De asombro llena  
al escucharlo, el alma refugiose  
em si misma y dudó.. pero al fin, cuando  
la amarga realidad, desnuda y triste,  
ante ella se abrió paso, em luto envuelta...*

.....

*Profanación sin nombre! Dondequiera  
que el alma humana inteligente, rinde  
culto a lo grande, a lo pasado culto,  
essas selvas agrestes, esos bosques  
seculares y hermosos, cuyo espeso  
ramaje abrigo y cariñosa sombra  
dieron a nuestros padres, fueron siempre  
de predilecto amor, lugares santos  
que todos respetaron.*

*No! En los viejos robledales umbrosos, que hacen grata  
la mas yerma región, y de los siglos  
guardaban gravada la imborrable huella.*

.....

*Los pájaros huidos y espantados  
al ver dehecha su morada.*

.....

*Mas nosotros, si talan nuestros bosques — quedan ya tan pocos —*

.....

*Pero que' Alguno exclamará indignado al oír mis lamentos ...  
Porque gime así importuna esa mujer! ...  
Mas oh! Señor a consentir no vuelvas  
que de la helada indiferencia el soplo  
apague la protesta em nuestros labios,  
que es el silencio hermano de la muerte  
y yo no quiero que mi Patria muera,  
sinó que, como Lázaro Dios bueno!  
resucite a la vida que há perdido*

*Y com voz alta que a la gloria llegue  
le diga al mundo que Galicia existe  
tan llena de valor  
cual tu la has hecho, tan grande y tan feliz cuanto es hermosa.*

Há nestes versos toda uma declaração de princípios. As árvores são a nossa herança e são o nosso futuro. Mas aquele verso, *Por que gime así importuna essa mujer* da-nos a chave de muitas cousas.

Entre elas a suspeita de que será ridicularizada por se doer da destruição ambiental, e que esse menosprezo utilizará o *machismo* para ter mais força e tentar banalizar a sua protesta. (Sabemos muito disso as mulheres que tentamos intervir na *cousa pública*).

Pelo que parece a queixa de Rosalia não é só pela desfeita arvoricida, mas também pelo silêncio que acompanha o magnicídio. E só a voz dessa *inoportuna mulher* parece levantar-se contra o machado destrutor. Contra os abusos do poder de quem acaba de chegar e nada compreende desta Terra. E de quem, como o avarento Cardeal Payá, vai se movimentar pelo dinheiro da venda da madeira, cego fronte ao valor da natureza que destruiu. Chegado de Valência, semelha não compreender o nosso amor a natureza e a nossa comunhão com ela. Francisco Rodriguez na sua obra (já citada) dá sinal desta poesia como alegato ecologista de denuncia do abuso da autoridade e de espreço do Cardeal Payá que acaba de chegar doutra terra Mais seca, mais soleada e menos arborizada que Galiza<sup>27</sup>.

### **A modo de resumo ou colofão**

Rosalía é, como ela mesma diz, *Uma Rosa de cem folhas*<sup>28</sup>. Multifacetada, como o é a mesma NNtureza que ela defende, nenhuma cousa de seu mundo lhe é alheia. E toma partido. Implica-se. Porque é uma mulher comprometida e porque a ética é o fundamento da sua vida. Por isso não pode ser alheia a nenhuma injustiça. Mesmo a que se faça contra da Natureza. E canta a Galiza, como

---

<sup>27</sup> Vid. Andrés Pociña e Aurora López (2000), *Rosalía de Castro Estudios sobre a Vida e a Obra*, Laiovento, pp. 268-273. Os estudos destes autores acerca des Rosalia são incompletíssimos e acabam por tocar todos os aspetos da sua obra.

<sup>28</sup> Vid. Carvalho Calero (1986), *Umha Rosa de Cem Folhas in Actas do Congreso Internacional de Estudios sobpre Rosalia d Castro e o sei Tempo*. Universidade de Santiago-Consello da Cultura Galega, Tomo II.

consequência do amor à Natureza, à Terra (*Terra a Nosa!*<sup>29</sup>) e à esta sua Nação que julga injustamente tratada e desprezada no conjunto dos povos da Espanha.

*Pobre Galicia non debes chamarte nunca española  
que España de ti se olvida  
quando eres, aí! tan hermosa.*

Canta os seus rios, as fontes e regatos pequenos, o mar e os bosques, e não só. Canta os carvalhos como árvore distinguida entre as árvores<sup>30</sup>. A raiz celta nelas aninhada. O conjunto da sua obra mostra uma Rosalia identificada com a sua terra e com suas Raízes no mais amplo sentido da palavra.

É a primeira Ecologista. A primeira Feminista. A primeira Nacionalista. É a primeira socialista no senso de se doer da sociedade em que vive e de defender que todo o mundo tem direito as mesmas oportunidades: *A xusticia pola man (Follas novas)*.

---

<sup>29</sup> *Terra a Nosa! Este grito é muito popular na Galiza. Ainda ignorando de onde é que procede. A poeta é nosa até esse ponto!*

*¡Terra a nosa!  
Baixo a prácida sombra dos castaños  
do noso bon país;  
baixo aquelas frondosas carballeiras  
que fan dose o vivir;  
cabe a figueira da paterna casa,  
que anos conta sin fin,  
¡qué contos pracenteiros, qué amorosas falas se din aí!  
¡Risas que se oíen nas seráns tranquilas do cariñoso abril!  
E tamén ¡qué tristísimos adioses  
se acostuman oír! ...  
¡Aí!, o que en ti nacéu, Galicia hermosa,/quere morrer en ti.*

<sup>30</sup> Los Robles  
*Bajo el hacha implacable  
cuan presto/en tierra cayeron encinas y robles ...  
Torna roble arbol patrio a dar sombra  
cariñosa a la escueta montaña  
donde un tiempo la gaita guerrera  
alentó de los nuestros las almas ...  
Torna presto a poblar nuestros bosques  
y que tornen contigo las hadas  
que algun tiempo a tu sombra tejieron  
del héroe gallego,  
las frescas guirnaldas.*

Uma mulher de grande cultura para a época em que lhe tocou viver. Boa cantora com uma linda voz de mezzo soprano. Boa atriz de teatro, tocava a guitarra, o piano e a harpa. Escreveu em galego, arriscando a sair ao público num tempo em que isso era inesperado, e em castellano. Era, sim, uma *rosa de cem folhas*. Como o é a realidade, multi-facetaria.

Bem haja nossa devanceira honra das mulheres e dos homens bons e generosos.

### Links de interesse

Comparativa entre Florbella Espanca e Rosalía.: Letra e Fel *Revista Literária* Renata Bomfim. Escritora Capixabá. :<http://www.letraefel.com/2013/07/rosalia-de-castro-flor-da-galicia.html>

Marina Mayoral (1972), *La poesía de Rosalía de Castro*, Madrid, Gredos  
[http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/la-poesa-de-rosala-de-castro-o/html/01bee4cc-82b2-11df-acc7-002185ce6064\\_11.html#I\\_9\\_](http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/la-poesa-de-rosala-de-castro-o/html/01bee4cc-82b2-11df-acc7-002185ce6064_11.html#I_9_)

Maria do Cebreiro (2014), La hija del mar: ¿un poema de Rosalía de Castro? in *Revista Canadiense de Estudios Hispánicos* (University of Ottawa, Asociación Canadiense de Hispanistas) 38/2, pp.379-390  
<http://mariadocebreiro.net/espanol-la-hija-del-mar-un-poema-de-rosalia-de-castro/>

A paisagem estado emocional (2016), <https://valfluvialdolouridocorcoesto.com/2016/10/18/caminos-de-aldea-a-paisaxe-marco-ambiental-do-estado-emocional-do-caminante/>

Sobre Rosalía de Castro (15/05/2018), El País: [http://elpais.com/tag/rosalia\\_de\\_castro/](http://elpais.com/tag/rosalia_de_castro/)

### ADELA CLORINDA FIGUEROA PANISSE

Adela Clorinda Figueroa Panisse (Lugo, Galiza) cultiva a arte, a revolta e as amizades, enquanto participou nas primeiras reuniões do *Acordo da Ortografia simplificada* no Rio de Janeiro (1986), convidada pela Academia de Ciências de Lisboa e Academia Brasileira de Letras e colaborou no livro de comentários ao *Primeiro Acordo Ortográfico* (1988).

Professora reformada de Biologia e Educadora Ambiental, na atualidade é ativista em ecologia pela *Associação para Defesa Ecológica da Galiza* (ADEGA) e escritora em poesia e prosa. Recebeu o Prémio de Teatro Infantil (2018), organizado por O Facho (Crunha) com a obra *Pingas, O Ciclo da Água* para crianças; também o Prémio literário de relato Arumes do Corgo (2013) pela obra *As Águas Caldas*.

É autora de *Rosalias*. Comparação entre Rosalind Franklin (Descobridora da estrutura do DNA ocultada conscientemente por Watson, Crik e Wilkinson que levaram o Prémio Nobel por este descobrimento) e Rosalía de Castro, mulheres lutadoras, uma na ciência e outra na literatura, Literarte, obra coletiva 2015.

**Johan Vicente Viqueira  
e a Comunidade  
Lusófona da Galiza (I)**

António Gil Hernández

**Resumo**

No artigo procura-se expor quais foram os fundamentos teóricos (e mesmo filosóficos) que Johán Vicente Viqueira (Biqueira) repetidamente utilizou para evidenciar que a Galiza frui da condição nacional, ligada intimamente à sua integração na Comunidade lusófona (e lusógrafa), de que, junto com a atual região do norte português (*usque ad Mondecum*), foi Mãe e Senhora.

**Palavras-chave**

Galiza, Comunidade lusófona, evolução criadora, projeto político, autonomia integral.

**Abstract**

The aim of the article is to state the theoretical (and even philosophical) foundations which Johán Vicente Viqueira (Biqueira) repeatedly used to evidence that Galiza enjoys a national condition, intimately linked to her integration into the Portuguese-speaking (and Portuguese-writing) Community, of which, together with the present day region of northern Portugal (*usque ad Mondecum*), she was Mother and Lady.

**Key words**

Galiza, Portuguese-speaking Community, creative evolution, political project, total autonomy.



Ao Prof. Celso Ferreira da Cunha,

que, em congruência com os saberes romanistas, sustentou a opinião razoável de que *zelar pelo enriquecimento, aperfeiçoamento e difusão da nossa língua é, antes do mais, um ato patriótico, que visa evitar que se torne ela um mero instrumento de comunicação elementar entre os seus usuários.*

Tenho uma razão fundamental contra a ortografia fonética: admitindo-a apartar-nos-íamos do mundo linguístico inteiro. E isolar-se é morrer! Nenhuma língua se escreve foneticamente. Sobretudo isolar-nos-íamos do português. O galego, não sendo uma língua irmã do português, senão uma forma do português (como o andaluz do castelhano) tem-se que escrever, pois, como português. Viver no seu seio é viver no mundo; é viver sendo nós mesmos!

Johán Vicente Viqueira em *A Nosa Terra*, 5 de outubro de 1919

## Introdução

O artigo foi texto da palestra que tive a honra de expor nas II Jornadas sobre Pensamento Galego (3 de novembro-15 de dezembro de 2011), impulsadas pela FUNDAÇÃO VIQUEIRA. Aos seus integrantes e, em particular, ao amigo Manuel Miragaia, agradeço e agradeço por me convidarem a participar com um assunto ou conjunto de temas, que tratou com intensa profundidade Johán Vicente Viqueira López-Cortón, vizinho desta Terra.

Coloco, à partida, um quadro (quase) sociológico de referência, que compendia as reflexões do sociólogo Lluís Vicent Aracil<sup>1</sup> sobre a mentalidade societária (ele diz sociológica) oposta à *antisocietária* (antisociológica) em que reúno atitudes, contraditórias, dos respetivos *notáveis/notables* face à presumível *Língua Nacional* Galega ou Portugalega<sup>2</sup>, e à efetiva *Lengua Nacional* do Reino *bourbónico de España* [RbE].

<sup>1</sup> Organizo o quadro sobre a caracterização proposta por Lluís V. Aracil no artigo “El racionalisme oligàrquic” (Aracil 1983: 62), quem, por sua vez, o toma e resume de Malcolm Chapman (1978), *The Gaelic vision in Scottish culture*.

<sup>2</sup> Em expressão do Prof. Rodrigues Lapa (1979: 127): “[...] fala galega, mas língua literária portuguesa da Galiza sob o nome de portugalego, isto é, com as peculiaridades próprias de cada uma, sem prejuízo da unidade fundamental.” Vid. Carlos Durão (2010), *Síntese do reintegracionismo contemporâneo* (4). Online: <http://estrolabio.blogs.sapo.pt/45333.html>

MENTALIDADE SOCIETÁRIA	MENTALIDADE ANTI-SOCIETÁRIA
Uso do idioma	Estrutura do idioma [Morfo-fonética]
Instrumento adequado e produto correto	Idioma, signo distintivo a ostentar [ritualizado]
História prospectiva: Funções	História retrospectiva: origens [seletivas]
Mudança incessante: Existência	Perenidade imutável: Essência
Espírito positivo: Explicação dinâmica	Espírito metafísico: Contemplação estática
Fazer: Produzir, realizar	Ser: personalidade, identidade
Iniciativa, atividade responsável	Inibição, passividade fatalista
Ações eficazes	Afirmações, pronunciamentos [vácuos]
Orientação pragmática	Orientação simbólico-expressiva
Estilo prosaico: Reflexão crítica	Estilo retórico-poético: Exaltação sentimental
Politização: Vida diária	Apoliticismo: Âmbitos excepcionais
Plenitude (Língua transnacional)	Redução, confinamento (dialeto)

O quadro aponta atitudes e também ações dos *notables* sobre a sociedade *española* que assumem e notabilizam como própria (coluna da esquerda) e, paralelamente, a sociedade ou sector da sociedade que consideram estranha e, portanto, se for o caso, dominável e mesmo extinguível (coluna da direita)<sup>3</sup>.

Aplicado ao *caso do RbE com/contra a sociedade galegófona*, cumpre advertir que os *notables* do RbE, na *Comunidad Autónoma de Galicia* [CAG] e fora dela, estão em guerra, mais ou menos camuflada, contra a *Comunidade*

<sup>3</sup> Noutro texto propus a correlação (quase) dialética entre NAÇÃO, ESTADO e SOCIEDADE: “[...] Sei que simplifico, Manuel, mas insisto na perceptível correlação dialética: nação ou tese, estado ou antítese e sociedade ou síntese, que, por sua vez, pode constituir-se em tese, a iniciar ou alicerçar ulterior correlação dialética.” (Gil Hernández 2016.2018: 179)

*Linguística Lusófona* e, por consequência, contra as diferentes *Comunidades de Fala Galega*, que implementam diversas realizações da *Língua Nacional da Galiza*<sup>4</sup>. Estas, *Comunidades, Língua e Falas*, acham-se mal protegidas pela legalidade constitucional do RbE, sem embargo do § 2 do art. 3.º da *Constitución española* de 1978 (em diante CE 1978). Em particular, as *Comunidades de Fala Galega* situadas fora da CAG acham-se radicalmente desprotegidas, apesar ou contra o § 3 do referido art. 3.º da CE 1978.

*Iruinean Sortua e o Art. 3.º da Ce 1978*

É nesse contexto social e político que cumpre situar as reflexões (e notícias) que seguem para entender o que se passa na Galiza (*Comunidade Lusófona* e, correlativamente, *Comunidades de Fala galegas*) e para ulteriormente aprofundar no pensamento e nos atos do Viqueira, que projeto aos nossos tempos.

---

Na confrontação Galiza / *Galicia*, essa correlação acha-se implementada pelo corpus legislativo do RbE, se referida a *Galicia* (REGIÃO / ESTADO-RBE / COMUNIDAD AUTÓNOMA), mas é deficiente, mesmo do ponto de vista dos notáveis nacionalistas, se referida a Galiza (NAÇÃO? / NÃO ESTADO / SOCIEDADE?).

<sup>4</sup> No seio de estados (não falidos), os conceitos de *Comunidade de Língua* (Nacional-Oficial) e *Comunidades de Fala* são facilmente determináveis, porquanto os respetivos objetos são oficialmente reconhecidos: *Comunidade de Língua* vem sendo identificada com a *Comunidade Nacional* que o estado à partida estabelece; *Comunidades de Fala* identificam-se com grupos homogêneos de pessoas que realizam oral e oficiosamente uma Língua não nacional. A dificuldade surge no momento em que o estado existente não assume como nacionais umas determinadas línguas, mas apenas como regionais que, para além, confronta de *facto et de iure* com a Nacional-Oficial do Estado até as submeter nos usos e mesmo na formalização aos usos e formalização da referida *Lengua nacional-Oficial*.

Ainda que referido à situação da Itália, vale a pena aproveitar as reflexões da Prof.a Barbara Turchetta em “Immaginare e costruire una identità: riflessioni sulla nozione de comunità linguistica”. Em particular:

Proprio per una sua connotazione simbolica, l'idea di comunità si presta già dall'800 a valorizzare i legami genetici e quelli territoriali. La comunità deve dunque fondarsi su una identità collettiva, scientificamente provata anche da comuni comportamenti linguistici, che parta da un punto, si diffonda e si generalizzi alla collettività, per condurre ad una istituzionalizzazione della sua presenza e delle frontiere che ne delimitino e nel contempo ne difendano gli elementi costitutivi. Anche in una prospettiva di osservazione più attuale, come potrebbe essere quella che vede la comunità come composta da individui che condividono un insieme di pratiche sociali, fra le quali quelle comunicative che sono veicolate dalla lingua, quest'ultima prescinde da un modello (standard) di riferimento, ma si riconosce in un repertorio socialmente condiviso, dove gli elementi che lo compongono sono in parte centrali ed in parte marginali. Solo la condivisione degli elementi centrali costituisce il nucleo ideologico del senso di appartenenza al gruppo. (Turchetta 2008:3)

Se hoje, quando *las demás lenguas españolas* estão constitucionalmente declaradas *oficiales en las respectivas comunidades autónomas*, a desfeita da galega, da Comunidade Lusófona da Galiza avança velozmente, podemos inquirir qual seria a situação da Galiza, dos utentes de galego e os ânimos dos ré-galeguizadores nos tempos das IRMANDADES DA FALA, de que Viqueira foi primeiro conselheiro na Crunha? Dito por outras palavras, a oficialização, subsidiária, não melhorou, antes piorou nos factos o estatuto das *demás lenguas españolas*, em particular, da galega. Essa realidade permite-me comparar as teorizações e atuações de duas pessoas, para mim muito queridas: Lluís V. Aracil relativamente à situação das *comunidade lingüísticas inclusas no RbE* e Johán V. Viqueira a respeito da *comunidade lusófona da Galiza*, negada não apenas pelos notables do RbE, mas por bastantes dos notabilillos-notabiliños<sup>5</sup> agentes na CAG.

Vale a pena rastejar nestes últimos anos (de 1978 em diante) circunstâncias e condições correlativas entre o projeto nacionalista estatal do RbE e o empenho de cidadãos militantes no *nacionismo* basco, catalão e galego<sup>6</sup>. São circunstâncias e condições contraditórias: os nacionalistas do RbE procuram a extinção de utentes das *demás lenguas españolas* até suprimir no território *español* as Comunidades Linguísticas não hispanófonas, enquanto os *nacionistas* bascos, catalães e galegos buscam normalizar os usos oficiais das suas línguas não só nas *respectivas comunidades autónomas* e no território do RbE.

<sup>5</sup> Particular interesse (me) oferece o artigo de Xabier Vilhar Trilho, “Sobre o conceito de Notáveis na obra sociolinguística de António Gil” (*Boletim da AGLP* vol. 1. 2008: 153-163). Agradeço a crítica do amigo Xabier, mas devo confessar que nem tentava nem tento elaborar alguma teoria sobre *Notables-Notabilillos-Notabiliños*, nacionalistas espanhóis, face a *Notáveis*, nacionadores da Galiza; antes, apenas uma quase classificação, superficial, de comportamentos mais ou menos racionalizados perante a língua da Galiza.

<sup>6</sup> Não tanto para normalizar essas *lenguas españolas*, mas para as *re-nativizar* ou *naturalizar* de modo que se tornem em *línguas nacionais* das respetivas comunidades nacionais, Euskal Herria, Països Catalans e Galiza. Expressava-se claramente Celso Álvarez Cáccamo (2015: 2. A proposta: agentes e discursos), com quem coincido substancialmente:

[...] A naturalização da língua, de se dar, consistirá na sua pervivência dentro duma diversidade difícil de prever, mas dentro doutra lógica da relação entre as dimensões materiais e imateriais da língua, da cultura e das práticas sociais em geral. Qualquer outro projeto, encaminhado a manter ou domesticar o mercado capitalista, simplesmente não vale para a língua tampouco (como não vale para o feminismo ou para outras lutas), porque, como a história da acomodação do capitalismo às lutas setoriais vem demonstrando, continuará a reproduzir no seu seio contradições irresolúveis entre os eixos do reconhecimento cultural (direitos, identidades) e da redistribuição material (estrutura de produção, posse dos meios, estrutura de classes), em termos dos esquemas teóricos de Nancy Fraser.

Esse foi intento de coletivos e associações basca, catalã e galega, respetivamente EUSKAL HERRIAN EUSKARAZ, MOVIMENT DE DEFENSA DE LA LLENGUA e AGAL, inspiradas na teorização de Lluís V. Aracil e agrupadas na movimentação IRUINEAN SORTUA [surgida em Pamplona] a partir de 1983, quando já se evidenciara que o art. 3.º da *Constitución Española de 1978* [CE 1978] era alavanca ou instrumento revalorizador da *lengua nacional* do RbE e desvalorizador das *demás lenguas españolas*. O amigo e sociolinguísta Josep Conill resume-o em um texto inédito:

Concernente ao âmbito espanhol, o seu labor em prol da articulação da disciplina [sociolinguística] resultará [...] decisiva. Neste sentido, pouco tempo depois da tentativa de golpe de Estado de 23 de fevereiro de 1981 [Lluís V. Aracil] enviou um artigo ao jornal madrileno *El País*, intitulado “El juego político y la investigación sociolingüística en España (1975-1981)”, no qual denunciava [...] um dos acontecimentos mais esperpênticos, mas também mais ilustrativos, da autêntica natureza da *transición española*. Refiro-me à sistemática suplantação da investigação pela propaganda, mercê da qual o processo de mudança de regime não se distinguiu precisamente pela livre discussão pública nem pelo espírito democrático, mas pelo desenho de políticas linguísticas enformadas a partes iguais pela estulta improvisação e o dirigismo tecnocrático, cuja finalidad última consiste na preservação dos interesses dos notáveis, interessados em impedir a transformação radical do *statu quo* no sentido de um maior igualitarismo. Sintomaticamente, o artigo não foi publicado, circunstância que contrasta de forma escandalosa com a tendência inveterada desse jornal madrileno em se tornar tribuna dos charlatães em matérias sociolinguísticas.

Contudo, a mais transcendental das iniciativas públicas em cuja gestação interveio por aqueles anos atinge ao seu papel de inspirador do movimento cívico conhecido como IRUINEAN SORTUA. A iniciativa teve o ponto de partida na reunião que trinta e cinco pessoas (bascos, catalães e galegos) realizaram de 2 a 6 de julho de 1983 no COLEGIO MAYOR LARRAONA de Pamplona (= Iruinea) para intercambiar experiências sobre o tema *O idioma do Estado e o estado dos idiomas*. Deste primeiro encontro surgiu o *Manifiesto Iruiean Sortua*, bem como a decisão de criar uma associação cívica para articular a diversidade de iniciativas que andavam a produzir-se [EUSKAL HERRIAN EUSKARAZ, MOVIMENT

DE DEFENSA DE LA LLENGUA, ASSOCIAÇOM GALEGA DA LÍNGUA, principalmente]. A gestação e posterior insucesso de IRUINEAN SORTUA coincidiu com o período talvez mais brilhante da produção de Aracil como sociolinguista, demonstrando que no seu caso a reflexão teórica e a ação cívica não constituem aspetos separados, mas duas facetas de uma mesma personalidade em constante processo de retro-alimentação. Uma segunda reunião teve lugar de 29 de outubro a 1 de novembro desse mesmo ano, 1983, no Colégio del Roser do Estudi General de Lleida, onde continuaram a perfilar-se os objetivos fundamentais da associação que giraram arredor da tentativa de dar a conhecer publicamente as condições e as regras básicas da coexistência das comunidades linguísticas e impulsar ativamente a sua transformação num sentido democrático. Durante essa reunião foram esboçados também os propósitos e as áreas principais de uma conferência a realizar no País Basco, para estimular e coordenar de forma decidida a investigação sobre os processos históricos e sociais de integração e desintegração das comunidades linguísticas da Espanha. Uns meses depois, de 17 a 19 de março de 1984, realizou-se uma terceira reunião no CAMPUS DA UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA [na *Casa de Exercícios Espirituais Diocesana*, contígua a esse Campus], na qual prosseguiram os intercâmbios e debates sobre o conteúdo da conferência que havia de constituir o ponto de partida da associação. Ao longo destes três encontros preparatórios — os anfitriões respetivos, José M.<sup>a</sup> Sánchez Carrión, Amadeu Viana e Miquel Pueyo, e Xabier Vilhar Trilho — participou diretamente cerca de um centenar de pessoas. Finalmente, a conferência projetada realizou-se em Getxo (Biscaia) durante a primeira semana de outubro de 1984, sob o rótulo de CONGRESO INTERNACIONAL DE SOCIOLOGÍA DE LENGUAS MINORIZADAS. Seja como for, para surpresa de muitos dos assistentes, o congresso, em vez de ser ponto de partida, tornou-se no verdadeiro clímax da iniciativa, seguido imediatamente pelo anticlímax fruto das divergências de fundo entre os participantes, que malbarataram por completo o projeto em muito pouco tempo. Numa reflexão retrospectiva sobre os factos, Aracil atribuiu a rápida desintegração do movimento à existência, mais uma vez, por baixo das aparentes coincidências nos objetivos, de duas mentalidades radicalmente confrontadas entre os participantes, similares em muitos aspetos — se não iguais — às mentalidades que tentara analisar no seu artigo sobre *A revolução sociolinguística*.

## Fundamentos genéricos

Aquele movimento cívico falhou por causas e motivos bem conhecidas, como por uns equivalentes falharam em grande medida as *Irmandades da Fala*. Alguns ficam esclarecidos na conformação teórica do Viqueira sobre o mundo e a Sociedade em geral, bem aplicável à sua atividade galeguizadora e, mormente, às propostas para tornar o Galego em língua nacional da Galiza.

*A realidade mundana caracteriza-se por ser Evolução Criadora*

Viqueira explica no texto, não publicado em vida, *La filosofía del presente*<sup>7</sup>:

Que é a realidade? Matéria? Isto é o que diz o materialismo, mas o materialismo é um ponto de vista cândido: quer reduzir tudo ao *sólido*, ao que se vê e toca: a matéria; mas acontece que o visto e tocado é só uma sensação da vista e do tacto; quer dizer, espírito. Portanto, a única realidade que conhecemos imediatamente, e a única que podemos pensar, é o psíquico. Portanto, o psíquico será o aspeto *íntimo*, em si, das cousas. (EeP 1974: 49)

Viqueira assistiu, em 1908, as aulas do filósofo Henri Bergson durante a sua estadia em Paris para ser operado de osteomielite pelo cirurgião Dr. Lanelon. Sem dúvida recebeu nelas a conceção vitalista, segundo confessa no artigo “A filosofia do presente” (sem data)<sup>8</sup>:

[...] Bergson vai à metafísica pela via franca da filosofia. Sabe que os conceitos das ciências são simples pontos de orientação, simples instrumentos, cujo valor há de ser mostrado [...]. Sabe também que o ser é o psíquico, a consciência, e, nas suas indagações, encontra-se com o facto de a ciência ser duração pura, quer dizer, compenetrado e criador fluir de qualidades [...]. Acha-se perante a esplêndida floração da Natureza e pergunta-se Que é isto? A resposta é clara: produção, criação infinitamente vária de realidades, como é a consciência. A realidade é evolução criadora, porquanto a ideia da evolução dos biólogos impõe-se-nos como necessária. O mundo da criação e da evolução radica na consciência. Ela é o *impulso vital*, o criador. Deus, à maneira dos neoplatónicos, é a *fonte da vida*. [...] em Bergson, de influências psicológicas e biológicas, surgiu, pelo menos em tendência, um *panteísmo vitalista*. (EeP 1974: 51-52).

<sup>7</sup> Texto redigido em castelhano, distribuído em seis secções de extensão desigual. Cito, traduzido para galego, de EeP 1974: 39-57.

<sup>8</sup> Vid. H. Bergson (1911), *La conscience et la vie*; (1919); *L'énergie spirituelle*. Todos os itálicos são da minha responsabilidade.

Na secção inicial do capítulo VI de *Psicología contemporánea*<sup>9</sup> Viqueira resume o pensamento filosófico de Bergson:

Los problemas capitales, en torno de los cuales se orienta la filosofía de Bergson, no pertenecen a la psicología. Tales problemas son:

*el de la libertad de la voluntad, el del ser de las cosas,  
el de la esencia de la vida y la evolución.*

Sin embargo Bergson se ha ocupado de psicología y debe ser tenido en cuenta por nosotros precisamente por esto. La explicación de lo que acabamos de decir es la siguiente. Primeramente, Bergson es psicologista [...], o sea cree que la psicología es la base de la filosofía; es más, sostiene que las dos ciencias filosóficas capitales son la psicología y la metafísica. A través de la psicología, por consiguiente, deberán resolverse los problemas filosóficos. Segundo; esto le ha llevado a elaborar una concepción psicológica. En dicha labor llegó a una posición original que hoy día es de capital importancia, ya por lo que ha traído de nuevo, ya por las polémicas y contradicciones que ha suscitado.

Nessa obra, na secção sétima, precisa sobre o *élan vital* ou impulso criador bergsoniano:

[...] Para Bergson la vida aparecerá también como creadora, pues

Vista desde fuera la naturaleza, aparece como una inmensa florecencia de novedad imprevisible; las fuerzas que la animan parecen crear, con amor, por nada, por placer, la variedad sin fin de las especies vegetales y animales<sup>10</sup>.

La vida es creadora y libre, y como libre, imprevisible. La vida aparece como un *esfuerzo para injertar sobre la necesidad de las fuerzas físicas, el mayor grado de indeterminación*<sup>11</sup>. Ahora bien; creación, libertad e imprevisión son características de la duración pura, del espíritu, de la conciencia, que aquí se revela como impulso vital. Así dice Bergson:

<sup>9</sup> Texto redigido em castelhano. Pode ler-se online: <http://www.e-torredebabel.com/Psicologia/Psicologia-Contemporanea-Viqueira.htm> Os itálicos são meus.

<sup>10</sup> No original français de *L'énergie spirituelle* (1919), I.-*La conscience et la vie: Vue du dehors, la nature apparaît comme une immense efflorescence d'imprévisible nouveauté; la force qui l'anime semble créer avec amour, pour rien, pour le plaisir, la variété sans fin des espèces végétales et animales.*

<sup>11</sup> Adaptação do original français de *L'évolution créatrice* (1907): *Supposons, comme nous le faisons entrevoir dans le précédent chapitre, qu'il y ait au fond de la vie un effort pour greffer, sur la nécessité des forces physiques, la plus grande somme possible d'indétermination.*



[...] veo en la evolución entera de la vida en nuestro planeta una penetración de la materia por la conciencia creadora, a fin de librar, a fuerza de ingeniosidad, algo que queda aprisionado en el ánima y que se liberta definitivamente en el hombre<sup>12</sup>.

*A história é a colaboração [...] Desequilibrada [de] dous factores:  
O indivíduo e a sociedade*<sup>13</sup>

Ainda que pareça calemburgo, cumpre considerar histórica a teorização viqueirana sobre a história, exposta mormente nas publicações pedagógicas e psicológicas. Mergulhados no tempo, vivemos dele; fora do tempo não poderíamos refletir sobre as ações humanas. Aliás, o tempo apenas se verifica como sucessão, enobrecedora (construtiva da *realidade*) ou degradante (definidora da *realidade*):

Duas correntes capitais oferecem-se hoje [*relativas à história da Humanidade*]. Uma começa pela teoria da alma dos povos, o espírito coletivo dos herbartianos<sup>14</sup> Lazarus e Steinthal; entidade vaga que hoje ressuscita nas almas culturais do pseudofilósofo Spengler. Esta corrente emboca à psicologia dos povos de Wundt, o ensaio moderno mais interessante para entender psicologicamente e em íntimo contato com a realidade a evolução humana. A humanidade atravessou estádios psicológicos e culturais, muito diversos entre si, dos quais ficam restos. Porém, ainda que a diversidade seja hoje grande relativamente ao estágio evolutivo e individualidade psicológica, ainda que nela as motivações fossem várias e ainda o sejam, ainda que não possa falar-se propriamente de uma humanidade idêntica, a humanidade persegue um fim, tem um caminho: a revelação do que lhe é próprio, do humano. A influência do Herder é notória. Portanto, não há, apesar do sentido histórico, relativismo. (EeP 1974: 53-54).

<sup>12</sup> No original francês de *L'énergie spirituelle* (1919): [...] *je vois dans l'évolution entière de la vie sur notre planète une traversée de la matière par la conscience créatrice, un effort pour libérer, à force d'ingéniosité et d'invention, quelque chose qui reste emprisonné chez l'animal et qui ne se dégage définitivement que chez l'homme*.

<sup>13</sup> A meu ver, a correlação ou tensão dialética entre os integrantes lógicos das comunidades humanas, ocorre hoje entre a nação (tradicional: TESE), o estado (sobrepuesto ou imposto: ANTÍTESE) e a sociedade (resultado da incidência do estado sobre a nação ou contra ela: SÍNTESE). Quanto à Galiza, o estado-reino borbónico impõe-se negativamente à nação galega (ou segmento nacional) de modo que a sociedade resultante se acha enfraquecida e deprimida, se confrontada com outras sociedades incluídas no RbE. Sei que esta teorização merece tratamento demorado.

<sup>14</sup> Remeto ao artigo de Armand Cuvillier (1939), "Introdução à Sociologia.-A especificidade do social: a sociologia naturalista e a sociologia psicológica", na secção "b) A psicologia dos povos na Alemanha."

[*Outros movimentos arraigam* [...] no positivismo influídos pelo darwinismo. Considera-se a sociedade, o social, como um dado único, irredutível, e o individual, como quase não existente; o homem acha-se socialmente determinado. Ora, a sociedade desenvolve-se segundo leis naturais. Esse é o esquema da teoria do francês Durkheim. Se acrescentamos que a sociedade é criação psico-física, floração como vegetal, à maneira do Bergson, e exageramos a metáfora e vemos em cada cultura um vegetal isolado e incomunicável, que nasce num terreno e vive um determinado número de anos (1.000, porque é um vegetal muito grande), teremos a teoria de Spengler, que apenas é metáfora. Nisso há pleno relativismo; nada pode ser afirmado como válido; depende da cultura (e de que depende a cultura, etc.? Estamos a mover-nos num círculo vicioso). Os eruditos sabem que Spengler não só faz metáforas que a realidade nega, mas que desconhece a realidade. No fundo da cultura achamos o humano expressado ao seu jeito; as culturas influem-se e comunicam e, em geral, não morrem; antes, transformam-se e transplantam, como a ciência antiga foi transplantada e propagada entre nós. E as culturas são a ação do homem de carne e osso. (EeP 1974: 54)

Antes de continuar, permito-me um inciso sobre a influência do spenglerismo no galeguismo anterior a 1936. Em particular, Castelão assumiu e implicadamente reiterou o desafeto do Viqueira pelo autor de *Der Untergang des Abendlandes* (*A Decadência do Ocidente - Esboço de Uma Morfologia da História Universal*, 1918-1922):

Dizem que a humanidade anda ao redor dum círculo e que cai sempre no ponto de partida; mas já se disse que tudo depende de como se veem as cousas, porque o certo é que seguimos uma espiral, ascendendo cara a perfeição. Também se disse que em cada volta há três períodos — o de iniciação, o desenvolvimento e o de decadência —, e que as voltas estão comandadas, cada uma delas, por um signo de fatal civilização. Os vigilantes do futuro fartaram-se de anunciar a decadência da nossa época, e eu quero explicar ao meu jeito a esperança que há para lá do atual pessimismo: a esperança que eu vejo e que me sustenta. (*Sempre em Galiza* [SemG] 2010: 282)

Entende Viqueira, por volta de 1920, que as sociedades humanas se movem, ao longo da história, por ideais percebidos como enobrecedores e construtivos:

Dous pontos de vista pôde tomar a ética face aos ideais: o primeiro é expor e defender os vários ideais; o segundo, fundamentar esses ideais. No primeiro aspeto e na crise ideal do presente, tiveram importância fundamental uma série de correntes modernas, por assim dizer, predicadas; do ideal de amor e renúncia de Tolstói ao de força e vida de Nietzsche. E, como os ideais são sistemas de fins válidos, essas doutrinas acusavam só fins, ideais parciais humanos. Hoje aspiramos a uma integração de ideais; o ideal supremo é o que acolhe em si todos os ideais humanos. Quanto à fundamentação, a filosofia moderna afirmou o princípio de o ideal humano radicar no humano e, com maior exatidão (queira-se ou não), no homem, na consciência humana. Contudo, importa que esse ponto de vista seja ultrapassado já e o ideal humano apareça como exigência cósmica (Bergson). (EeP 1974: 55-56).

Viqueira aponta para uma questão elementar hoje padecida pela gente, que escondem aqueles que dizem ser os seus representantes. É a relativa ao estado, ao direito no estado ou ao estado de direito. Que estado será aquele que abandona as pessoas à sorte (ou dessorte) e ao capricho de interesses e forças alheias (e alienantes)? Ou que estado será aquele que desprotege os seus cidadãos e mesmo atenta contra a sua organização tradicional (nacional: cultura, língua e economia) sob pretexto de os socializar (estatalizar) *como dios manda*<sup>15</sup>?

No artigo que estou a citar, “La filosofía del presente”, resume Viqueira:

Uma particular agudização teve a doutrina dos ideais relativamente ao direito e ao estado. Por uma parte, apresenta-se o problema da justificação do estado; por outra, o da justa organização naquilo que afeta ao sistema económico. No primeiro aspeto, aparece, face ao antigo conceito do estado como força, o do estado como cooperação, como colaboração, doutrina que devemos em grande parte a Giner de los Ríos<sup>16</sup>; o estado é assim necessário, eterno e amável para

<sup>15</sup> Expressão castelhana ou cliché que apenas replica vacuamente as aspirações das pessoas à justiça, à verdade e à participação publicas.

<sup>16</sup> Viqueira alude a *La política antigua y la política nueva* (1874):

La idea fundamental de la política es [...], no la de orden, ni la de libertad, ni la de equilibrio de la libertad con el orden, sino — como en todo género de asuntos — la de su objeto mismo: la idea del Estado, ya que la Ciencia del Estado es la que se llama política (Villalobos 1992: 232-233).

Sólo aquella política que ponga su base en un concepto real y sistemático del derecho y el Estado capaz de hacer frente a todas las exigencias de la vida y de abrazar todos sus miembros, sin mutilarla, será capaz también de desenvolver todo su contenido sin reticencias ni temor a los hechos, y merecerá justamente el dictado de política radical. (ibidem: 234)

os homens; um protetor para todos; não um inimigo. Em consequência, uma realização da exigência moral de amor e apoio mútuo. Quanto à economia, doutrinas bem conhecidas lutam entre si: conservadorismo, liberalismo, socialismo, sindicalismo, etc. Limitemo-nos à filosofia, quer dizer, precisa-se a base económica para o pleno desenvolvimento (portanto, moral) da pessoa humana; o estado deve, pois, fornecer sempre estas condições. O económico não determina a vida moral, mas à inversa. (EeP 1974: 56)

### *Harmonia [como] desenvolvimento máximo*

Uma das ideias chave do pensamento viqueirano, talvez a matriz, compendia-se nos vocábulos-termos *harmonia* e *ação* quer referidos aos indivíduos, quer aos grupos, em particular aos nacionais. Entre outras referências remeto à nota sobre *¿Qué quiere decir un alma armónica?* (EeP 1974: 81-82; Os 2012: 238). No artigo intitulado *Ação* (EpP 1974: 75-79; Os 2012: 233-237) volta à sua conceção de harmonia:

[...] O homem, só por ser homem, faz-se uma ideia e é ela que o dirige na sua ação. Mas de contado poderia arguir-se contra essa fundamentação do ideal na consciência: «há homens, os mais talvez, para os quais o ideal não existe, nem a vida segundo ideal! ». Contudo, não basta. A beleza da paisagem é tal beleza, embora os homens não a sintam, e as condições da beleza estão na consciência. Arguir-se-á ainda: ambos os casos são idênticos!

É impossível penetrar agora numa fundamentação filosófica do ideal. As alíneas precedentes são apenas um assinalamento do difícil caminho que hoje parece tomar-se. *Contentemo-nos com uma fundamentação prática. A vida segundo ideal é serena, firme, plena de intenso gozo.* (EeP 1974: 77; Os 2012: 235. Itálicos meus)

Que complementa no artigo *La armonía no es una limitación y sí lo es la exaltación parcial. (Pobre de espíritu)*:

[...] a nossa exaltação da harmonia dirige-se contra a *pobreza de espírito*. O pobre de espírito é uma humilde luz que, embora brilhe com inefável engodo, é só uma melodia pastoril e singela na canção da vida. Não conhece mais nota do que a sua *humildade*. Vive afogado num único e restrito amor. Mas quanta vida perdida no seu ser, quantas possibilidades de riqueza de vida que não florescem! Não lhe importa a harmonia; a sua alma está rota e dilacerada, não

lhe importa o humano, mas naquilo que chama divino, só acha a beatitude da morte para deixar passo aos que querem *viver*. A sua vida é pobre, é um pobre de alma! (EeP 1974: 81-82; Os 2012: 238)

*O ideal existe, [...] Há algo que deve ser realizado por nós*

No artigo *Ação*, citado acima, explica Viqueira o que entende por ideal e que objetivos pode conseguir o homem de ideais:

[...] se o ideal vale, a vida deve submeter-se incondicionalmente a ele. Pelo menos, a vida de aqueles que aspirarem à máxima riqueza do seu existir. Mesmo assim, as dúvidas, a falta de ânimo apresentam-se na nossa alma. Por vezes os obstáculos aparecem impossíveis de vencer, por vezes cremo-nos inferiores à tarefa. Queria assinalar (pode ser muito proveitoso aos jovens) que ambas as situações são igualmente falsas. (EeP 1974: 78; Os 2012: 235-236)

E continua *infra*:

[...] o ideal é qualquer cousa que avança, que precisa de se fazer. A nossa vida não se dá dum golpe, é sucessiva. Se tudo fosse cedendo à medida do impulso rítmico do trabalho! As dificuldades afundirão o débil, o incapaz da proximidade do ideal. Ao forte excitá-lo-ão. Fichte, por excelência na modernidade o forte ideal, não percebia neste mundo mais do que um sistema de obstáculos para a realização do ideal. Bom, direis, seremos covardes, mas que nos trará o valor? Sabeis quando, em que momento cederiam as dificuldades? Sabeis sequer se estas são invencíveis? E, no caso de se poder responder afirmativamente, morrer gloriosamente no inebriamento da luta não vale mais do que languidamente no tédio? (EeP 1974: *ibídem*; Os 2012: 235)

*Cada um na sua medida é capaz de realizar o ideal*

Na secção segunda desse mesmo artigo estabelece:

1. Cumpre partirmos de pressupostos, de postulados, sem os quais a nossa vida não tem sentido. A saber:
  - a) o facto de o ideal existir, de haver qualquer cousa que deve ser realizada por nós;
  - b) o facto de sermos capazes, cada um na própria medida, de realizarmos o ideal. Com efeito, quem não alcançar a poder assentar essas afirmações não pudera ver na vida o valor da vida:

À bela luz da vida, ampla, infinita,  
Só vê com tédio, em tudo quanto fita,  
A ilusão e o vazio universais<sup>17</sup>

Porque sustentar que a vida vale, que a existência não é caos doloroso e louco,  
é justamente sustentar o valor do ideal.

## Ideais referidos aos dirigentes da Galiza

*Realidade e harmonia*, embebidos no ideal (nos ideais), farão com que na Galiza singelamente seja operante a proposta viqueirana, expressa no artigo *O grande dilema: ser ou não ser*. (EeP 1974: 89-90; Os 2012: 106-108). Transcrevo o artigo inteiro, que vou comentando sobre as observações que fiz na edição da *Obra seleta* (os itálicos são meus quase todos):

I.

Arredor de mim surge o esplendente espectáculo da Primavera, gigante ondulação de vida, de produção da realidade funda, movida daquele perseverar no seu ser, da arela de viver, de que falara Spinoza e versificara Goethe. Cada átomo de vida exalta-se cobiçando perdurar em si mesmo e abranger a mais maravilhosa floração. Existir é existir no próprio ser, concretamente, na individualidade. Se a individualidade concreta se perde, sobrevém a morte em proveito doutro ser. O que não se afirme e perdue será assimilado, esmorecerá, depois morrerá.

Viqueira alude à filosofia de Baruch (Bento) Spinoza (1632-1677), mormente à Parte I da *Ethica more geometrico demonstrata* (1660-1675). Para Spinoza (ou Espinosa) e analogamente para Viqueira a *realidade* acha-se desenhada como positiva e plena; os seus atributos são infinitos. Relativamente às paixões humanas, “sendo próprio de toda a cousa perseverar no ser, cumpre estimar o afeto principal do homem o do apetito ou desejo (*cupiditas*). Dele nascem a alegria (*laetitia*), como ideia do acrescentamento de perfeição, e a tristeza (*tristitia*), como ideia da sua diminuição” (Ferrater 1971 II: 715). A “filosofia política de Spinoza é defesa da tolerância religiosa e ideológica dentro do Estado, cuja missão é a realização da justiça e a proteção dos seus membros contra as próprias paixões, tendo em conta os ditados racionais.” (ib.)

<sup>17</sup> Os editores de EeP (1930), em nota de rodapé advertiam: “Do soneto *Nirvana*, de Antero de Quental, que começa “Para além do Universo luminoso”. O poeta dedicou-o *A Guerra Junqueiro*. Online: [http://www.vidaslusofonas.pt/antero\\_de\\_quental.htm](http://www.vidaslusofonas.pt/antero_de_quental.htm)

II.

Quando um homem atravessa na sua vida uma crise, põe-se o *dilema de ser ou não ser*. Que é isto senão perguntar-se: *ser como indivíduo ou não ser*? Os povos, personalidades coletivas, também nas suas grandes crises sentem em toda a sua acritude o dilema de *ser ou não ser*. E não equivale isto a serem com a sua própria alma, com a sua própria essência, ou não serem?

O *dilema*, do título, argumento de duplo gume ou *sylllogismus cornutus*, ecoa a dúvida hamletiana (Shakespeare, *Hamlet*, Ato III, Cena I). No contexto, Viqueira equipara o *persistir* da Galiza como povo ao dilema metafísico, àquele “cuja resolução não depende da determinação racional mercê do *princípio lógico de [in]contradição*, mas apenas objeto de decisão e, no fundo, de crença”. (Ferrater 1971 I: 457).

III.

Os que amamos a nossa gente galega, o nosso Povo e a sua personalidade tão bela, sentimos hoje nos nossos peitos a angústia do *ser ou não ser*. A Galiza, se quer existir como um momento da civilização humana (única existência digna), tem de ser ela mesma, desenvolvendo as infinitas fecundas realidades que potencialmente encerra. Não podemos desejar para ela mutilações bárbaras, prelúdios de morte.

IV.

Mas para isso precisa-se que os galegos estejamos dominados pelo *impulso de existir*. Tende aqui o capital. Façamos profissão de fé de galeguismo e, conservando sempre um horizonte mundial, profundemos nas funduras da nossa história. Quando uma grande e valorosa minoria (os precursores lutam rijamente), cheia a alma, acesa de galaicismo, nasça, as suas energias ir-se-ão difundindo pelo país inteiro e apresentar-se-ão as produções *universais* da raça ao calor dum novo ideal.

O *impulso de existir* ou *impulso criador*, como Viqueira traduz *élan vital* em *La Psicología Contemporánea* (1937), evoca a conceção bergsoniana que faz do espírito o fundamento da *evolução criadora*, atingível quase de modo inefável, pela suprema intuição que é a metafísica: “[...] o homem deve tentar ir além dos olhos da inteligência, que se aplica sobre o facto, para se colocar dentro da originária intuição, que a nossa ação livre nos permite experimentar e qua se aplica sobre o devir ou, dito melhor, é o próprio devir”, assinala Ferrater Mora (1971 I: 200).

V.

O nosso *dilema* é, galegos, *ser ou não ser*. Seja um ato de vontade a resolução vital: Sermos com toda a plenitude da existência. E a língua ancestral nos nossos lábios acredite a esperança imensa na pátria dos filhos!

Neste artigo Viqueira expressamente reclama dous momentos no processo harmonizador da realidade modelada, *matrizada no ideal*, nos ideais: *vontade e língua*. Castelão consentia com a exigência da fé no Povo galego em circunstâncias difíceis, como faz nesta citação (Livro I, I, do SemG 2010: 38-39):

Os Hespanhóis devem acreditar na Galiza, a não ser que não acreditem em si mesmos. A Galiza quer liberdade porque não há povo em Hespanha com mais fé no seu futuro. Nós acreditamos que a água doce dos rios pode fazer doce a água salgada do mar; que a morte, enchendo-se de vidas, será vida; que o *nada*, enchendo-se de esperanças, será *tudo* ... As nossas esperanças não cabem nos limites da razão. Mataremos, se for preciso, a Saudade; porque a Saudade talvez seja uma esperança entristecida, ladroeira de acções.

A Galiza tem hoje uma força vital capaz de conduzi-la a todos os delírios de grandeza. Pode chegar à loucura. Mas —ouvi-o bem, Hespanhóis—, jamais chegará ao suicídio. E a Galiza deixará de lutar pela liberdade quando a conquistar.

Pedimos ...

Pedimos que a nossa Terra seja nossa. Porque somos filhos dela. Porque ninguém mais pode governá-la. Porque ninguém mais pode cumprir a sua missão histórica. Porque levamos o seu nome pelo mundo adiante. Porque queremos cumprir a postremeira manda dos nossos irmãos: os que deram a vida pela liberdade.

A nossa Terra é nossa. Já se tem dito muitas vezes. Mas agora dizemo-lo nós, os desterrados. Os desterrados que vivemos em liberdade. Dizemo-lo em nome de muitos milhares de Galegos que andam pelo mundo fora. Dizemo-lo, também, em nome de muitos milhares de desterrados na própria Terra, dos que aguardam por nós, dos que vivem como filhos da morte, contando o tempo por noites.

A nossa Terra é nossa. Nada mais que nossa. Porque somos os únicos capazes de dar luz à sua noite, pão às suas demandas, dignidade à sua vida. Porque somos os únicos capazes de enxugar as suas lágrimas de dor.



A nossa Terra é nossa. De quem mais havia de ser? Dos que a ultrajam? Dos que lhe negam a fala e o pensamento? Dos que a encadeiam? Dos que a roubam? Dos que assassinam os seus filhos mais queridos? Dos que a sumiram na ignorância? Dos que a querem vender como escrava? Dos que lhe negam o direito a ser livre?

### *Momentos objetiváveis*

#### *Lirismo*

Manifesto mormente como *saudade/soidade*, que Viqueira trata nos seus escritos. Os *outros*, os que não são galegos, percebem o *lirismo* galaico de maneira peculiar, mas as pessoas galegas, fora da Galiza, evidenciam a sua origem com modos e condutas na Galiza quase despercebidas. Dentre as explicações viqueiranas de *lirismo*, tomo a dada na secção III da conferência *Divagaciós engebristas*, que ditou com motivo da EXPOSIÇÃO DOS DESENHOS DO *ÁLBUM NÓS*, no *Círculo de Artesanos* da Crunha:

[...] que é lirismo? Porque agora não se fala de poesia lírica como género literário. *Lirismo* é algo mais fundo, mais radical; *lirismo* é uma propriedade da alma. Pode que na nossa vida interior exista uma tendência, em certa maneira, a viver nas formas perçetivas narrativas, nas construções definidas, lógicas, das cousas que vemos e pensamos. Daquela, o mundo todo é trabalho esquemático, e nós somos o que se chama apegados à prática. Pode também que tendamos a recolhermo-nos em nós mesmos, e tão no fundo da nossa alma que as cousas nela vão como perdendo a sua realidade externa, e se esvaem em puro sentimento arelante. Estas duas formas de atividade consciente têm o seu sentido racial. A primeira é objetivista e leva na arte uma direcção realista, externa, narrativa ou épica; a segunda é lírica (*lirismo* puro), idealista, criadora, música e lírica poética. A primeira é a alma de Castela; a segunda constituía a alma musical de Portugal e Galiza, que nos leva em reminiscências no além dos tempos, à nossa raça<sup>18</sup> céltica. (EeP 1974: 114-115; Os 2012: 65-66)

<sup>18</sup> Apesar das conotações nazistas com que nos nossos tempos fica degradada a palavra, lembro as aceções que recolhem os dicionários, como o Estraviz: 1. Conjunto de indivíduos cujos caracteres somáticos, tais como a cor da pele, a conformação do crânio e do rosto, etc., são semelhantes e se transmitem por hereditariedade. [...] - 2. O conjunto dos ascendentes e descendentes de uma família, tribo ou povo que se origina de um tronco comum. [...] - 3. O conjunto dos indivíduos com origem étnica, linguística ou social comum. [...] - 4. Qualidade que se supõe própria de uma origem ilustre. [...] - 5. Categoria, classe, espécie. - 6. Subespécie animal provida do cruzamento de indivíduos seleccionados pelo homem para manutenção ou aprimoramento de determinados caracteres. - 7. Cada uma das variedades em que se dividem certas espécies animais ou vegetais.

Em *Alma galega*, primeiro artigo da secção *Exaltações (Prosas líricas)* faz a seguinte precisão:

[IV] Quereis uma palavra que vos diga em resumo o nosso *lirismo* e a nossa alma? Ei-la: *saudades* ou, como também disse Rosalia delas predileta, *soidades*. Nota conseguimos de saudosos e morrinheiros, e milheiros de íntimos grandes e pequenos dramas, vê cada dia a nossa raça a cobiça do longe. Bentas de mim sejais *saudades* criadoras de tantas cousas nobres, porque no homem o mais nobre é desejar algo formoso e amado que, sendo nosso, não é nosso! Para Heráclito de Éfeso «o carácter é o fado do homem» e eu enxergo o porvir da nossa alma galaica latejando no seu *lirismo*. (EeP 1974: 87-88; Os 2012: 118)

Pelo seu lado, Castelão, no SemG (2010: 408-409), liga o sentido da *saudade* com a *ação*, expressão do *lirismo*, definidor das pessoas galegas e portuguesas e por elas da Galiza e Portugal:

Seja o que for, a *Saudade* existe, e *Portugueses e Galegos* somos escravos dela. E mesmo que *Portugal e a Galiza* não tivessem outros vínculos étnicos nem outros estímulos comuns que os do *lirismo* saudoso, isso bastaria para que cessasse o arredamento em que vivemos, a morrermos de *soidade* morrinhosa. Neste soçobro do mundo, *Portugal e a Galiza* devem sentir-se animados por uma decisão inédita e confluyente, rectificando os erros da história e transfigurando novamente a *Saudade* em *Ação*. Só assim ouviremos bater as asas da Vitória sobre as nossas Terras. (Os *italicos* são meus)

## Língua

*Criada na nossa história, modo divino de expressão saído das entranhas do Povo galego* (EeP 1974: 91; Os 2012: 97). É no artigo intitulado *A nossa língua* (EeP 1974: 91-93; Os 2012: 97-98) que Viqueira compendia o facto de a Galiza alicerçar na língua. Sob face lírica e emocional, Viqueira enumera os valores objetivos da língua universalizadora da Galiza:

### I.

Galegos, amai a vossa língua porque ela é um rico tesouro oculto!— Amai-a, falai-a, cultivai-a; desenterrai o tesouro que guarda o gigante alírvio da tirania.

### II.

Fonte de fraternidade universal, une-nos com os povos de raça afim, com os que têm as mesmas palavras, a mesma história, com os que se espalharam pelos

mares em linda coroa. Fonte de fraternidade, a nossa língua será base para uma grande Ibéria. Fonte de fraternidade, fará com que as ideias e sentimentos humanos fluam e batam nos nossos espíritos desde a remota e lendária Índia à África exuberante e areosa e às selvas e planícies da América: o nosso espírito, como um deus antigo, terá dous rostos e olhará dous mundos.

III.

Alma nossa és tu, língua que foste criada na nossa história, modo divino de expressão, saído das entranhas do Povo galego. Ou!, vem a nós, recendente agarimo das cantigas! Ou!, vem a nós, lirismo requintado dos cancioneros!— Vós, donas, falai daquele jeito em que como nenhuma fostes louvadas. Onde na Ibéria puseram os poetas nos vossos lábios mais belos cantos de amor? Onde se cantou mais intimamente à Mãe das Mães<sup>19</sup>, à Mãe Maria?— Donas galegas, falai galego!

IV.

Amai a nossa língua, os entusiastas da nossa grandeza nacional! — O rei cercou Sevilha; as naus sobem o rio e já chegam engalanadas de flores! — Briasas vão as naves de Charinho, o almirante poeta das saudosas barcarolas; rompem as cadeias que fecham o Guadalquivir os primeiros, a vanguarda. E os galegos saúdam Sevilha como sua; e a fala do noroeste ressoa a primeira nas veigas sempre fecundas dos laranjais e das prateadas oliveiras!

V.

Língua, canto eterno do trabalho, dos humildes, dos amigos da terra fecunda, prados verdecentes, douradas espigas e fragas rumorosas, da oficina em que mil cousas giram e bruam, do mareiro labor fatigoso de aqueles que em levianas barcas caminham sobre as ondas espumantes. Língua real não falsária és tu, a dos que amamos o heroísmo calado de todos os dias.

VI.

Galegos, amai, cultivai o rico tesouro da nossa língua! Só falando-a sereis livres, já que o homem sem estirpe é uma abstração.— Orgulho da estirpe eu vos peço! — Ser livres é sê-lo como homens, como povo e como indivíduo.— E lembrai-vos que diz Goethe: *Só aquele que soube conquistar cada dia a sua liberdade é digno de ser livre!*

<sup>19</sup> A expressão *Mãe das Mães* decalca o refrão da Cantiga X: *Rosa das rosas e Fror das frores, Dona das donas, Sennor das senhores*. Para além, enlaça com o convite imediato “Donas galegas, falai galego”, alusão ao *Meninas da Crunha* pondaliano (M. Ferreiro 2001: 59).

VII.

Palavra, tu que tens as asas cor do íris no céu, vai de alma em alma, batendo na porta e dizendo: *Espertai, galegos: os tempos são chegados!*

No Livro terceiro do SemG (2010: 340) Castelão explica as condições sobrevindas que induziram o Pondal e, com ele, o Viqueira a excitar os galegos a cultivar o *rico tesouro da nossa língua*:

Disse-nos Castelar<sup>20</sup> que, quando ele ouvia o doce idioma da Galiza, lhe parecia estar tocando as tábuas do berço da nacionalidade espanhola. Melhor seria que, em vez de dizer *tábuas do berço*, dissesse *tábuas do ataúde*, porque aquela unidade hispana que estava a formar-se sob a hegemonia do nosso romance, foi detida na sua expansão por outra língua menos culta e mais ousada. A poderosa particularidade de Castela frustrou a nacionalidade hispana iniciada nos tempos visigodos, e a língua galega, com todas as suas disposições culturais — lirismo, humorismo, criticismo, saudosismo —, teve que retornar aos pátrios lares, onde ainda vive à margem dessa entelêquia que se vem chamando *nación española*. O poder abusivo de Castela conseguiu formar uma extensa nacionalidade central que impôs os seus módulos ao Estado hespanhol; mas essa nacionalidade não é a nossa, porque não fala o nosso idioma nem concorda connosco em nenhum atributo natural de soberania. E, portanto, nem a língua galega é o berço da *nación española*, que Castela não foi capaz de formar, nem consentimos que se use o apelativo *hespanhol* para designar o particularismo castelhano. Lembremos a *Teoria do Nacionalismo Galego*, escrita por Risco em 1920, quando Risco era alguém. Por esta teoria sabemos que o Estado hespanhol que herdamos do antigo regime é uma criação das doutrinas do Direito Romano, tirado dentre o refugallo dos séculos pelos juristas de Bolonha, devanceiros da nojenta praga advogadesca que já somente em Hespanha se padece.

*Momentos subjetivos*

Viqueira assinala a dupla realidade da Galiza, da sua gente, das pessoas galegas, que divide não só organizativamente, por culpa da organização administrativa, imposta pelo reino bourbónico, face à organização tradicional das comunidades galegas, mas também sobre a atitude e mesmo sobre a *forma mentis* de cada um

<sup>20</sup> Em nota (SemG 2010: 508) informam os editores: No prologo à obra de Rosalia de Castro, *Follas Novas* (1880).

deles. Explica-se Viqueira no artigo *Alma galega*, acima citado (EeP 1974: 85-88; Os 2012: 116-119). Observo que o texto evidencia sentimento, racionalizado e otimizador, mesmo glorioso:

I.

Entre as novas expressões nascidas com o progressivo desenvolvimento do nosso espírito coletivo, surgiu ultimamente uma — a personalidade galega — reveladora da consciência que de si mesma vai adquirindo a Galiza, porque expressões como esta emergem do fundo do espírito dos povos. Decerto sob a uniformidade da organização hispânica perdurava uma personalidade galega, hoje em rápido despertar, expressando-se na língua, nos costumes e na arte. Onde radica? Pois tem de existir um rasgo psicológico<sup>21</sup> fundamental da vida galega com o qual se acham os outros ajudados, ou não seria o espírito uma maravilhosa e fina harmonia.

II.

Morna, numa nota cinzenta ressoando, veio a Primavera. Sobre o mar plúmbeo que se assanha contra a costa, as andorinhas revoam através do encanto da suave luz crepuscular, bela adormecida deitada nas ondas e na hirta gândara. As linhas são esvaídas, semelham esfumarse no puro colorido, como uma grande melodia, porque no mundo visto, o musical é a cor, cadoiro sonoro inundando o valeiro. Quanto de mais cor alagado no espaço, mais musicalidade, o qualitativo incomensurável enchendo o espírito com íntimo deleite. A terra galega é toda musicalidade; a alma galega é música e lírica porque aquela (há uma música interior sem tons) nasce do lirismo. Dizia Schiller: *Uma disposição do espírito emerge e desta origina-se a ideia poética*. E o lirismo é algo mais do que fonte de poesia lírica; consentindo na anímica subjetividade, canto interior, fruir e acougar no mundo interno, produz também uma pintura, um drama lírico, ainda que não puramente lírico (só a música e a poesia podem traduzir totalmente a interioridade). Quando se considera o lirismo (como fazia a retórica tradicional) mera fonte de arte, pode ser paradoxal afirmar a existência dum carácter lírico; não, pelo contrário, quando se considera aquele uma disposição do espírito todo. A nota fundamental de que temos falado difunde-se através da vida humana revelando-se na espiritualidade calada, reflexiva, íntima, passional e romântica.

<sup>21</sup> Acho determinante remeter às teorizações, análises e propostas que o Prof. Evandro Vieira Ouriques conforma sob o nome de PSICOPOLÍTICA. Dentre os seus artigos apenas cito “Informação, comunicação e psicopolítica. Sobre a estratégia do conhecimento e compreensão quase totais e absolutos do *self*, do interlocutor e do ambiente”, texto publicado no volume coletivo *Informação e Gestão. Ensino, pesquisa e extensão*, Brasil, UFRJ, 2016, pp. 61-76.

Esperando, Viqueira aponta para a consciência de si próprios que os galegos (ele diz a Galiza) teriam de ir adquirindo no campo e na cidade, âmbitos, então e mesmo hoje, alicerçadores da galeguia e, particularmente, da Galeguidade lusófona. Desenvolve a sua percepção e proposta no artigo da secção acima citada, intitulado *O campo e a cidade*: (EeP 1974: 94-96; Os 2012: 104-106).

### *Campo*

*Uma campina, uma aldeia imensa, quase desconhecida.* Na secção IV de *Os nossos problemas educativos*, Viqueira, que, nos anos de Professor no Instituto de Bacharelado Eusébio da Guarda, da Crunha, viveu habitualmente no campo, liga o labor da escola e, nela, do mestre nos âmbitos rurais à culturação pela leitura para conseguir competência acabada na língua e, por ela, conscientizar-se como cidadão:

[...] Os nossos campos estão espiritualmente pobres e daqui nasce a sua pobreza física, porque por eles não passa grandiosamente rugindo o sopro do espírito. É preciso que circule por eles o batido espiritual da cultura. Consegui-lo é uma missão da escola a que eu chamo missão cultural. Nas escolas rurais e nas das pequenas vilas devem fundar-se bibliotecas, a ser possível circulantes, onde os vizinhos achem livros e jornais para a sua leitura, ilustração e entretenimento; devem organizar-se conferências sobre os problemas agrários e económicos do momento. O mestre tem de ser o conselheiro dos galegos, dos mais dos galegos, em todas aquelas questões que se refiram aos seus interesses e à sua cidadania. Como ele não poderá fazer tanto como desejamos que lhe for encarregado, buscará ajuda nos discípulos mais adiantados e nos vizinhos, fazendo assim entrar na escola totalmente o Povo. E lembremo-nos que esta cooperação pela escola, pela educação, tem de ser geral, e cobicamos que ninguém seja alheio a ela e ao resto do ensino. Simples cidadãos, cientistas, técnicos, todos devem, enquanto puderem, pensar na grande escola de que depende o porvir do seu Povo! (EeP 1974: 150-151; Os 2012: 41-42)

### *Cidade*

Que principia a conhecer-se a si própria, a ser si mesma e a penetrar o segredo da existência nos lares campesinos. Com efeito, no artigo *O campo e a cidade*, citado, reflete Viqueira e delinea, profético, as relações criadoras de aldeia e urbe que abrirão a Galiza a um novo tempo. Cito os parágrafos III. e V.:

III.

Entre a cidade e a aldeia por longo tempo houve funda separação. As gentes, habitantes das casopas agachadas nas velhas fragas e nas anosas carvalheiras, possuíam existência própria, tinham a sua língua, os seus usos e, do mesmo jeito que o labrego trabalhava as leiras, com o arado celta, guardava na sua alma, no mais íntimo, milenárias reminiscências. Os velhos deuses, cobiçosos de fugir do exílio, moravam ainda ocultos nas congostas, nos bosques e nos marinhos penedos. Tudo era ali primitivo, mas também rijo e sincero. Existência verdadeira, produzindo-se real e positivamente de si mesma! Ali se mantinha intata a alma galega e milheiros de germes fecundos, latitantes, aguardavam somente um impulso para se desenrolarem, que não vinha de nenhures porque a cidade, que devia dá-lo, ignorava-se a si mesma e à dormente campina. Dito doutra maneira: não surgia a visão clara dos problemas do país! (EeP 1974: 94-95; Os 2012: 105)

V.

Um dia começou a cidade a pôr atenção nas palavras dos que predicavam uma vida de intimidade com as próprias realidades; principiou a fazer-se consciente de si mesma e também se decatou de que pertencia a uma unidade histórica constituída em grande parte pelas aldeias perdidas entre a folhagem e os milhos. Relembrou-se do campo, onde latitavam tantas cousas nobres ignoradas, e apareceu-se-lhe claramente a sua missão diretora, criadora de novos valores. A Galiza, achando a sua essência, salvara-se: uma época brilhante da sua história nascia! (EeP 1974: 96; 106)

Acho que, assim exprimindo-se, Viqueira apontava certo. Não é a Galiza rural, aquela tradicional, que hoje está em processo avançado de desapareição, a chamada a criar esse novo tempo, mas as gentes citadinas que, sem recusar a *Galiza eterna*, promovem a restauração dessa Galiza, mas nos parâmetros da *Modernidade*, a ultrapassarem a miragem de *hodiernidade* incutida pelos aparelhos do RbE e desde eles na povoação galega.

## Projeto político para a nação galega<sup>22</sup>

Acho que, para compreender a conceção política que Viqueira propõe para a Galiza, cumpre partir do pensamento krausista em que foi educado. Acima assinalarei a *harmonia*, junto da *ação*, como ideia-chave dessa conceção, que adquire sentido, se referida à filosofia de Karl Christian Friedrich Krause, segundo é exposta e interpretada por Julián Sanz del Río<sup>23</sup>, quem explica na “Introducción” a Idea de la *Humanidad para la vida* (os *itálicos* são todos meus):

[...] Está fuera de nuestra intención, dirigida hoy más a edificar que a discutir, el traer a detenido examen los principios que fueron base de aquellos ensayos [*que comentavam a obra de Krause (1811), Urbild der Menschheit, Dresde, XX e 552 folhas*]; este examen y juicio van envueltos en la enunciación del que sirve de criterio y regulador al Ideal de la Humanidad: *El Hombre, siendo el compuesto armónico más íntimo de la Naturaleza y el Espíritu*, debe realizar históricamente esta armonía y la de sí mismo con la humanidad, en forma de voluntad racional, y por el puro motivo de esta su naturaleza, en Dios. Este principio recibe en sí, moderándolos y concertándolos bajo más alta idea, los principios deducidos, en edades precedentes, de teorías incompletas y entre sí inconciliables: el Idealismo contra el Materialismo; el Supernaturalismo contra el Naturalismo; el Socialismo contra el Egoísmo, cifrando sobre estas opuestas doctrinas el fin real del hombre en hacer efectiva toda su naturaleza conforme a su carácter distintivo recibido de Dios, por motivo de este carácter divino, en forma de razón y libertad, y por medios buenos y humanos.

Contudo, Viqueira parece não consentir de todo com as reflexões sobre política que Sanz del Río resume em *Racionalismo armónico: definición y principios*<sup>24</sup>, porque, enquanto pensador e ativista do galeguismo, não condiz com a função do filósofo que Sanz del Río desenha:

<sup>22</sup> Aponto alguns traços que Castelão desabrochou no *Sempre em Galiza*. É por isso que remeto a algumas passagens em que Castelão evidencia ter-se inspirado em textos do Viqueira.

<sup>23</sup> Cf. F. Krause y Julián Sanz del Río. *Ideal de la Humanidad para la vida. Con introducción y comentarios de D. Julián Sanz del Río*. Segunda edición. Madrid: Imprenta de F. Martínez García, 1871. Nesta segunda edição inclui-se o *Discurso pronunciado en la Universidad Central*, 1857. A primeira edição é de 1860. Pode ler-se on line: <http://www.ensayistas.org/critica/generales/krausismo/sanz/ideal.htm>

<sup>24</sup> Julián Sanz del Río (1860), “Racionalismo armónico. Definiciones y principios” in Francisco de Paula Canalejas (1872), *Estudios críticos de filosofía, política y literatura*. Madrid: Carlos Bailly-Bailliere, pp. 150-164. On line: <http://www.ensayistas.org/critica/generales/krausismo/textos/racionalismo.htm>



En Política, el filósofo respeta y obedece la constitución positiva de su pueblo, acepta leal y libremente sus consecuencias con puro sentido del bien público y mediante éste del bien humano en la constitución definitiva de la patria universal. Procura, sin embargo, al mismo tiempo concurrir por todos los medios legítimos, pacíficos y acertados y donde es llamado, al progreso, *reforma o mejora de su constitución bajo el principio de la tolerancia en el todo y parcialmente en todas las esferas de la sociedad política, desde el Estado hasta la localidad*; o el gobierno del país por el país; bajo el principio de la libertad del pensamiento, de la prensa, de la enseñanza, de asociación, de comercio, de industria; la inviolabilidad personal y de propiedad, en suma, la transformación gradual de las instituciones políticas para el desarrollo pacífico y en forma de derecho de todas las instituciones, fuerzas y fines sociales, apreciables por las leyes. *Rechaza el privilegio, el monopolio, la arbitrariedad en el poder; condena la violencia, venga de donde quiera, porque toda reforma sólida y durable debe concertar con el estado contemporáneo social, y debe prepararse mediante la educación, instrucción y civilización del pueblo, y no por otros medios.*

Também, em particular, Viqueira não pode concordar de todo com a ação que Sanz del Río atribui ao estado, porquanto é o espanhol e daquela (como hoje) bourbónico que impede radicalmente a Galiza e aos cidadãos galegos serem livres e donos da Terra. Necessariamente hão de opor-se ou, pelo menos, corrigir o projeto e o processo nacionalizadores que o estado-reino bourbónico ontem (e hoje) executa. Sanz del Río diz *infra*:

La política es la acción legítima del Estado y de los ciudadanos llamados a regir la vida pública, para facilitar, ayudar y promover el progreso de la sociedad hacia su total destino, mediante leyes, fundadas, de un lado, en el estado presente de las instituciones; de otro, en el recto conocimiento de su estado ideal y venidero, esto es, sobre lo que existe y lo que debe ser; sobre el hecho y el derecho. Para llenar este fin, el *Estado no debe ser turbado ni impedido en su acción por ningún interés preponderante exclusivo, parcial o excéntrico.*

Contudo, entendo que Viqueira concorda com a conceção de Sanz del Río sobre a religião:

[...] Por lo tanto, rechazamos la intervención del poder eclesiástico, como autoridad, en los negocios públicos; como también rechazamos la intervención

del poder civil fuera de los límites de su fin y medios propios, si comprime el movimiento libre de las fuerzas sociales según su naturaleza y su fin relativo.

Com efeito, no artigo *Três notas sobre a Religião* publicado postumamente nas pp. 22-29 do núm. 778 (janeiro de 1925) do *Boletín de la Institución Libre de Enseñanza*, analisa o facto religioso, que inclui:

- a) Uma representação (mais ou menos vaga ou perfeita) do divino;
- b) As atitudes face ao divino, em que se integram os ritos;
- c) As posições afetivas e subjetivas face ao divino e face ao rito (cada religião tem a própria afetividade). (EeP 1974: 59; Os 2012: 220)

### Matiza que fundamental na religião

é a conceção do divino, porque, como é natural, dela dimana tudo. O rito nas religiões superiores pode reduzir-se a estados subjetivos e, por outra parte, o divino, à afeção do divino. Assim pode surgir a vida religiosa interior como idêntica com a religião” (ibídem).

Portanto, está vetado ao poder religioso, pela sua própria essência, interferir nos negócios públicos, que diz Sanz del Río. A meu ver, Viqueira alicerça as propostas e atividades cívicas galegas, corretoras da ação estatal espanholizante, na reflexão seguinte de Sanz del Río:

[...] El Estado debe dejar a los esfuerzos individuales sociales todo lo que éstos puedan hacer por sí sin daño ni contra derecho público o privado. Rechazamos, por lo tanto, como injusta e invasora la pretensión del Estado a sujetar a su competencia e intervención toda la actividad social: la centralización como sistema de gobierno daña a la educación libre, gradual, progresiva de la sociedad y de las esferas particulares sociales en su vida interior. (ibídem)

De facto Sanz del Río afirma a respeito da imperfeição dos Estados, no séc. XIX, no XX e no XXI ...:

[...] Todavía no existe un pueblo cuya constitución fundamental pueda preciarse de una perfección relativa ni aun para el tiempo a que corresponde y para el pueblo que rige. Y los Estados entre sí viven hasta hoy aislados en su propio absolutismo y en oposición relativa de unos a otros; casi todos miran más al particular engrandecimiento que a armonizarse recíprocamente, a integrar cada uno su vida por la de los restantes como partes de una sociedad política

humana, a darse voz y ayuda para formar un Estado superior, una constitución de constituciones. [...] la vida política de un pueblo es sólo una particular esfera y vida bajo su total vida social y humana que llamamos cultura, civilización<sup>25</sup>.

Ao caso Viqueira precisa na secção “Nacionalismos” da conferência, citada, *Divagaciós engebristas*:

*A Humanidade [...] desfaz-se em Nações. Já a vida precisa, para ser, do princípio de individuação, a saber, de ser como indivíduo ou concreções de indivíduos. Idêntico princípio é o da evolução humana que também é cósmica, quer dizer, uma parte do processo universal*<sup>26</sup>.

Como vedes, o meu Nacionalismo tem uma base cósmica e metafísica. A Humanidade desfaz-se em Nações, porque precisa órgãos. As Nações, pois, são órgãos da Humanidade. Elas fazem tudo o que é factível em cada tempo. Não num momento de tempo, mas no se sucederem os tempos. E aqui, também, cada uma tem a sua missão; e quando a sua missão acaba, morre! Mas a missão da Galiza chega e por isso ressurgue. Se é lei a de a Humanidade se desfazer em Nações, é preciso por isso as Nações se oporem entre si; daqui os conflitos, por vezes chegando até o sanguiniento, até as duras palavras e os exclusivismos. (EeP 1974: 121; Os 2012: 72)

*A Galiza, nação distinta*

No artigo *A minha Galiza* (1920) Viqueira expõe quase liricamente a sua conceção da Galiza:

<sup>25</sup> Cf. na sua versão de *Ideal de la humanidad para la vida*, de Krause, secção “Imperfeción actual histórica de las instituciones humanas”, § 32, on line: <http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/ideal-de-la-humanidad-para-la-vida--o/html/>

<sup>26</sup> No blogue Santos Anjos da Guarda (sábado, 10 de setembro de 2011) diz-se:

“Desfeita a unidade do género humano pelo pecado, Deus processou, em primeiro lugar, salvar a humanidade através de cada uma das suas partes. A aliança com Noé, a seguir ao dilúvio (cfr. Gn. 9,9.), exprime o princípio da economia divina em relação às “gentes” ou nações, quer dizer, em relação aos homens reagrupados “segundos os seus países, cada qual segundo a sua língua e os seus clãs” (Cfr. Gn. 5; 10, 20-31).

Esta ordem, ao mesmo tempo cósmica, social e religiosa, da pluralidade nas nações (cfr. Act. 17, 26-27), confiada pela Providência Divina à guarda dos Anjos (cfr. Dt. 4, 19; 32, 8), destinou-se a pôr cobro ao orgulho duma humanidade decaída, que, unânime na sua perversidade (cfr. Sab. 10, 5), pretendia refazer por si mesma a própria unidade, à maneira de Babel (cfr. Gn. 11, 4-6)” (Catecismo da Igreja Católica, 56 e 57).

As reflexões viqueiranas discorrem por outros caminhos, mas nalguma medida remetem a um certo providencialismo, sem maiores precisões.

I.

Combato eu por uma Galiza de ontem? Sou eu da Galiza que para sempre se esvaiu entre as brêtemas do passado? *Viver entre recordos é viver entre mortos* diz o nosso Povo! Não, certamente eu não vivo no passado, cheio de requintada melancolia, já que eu arelo preludiar, na minha existência, um futuro melhor e maior!

II.

A minha Galiza não é a que foi; é a que será. Não é a de ontem; é a de amanhã. Se grande foi a nossa História, maior pode surgir o futuro nosso! É a Galiza do porvir, na sua florescente personalidade, a que eu arelo e amo, a Galiza, pedra preciosa de civilização humana!

III.

O amanhã não será como o hoje. Não acai a monotonia à vida criadora; é sempre nova e vária. O passado exalta-se no futuro, renovado, fecundado, como um tema numa sinfonia inesgotável! Ousemos [*iniciar*] os novos caminhos e, como sorriem ao florir os nossos campos renascentes, aludem-se as nossas almas no alvor miraculoso da nossa essência! (EeP 1974: 105; Os 2012: 124)

Interessa salientar nesta proposta do Viqueira não só a idealização, mas sobretudo o apego e, ao mesmo tempo, o deslaçamento do Povo justamente para ser fiel ao Povo, para seguir as suas lições: *Viver entre recordos é viver entre mortos*. Procurar novos caminhos civilizacionais por que as gentes transitem face a um futuro melhor.

*Questão nacional: autonomia integral*

A expressão AUTONOMIA INTEGRAL foi utilizada no *Manifesto da I Asemblea Nazionalista* (Lugo, 17-18 de novembro de 1918) que declara e define a Galiza como nação, com direito à autonomia integral. Nessa atmosfera (acho) refletia Viqueira no artigo intitulado *Autonomía* (sem datar, publicado nas pp. 81-82 de *Ensayos y poesías* 1930):

I.

Quando se coloca, no nosso país, o problema da autonomia, as vozes dos representantes da velha e decadente España, da España de Filipe II [*I de Portugal*], que não sabe olhar por riba das fronteiras, dizem: *As pretensões autonómicas são inauditas, nunca se viram*. Entrementes, florescem os

Estados Unidos de [Norte] América, Inglaterra, e Suíça no meio da Europa, incólume e misturada, ilha de paz. E Inglaterra, os Estados Unidos, Suíça devem o seu poder e florescimento, a sua grandeza, a sua importância, aos princípios autonomistas. (EeP 1974: 99; Os 2012: 152)

Viqueira entende *autonomia* sinónimo de *independência* (como definia daquela o DRAE), ao referir a procura de autonomia para a Galiza à autonomia de que gozam os Estados Unidos do centro de Norte-América ou os cantões suíços:

## II.

Estes representantes dos ruinosos tempos que não voltarão, dizem também que o nosso movimento é anti-espanholista. Eu pergunto: *Que mais anti-espanhol e estrangeiro que o centralismo realizado pelas dinastias alemã e francesa dos Áustrias e Bourbonões, que destrui a essência de Hespanha, que é ser uma admirável confederação de nações?* Hespanhol sou eu, mas duma Hespanha grande, futura, ainda por fazer, onde a suprema lei seja a liberdade; onde sejam livres as nações que a formam, livres os municípios ou concelhos, eminentemente livres os cidadãos, e que se amplie duma Ibéria que com novos factos assombre o mundo. (EeP 1974: 99-100; Os 2012: 153)

Reconheço que, pelo menos neste texto, Viqueira não atingiu a condição de profeta. Voltaram os ruinosos tempos, hoje ardentemente vigorados, do franquismo e continuidade como *transición a la democracia*. Seja como for, lembro o apelo à liberdade que Viqueira proclama para as nações inclusas no RbE, para os municípios e sobretudo para os cidadãos, extensível a uma *Ibéria que com novos factos assombre o mundo*, que Castelão assinala reiteradas vezes no *Sempre em Galiza*. Por exemplo, na secção X do Livro primeiro explica a concepção viqueirana:

O federalismo que nós defendemos não se finca nesse soado princípio da divisão do trabalho, quer dizer, na descentralização administrativa, para descongestionar a cabeça. O nosso federalismo também não pretende dividir o território hespanhol em doze, catorze ou dezasseis regiões autónomas, porque a estas alturas se torna necessário superar a federação regionalista de Pi i Margall por uma concepção verdadeira das nacionalidades, como se torna necessária a federação internacional para salvar a economia e a paz do mundo. (SemG 2010: 67)

Na secção XIX do Livro segundo alarga a possibilidade de federação da Galiza com Portugal baseada na continuidade da cultura galaico-portuguesa. O Prof. Rodrigues Lapa far-se-á eco desta conceção castelhaniana lembrando a velha definição, *Gallaecia usque ad Mondecum*. Diz Castelão:

O território galego continua dividido politicamente pela fronteira que separa Portugal de Hespanha; mas não se logrou a castelhanização da Galiza, e nas terras portuguesas encontramos, até ao Mondego, o espírito originário da nossa comunidade nacional. Não ignoramos as dificuldades com que topariámos para unir as duas Galizas deslocadas; mas se é lícito pensar e falar duma Confederação Ibérica, será igualmente lícito manter a esperança de que algum dia Galegos e Portugueses voltemos a falar e cantar no mesmo idioma. [...] O nosso caso é muito mais simples que o dos Bascos e Catalães. (SemG 2010: 258)

Retomo o artigo de Viqueira *Autonomia*:

III.

Mas agora que o problema é rude e áspero já, às vezes, não se fala contra a autonomia. O que se quer é não combatê-la, mas fazer dela [...] arma para assovalhar-nos novamente. Estamos fartos de escravidão. A Galiza, do fundo do seu ser, exige a *autonomia integral*, condição para ela ser grande, mas uma autonomia radicalmente democrática. Treme a nossa raça como um gigante dorminhento e ameaça com um medonho despertar! (EeP 1974: 100; Os 2012: 153)

A expressão *autonomia integral* denominava uma aspiração do galeguismo, que Castelão reitera no *Sempre em Galiza*, segundo aponte; e reafirma-o com a expressão *estamos fartos*:

1.º Na secção IV do Livro primeiro assevera, após se perguntar *Tem a Galiza um idioma proprio?*:

*Estamos fartos* de saber que o povo galego fala um idioma de seu, filho do latim, irmão do castelhano e pai do português. Idioma apto e ajeitado para ser veículo duma cultura moderna e com que ainda podemos comunicar-nos com mais de sessenta milhões de almas. (SemG 2010: 46)

2.º Nessa mesma secção IV reclama, expressivamente:

*Estamos fartos* dessa cultura esterilizada que nos fazem mamar por biberão. Nós queremos mamar a cultura da própria teta. Pedimos garantias legais para o desenvolvimento natural do nosso espírito, porque queremos voltar

a apresentar-nos dignamente no mundo, levando nas mãos o ouro da nossa cultura (sabedoria manifestada) para o oferecermos ao acervo espiritual da Humanidade. (SemG 2009: 48)

Vale a pena transcrever as últimas alíneas desta secção IV. Contra os que apresentam o mito de Babel como castigo, Castelão lembra que *os pobres animais ainda estão no idioma universal ...* e prossegue:

Um idioma não nasce pela vontade genial dum grupo de homens; nasce pela predisposição psicológica dum povo, que, em condições históricas favoráveis, cria uma cultura e a sua correspondente maneira de expressão. Porque um idioma é o corpo sensível duma cultura, e todo o atentado à língua peculiar dum povo representa um atentado à sua cultura peculiar. Mas os povos têm uma força mágica, invulnerável, e por isso as nações assoalhadas podem ver-se privadas do seu poder criador, ou podem transformar-se em parasitas da cultura dominante; mas jamais se deixam assimilar. O problema do idioma na Galiza é, pois, um problema de *dignidade* e de *liberdade*; mas acima de tudo é um problema de cultura. (SemG 2009: 47-45)

3.º À secção XX do Livro primeiro pertence mais um *estamos fartos*:

[...] Estamos fartos de ser uma colónia, e por muitas vantagens que nos oferecesse uma nova colonização, queremos ditar leis para nos governarmos por elas, sem ingerências alheias. A *liberdade* é a única reserva com que contam os povos para criarem o seu futuro. E nós poderíamos hipotecar tudo, menos o futuro. (SemG 2009: 97-98)

O cotexto continua a ter atualidade intensa. Cito:

Se os Galegos antifascistas e sobreviventes da tragédia hespanhola não nos sentirmos responsáveis pelo futuro galego e não lutarmos juntos para levarmos pão e dignidade aos nossos lares longínquos, a Galiza continuará sendo *uma pobre moreia de províncias hespanholas, com quatro bonifrates à frente, e a comédia duma vida oficial a decorrer sobre o pano griseiro da terra escrava*.

Tenhamos fé para enraizar as nossas ideias num sentimento comum, porque a *liberdade* da Galiza somente deve ser obra dos Galegos. [...] *Estamos fartos* de ser uma colónia, e por muitas vantagens que nos oferecesse uma nova colonização, queremos ditar leis para nos governarmos por elas, sem ingerências alheias. [...]

Algumas vezes topamos com Hespanhóis de orgulhosas aparências de inteligência que zombam dos nossos anseios generosos, porque ignoram que a Galiza [...] pesa e pesará na vida do Estado hespanhol. Estes homens desprezam o futuro e não sabem interpretar o passado. Também topamos com algum galego que se sente filho duma pátria pequena. A estes Galegos convém repetir-lhes: *Dizes que a Galiza é mui pequena? Isso depende do tamanho do teu espírito. Quanto mais pequeno tiveres o espírito de mais terra precisarás. Se Galiza te parece pequena é porque não tens azos para conceber nada grande.* (ibídem)

4.º A secção XXIII do Livro primeiro inclui o quarto *estamos fartos*:

Acha-se no terceiro parágrafo da secção XXIII:

Um escritor português [António Sardinha] estudou e defendeu o nacionalismo galego como reivindicador duma das mais recuadas afirmações colectivas de Europa.. Este escritor advertiu-nos que *vale muito mais uma irrecusável soberania do espírito que uma precária soberania política.* [...] O galeguismo é algo mais que uma realidade; é também uma arela de criações morais, e não pode caber no reduzido quadro dum programa político ou duma Lei promulgada. Um *Estatuto autonómico* que nos impedisse de resolvermos os problemas de *dignidade nacional* e que nos fechasse os horizontes da civilização atlântica — na qual pretendemos tornar a ser farol luminoso — seria uma arma suicida. Não esqueçamos que é preferível viver forçadamente submetidos a uma tirania alheia do que viver sem esperanças, sob uma tirania própria. [...]

Um grande político [Manuel Azaña] da República — defensor das autonomias regionais — disse que Castela não precisava dum Estatuto autonómico porque tinha que falar em nome de todos os povos hespanhóis. E isso é que não. Em nome de Hespanha fala o seu governo legítimo ou fala um grande hespanhol — que pode talvez ser castelhano e que não necessita ser governante —; mas em nome da Galiza falará a Galiza, como em nome da Catalunha já fala a Catalunha. *Estamos fartos* de imperialismos, e os democratas não podemos aceitar mais que uma igualdade de direitos para os cidadãos e para os povos. (SemG 2009: 106)

Até aqui a excursão do *estamos fartos* através do *Sempre em Galiza* castelano.



## Dignidade e liberdade

Volto ao artigo *Autonomia*. No parágrafo último Viqueira interpela e exorta:

IV.

Galegos, sede dignos de vossos avós, os Irmandinos, que faz cinco séculos se ergueram na Galiza procurando reger-se por si mesmos e não terem donos. Galegos, sede dignos de viver entre as novas democracias do mundo. Arda nos vossos peitos lume santo de amor pelas cousas nobres e saia só dos vossos lábios o clamor dos povos grandes: *Liberdade ou morte!* (EeP 1974: 100; Os 2012: 153)

A encerramento do apóstrofe lembra aquela outra, *antes mortos que escravos*, inscrita por Castelão no escudo galego da sereia, da fouce e da estrela. Prolonga a consideração da vida humana, individual e social, como *harmonia em liberdade* para o ótimo desenvolvimento humano. Mas a liberdade só é possível com *dignidade*, desde a *dignidade*.

No artigo *A nossa língua*, acima transcrito, Viqueira liga justamente cidadão *livre e digno* com utente de Galego. E no fim da secção I do Livro primeiro, também citado, Castelão glosa o pensamento viqueirano:

A nossa Terra é nossa. Nada mais que nossa. Porque somos os únicos capazes de dar luz à sua noite, pão às suas demandas, dignidades à sua vida. Porque somos os únicos capazes de enxugar as suas lágrimas de dor. (SemG 2010: 39)

Acima referi, com Castelão, a íntima relação entre língua, dignidade, liberdade e cultura (vid. SemG 2011: 48). Abunda Castelão nesta conceção, por exemplo, no fim da secção IX do Livro terceiro do *Sempre em Galiza*:

Face a política assimilista dos Castelhanos não nos resta senão um recurso: opormos uma reja accção nacionalista. A intransigência dos Galegos face à intolerância de Castela é um acto de indeclinável dignidade. (SemG 2010: 344)

(A seguir)

NOTA: na segunda parte do artigo referir-se-á a bibliografia citada e consultada para o elaborar.

## **Extraterritorialidade literária e minorização linguística**

Uma reflexão valenciana (I)<sup>1</sup>

Josep J. Conill

### **Resumo**

Tradicionalmente, a reflexão sobre o fenômeno da extraterritorialidade ou desterritorialização literária pôs a ênfase no componente cosmopolita desta experiência, supostamente em harmonia com a globalização. Neste ensaio, pelo contrário, examinam-se as mudanças de língua literária desde a perspectiva dos escritores em línguas minorizadas, que ocupam um lugar subalterno na hierarquia linguística internacional e não sempre se acham em condições de eleger com uma ditosa liberdade o seu instrumento expressivo. Esta perspectiva crítica contribui a pôr ao descoberto as falácias tecidas pelos discursos dominantes – entre os quais figuram algumas destacadas contribuições do pós-estruturalismo francês e da crítica pós-colonialista – que reduzem a linguagem a um mero instrumento de comunicação, com um suspeito esquecimento das suas funções relativas à construção da identidade pessoal e o sentido social da realidade.

### **Palavras-chave**

Cosmopolitismo, Colonialismo, Desterritorialização, Emigração, Etnia, Extraterritorialidade, Minorização, Morte das línguas, Pós-estruturalismo.

### **Abstract**

Traditionally, a reflexion on the phenomenon of extraterritoriality or literary deterritorialization emphasized the cosmopolitan component of this experience, supposedly in harmony with globalisation. In this essay, on the contrary, we examine the switch in literary language from the perspective of the writers in minority languages, who occupy a secondary place in the international linguistic hierarchy and are not always in a position to choose with a happy freedom their instrument of expression. This critical perspective contributes to uncover the fallacies woven by the dominant discourse – amongst which are some outstanding contributions of French post-structuralism and of post-colonialist critique – which reduce language to a mere instrument of communication, suspiciously forgetting its function in relation with the construction of personal identity and the social sense of reality.

### **Key words**

Cosmopolitanism, Colonialism, Deterritorialization, Emigration, Ethnicity, Extraterritoriality, Minorization, Death of languages, Post-structuralism.

<sup>1</sup> Este artigo desenvolve de maneira pormenorizada e com o aparato teórico e crítico correspondente uma nota breve que, sob o título de “La llengua i la mort”, apareceu publicada na revista *L'Espill*, 56 (outono 2017), pp. 81-85.

*Cuando a la casa del lenguaje se le vuela el tejado y las palabras no guarecen, yo hablo.*

Alejandra Pizarnik

## Introdução

George Steiner escreveu nalgum lugar que “o apocalipse é a morte da língua”. A afirmação pode parecer exagerada ou imprecisa, já que a língua não é uma entidade biológica e, portanto, não pode “morrer” no sentido estrito da palavra. Isso não impede, porém, que o sintagma “línguas mortas” tenha se tornado o modo usual de designar os idiomas que não têm falantes maternos nem que se diga metaforicamente a “morte das línguas”. Infelizmente, como os sociólogos da linguagem não deixam de lembrar, esse é um fenómeno bastante frequente, sobretudo numa época de globalização como a atual<sup>2</sup>. Ora, para além das abordagens académicas, não há dúvida de que ainda ignoramos muitas coisas sobre o modo como os seus últimos usuários a experimentam. Cumpre ter em conta que não aludimos a uma experiência homogênea, porque se podem achar diferenças qualitativas entre a tragédia dos habitantes de um povo amazónico que sucumbe ao choque traumático com a “civilização” — como se pode ver no filme *The Emerald Forest* (1985) de John Boorman — e a situação dos últimos sobreviventes de um grupo étnico europeu no caminho da absorção “pacífica” por seus vizinhos. Neste último caso há geralmente uma “narrativa” mais ou menos elaborada da minorização lingüística, porque no mundo ocidental os intelectuais “integram a vanguarda e a retaguarda em todas as minorias. A vanguarda dos que se despedem da minoria para buscar a assimilação à nacionalidade da maioria; e a retaguarda de aqueles que sendo os últimos membros da comunidade manifestam a sua fidelidade a esta, que na realidade já não existe mais do que nos seus sonhos e obsessões” (Gauss, 2001: 158-159).

Apesar de tudo, sabemos muito pouco, ponhamos por caso, de como experimentou intimamente Tuone Udaina, último falante do dálmata, ultrapassado em 1898, a redução da língua de seus pais à condição de linguagem privada — o, antes, “privativa” —, em um sentido do termo que Wittgenstein já intuiu, embora não chegou a interessar-lhe. Ao parágrafo 243 das *Investigações filosóficas* o filósofo de Cambridge se perguntou se “seria também imaginável

---

<sup>2</sup> A bibliografia sociolinguística sobre a morte das línguas é na atualidade inexequível. A maneira de leitura aperitiva, recomendo o conhecido *survey* de Crystal (2001).

uma linguagem em que algum pudesse apontar, ou formular, para uso pessoal, as suas vivências interiores — os seus sentimentos, estados de ânimo, etc.? — Não o podemos fazer assim na nossa linguagem habitual? — Mas não é isso o que quer dizer. As palavras desta linguagem hão de referir-se àquilo que apenas pode saber o falante, às suas sensações imediatas, privadas. Outra pessoa, portanto, não pode entender esta linguagem” (Wittgenstein, 1953: 177)<sup>3</sup>. Escusado será dizer que as duas interpretações não se excluem, porque no caso do último falante de uma língua haverá sempre uma margem de dúvida ao estabelecer se quando a emprega — apenas para conversar “con el hombre que siempre va conmigo”, para o dizer machadianamente —, o significado idioletal dos seus vocábulos, que é o único “vivo”, se ajusta muito bem ao significado que estes possuíam no intercâmbio linguístico comunitário, já que o significado de uma palavra, como o mesmo Wittgenstein apontou, é o seu uso. Dito doutro jeito: quando já não existe a menor possibilidade de intercâmbio verbal, quem pode garantir que as regras de uma língua usada em solitário permanecem inalteradas a respeito das da língua recebida originariamente dos lábios maternos? A resposta é óbvia: *ninguém* — nem o próprio sujeito falante, que não adoita refletir sobre as manifestações verbais da sua corrente de consciência.

### A língua, cimento da etnia?

Antes de chegar a esta situação de solipsismo linguístico, uma comunidade passa por uma série de estádios prévios, em que a contração do seu universo vital se produz em paralelo com a contração dos usos idiomáticos. Há alguns anos, o ensaísta alemão Karl-Markus Gauss forneceu algumas pistas sobre

---

<sup>3</sup> As seguintes explicações de Rossi (1969: 48-49) talvez ajudem a precisar algo mais a questão: “Wittgenstein entiende por “Lenguaje Privado” no el lenguaje que de hecho sólo una persona entiende — pero que, en principio, puede llegar a ser comprendido por otros — sino un lenguaje que, además de pertenecer a una sola persona, no puede llegar a ser comprendido por ninguna otra. Se trataría de un lenguaje que es necesariamente privado y no accidentalmente privado. La diferencia es, pues, radical. [...] De manera que la privacidad se basa en los objetos a los cuales dicho lenguaje se refiere; de donde se sigue el carácter de “necesariamente” privado o, lo que viene a ser lo mismo, la imposibilidad de que otra persona llegue a comprenderlo. En efecto, las palabras de un Lenguaje Privado serían palabras cuya significación no podría apresarse a menos de que se conociera aquello a lo cual se refieren; pero como, a su vez, es imposible que una persona tenga o experimente la sensación de otra, es punto menos que analítico concluir que es imposible que llegue a comprender el significado de la palabra en cuestión, o el lenguaje que se ejemplifica con palabras de esas características.”

o assunto no livro já mencionado, onde descrevia a quotidianidade de cinco etnias do nosso continente com os seus estilos de vida abocados a uma musealização irreversível, tentação que aos valencianos também não nos é alheia (Conill, 2016). Digo do jeito de situações caracterizadas pela associação da língua com um regionalismo sentimental, ligado à tradições – mesmo quando estas já perderam a funcionalidade –, entendidas como a maneira de assegurar uma identidade ameaçada e contribuir à perpetuação da existência comunitária, porquanto uma minoria “só pode consolidar a sua coesão mentres acredite que há de conservar para sempre, e unicamente, o que lhe foi legado de tempos ancestrais; sem embargo disso, por esta mesma razão, fica atrapalhada em um conservadorismo paralisante” (Gauss, 2001: 174). Já o dizia Nietzsche (1881: 13): “Que é a tradição? Uma autoridade superior, à qual se obedece, não porque mande cousas úteis, mas porque manda.” Amiúde estes procedimentos, destinados a reforçar a especificidade grupal, não concluem com a desapareição da língua étnica, mas nutrem-se com a memória do seu passado esplendor. Basta lembrar, neste sentido, aquele conhecido fragmento do filósofo peripatético Aristóxeno de Tarento (séc. IV aC) sobre as festas gregas dos habitantes de Posidônia, antiga cidade da Lucânia próxima do mar Tirreno, que se assimilaram aos seus vizinhos e “acabaram por mudar a sua língua e todos os outros costumes; ainda hoje celebram uma das suas festas gregas na qual se reúnem e recordam aqueles antigos nomes seus e os seus usos e vão-se embora após se desafogar com lamentos uns com outros e chorar” (Domínguez Monedero: 68)<sup>4</sup>. A bem ver, talvez os posidonenses esqueceriam a língua dos seus ancestrais, mas isso não conseguiu riscar a sua identidade como povo, porque os rituais dedicados a lamentar a grecidade perdida contribuía a perpetuar a diferença que os afastava dos povos circundantes.

Ora, casos como o que acabamos de aludir não impugnem o facto de a língua que falavam ser, pelo menos desde os tempos bíblicos, uma das maneiras usuais de classificar e discriminar as gentes<sup>5</sup>; porém, não foi nunca exclusiva, porquanto os mecanismos de identificação étnica distam de ser unívocos. Segundo Roland Breton, o termo admite uma dupla definição:

<sup>4</sup> O assunto deu pé também ao poema “Perífrasi” de Enric Sòria (1993: 12).

<sup>5</sup> Cumpre apenas recordar o conhecido episódio bíblico do *shibboleth* (Juízes 12, 5-6). Veja-se também Weinrich (1986).

1) O ponto de vista mais estrito considera a *etnia* como um coletivo de indivíduos que integram aquilo que os linguistas denominam *grupo de língua materna*, entendido como a classe de todas as pessoas que aprenderam uma língua em primeiro lugar.

2) Mas, considerada em um sentido mais amplo a *etnia* faz referência a “um grupo de indivíduos unido por um complexo de caracteres comuns —antropológicos, linguísticos, políticos, históricos, etc.— cuja associação constitui um sistema próprio, uma estrutura essencialmente cultural: uma cultura” (Breton, 1983: 12)<sup>6</sup>.

Na verdade as duas definições resultam polémicas: a primeira tem a desvantagem de tomar em conta apenas um só aspeto de uma realidade social sempre complexa, circunstância que limita a sua utilidade; porém, não implica que a segunda definição seja mais operativa, notando a multiplicidade de factores — amiúde contraditórios — que põe em jogo, os quais contribuem a enturvar o problema. A experiência demonstra que qualquer característica grupal pode transformar-se em senha de identidade diferenciadora de uma *etnia*, e que quanto maior seja a sua relevância coletiva maior se tornará o seu valor de convicção. Por isso a diversidade linguística joga um papel capital, porquanto a língua compartilhada engendra um espaço de inteligibilidade, um sentimento de comunidade que devém um dos estímulos básicos para a criação de ligações socioculturais. Para além disso a diversidade linguística apresenta uma abundância extraordinária, o qual não ocorre com a diversidade religiosa ou racial. Há outra razão poderosa que impede a instrumentalização generalizada das diferenças raciais ou religiosas como senha de identidade: o âmbito, que geralmente supera os limites das comunidades étnicas. O seu rendimento, pois, aparece circunscrito apenas àquelas situações em que pode facilitar um contraste efetivo entre grupos com diferenças linguísticas fracas ou inexistentes, como resultado de processos de assimilação iniciados há tempo. É o caso do confronto entre católicos e protestantes na Irlanda do Norte ou a oposição racial entre bascos e *maketos*, obsessivamente invocada por Sabino Arana, iniciador do nacionalismo basco.

O filósofo canadense Will Kymlicka, influente teórico liberal dos direitos das minorias, fez uma série de marcações sobre as diferenças existentes entre

<sup>6</sup> Para a uma discussão mais pormenorizada sobre estas questões, veja-se Conill (2007: 102-111).

os nacionalismos que se fundamentam na língua e os que invocam diferenças religiosas ou raciais, dignas de ser tidas em consideração: “Estas diferenças raciais e religiosas são relevantes na maioria dos casos conhecidos de movimentos nacionalistas que não estão baseados na língua. Mas cumpre assinalar que tais movimentos, de um ponto de vista liberal, são ao mesmo tempo a causa e o resultado de uma injustiça. Excluir a gente de participar em uma cultura e umas instituições públicas por razões de raça ou religião é injusto. Se bem o grupo excluído pode começar a desenvolver a sua própria cultura integral como resposta, tal cultura separada não se teria desenvolvido a não ser pela injustiça original. Portanto, os movimentos nacionalistas baseados na religião ou na raça evidenciam uma injustiça, a de não ter conseguido uma convivência de acordo com os princípios liberais. Porém, os movimentos nacionalistas baseados na língua não necessariamente respondem a uma injustiça, razão pela qual persistiriam mesmo em um mundo idealmente justo. Desde uma perspectiva liberal, o nacionalismo baseado na língua é maximamente consistente com a liberdade e a igualdade, dado que, a diferença do nacionalismo baseado na religião, não pressupõe nenhum conceito compartilhado do bem. Aliás, ao contrário do nacionalismo baseado na raça, não é intrinsecamente excludente ou discriminatório” (Kymlicka, 1995: 143-144).

A capacidade inclusiva da maior parte de comunidades linguísticas, unida à sua extraordinária proliferação, explicam em grande parte porque a mudança de idioma alcança umas dimensões sem par noutros campos como, por exemplo, o da conversão religiosa ou a exogamia entre membros de grupos bem diferenciados, e não sempre comparece ligado à dissolução das identidades coletivas. A história do povo judeu constitui, sem dúvida, a refutação mais contundente de tal suposição, na medida em que foi capaz de preservar a sua especificidade cultural por outros meios diferentes da língua. Com efeito, desde as mesmas origens abraâmicas, os judeus irrompem na história como um povo de emigrantes, cuja língua originária, o hebreu, desapareceu como língua vernácula em Palestina por volta dos séculos segundo ou terceiro da nossa era, mas reteve a condição de língua sagrada, empregada nos rituais religiosos e pouco conhecida e praticada além dos círculos rabínicos. Os integrantes do povo do livro por excelência, portanto, não se identificaram com nenhuma língua, antes adotaram os idiomas falados nos territórios onde se instalavam (García Pelayo, 1976: 7-23), ainda que a sua situação secular de marginalização social favoreceu o

surgimento de variedades étnicas como, por exemplo, o yiddish (Baumgarten, 1990; Resnick, 1933), de origem germânica, ou o ladino (Santa Puche, 1998), de origem castelhana, escritas quase sempre no alfabeto hebraico. Sem embargo disso, o *Haskalá* (iluminismo judeu), ao tempo que promovia a literatura escrita em hebreu, manteve uma relação muito problemática com estas variedades, mormente com o yiddish, identificado como um vestígio do gueto que impedia a integração de pleno direito dos judeus como cidadãos dos estados ocidentais modernos. Mais tarde, o sionismo, a partir da instalação de assentamentos judeus na Palestina desde meados do séc. XIX, encorajou a reanimação do hebreu como língua falada, graças ao labor tenaz e pioneiro de Eliezer Ben-Yehuda. Finalmente, a criação do Estado de Israel facilitou a sua transformação em uma língua nacional, equiparável à de qualquer outro Estado moderno.

Homens de letras das mais diversas procedências — entre os quais ocupa um lugar proeminente o poeta Salvador Espriu, que ao longo da sua obra equiparou a recusa do povo judeu a abandonar a sua cultura com a resistência dos defensores do catalão sob o franquismo — deixaram-se cativar pelos brilhantes resultados obtidos pela revernacularização do hebreu ao longo do séc. XX. Há quem a qualificou até de “milagre”, mas conviria não esquecer que a explicação do sucesso ou o insucesso da promoção de uma língua tem a ver muito mais com a sua situação social no momento de se iniciar o processo do que com toda a sua história anterior, por acidentada que for. E, pelo que atinge ao hebreu, a heterogeneidade linguística da comunidade judia de Palestina, falta de uma língua comum, e a familiaridade de grande parte da população com o hebreu no âmbito litúrgico, unida a uma longa série de incentivos materiais, resultaram factores decisivos no momento de explicar a sua generalização em qualquer lugar do novo Estado (Even-Zohar, 1990; Dieckhoff, 2004). Contudo, ante a omissão destes factores excepcionais o mais provável é que qualquer tentativa de revernacularização idiomática logre muito pouco sucesso ou desemboque diretamente no fracasso.

### **Extraterritorialidade cosmopolita versus minorização local**

Certamente não é por acaso que George Steiner, um pensador judeu, ter sido um dos exploradores mais sagazes da migração ou *extraterritorialidade* linguística por meio dos seus lúcidos estudos sobre a história da tradução em



Ocidente e a análise do nomadismo linguístico de alguns grandes escritores contemporâneos como Nabókov, Beckett e Borges (Steiner, 1968, 1975). Trás esta aproximação do universo apaixonante da circulação do sentido através da diversidade idiomática lateja uma aberta exaltação do cosmopolitismo, muito em consonância com a peripécia biográfica do próprio Steiner (1997). Nesta altura, as suas abordagens obtiveram tal predicamento que podem rastejar-se inclusivamente na ficção literária. Neste terreno, paga a pena recordar o romance *Los palimpsestos* (2015) de Aleksandra Lun, vibrante alegato em prol da extraterritorialidade literária, da qual a própria autora se constitui em figura arquetípica, como escritora em castelhano de origem polaca que se ganha as favas como tradutora da sua língua materna, do inglês, francês, castelhano, catalão, italiano e romeno.

O romance relata, em chave irónica e grotesca, a peripécia de Czesław Prześnicki, um escritor homossexual polaco a quem os avatares de uma relação amorosa frustrada levam à Antártida, onde se licencia em filologia antártica e escreve um romance em antártico — idioma inexistente, inventado pela autora — intitulado *Wampir*, do qual apenas consegue vender uns poucos exemplares. No topo de tudo, a obra é recebida com aberta hostilidade pelos escritores antárticos, que batem no protagonista: “cuando me tiraron al suelo entendí que su agresividad se debía a que, a pesar de mi fuerte acento extranjero, yo había escrito mi libro en su lengua materna. Los sabios intelectuales [...] dijeron que estaban hartos de los escritores ilegales que venían a la Antártida a quitarles el trabajo. Intenté explicarles que un idioma no les pertenecía sólo a los hablantes nativos y que los miserables inmigrantes también podíamos escribir, pero ellos continuaron pegándome con sus bastones y acabaron arrojándome a un solar vacío” (Lun, 2015: 20-21). Após diversas aventuras amorosas, tão estrafalárias quanto desafortunadas, o pobre Prześnicki, já completamente perdido o siso, é internado em um manicómio de Lieja. A doutora que o atende atribui a sua patologia ao feito de escrever em uma língua estrangeira e decide submetê-lo à *terapia bartlebiana* de reinserção linguística, dirigida aos afetados pela síndrome do escritor estrangeiro: “La terapia se divide en dos partes y consiste en analizar los acontecimientos que llevaron al paciente a un manicomio y en hacerle olvidar la lengua extranjera en la que escribió sus libros. Para estos fines al escritor inmigrante se le somete a sesiones psicoanalíticas y a un aislamiento lingüístico en el que solo tiene contacto con su lengua materna o un idioma

diferente del que está aquejado” (Lun, 2015: 22-23). Porém, o protagonista resiste-se com todas as forças a esquecer o antártico e, às escondidas, começa a escrever um novo romance nesta língua nas margens das folhas de um velho exemplar de um diário flamenco, mentres sustém alucinados diálogos com escritores tão representativos da transumância idiomática como Joseph Conrad, Witold Gombrowicz, Vladimir Nabókov, Emil Cioran, Agota Kristof, Samuel Beckett, Karen Blixen e Jerzy Kosiński.<sup>7</sup>

Em definitivo, segundo salienta a autora, o tema do seu livro não é outro que a problemática adaptação do escritor, entendido como aquela pessoa que faz servir como ferramenta de trabalho a sua língua materna, na experiência, cada vez mais habitual, da extraterritorialidade. “Enquanto cruzas a fronteira do teu país” — argumenta Aleksandra Lun — “convertes-te em um estereótipo do lugar donde vens. A integração sempre é complicada, e quando escreves noutra língua pode acontecer que se te veja como um intruso ou como um traidor. Ou que do país de origem te atribuam um sentimento de culpabilidade, como se pode ler nalgumas biografias de Joseph Conrad” (J. N., 2015). Trata-se de uma abordagem que põe em relevo a casuística associada à adoção de uma língua estrangeira como língua da criação verbal, não tanto do ponto de vista da valorização em si da obra literária produzida quanto do jeito de relação que se estabelece entre o escritor emigrante e a instituição literária da língua de acolhimento. Quer dizer que esta relação apresenta as mesmas dimensões que a integração do emigrante em uma sociedade estranha, com todo o cúmulo de resistências e maus entendidos que surgem entre as duas partes. Ao fim e ao cabo, o esforço adaptativo que o escritor tem de fazer enquanto se achar imerso na nova realidade linguística, em cujo contexto boa parte das aptitudes adquiridas no país de origem perdem todo o seu valor, apenas é um subconjunto dos problemas consubstanciais à emigração. Não há nada de particular, portanto, que, como apontam Georg Simmel (1908: 305-324) e León e Rebeca Grínberg (1984), as reações “patológicas” suscitadas pela comunidade de acolhimento oscilam entre a aceitação incondicional, amiúde emparelhada com o desprezo do lugar de procedência, e a rejeição absoluta, que aparece unido à nostalgia e à idealização do país que se deixou atrás.

---

<sup>7</sup> Curiosamente, a autora omite toda a referência aos escritores que abandonaram a língua castelhana como instrumento de expressão literária em favor de outra língua, como é o caso de Néstor Perlongher, Copi, Juan Rodolfo Wilcock o Héctor Bianciotti. Sobre esta questão, veja-se Gasparini (2009).

Relativamente à literatura, a questão talvez seja ainda mais embrulhada, porquanto, como insinua Lun, a aquisição da plena “cidadania” como escritor na língua de acolhimento não se acha sujeita a nenhum protocolo legal, mas deriva do grau de aprovação obtido entre as instâncias representativas (crítica, editoras, mundo académico, público, etc.) de uma instituição literária alheia, que, segundo as circunstâncias, pode oscilar entre a rejeição explícita e a aceitação entusiasta. Em regra geral, no quadro das línguas minorizadas a atitude predominante costuma ser esta última, quer dizer, o escritor de procedência aloglota é recebido com franca simpatia (que cumpre não confundir com condescendência), porque a sua eleição idiomática reforça face ao exterior a capacidade de atração e as pretensões de universalidade que os seus cultivadores reclamam. Sem sair do âmbito das letras catalãs, podemos lembrar, à maneira de exemplo, a atenção concitada pela produção romancística da escritora de origem amazigue Najat El Hachmi. Pelo contrário, no âmbito das línguas dominantes adoita predominar a indiferença ou uma discreta atenção, exceto aquelas situações caracterizadas pela existência de uma tradição consolidada de purismo idiomático, em que o escritor emigrante pode ter de se topar com as reticências de uma instituição literária erigida sob a custódia zelosa da genuinidade idiomática. Neste caso, a sua tentativa corre o risco de se ver deslegitimada mesmo do ponto de vista da ciência da linguagem, tendo em conta que a gramática generativa adjudica a última palavra em matéria de competência ao falante-ouvinte ideal de uma língua, quer dizer, àquele que a tem como idioma materno, exigência que o escritor emigrante nunca poderá cumprir.

As reflexões anteriores colocam-nos sobre a pista da existência de uma *extraterritorialidade interna*, que aparece quando um coletivo de falantes, entre os quais figuram em um lugar destacado os escritores, se veem obrigados à emigração idiomática sem sair stricto sensu do domínio da “sua” língua, quer porque a sua variedade materna carece da legitimidade requerida pela instituição literária quer porque pertencem a algum grupo estigmatizado pelo resto da comunidade linguística, que recusa mais ou menos explicitamente o seu falar. Talvez o exemplo mais conhecido do que acabamos de assinalar tenha a ver com a questão da legitimidade do *Black English* em usos institucionais nos Estados Unidos e as “Guerras do Uso da Língua” que lá se desencadearam a partir de 1961, quando o lexicógrafo Philip Babcock Gove (1902-1972) propugnou a aplicação dos princípios “imparciais” da linguística estruturalista

no *Webster's Third New International Dictionary*, do qual era editor chefe. Não é este o lugar nem o momento para se estender no exame do argumentário ventilado nesta polémica, bastará com apontar que, por oposição aos puristas, os partidários de uma normativa inspirada na fidelidade aos dados imediatos da língua costumam (lá e cá) incorrer muito frequentemente na *falácia descritivista* – também conhecida coloquialmente como falácia do “bom, fá-lo todo o mundo” –, consistente em confundir a promulgação de normas com a mera constatação de regularidades idiomáticas. A posição mais inteligente consiste em entender que as normas – cuja condição exclui a subjetividade, bem como qualquer existência metafísica, de carácter platónico – só podem ser produto do consenso de uma comunidade autocentrada, e acham-se muito mais em consonância com os princípios éticos e os procedimentos políticos do que com as teorias científicas. Podemos defini-las como “alguma cousa que a gente acordou que é a maneira ótima de fazer certas cousas com certos propósitos”, e a sua finalidade consiste em “ajudar-nos a avaliar as nossas ações (incluindo o que dizemos) de acordo com aquilo que como comunidade decidimos que são os nossos verdadeiros interesses e propósitos” (Wallace, 2005: 117 e 118).

Em chave muito diferente, a questão da extraterritorialidade interna suscitou a atenção de pensadores pós-estruturalistas como o tandem Deleuze-Guattari ou Jacques Derrida. Este último ocupa-se no livro *Le monolingüisme de l'autre, ou la prothèse d'origine* (1996), a partir de uma reflexão em chave autobiográfica que põe de relevo a experiência paradoxal dos unilingues que se veem forçados a empregar uma língua que não podem sentir perfeitamente como sua, segundo ocorreu com os judeus argelianos, privados da cidadania francesa pelo governo colaboracionista de Vichy e, portanto, desapossados de qualquer legitimidade sobre o único idioma que falavam. Com a gíria desconstrucionista habitual, realiza um repasso minucioso das condições de viabilidade da sua condição de unilingue francês inconfortavelmente instalado na única língua que podia designar como própria, fronte à qual nunca conseguiu desprender-se de uma certa sensação de sofreguidão, que se manifestava em forma de supervisão maníaca do cuidado e da pureza da linguagem – quer dizer, do *bon usage*. Seja como for, como apontou anos há Joan F. Mira em um artigo a propósito do livro citado, os traumas de Derrida resultam bem pouca cousa em comparação com os que suportam secularmente os expropriados utentes de outras línguas: “Que haveriam de

dizer ou de acrescentar os que, como eu mesmo e os meus companheiros de geração, e os de antes e também muitos de depois, havemos de fazer nossa [...] uma língua que não nos “ensinaram a cultivar”, uma língua que era própria e não o era, ao lado e por baixo doutra que era a única que nos ensinavam a cultivar como própria sem ser própria? E que havemos de fazer se padecemos ainda, esta forma perversa de “monolinguismo do outro?” (Mira, 2009).

Pelo seu lado, Deleuze e Guattari já refletiram duas décadas antes sobre questões relacionadas no terceiro capítulo de *Kafka. Pour une littérature mineure* (1975), mediante o conceito de literatura “menor”, sujeito a três condições:

1) Não se trata de uma literatura escrita em uma língua minoritária (ou minorizada), mas da literatura que produz uma minoria ubicada no seio de uma língua “maior”, à qual submete a um forte processo de *desterritorialização*. Com esta noção, tirada da geografia, os autores apontam para uma inversão radical das noções tradicionais que definem as estratégias canónicas no âmbito consolidado das literaturas “maiores”. Não estamos a falar de uma inversão das práticas dominantes, que, em definitivo, estas poderiam fagocitar facilmente, mas de encetar *linhas de fuga* que, partindo da afirmação da identidade minoritária, contribuíssem então a ultrapassá-la. Por este lado, a posição de Deleuze e Guattari não se diferencia muito da análise que fazia Sartre da poesia da *négritude* como uma literatura do paradoxo que se esforçava para exprimir as vivências dos africanos na língua do colonizador, que tinha de a submeter a um processo de profunda deslocação, graças ao qual se transformaria numa verdadeira língua universal (Vega, 2003: 154-155).

2) Em uma literatura “menor”, portanto, a escrita torna-se em uma prática indefetivelmente *política*, começando pelo mesmo processo de enunciação, o qual, a causa do âmbito reduzido em que se move, conecta sem solução de continuidade qualquer problemática de carácter individual ou privado com a esfera social ou pública, a abolir por completo a distinção entre a arte e a vida, segundo é habitualmente conceituada no âmbito, cada vez mais distendido, das literaturas “maiores”.

3) Nas literaturas “menores” a prática da escrita atinge um *valor coletivo*, porquanto, por razões estritamente demográficas, a sua situação não adoita favorecer a aparição de grandes mestres dotados de uma voz potente e própria,

capazes de decolar por sobre as formas de enunciação estereotipadas. Como consequência deste feito, neste tipo de literaturas o campo político contamina qualquer enunciado e transforma-o, *velis nolis*, em expressão de solidariedade comunitária ou nacional.

Ao contrário do que nos inclinaríamos a crer, o qualificativo de “menor”, segundo os autores, não se pode aplicar univocamente a certas literaturas definidas por uns parâmetros sociológicos concretos, identificáveis com os típicos da situação minorizada (Aracil, 1983a). Ainda mais, “coerentes” com o *nomadismo* teórico que postulam, Deleuze e Guattari recusam os planejamentos empíricos da questão e adjudicam o qualificativo de “menores” às literaturas surgidas do processo de desterritorialização de uma literatura “maior”. Uma proposta capciosa, quando mesmo, muito na linha dos escritos “parassociolinguísticos” dos pós-estruturalistas franceses, que oscilam com frequência de mais entre a ocorrência e a artimanha. Só assim se explica o constante ilusionismo de um pensamento que, mentres escamoteia as condições de existência reais das línguas minorizadas – derivadas, justamente, da elevação à categoria de línguas nacionais dos idiomas em que se exprimem as literaturas “maiores” –, não cessa de exaltar o carácter do recurso a estes mesmos idiomas como veículo de uma estratégia individual de enunciação carregada de implicações políticas. E é que, para ser claro, suster que a solução dos complexos problemas que há de enfrentar o escritor em uma língua minorizada exige escrever em uma língua “maior” da mesma maneira que um judeu checo escrevia em alemão ou um usbeque o faz em russo, não deixa de constituir uma monumental trapaça.

Sem embargo do dito, a diferença do rude supremacismo linguístico espanhol – sustentado em um sentido comum intelectualmente irrelevante, que mistura o darwinismo social com o neoliberalismo mais nauseante e o *orden y mando* –, absolutamente refratário à crítica<sup>8</sup>, cumpre reconhecer que em francês proliferaram as análises rigorosas sobre o processo histórico de

---

<sup>8</sup> Não me rebaixarei a fazer uma revisão da bibliografia segregada pelo assunto ao longo das últimas décadas, ao cargo de “eminências” carpetovetónicas como Manuel Alvar, Gregorio Salvador, Francisco Rodríguez Adrados ou Juan Ramón Lodares, entre muitos outros. Porém, sim paga a pena assinalar a existência de uma escassa mas valiosa bibliografia produzida mormente em anos recentes, que discrepa deste discurso monolítico, devida a autores como Taibo (2007), Moreno Cabrera (2008), Delgado (2014) ou Valle (2015).

imposição da língua, dentro e fora do hexágono<sup>9</sup>. Ora, o uso que os pensadores franceses citados fazem destas investigações induz a suspeitar que responde a uma estratégia interessada por partida dupla. Em primeiro lugar, o carácter extremadamente artificioso dos textos em causa, que cumpre interpretar como uma incitação aos autores minoritários a porem em jogo a própria diferença no interior da mesma língua que extermina a sua diferença idiomática originária, quer dizer, a transformarem em virtuosismo literário francófono a situação de *duplo confinamento* característica das situações presididas pelo que denomino síndrome de Orsenna (Conill, 2007: 192-194). Tanto tem, neste sentido, nos remetermos à remarcação de Derrida, de que por vezes cumpre deixar morrer uma língua para salvar os seus falantes, quanto aos planejamientos de Deleuze e Guattari, com a sua exortação subliminar, destinada em especial aos autores de línguas minorizadas pela *Francophonie*, a abandonar os seus respetivos idiomas e enxertar no tronco do francês o “génio” destas. Trata-se, evidentemente, do mesmo jeito de operação quimérica que o escritor indigenista peruano José María Arguedas quis levar a termo sobre o seu castelhano literário, presumivelmente modelado sobre a conceção do mundo própria do quíchua<sup>10</sup>. Adverti, por este lado, que a arguta apelação à prática de uma literatura “menor” não se apresenta como uma incitação repressora à substituição linguística, mas com a tentativa “positiva” de contribuir, mediante uma prática subversiva da escrita, ao enriquecimento da corrente expressiva da língua dominante, afogada por uma tradição secular de banalidade retórica. Talvez não seja casual o facto de o francês e o espanhol serem provavelmente as línguas que mi(s)tificaram de maneira mais intensa este jeito de transfusões idiomáticas, tendo em conta que, como assinalava há anos Antoni Pous, poeta e primeiro tradutor de Paul Celan ao catalão, “há línguas que perderam o seu nervo expressivo porque muito cedo, por falta de um saber humanístico sério, fizeram da ingeniosidade um horizonte literário: outras porque, por um falso reflexo do latim dos livros, vieram a converter-se em um patués de salão. Pedantarias de toda a condição desgraçaram, por uma boa temporada ao menos, as suas glândulas destinadas à receção e transformação de elementos forâneos indispensáveis. Aludo

<sup>9</sup> Vejam-se, entre outros, os contributos de Calvet (1974), Balibar e Laporte (1974), Balibar (1985), Certeau *et al.* (1975), bem como a original reflexão do Aracil (1983b).

<sup>10</sup> Veja-se o breve volume com ensaios de Vargas Llosa e Arguedas (1974), bem como a revisão polémica dos planejamientos romancísticos do indigenismo de Arguedas levada a termo por Vargas Llosa (1996). Contudo, talvez a reflexão mais lúcida sobre o assunto la forneça Aracil (1982).

ao espanhol e ao francês” (Pous, 1976: 16). Em segundo lugar, esta linha de pensamento atua também como uma arma de sedução prestigiosa, destinada a reforçar a posição do francês no terreno da competência entre as línguas melhor posicionadas no âmbito internacional, apresentando-o como uma língua pretensamente “alinhada” com o combate das línguas desfavorecidas pelo reconhecimento dos seus direitos, em oposição ao predomínio global do inglês ou ao *quiero y no puedo* do espanhol. Dito isto, creio que não precisarei insistir mais no carácter absolutamente propagandístico destas pretensões.

A bem ver, a única maneira de fazer um uso coerente do discurso de Deleuze e Guattari consiste, como já apontamos, em identificar o conceito capcioso de literatura “menor” com as literaturas produzidas em línguas minorizadas, porquanto estas são as únicas que existem realmente, à maneira de uma matriosca, no interior de outra “maior”. Assim o salientou Lluís V. Aracil com a sua análise da *interposição* e da *intrusão* como dispositivos mediante os quais a língua nacional exclui o idioma minorizado da comunicação direta com o resto do mundo e, então, capilariza a sua comunidade linguística, colapsando o seu normal funcionamento (Aracil, 1983a; Conill, 2012: 44-47). Assim mesmo, feito este esclarecimento, cumpre não perder de vista o chamamento de Deleuze e Guattari para manter uma vigilância constante sobre a prática que se faz da escrita no âmbito deste tipo de literaturas, para que não se deixem atrapar pela teima identitária, que constitui o risco principal em que se acha exposta toda a minoria. Dito por palavras de John Holloway (2002: 146-148), tratar-se-ia de evitar que a prática desterritorializada que caracteriza, de grado ou por fôrça, a literatura minorizada devém um objetivo *per se* e d  passo a uma nova reterritorialização, agora em forma de alienação narcisista. Obviamente, pretensões est ticas   parte, a luta dos autores minorizados não pode renunciar   reivindicação política de carácter identitário, mas se não quer ser reabsorvida por um *statu quo* que instrumentaliza descomplexadamente um mundo fragmentado em todo o tipo de identidades, ha de ultrapassar esta limitação e guardar no seu discurso o grito de revolta contra a opressão idiomática globalmente institucionalizada, da qual se erige ao mesmo tempo em consequência e em denúncia. Como argumenta Édouard Glissant (1996: 42), esta opção, por fôrça de coerência, só pode apoiar na reivindicação do multilingu smo, mas não entendido meramente como a coexistência e aprendizagem de várias línguas, senão como a *presença das línguas do*



*mundo na prática da língua própria.* E assim requer atuar de acordo com uma estratégia peculiar, “desviando-a e abatendo-a não mediante sínteses, senão mediante aberturas linguísticas que me permitam urdir relações entre as diversas línguas que hoje são faladas sobre a face da terra — relações de dominação, de convivência, de absorção, de opressão, de erosão, de tangência, etc.—, como elemento de um drama grandioso, de uma tragédia gigantesca da qual a minha própria língua não se acha sã nem salva. Por consequência, não posso escrever a minha língua de maneira monolíngue, escrevo-a como espetador desta tragédia, deste drama. Não há salvação para nenhuma língua das que se falam no mundo, se for deixado que morram as outras. Na relação de acentos dramáticos que se dá hoje entre as línguas, bem como não posso escrever como se fosse monolíngue, também não posso defender a minha língua de forma monolíngue. Hei de defendê-la tendo presente que não é a única ameaçada.”

Justamente por este motivo, fariamos bem em não nos esquecer que os exemplos mais numerosos de extraterritorialidade ou desterritorialização literária — digam-no como quiserem — não nascem de nenhuma opção estética nem costumam figurar entre os seus representantes os grandes nomes da criação em mais de uma língua, como os escritores analisados por Steiner. De facto, entre estes exemplos célebres e a opção elegida pela maioria dos escritores, consistente em fazer servir a sua língua materna, há uma infinidade de casos difíceis de classificar, sobre os quais, muito sintomaticamente, Steiner e os pós-estruturalistas franceses guardam um ominoso silêncio. De um lado, não havemos de olvidar os numerosíssimos exemplos de multilinguismo com raízes familiares, que cada sujeito —ainda mais se se trata de escritores— costuma gestionar de maneira diversa, segundo os seus avatares biográficos e circunstâncias sociais<sup>11</sup>. Não obstante, os exemplos mais abundantes e problemáticos de bilinguismo literário costumam apresentar-se como *factos sociais*, no sentido durkheimiano do termo, e acontecem em situações caracterizadas pela existência de processos de minorização linguística. Exceções à parte, a prática da escrita bilingue, enfrontada com esta classe de situações, acha-se muito longe de ser vivida como uma experiência gozosa e libertadora, já que não nasce de nenhuma vontade artística de explorar as pregas íntimas de

<sup>11</sup> Sobre este assunto veja-se o livrinho, absolutamente recomendável, de Agota Kristof (2004). O mesmo pode dizer-se do contributo de Sylvia Molloy (2016).

uma identidade complexa, mas da necessidade dos autores de ganhar a vida na única língua em que resulta rendível publicar, para poder continuar a escrever nos tempos livres a sua obra autenticamente “pessoal” na língua proscrita. Não preciso estender-me mais na descrição deste jeito de compromissos, tão familiares, aliás, ao escritor em língua catalã<sup>12</sup>. Apenas acrescentarei que não constituem nenhum testemunho de enriquecimento cultural, senão uma malversação de tempos e de energias, bem como uma amputação de recursos, na medida em que os avanços sociais da língua dominante comprimem o reportório da língua recessiva, e a prática do bilinguismo literário favorece a interferência crescente entre as duas. Ao limite, o escritor em uma língua minorizada pode ver-se necessariamente abocado ao dilema de adotar a língua dominante ou continuar a escrever em uma língua deturpada e sem leitores. Em casos extremos, a solução adotada pelos últimos moicanos costuma consistir em edições bilingues em que a sua língua materna, num intento desesperado de chegar ao “público”, procura o suporte imprescindível da língua dominante. A história da literatura ocitana moderna vai cheia de exemplos do que digo — e não é a única.

Cumprirá remarcar que este jeito de *via crucis* linguístico, já que disso se trata em definitivo, supõe uma experiência da extraterritorialidade muito mais dramática e radical do que qualquer das evocadas por Steiner e pelos pós-estruturalistas franceses? Ou é que quando Deleuze e Guattari (1975: 56), com a gíria idiosincrática, descrevem a desterritorialização inerente ao “devir-animal” de certos personagens kafkianos como uma “viagem imóvel e sem deslocamento; que não pode viver-se ou compreender-se senão em intensidade (trespassar limites de intensidade)”, não nos estão a fornecer sem sermos disso conscientes uma descrição canónica do modo de experiência associado à minorização linguística? Ainda que, se bem se considera, chegamos com séculos de retardação, porque nos inícios do século XIX o catalão Antoni Puigblanch

<sup>12</sup> Relativamente ao catalão, cumpre citar o contributo clássico de Vallverdú (1968). Veja-se também o artigo já citado de Aracil (1982). A modo de contraste, resulta interessante a reflexão do escritor basco Iban Zaldúa (2012). Ao longo das últimas décadas, a análise deste tipo de conflitos entre os reportórios culturais expressados pela diversidade linguística foi objeto da Teoria dos Polissistemas, promovida pelo professor israelita Itamar Even-Zohar. Pode consultar-se uma ampla seleção de trabalhos no sítio web </www.tau.ac.il/~itamarez/>. Para uma seleção antológica das contribuições dos principais representantes desta corrente, veja-se Iglesias Santos (1999). Veja-se também o interessante *survey* introdutório à crítica postcolonialista de Vega (2003, especialmente as páginas 153-198).

(1811: 306) já advertia com inveável lucidez aos seus concidadãos que “será siempre extranjero en su patria, y [...] quedará privado de una gran parte de la ilustración que proporciona la recíproca comunicación de las luces, el que no posea como nativa la lengua nacional”.

## Referências

[As referências consignadas no texto aludem ao ano de edição original das obras e os artigos da bibliografia, mas as páginas que citadas em nota correspondem sempre às reedições e traduções resenhadas.]

Aracil, Lluís V. (1982). «Et tout le reste est littérature», *L'Espill*, 16, pp. 57-70.

Reedição em: Aracil, Lluís V. (1983). *Dir la realitat*. Barcelona. Edicions Països Catalans, pp. 135-153.

Aracil, Lluís V. (1983a). «Sobre la situació minoritària». Em: *Dir la realitat*. Barcelona: Edicions Països Catalans, pp. 171-206. Em linha: <<http://www.contrastant.net/autoritas/aracil/minoritaria.htm>>.

Aracil, Lluís V. (1983b). «Tres vides perpendiculars: Rivaroli, Cloots, Grégoire». Em: *Dir la realitat*. Barcelona: Edicions Països Catalans, pp. 221-263.

Balibar, Renée (1985). *L'institution du français*. Paris: Presses Universitaires de France.

Balibar, Renée; Laporte, Dominique (1974). *Le français national*. Paris: Hachette.

Baumgarten, Jean (1990). *Le yiddish*. Paris: Presses Universitaires de France, 2ª edição 1993.

Breton, Roland (1983). *Les ethnies*. Paris: Presses Universitaires de France [*Las etnias*. Barcelona: Oikos-tau, 1983].

Calvet, Louis-Jean (1974). *Linguistique et colonialisme*. Paris: Payot.

Certeau, Michel de; et al. (1975). *La Révolution française et les patois*. Paris: Gallimard.

Conill, Josep J. (2007). *Del conflicte lingüístic a l'autogestió. Materials per a una sociolingüística de la complexitat*. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans.

Conill, Josep J. (2012). «La sociologia del llenguatge». Em: Casesnoves, Raquel; et al. *Sociolingüística*. Barcelona: Universitat Oberta de Catalunya. Em linha: <[http://www.josepconill.cat/images/stories/informacio/1\\_la\\_imaginacio\\_sociolingüistica/sociologia\\_llenguatge.pdf](http://www.josepconill.cat/images/stories/informacio/1_la_imaginacio_sociolingüistica/sociologia_llenguatge.pdf)>

Conill, Josep J. (2016). «Una llengua de museu». *El Temps*, 6/XII, pp. 48-49. Em linha: <<https://www.eltmps.cat/article/434/una-llengua-de-museu>>.

Crystal, David (2001). *Language Death*. Cambridge: Cambridge University.

Deleuze, Gilles; Guattari, Félix (1975). *Kafka. Pour une littérature mineure*. Paris: Minuit [*Kafka. Por una literatura menor*, México, Era, 1978].

- Delgado, Luisa Elena (2014). *La nación singular. Fantasías de la normalidad democrática española (1996-2011)*. Madrid: Siglo XXI.
- Derrida, Jacques (1996). *Le monolingüisme de l'autre, ou la prothèse d'origine*. Paris: Galilée.
- Dieckhoff, Alain (2004). «Hebrew, the Language of National Daily Life». Em: Judt, Tony; Lacorne, Denis (eds.). *Language, Nation, and State: Identity Politics in a Multilingual Age*. Londres: Palgrave Macmillan, pp. 187-199.
- Domínguez Monedero, Adolfo J. (2004). «Los inmigrantes en la polis griega: integración y exclusión». Em: Marco Simón, F.; et. al. (eds.). *Vivir en tierra extraña: emigración e integración cultural en el mundo antiguo*. Barcelona: Universitat de Barcelona, pp. 47-75.
- Even-Zohar, Itamar (1990). «The Emergence of a Native Hebrew Culture in Palestine, 1882-1948». Em: *Polysystem Studies (=Poetics Today, XI/1)*, pp. 175-191.
- García Pelayo, Manuel (1976). *Las culturas del libro*. Caracas: Monte Ávila.
- Gasparini, Pablo (2009). «Inmigración y bilingüismo literario: sobre las lenguas de Copi, Wilcock, Perlongher y Bianciotti». *Hispanic Research Journal*, 10, pp. 247-257.
- Gauss, Karl-Markus (2001). *Die Sterbenden Europäer*. Viena: Paul Zsolnay [*Europeos en extinción*. Barcelona: Poliedro, 2002].
- Glissant, Édouard (1996). *Introduction à une poétique du divers*. Paris: Gallimard [*Introducción a una poética de lo diverso*. Barcelona: Ediciones del Bronce, 2002].
- Grínberg, León; Grínberg, Rebeca (1984). *Psicoanálisis de la migración y del exilio*. Alianza: Madrid.
- Holloway, John (2002). *Change the World without taking Power*. Londres: Pluto [*Cambiar el mundo sin tomar el poder*. Barcelona: El Viejo Topo, 2002].
- Iglesias Santos, Montserrat (ed.) (1999). *Teoría de los Polisistemas*. Madrid: Arco.
- J. N. (2015). «Escriptors en reinserció lingüística, el divertit debut d'Aleksandra Lun». *Ara*, 8/XII. Em línea: <[http://www.ara.cat/cultura/Escriptors-reinsercio-linguistica-dAleksandra-Lun\\_o\\_1\\_481851817.html](http://www.ara.cat/cultura/Escriptors-reinsercio-linguistica-dAleksandra-Lun_o_1_481851817.html)>.
- Kristof, Agota (2004). *L'analfabète. Récit autobiographique*. Genevra: Zoé [*L'analfabeta. Narració autobiogràfica*. Barcelona: Laertes, 2005].
- Kymlicka, Will (1995). *Multicultural citizenship. A liberal theory of minority rights*. Oxford: Clarendon [*Ciudadanía multicultural. Una teoría liberal de los derechos de las minorías*. Barcelona: Paidós, 1996].
- Lun, Aleksandra (2015). *Los palimpsestos*. Barcelona: Minúscula.
- Mira, Joan F. (2009). «La llengua, l'amor». *Avui*, 30/V, p. 24.
- Molloy, Sylvia (2016). *Vivir entre lenguas*. Buenos Aires: Eterna Cadencia.
- Moreno Cabrera, Juan Carlos (2008). *El nacionalismo lingüístico*. Barcelona: Península.

- Nietzsche, Friedrich (1881). *Morgenröte*. Chemnitz: Ernst Schmetzner [Aurora. Barcelona: José J. de Olañeta, 1981].
- Pous, Antoni (1976). «Sobre traducció de poesia». Em: Pous, Antoni. *Traduccions de Paul Celan*. Barcelona: Lumen, pp. 7-16.
- Puigblanch, Antoni (1811). *La Inquisición sin máscara*. Cadiz: Josef Niel e Manuel Carreño, 1811, reedició en facsimile Barcelona: Alta Fulla - Patronat Municipal de Cultura de Mataró, 1988.
- Resnick, Salomón (1933). *Esquema de la Literatura Judía*. Buenos Aires: M. Gleizer, reed. em Barcelona: Palínur, 2006.
- Rossi, Alejandro (1969). *Lenguaje y Significado*. México: Siglo XXI.
- Santa Puche, Salvador (1998). *Introducción a la literatura de los judíos sefardíes*. València: Palmart.
- Simmel, Georg (1908). *Soziologie. Untersuchungen über die Formen der Vergesellschaftung*. Berlin: Duncker & Humblot [Sociologia. Investigacions sobre les formes de socialització, 2 vv. Barcelona: Edicions 62/Diputació de Barcelona, 1988].
- Sòria, Enric (1993). *Compàs d'espera*. València: Edicions de la Guerra.
- Steiner, George (1968). *Extraterritorial. Papers on Literature and the Language Revolution*. Londres: Faber & Faber.
- Steiner, George (1975). *After Babel. Aspects of Language and Translation*. Nova York: Oxford University.
- Steiner, George (1997). *Errata: An Examined Life*. New Haven: Yale University.
- Taibo, Carlos (dir.) (2007). *Nacionalismo español. Esencia, memoria e instituciones*. Madrid: Los Libros de la Catarata.
- Valle, José del (ed.) (2015). *Historia política del español. La creación de una lengua*. Madrid: Aluvión.
- Vallverdú, Francesc (1968). *L'escriptor català i el problema de la llengua*. Barcelona: Edicions 62, 2a edició revista 1975.
- Vargas Llosa, Mario (1996). *La utopía arcaica: José María Arguedas y las ficciones del indigenismo*. México: Fondo de Cultura Económica.
- Vargas Llosa, Mario; Arguedas, José María (1974). *La novel·la - La novela y el problema de la expresión literaria en el Perú*. Buenos Aires: América Nueva.
- Vega, María José (2003). *Imperios de papel: Introducción a la crítica postcolonial*. Barcelona: Crítica.
- Wallace, David F. (2005). *Consider the Lobster*. Nova York: Little, Brown & Company [Hablemos de langostas. Barcelona: Random House Mondadori, 2007].
- Weinrich, Harald (1986). «Petite xénologie des langues étrangères». *Communications*, XLIII/1, pp. 187-203.

Wittgenstein, Ludwig (1953). *Philosophische Untersuchungen*. Oxford: Basil Blackwell [Investigacions filosòfiques. Barcelona: Laia, 1983].

Zaldúa, Iban (2012). *Ese idioma raro y poderoso. Once decisiones cruciales que un escritor vasco está obligado a tomar*. Madrid: Lengua de Trapo.

## JOSEP J. CONILL

Josep J. Conill (Castelló de la Plana, 1961) exerce como professor de língua catalã. Foi membro do Seminário de Sociologia de Valência (dirigido por Lluís V. Aracil). Em novembro de 2003 lecionou na Universidades de Santiago de Compostela o Seminário “Senso comum e comunidade de sentido: rumo a un tratamento libertário da complexidade sociolinguística”. Os seus trabalhos, sobre questões relacionadas com a sociologia da linguagem, foram dados a lume em diversas revistas da especialidade, como *Noves SL*, *Treballs de Sociolingüística Catalana* ou *L'Espill*. Dentre as suas publicações cumpre salientar *Del conflicte lingüístic a l'autogestió* (2007) e *Entre Calimero i Superman: Una política lingüística per al català* (2012), bem como os poemários *Desposseixió* (2002), *La nit en blanc* (2011), *Signes antipersona* (2016) e os livros de aforismos *Submarins de butxaca* (2008) e *Sic transit gloria, mindundi* (2015).

O leitor interessado pode aceder a sua produção escrita na página pessoal:

<<http://www.josepconill.cat/>>.

## **Falhas no tratamento do árabe e da sua relação com o galego-português**

Brian F. Head

### **Resumo**

O presente estudo identifica e comenta várias falhas na transliteração de palavras árabes num trabalho sobre as glosas de palavras árabes na poesia portuguesa medieval (Vieira *et alii*, 2004), publicadas por Carolina Michaëlis de Vasconcelos na revista *Zeitschrift für romanische Philologie*, entre 1896 e 1905. Nota que há erros na representação de nomes em árabe, como a consequência de critérios impróprios, que resultam em omissões, ambiguidades e contradições nas transliterações.

### **Palavras-chave**

Árabe, transliteração, antropónimos, poesia medieval, galego-português.

### **Abstract**

This study identifies and describes several errors in the transliteration of Arabic words in a work on the glosses in medieval poetry in Portuguese (Vieira *et alii*, 2004), published by Carolina Michaëlis de Vasconcelos na revista *Zeitschrift für romanische Philologie*, between 1896 e 1905. It notes that there are errors in the representation of names in Arabic, as the result of inappropriate criteria, leading to omissions, ambiguities and contradictions in the transliterations.

### **Key words**

Arabic, transliteration, personal names, medieval poetry, Galician-Portuguese.

O presente estudo tem o objetivo de identificar e analisar várias falhas no tratamento da língua árabe e na caracterização da relação entre o galego-português e esta língua num trabalho<sup>1</sup> sobre as quinze *Randglossen zum altportugiesischen Liederbuch* (publicadas por Carolina Michaëlis de Vasconcelos na revista *Zeitschrift für romanische Philologie*, entre 1896 e 1905). Segue-se o resumo dos critérios de representação do árabe adotados no referido trabalho (*ibid.* 18-19):

Os nomes árabes, frequentes nas *Glosas*, merecem naturalmente um tratamento distinto. Para a padronização nas transliterações dos antropónimos, mantivemos a opção da autora pelo uso do hífen entre os componentes de um mesmo nome, tal como em Ibn-Al-Ahmar; uniformizamos como *k* a consoante árabe *kaf* e como *q*, a consoante *qaf*; adotamos *u* e *i* onde a autora, indistintamente, usara *u/o* e *i/e*; duplicamos o *s* para evitar a sonorização do *sin* árabe e representamos pelo mesmo *s* a consoante *sad*; não distinguimos o *ha'* faríngeo do laríngeo; marcamos as consoantes duplas onde o nome árabe as exige; nos ditongos, empregamos *i* em vez de *y*; não diferenciamos as vogais longas das breves; e, por fim, utilizamos o *sh*, como em Ishaq, não como dígrafo, mas como encontro de *sin* com *ha'*. As nossas opções procuraram respeitar, o naturalmente possível, a realização dos nomes no árabe padrão.

Antes de comentar os critérios adoptados no referido trabalho, convém considerar qual o conceito comum da transliteração e quais as propriedades desejáveis nessa operação.

Basicamente, a transliteração consiste na representação das letras de um sistema de escrita pelas letras de outro. Exemplos comuns incluem o uso das letras da escrita romana para o cirílico e vice-versa, a transliteração entre a letra romana do inglês e a escrita devanagári do hindí, a transliteração entre o inglês e o urdu, e alguns outros casos do mesmo género. As qualidades desejáveis na transliteração incluem especialmente (1) a reciprocidade da conversão e (2) a não deturpação na representação dos significados.

Cumpramos observar que o uso da transliteração no referido trabalho (Vieira *et alii* 2004) difere da prática comum, por não ser a simples conversão entre letras

---

<sup>1</sup> Vieira, Yara Frateschi, José Luís Rodríguez, Maria Isabel Morán Cabanas e José António Souto Cabo. *Glosas Marginais ao cancionero medieval português de Carolina Michaelis de Vasconcelos*. Acta Universitatis Conimbrigensis. Coimbra, 2004.



de um sistema de escrita e outro, mas antes por se ocupar especificamente da representação em português de um determinado conjunto de nomes em árabe. Segue-se uma listagem dos critérios adotados no referido trabalho para a transliteração dos antropónimos.

1. manutenção da opção da autora do estudo das *Randglossen* pelo uso do hífen entre os componentes de um mesmo nome, tal como em Ibn-Al-Ahmar;
2. uniformizar como *k* a consoante árabe *kaʿ* e como *q*, a consoante *qaʿ*;
3. o uso de *u* e *i* onde a autora, indistintamente, usara *u/o* e *i/e*;
4. duplicar o *s* para evitar a sonorização do *sin* árabe (na pronúncia da forma em português);
5. representar pelo mesmo *s* a consoante *sad*;
6. não distinguir o *haʿ* faríngeo do laríngeo;
7. marcar as consoantes duplas onde o nome árabe as exige;
8. nos ditongos, empregar *i* em vez de *y*;
9. não diferenciar as vogais longas das breves;
10. utilizar o *sh*, como em *Ishaq*, não como dígrafo, mas como encontro de *sin* com *haʿ*.

O critério de duplicar o *s* para evitar a sonorização do *sin* árabe é evidentemente motivado pela consideração da pronúncia da forma em português, enquanto desrespeita a representação do significado em árabe. Há dois inconvenientes na aplicação de tal critério, visto que: (1) entra em conflito com outro critério do mesmo trabalho, a saber, «marcamos as consoantes duplas onde o nome árabe as exige», uma vez que a duplicação do *sin* meramente para evitar a pronúncia com vozeamento em português introduz um caso de consoante dupla num caso não exigido pelo árabe, e (2) introduz uma deturpação na representação semântica do árabe, uma vez que em muitos casos a duplicação da consoante nessa língua indica maior intensidade da acção.<sup>2</sup>

<sup>2</sup> Por exemplo, o verbo كسر [*kasara*] significa «quebrar» na forma básica, mas na forma derivada com duplicação da segunda consoante da raiz trilateral (conhecida tradicionalmente na gramática do árabe como a forma derivada II), كَسَرَ [*kassara*], o significado é «quebrar com violência, espatifar». Assim, o critério de «duplicar o *s*» para «evitar a sonorização do *sin* árabe» (na pronúncia em português!) implica deturpar a representação do significado na língua árabe, nos verbos com *sin* no referido contexto. A duplicação da segunda consoante da raiz trilateral ocorre na derivação tanto de formas verbais como de substantivos.

O critério de não diferenciar as vogais longas das breves na transliteração desrespeita e deturpa uma das características da representação semântica do árabe, visto que o alongamento da vogal da primeira consoante da raiz triliteral (que resulta no que tradicionalmente na gramática do árabe se conhece como a forma derivada III) indica uma acção em relação a outra pessoa. Assim, o verbo formado das três consoantes ت, ك, e ب كتب [‘kataba], significa «escrever», enquanto a forma derivada mediante o alongamento da vogal da primeira consoante da raiz (resultando no que tradicionalmente se denomina a forma III), كاتب [‘kātaba], significa «escrever a outra pessoa». De maneira semelhante, هاتف [‘hātifa] significa «telefonar a outra pessoa», sendo a forma derivada do verbo هتف [‘hatifa] «gritar». O substantivo derivado هاتف [‘hātifun] significa «grito» tradicionalmente, enquanto na língua moderna adquiriu o significado adicional de «telefonema».

Na transliteração do árabe, ao contrário de alguns dos critérios adotados no referido trabalho (Vieira *et alii* 2004), não é costume na transliteração deixar de representar com letras diferentes as consoantes distintas *sin* e *sad*, nem não distinguir entre as fricativas surdas faríngea e laríngea (chamadas de «*ha’* faríngeo e laríngeo» no referido trabalho). É de estranhar que esses critérios sejam incompatíveis com outro do mesmo trabalho: o de manter distintas as representações de *kaf* e *qaf*. Se o trabalho mantém distintas as representações de *kaf* e *qaf*, por que motivo deixa de manter distintas as representações das sibilantes surdas dental *sin* س e alveolar velarizada *šād* ص, por um lado, e, por outro, das fricativas surdas laríngea *hā’* ه e faríngea *hā’* ح? Afinal, são todos casos de letras que representam sons distintos no árabe, os quais servem para representar significantes de significação diferente, quer semântica quer gramatical.

O critério de empregar *i* em vez de *y* é motivado exclusivamente pela ortografia em português, visto que em árabe se emprega uniformemente na representação dos ditongos (quer ascendentes, quer descendentes) a letra *y*, *yā’* ي, quando a semi-vogal é anterior (pré-palatal), a letra *w*, *wā’* و, quando a semi-vogal é posterior (velar, com arredondamento dos lábios). Estas duas letras, *yā’* e *wā’*, também se empregam na representação das vogais longas, *ī* e *ū*, respectivamente, enquanto a vogal longa *ā* se representa na escrita

pela combinação de *fatha'*, com *alif*, como em كَاتِبَا [kātabā] «eles (dois) correspondem»<sup>3</sup>.

O trabalho também afirma «utilizamos o *sh*, como em *Ishaq*, não como dígrafo, mas como encontro de *sin* com *ha'*». Neste caso, não se trata de uma verdadeira opção: as formas deste nome (mencionado quinze vezes no *Qur'an*) têm *sin* س e *hā'* ح, sendo as variantes comuns na grafia إسحاق e إسحاق. Nota-se que o nome *Ishaq* em árabe nunca inclui a letra *shin* ش (referida como «dígrafo» em Vieira *et alii*, embora tal letra do árabe nunca tenha efectivamente a função de dígrafo propriamente dito, de acordo com o conceito exposto na *Enciclopédia VERBO Luso-Brasileira de Cultura Edição Século XXI*, volume IX: 326-327, São Paulo/Lisboa: Editorial Verbo, 1999).

Por fim, o referido trabalho (Vieira *et alii*, 2004) afirma que as opções na transliteração «procurarm respeitar, o mais naturalmente possível, a realização dos nomes no árabe padrão». Não explica porém o que se entende neste contexto por «árabe padrão»? Visto que o trabalho refere formas em português representadas no *cancioneiro medieval*, o tipo do árabe considerado deverá ser deste mesmo período. Nota-se, no entanto, que se manifestam agradecimentos às sugestões de dois docentes do Departamento de Línguas Orientais da Universidade de São Paulo, cujas actividades de ensino e de pesquisa se concentram no período do árabe *moderno*, o qual difere do árabe *medieval*. Por outro lado, observa-se não ser simples e pacífico o conceito de «árabe padrão»: todas as obras incluídas na bibliografia do presente estudo contêm uma discussão de maior ou menor extensão de tal conceito. É comum distinguir o árabe clássico (com origem no período medieval) do árabe padrão *moderno*, como fazem Abboud e McCarus (1993: v). O trabalho de Vieira *et alii* deveria procurar respeitar as formas dos nomes no árabe *clássico*, em vez das formas no árabe padrão *moderno*.

O número e a diversidade dos critérios especiais para a transliteração do árabe indicados no referido trabalho parecem indicar ser difícil ou complexa esta operação. Mas tal não é o caso: nenhum dos trabalhos na bibliografia do presente adopta critérios de semelhante natureza, e todos evitam na

<sup>3</sup> A forma كَاتِبَا . com a «vocalização» (indicação gráfica das vogais) é كَاتِبَا . É comum não indicar a vogal em casos redundantes, como, por exemplo, na consoante antes do *alif* empregado como sinal de alongamento do [a].

transliteração as falhas que se notam em Vieira *et alii*, 2004.<sup>4</sup>

É sintomático o facto de que o referido trabalho (Vieira *et alii*, 2004) não refere um único estudo sobre o árabe, pois parece que não foi utilizada nenhuma obra deste âmbito na elaboração do texto.

Nota-se que a autora principal é conhecida polígrafa; terá que pretensões de ser omnígrafa? Seja como for, as falhas que se observam nos critérios para representar os nomes árabes em letra romana parecem indicar que não deveria meter-se em «seara alheia» sem adquirir o equipamento necessário. Evidentemente, as falhas nas indicações dos nomes árabes (que incluem ambiguidades, contradições e omissões) deturpam a representação das palavras desta língua e a respectiva relação com o galego-português. Não são biunívocas as relações entre os segmentos fónicos do árabe medieval e os correspondentes do português: tais relações acusam uma notável variabilidade<sup>5</sup>. As falhas na representação das palavras no árabe que resultam dos critérios elaborados e aplicados no referido trabalho (Vieira *et alii*, 2004) dificultariam sobremaneira os estudos das correspondências entre o árabe e o português.

## Referências

Abboud, Peter F. and Ernest N. McCarus, eds. *Elementary Modern Standard Arabic: Pronunciation and Writing, Part 1*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

Abboud, Peter F., Aman Attieh, Ernest N. McCarus and Raji Rammuny. *Intermediate Modern Standard Arabic*. Revised edition. Ann Arbor MI: Center for Middle Eastern and North African Studies, 1997.

Brustad, Kristen, Mahmoud Al-Batel and Abbas al-Tomsi. *Alif-Baa: Introduction to Arabic Letters and Sounds*. Washington DC: Georgetown University Press, 1995.

---

<sup>4</sup> Em José Pedro Machado, *Dicionário etimológico da língua portuguesa*, Lisboa: Editorial Confluência, 1952-1959, encontra-se uma nota sobre o método de transcrição adoptado para palavras do árabe, com um quadro de correspondências entre as letras romanas e as letras semíticas (I: 7), sem ambiguidades, omissões e contradições. As mesmas qualidades encontram-se no sistema de transliteração do árabe do lexicógrafo Hans Wehr e em outros sistemas de romanização do árabe incluídos e comparados na enciclopédia *on-line* Wikipedia no verbete sobre romanização do árabe (ao contrário do sistema elaborado e empregado em Vieira *et alii*, 2004).

<sup>5</sup> Alguns exemplos da variação na relação entre segmentos correspondentes entre o árabe e o português encontram-se em Head, Brian F. «A origem e a evolução da palavra *açougue*», *Revista Portuguesa de Filologia* XXV (2003-2006) [= *Miscelânea de Estudos In Memoriam José G. Herculano de Carvalho*], I: 263-274. Vide especialmente as páginas 265-269.

Cowan, David. *An Introduction to Modern Literary Arabic*. Cambridge: Cambridge University Press, 1964.

Middle East Centre for Arab Studies (MECAS). *A Selected Word List of Modern Literary Arabic*. Shemlan Lebanon. Beirut: Daar al Kutub, 1959.

Rammuny, Raji. *Advanced Standard Arabic through Authentic Texts and Audiovisual Materials*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1994.

Ziadeh, Farhat J. and R. Bayly Winder. *An Introduction to Modern Arabic*. Princeton: Princeton University Press, 1957.

## BRIAN FRANKLIN HEAD

Brian Franklin Head, professor na Universidade do Minho, em Braga (Portugal), depois de se licenciar na Academia Militar dos Estados Unidos em West Point, com uma Licenciatura em Ciências, serviu como oficial no Corpo de Sinais, no que teve contratos esporádicos como intérprete de português e francês. Concluiu Mestrados em francês e espanhol (Colorado College, 1960) e Estudos Luso-Brasileiros (Universidade de Wisconsin em Madison, 1961) e um Doutorado em Linguística com especialização em línguas romances e semíticas (Universidade de Texas em Austin, 1964).

Foi catedrático de linguística em várias Universidades: a Universidade de Texas em Austin, a Universidade Federal do Rio de Janeiro e a Universidade de Campinas no Brasil, a Universidade Católica de Valparaíso no Chile, a Universidade Estadual de Nova Iorque em Albany, a Universidade de Coimbra e a Universidade do Minho, em Portugal. Lecionou em várias áreas das Ciências da Linguagem, especialmente a fonética, dialetologia, linguística histórica, variação e mudança na linguagem, e filologia. As suas numerosas obras publicadas são destas mesmas áreas. (Tomado do sítio da Universidade de Coimbra: [https://www.uc.pt/imprensa\\_uc/Autores/galeriaautores/brianhead](https://www.uc.pt/imprensa_uc/Autores/galeriaautores/brianhead))

## **O acordar do João BD**

José Goris: Desenhos

José Manuel Barbosa: Introdução e conclusão

### **Resumo**

O presente trabalho procura fazer um chamado a todos os Países lusófonos para dar conta da existência e do reclamo da Galiza como entidade nacional que visa fazer parte da comunidade internacional que tem o português como a sua língua. Em clave artística e ligando com a História nacional galega, conta como nos aventuramos a procurarmos esse encontro necessário para todos, partindo dum estado de sonolência no que sonhávamos pesadelos até o reencontro feliz de todos os membros da família mesclando as nossas músicas e as nossas danças, passando pelo despertar das consciências, duro, clarificador e luminoso mas regenerador e também doloroso.

### **Palavras-chave**

Galiza, Lusofonia, Língua Portuguesa, Língua Comum.

### **Abstract**

This paper aims to be a call to all the Portuguese speaking countries, explaining the existence and claim of our country, Galicia, as a national entity which wants to be part of the international community that uses Portuguese as a common language. In an artistic way and linking with Galician national history, it tells how we venture to seek this meeting required for all, starting from a state of drowsiness, dreaming dark nightmares, until the happy reunion of all the family members, mixing our songs and our dances, through the hard and clear awakening of conscience but also bright, regenerating and painful.”

### **Key words**

Galicia, Lusophony, Portuguese language, Common language.

## **Introdução ou breve explicação do texto**

A razão pela qual o *Boletim da Academia Galega da Língua Portuguesa* (AGLP) publique um trabalho misto, gráfico e literal, a seguir a estética da BD (banda desenhada), radica na consideração de esta poder chegar com vantagens a determinados públicos, sensíveis à informação visual mais do que ao texto escrito.

Essas são pessoas jovens, com futuro vital por diante e portanto com tempo tanto para tomar consciência da realidade linguística da Galiza lusófona quanto para se formar para afrontar o mundo que está a vir, cheio de incertezas e inçado de ameaças e perigos para a nossa língua mas também para a humanidade no seu conjunto.

A AGLP caracteriza-se pelo facto de estar integrada por pessoas de toda condição, social e académica, de modo que pode atender diferentes sensibilidades, representativas de todos os grupos sociais e ideológicos da Galiza, capazes de conetar pessoas diferentes de todas as idades e campos de trabalho e estudo.

Na AGLP há investigadores, escritores, artistas, criadores, cientistas, ativistas, políticos, técnicos, ... e sobretudo pessoas normais que querem transmitir e comunicar com outras pessoas, também normais, as grandes possibilidades da Galiza (Mãe e Senhora, por palavras do poeta Cabanilhas), da língua da Galiza, que têm portas abertas ao mundo das diversas civilizações de ontem e de hoje.

Foi na Gallaecia que nasceu esta língua, uma das mais usadas e com maiores possibilidades de futuro de entre as línguas do mundo mais estendidas. Temos essa grandíssima sorte .... e não podemos permitir-nos o infeliz luxo de a desvalorizar, de a perder ou de a vender a desalmados que melhor estariam, permita-se-me a confidência, para além da Lagoa Estígia de Dante levados por Gerião e atormentados nos lugares infernais do oitavo círculo de Malebolge ou no Lago Cocite.

O nosso dever, como membros da AGLP, é o de garantir a vida da nossa língua pela qual levamos trabalhando anos avondo ao longo dos quais já foram elaborados e dados a lume trabalhos de importância inegável, como o *Léxico da Galiza* e o *Vocabulário. Ortográfico Galego*, a cargo da Comissão de

Lexicologia e Lexicografia, em particular, do académico Carlos Durão, a obra do académico Higinio Martins, *Etimologias obscuras ou esconsas*, o *Tesouro do Monte*, do académico Reimunde Noreña, oito volumes de Clássicos da Galiza, entre outras publicações. São trabalhos de valor indubitável, realizados por pessoas boas e generosas que com certeza acabarão por ser reconhecidos como merecem.





O João dormia prazenteiramente



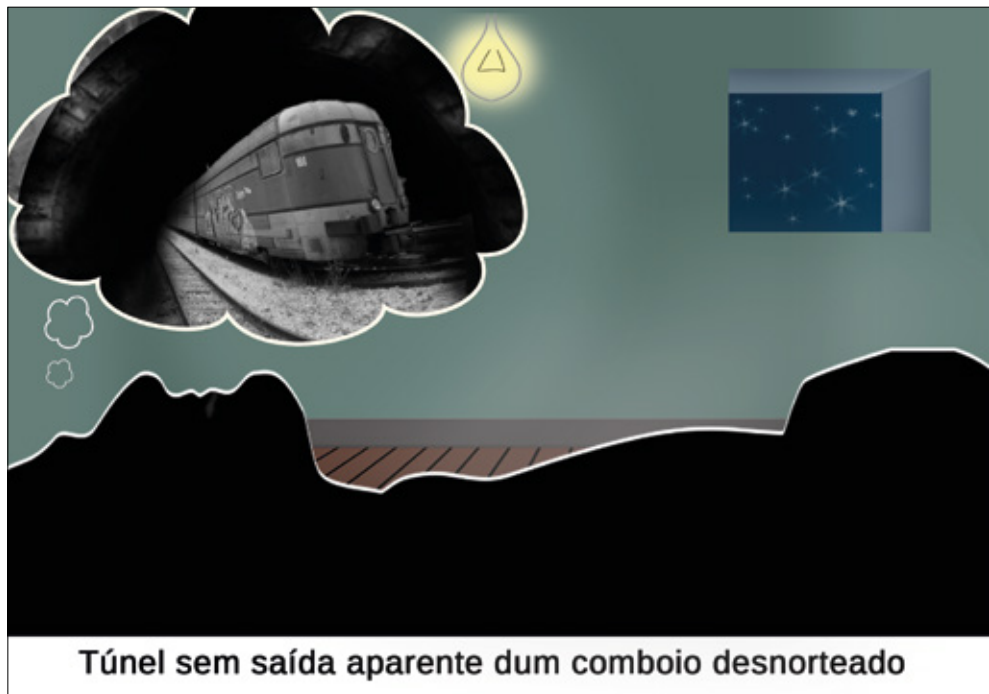
Mas começou a sonhar com monstros viperinos



Com uma cara de pau, triste e sem primavera



Rajeiras de lua a alumbrarem o cemitério dos invasores





O João acorda, sai dos sonhos decidido, numa  
rajeira de sol abre-se em leque de esperanças



sombras tenebrosas ficam ao longe:  
aproxima-se uma alvorada  
(Veiga, Pondal...)

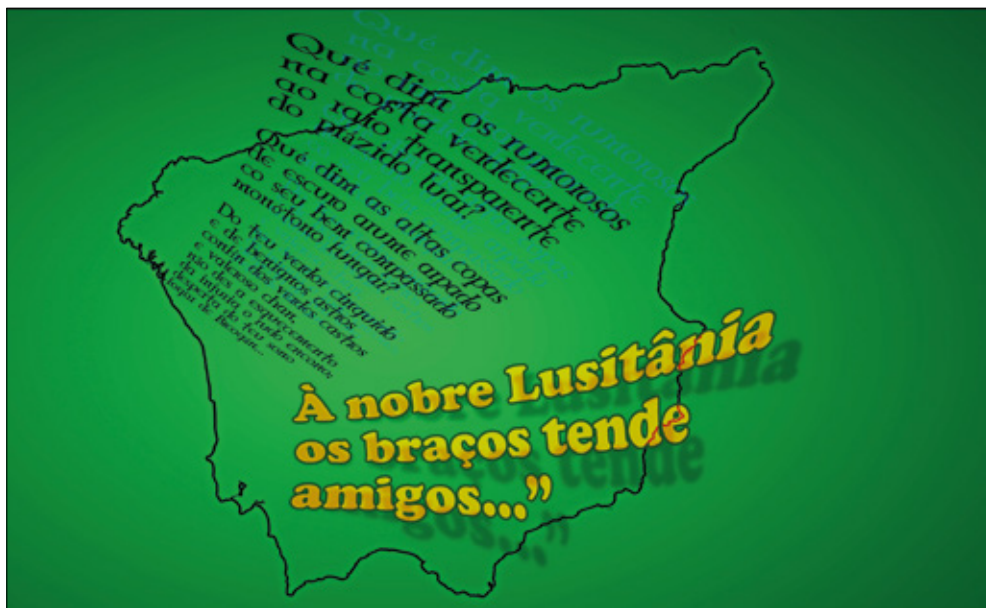




**Biqueira fuma futuros, Castelhão ergue-se ao alto:  
João Povo a pairar sobre eles**



**É a tradição a prevalecer sobre a história:  
Santa Companhia do Povo e não senhores dominantes...**



Mapa da Ibéria de que se eleva o hino da Galiza:



brotam germolos de alegria onde quer, mas cada vez mais próximos...desde o longe, longe...na meia distância...já acô..."



Uma língua imensa a surge da Galiza / Gallaecia  
e percorre amorosa e húmida mundos e mares:  
“Ó mar salgado...! “Valeu a pena?” “Tudo vale a  
pena se a alma não é pequena”.



Do mar pola orela  
mirei-a passar,  
na frente uma estrela,  
no bico um cantar.  
E vi-a tão soa  
na noite sem fim,  
que ainda rezei pola probe da tola  
eu, que não tenho quem reze por mim!

A musa dos povos  
que vim passar eu,  
comesta dos lobos,  
comesta se veu...  
Os ossos são dela  
que ides guardar.  
Ai, dos que levam na frente uma estrela!  
Ai, dos que levam no bico um cantar!



um grupo diminuto, cheio de ideais, de utopias grandes,  
alvisca a estrela lírica e épica na frente de Rosália

**"CASTELHANOS  
DE 'CASTILLA'...**



"Castelhanos de 'Castilla'... não sois Hespanha...  
Galiza, nem vós sois escravos das misérias dominantes



**Celso deitado em frente ao mar:  
“Língua proletária do meu Povo”  
Eis o mar, eis o futuro, eis a Vida!**



Cabanilhas... "Galiza, mãe e senhora" Nela, e sobre ela, sustendo-a, um grupo pequeno, o "resto da Galiza"



Que a pouco e pouco se acrescenta em gente que alcança a imensidade dos céus, dos mares, das Terras...





**...de todas as raças, de todas as cores, de todas as paisagens...de todas as danças...**



**mas abrindo-se em leque de ritmos comuns:  
moinheira e samba, fado e mornas...**







pronunciados, os ritmos, no mesmo idioma,  
acordes acordados em Portugal, Lisboa e Santo António



...Compostela e Braga, sanfonas, cítaras e  
canções de cego:



**“GALIZA, MÃE E SENHORA”**

A letra sempre a mesma, sob variações de alegria e futuro:



**“Demoliremos fronteiras  
e todos entoaremos  
o hino multiplicado...”**

**“GALIZA, MÃE E SENHORA”**

Cantam os pequenos grupos, restos da Lusofonia certa:




Casa da  
Língua Comum



Academia Galega da  
Língua Portuguesa


da Galiza e de Portugal  
("Deu-la deu" inauguração da AGLP)





**HERÓIS DO MAR, NOBRE POVO,  
NÃO VALENTE, IMORTAL,  
LEVANTAI HOJE DE NOVO  
O ESPLendor DE PORTUGAL!  
ENTRE AS BRUMAS DA MEMÓRIA,  
O PÁTRIA SENTE-SE A VOZ  
DOS TEUS EGRÉGIOS AVÓS,  
QUE HÁ-DE GUIAR-TE À VITÓRIA!**

**Cantam em Portugal...**



**Ó PÁTRIA, NÓS SAUDAMOS OS TEUS FILHOS  
TOMBADOS PELA NOSSA  
INDEPENDÊNCIA.  
HONRAMOS O PASSADO E A NOSSA HISTÓRIA,  
CONSTRUINDO NO TRABALHO O  
HOMEM NOVO,**

**cantam em Angola...**



“por mares nunca dantes navegados”.



**SE O PENHOR DESSA IGUALDADE  
CONSEGUÍMOS CONQUISTAR COM BRAÇO FORTE,  
EM TEU SEIO, Ó LIBERDADE,  
DESAFIA O NOSSO PEITO A PRÓPRIA MORTE!**

quer no Brasil...



**AVANTE, UNIDOS, FIRMES E  
DECIDIDOS.  
NA LUTA CONTRA O IMPERIALISMO,  
O INIMIGO DOS POVOS,  
ATÉ À VITÓRIA FINAL,  
PELO CAMINHO DA REVOLUÇÃO!**



ou no Timor...

**PEDRA A PEDRA CONSTRUINDO UM  
NOVO DIA  
MILHÕES DE BRAÇOS, UMA SÓ FORÇA  
OH PÁTRIA AMADA, VAMOS  
VENCER**



em Moçambique...



ou Guiné-Bissau...



cantam em Cabo Verde...





também em São Tomé e Príncipe...



e cantam na Galiza.

## Conclusão

O presente texto tenta ser um pequeno avanço de projeto mais ambicioso em formato de BD, que está a realizar o José Goris, amigo e colaborador da AGLP e da Associação Cultural Pró AGLP. Confiamos que em tempo prudencial contemos com a publicação de que são amostra os textos gráficos precedentes.

A vontade do autor e de todos os que seguimos bem atentos a sua feição é dar uma visão de proximidade e de integração do nosso mundo galego no universo lusófono de que fazemos parte por direito próprio, por História, por vocação e por necessidade de cultivar a seiva do nosso corpo social, bem arraigada na Lusofonia. Tentamos dar a conhecer aos Países lusófonos, Portugal, Brasil, os PALOP, Timor Leste, que usam a língua nascida na Gallaecia, quem somos nós.

Nós tentamos que se nos reconheça o direito, natural e histórico, a fazer parte da comunidade que sem a Gallaecia não teria existido nunca. Os nossos antepassados foram a Alma Mater que hoje se apresenta aos filhos após séculos de ficarmos ocultos na névoa dum passado manipulado por poderes interesseiros.

Diz o refrão galego que o sangue turra e a nós atraí-nos com poder até o centro da Galáxia da nossa língua comum.

É a nossa vontade estreitar laços com todos e cada um dos países que fazem parte da nossa família linguística de cujo nascimento fomos protagonistas. Aguardamos, portanto, com paciência mas com enorme desejo de ver o trabalho do nosso José Goris nas mãos do público que se interessar por ele. Esse trabalho final não há de fazer parte duma revista, como faz este com toda a dignidade, mas dum outro mais amplo e isento, com personalidade própria e independente, destinado a dar no alvo da abertura das consciências galegas em particular e lusófonas em geral.

## Referências

Colectivo PESTINHO (Miguel A. Carvalho, Francisco Paradelo, José R. Moxom), 1992: *História da Língua em Banda Desenhada*, guião e redação por Beatriz Arias Lopez, F. Xavier Paz Garça, José M. Aldea, diagramação de José Manuel Aldea, Ourense, Meendinho.

Grandal Crespo, G.; Castro Lopez, M. e Lamas L., 1995: *História da Galiza em Banda Desenhada*, (Assessor histórico, André Pena Granha), Ferrol, Artábria com a colaboração de Gente da Barreira, Frente Comixario, Auriense, Grupo Meendinho, Bonaval, Sociedade Cultural e Desportiva do Condado, Aquem Douro, V Irmandade, AGAL, Renovação (Embaixada Galega da Cultura), Aloia, Civil Amigos do Idioma Galego.

Hino de Galiza (letra e música): <https://www.youtube.com/watch?v=SOlq3VPvqoo>

Hino de Portugal (letra e música): <https://www.youtube.com/watch?v=-CRfTtNktio>

Hino do Brasil (letra e música): <https://www.youtube.com/watch?v=Afe9x8FoGj4>

Hino de Angola (letra e música): <https://www.youtube.com/watch?v=KgppoKTseoE>

Hino de Moçambique (letra e música): <https://www.youtube.com/watch?v=MoLsf-Xvbg4>

Hino de Guiné-Bissau (letra e música): <https://www.youtube.com/watch?v=uAud2Yr9TWQ>

Hino de Timor-Lorosae (letra e música): <https://www.youtube.com/watch?v=Y5IAGjRbTI8>

Hino do Cabo Verde (letra e música): <https://www.youtube.com/watch?v=8rY1OXV48So>

Hino de São Tomé e Príncipe (letra e música): <https://www.youtube.com/watch?v=ofNoUTcmJa8> Hino de Macau (letra e música): <https://www.youtube.com/watch?v=tHlAq-7Ypyk>

Hino de Malaca (letra e música): <https://www.youtube.com/watch?v=k5rrcLcY4x8>

Hino dos Açores (letra e música): <https://www.youtube.com/watch?v=E3YiInHgezW>

Hino da Madeira (letra e música): <https://www.youtube.com/watch?v=iuGAtdHl8Xc>

## JOSÉ MANUEL BARBOSA ÁLVARES

José Manuel Barbosa Álvares. *Diplomado em EGB* pela E.U. de F. do P de EGB da USC, especialidade Ciências Humanas. 1984. Professor de primário desde 1992. Outros estudos: *História na UNED*. Sócio de: AGAL; da Pró-AGLP; ex-Membro do Conselho Consultivo do MIL; Co-Fundador e ex-diretor Administrativo do IGEC; Membro de Número da AGLP, Patrão da Fundação da AGLP; poeta do Clube dos Poetas Vivos.

Publicações: Estudos, recensões, poemas e contos na AGALIA, artigos em *La Región de Ourense*, na Revista AGALIA; artigos no PGL e no *Boletim da AGLP*. Editor e gestor do blogue despertadoteusono.blogspot.com com artigos, video-entrevistas, roteiros. Livros: *Curso prático de Galego*. Ed. AGAL 1999; “Ámago/Mágoa”, Baía, em parceria com Roi Brás 2002; *Bandeiras da Galiza*, 1.a ed. AGAL 2006; 2.a ed. Através, 2011; *Atlas Histórico da Galiza*, Edições da Galiza, 2008; 18 (Dezoito) livro coletivo: “Maria de Velhe” (pp. 23-34), 2011; *Alén do Silêncio*. Livro Coletivo: (Pág 30). 2014

Organizador das Jornadas Galego-portuguesa em Pitões desde 2012 e co-editor das Atas das Jornadas.

## **JOSÉ MANUEL GORIS CUINHA**

José Manuel Goris Cuinha, fotógrafo, desde 1987 exerce a fotografia de maneira profissional que combina com a atividade artística. Os inícios deste fotógrafo foram na Bandeira, a sua vila natal, até 1990 data na que se trasladou a Vigo onde continua trabalhando na atualidade.

Breve currículo artístico: Fundador do coletivo artístico *Trisquel Art*. Conta no seu currículo artístico com varias exposições individuais de pintura, fotografia e desenho destacando no 2009 a participação no concurso de cartazes para a *Festa da Reconquista* de Vigo em que obteve o 2.º accésit; neste ano participa no *Concurso fotográfico Casco Velho de Vigo*, ficando como um dos finalistas. No 2011 participa no concurso de cartazes da *Festa da Reconquista* de Vigo obtendo o 1.º Prémio com o cartaz *Bandeiras de luta e liberdade*.

De 2012 a 2015 participou en varias exposições com o coletivo *Trisquel Art*.



**Instituição**

## **Atividades da AGLP no ano 2017**

Ângelo Cristóvão

A secção INSTITUIÇÃO fica neste volume reduzida (?) a dar conta das Atividades e Realizações da FUNDAÇÃO AGLP e da própria AGLP durante o ano 2017, a cargo do vice-presidente Ângelo Cristóvão, junto de uma visão de conjunto da *caminhada* destas instituições, desde as suas origens, organização e legalização, tanto no Reino de Espanha quanto na República de Portugal, até o ano 2017, da autoria de Maria Dovigo e de Carlos Durão.

Salientável é o discurso de José Luís Fontenla Rodrigues no qual responde à Fundação AGLP, que em ato solene agradeceu a doação da sua biblioteca e da biblioteca de seu pai, José Luís Fontenla Mendes, através dos netos Cristina, Luís e João, à F-AGLP.

### **Lista de atividades e realizações do ano 2017**

- SANTIAGO, 14 janeiro. Reunião do patronato da FUNDAÇÃO AGLP e do pleno da Academia na Casa da Língua Comum. Aprovação do Plano de Atividades para o ano 2017.
- LISBOA, 18 abril. Participação na entrega do Prémio Personalidade Lusófona a Rui Mingas. O MOVIMENTO INTERNACIONAL LUSÓFONO organiza este evento anual, em que já fora premiado o académico Ângelo Cristóvão na edição de 2013. Assistiu a académica Maria Dovigo, representante da AGLP em Lisboa.

• LISBOA, 28 abril. As académicas Maria Dovigo e Ângelo Cristóvão realizam entrevistas em Lisboa:

- com Maria Helena Borges, da FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN, e coordenadora da Comissão Temática de Promoção e Difusão da Língua Portuguesa dos Observadores Consultivos da CPLP;

- com o embaixador Gonçalo Mourão, na MISSÃO DO BRASIL JUNTO DA CPLP, sobre as possibilidades de colaboração cultural da Galiza com o Brasil;

- com o embaixador Mário Santos, representante de Portugal junto da CPLP, em relação à candidatura da ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA à categoria de Observador Consultivo da CPLP e Vítor Ramalho, secretário Geral da UCCLA (União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa) para explorar as fórmulas de realização de eventos culturais, em Portugal ou na Galiza, com participação da cidade de Santiago de Compostela.

• PITÕES DAS JÚNIAS, MONTALEGRE, 13-14 maio. Colaboração da AGLP nas *Jornadas Galaico-Portuguesas*, de que é responsável a entidade DESPERTA DO TEU SONO e particularmente o académico José Manuel Barbosa. Realização em dependências da Junta de Freguesia de Pitões das Júnias, sendo oradores da AGLP Joám Evans Pim e Maria Dovigo.

• GUIMARÃES, 16 maio. Realização de um novo Seminário, que tem por tema *Domínios Estratégicos de Afirmação da Língua Portuguesa*, organizado pela COMISSÃO TEMÁTICA DE PROMOÇÃO E DIFUSÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA, da CPLP, no Centro Internacional das Artes José de Guimarães, com a assistência de Ângelo Cristóvão.

• SANTIAGO, 17 junho. Tomada de Posse da académica Teresa Moure Pereiro, na Casa da Língua Comum. No evento usaram a palavra Rudesindo Soutelo, como presidente da Academia, Teresa Moure, com uma palestra sobre a sua atividade como escritora, a sua visão da Galiza e a Língua, bem como o compromisso ético e com a sociedade. O discurso de aceitação correu a cargo do académico Mário Herrero. O evento está registado em vídeo e divulgado na página web [www.academiagalega.org](http://www.academiagalega.org).

- SANTIAGO, 27 junho. Reunião do patronato da Fundação AGLP e do pleno da Academia na Casa da Língua Comum. Aprovação das contas anuais do ano 2016.
- BRASÍLIA, 20 de julho. O Conselho de Ministros da CPLP aprovou a candidatura da AGLP para a categoria de Observador Consultivo, depois de gestões realizadas durante os meses e anos precedentes. Do ato já se deu breve conta no vol. 8 do *Boletim da Academia Galega da Língua Portuguesa*.
- LISBOA, 3 agosto. Entrevista com a Diretora-Geral da CPLP, Georgina Benrós de Mello, na sede da CPLP, tendo como tema o papel que a AGLP poderá ter nessa organização, depois da sua entrada como Observador Consultivo, e para favorecer o intercâmbio cultural com a Galiza. Assistência dos académicos Rudesindo Soutelo, Maria Dovigo e Ângelo Cristóvão.
- LISBOA, 9 novembro. Na sede da CPLP, Conferência subordinada ao tema *Em língua portuguesa abraçamos a integração*. Organiza-se ao mesmo tempo um seminário de formação pelo IILP - INSTITUTO INTERNACIONAL DA LÍNGUA PORTUGUESA e a SIPLE - SOCIEDADE INTERNACIONAL DO PORTUGUÊS LÍNGUA ESTRANGEIRA. Seguidamente dá início a apresentação do PPPLE -Portal do Professor de Português Língua Estrangeira. Edeleise Mendes anuncia que o IILP realizará em 2018 um seminário de formação na Galiza, em colaboração com a AGLP e a SIPLE (Sociedade Internacional de Português Língua Estrangeira). Assistência dos patronos Maria Dovigo e Ângelo Cristóvão.
- SINTRA, Palácio Valenças, 13 novembro. Participação no V Congresso da Cidadania Lusófona, sob o título *Liberdade de circulação e outras Liberdades para o Espaço Lusófono*. Comunicação de Ângelo Cristóvão sobre as condições que podem favorecer a participação da Galiza nesse âmbito.
- LISBOA, Liceu Pedro Nunes, 14 novembro. Participação no V Congresso da Cidadania Lusófona, sob o título *Liberdade de circulação e outras Liberdades para o Espaço Lusófono*. Comunicação de Maria Dovigo sobre o tema Cultura e Língua da Galiza.

- LISBOA, 19 Novembro. COMISSÃO TEMÁTICA DE PROMOÇÃO E DIFUSÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA aprova admissão da candidatura da AGLP, depois de gestões realizadas durante os meses anteriores, e uma reunião com a sua coordenadora, Maria Helena Borges, da Fundação Gulbenkian.
- PARIS. Université de la Sorbonne, França, 6-7-8 dezembro. Participação de Ângelo Cristóvão no Congresso *Francofonia e Lusofonia: Duas potências mundiais*, apresentando comunicação *Galiza e a Lusofonia: mudança de ciclo*, em que explica a evolução do discurso e práticas institucionais da Galiza em relação a uma patente aproximação do espaço lusófono.
- SANTIAGO, 15 de dezembro. Encontro com o Diretor Geral de Relações Exteriores do Governo galego, José Maria Aller, nas dependências da Direção Geral, com presença do Subdiretor José Lago. Assistência dos académicos Rudesindo Soutelo (presidente), Ângelo Cristóvão (vice-presidente), Joám Evans Pim (secretário) e Joám Trilho (vice-secretário). Na sequência da admissão da AGLP como Observador Consultivo da CPLP, Aborda-se possíveis fórmulas de colaboração da Academia para uma ação exterior da Galiza no âmbito institucional da CPLP.



VI Jornadas galego-portuguesas de Pitões das Júnias. 2017.  
Francesco Benozzo tocando a harpa.  
(Foto por Rosibel Palomera)



VI Jornadas galego-portuguesas de Pitões das Júnias.  
Mesa Redonda: A utilidade do Celtismo na Galiza e no Norte de Portugal (13 de maio).  
Joaquim António de Jesus Palma Pinto, Íria-Friné Vazquez Ribera, Maria Dovigo  
(moderadora), Padre António Lourenço Fontes, Joam Evans Pim.  
(Foto por Rosibel Palomera)



Concha Rousia, Isaac Estraviz, Carlos Durão, J. Luís Fontenla, Rudesindo Soutelo.  
Em 14 de janeiro de 2017, na tomada de posse de Irene Neto e Gilvan Oliveira  
como académicos correspondentes da AGLP.  
Sala de Atos da Casa da Língua Comum, sede da AGLP, em Compostela.



Isaac Estraviz, J. Luís Fontenla, Irene Neto, Rudesindo Soutelo, Gilvan Oliveira, Ângelo Cristóvão.  
Em 17 de janeiro de 2017, na tomada de posse de Irene Neto e Gilvan Oliveira  
como académicos correspondentes da AGLP.  
Sala de Atos da Casa da Língua Comum, sede da AGLP, em Compostela.



Joám Evans, Irene Neto, Rudesindo Soutelo, Gilvan Oliveira, Ângelo Cristóvão.  
Em 14 de janeiro de 2017, na tomada de posse de Irene Neto e Gilvan Oliveira como académicos correspondentes da AGLP.

Sala de Atos da Casa da Língua Comum, sede da AGLP, em Compostela.



Joel Gomes, José-Martinho Montero, Joám Evans Pim, Carlos Durão, António Gil.  
Na apresentação do livro Estudos sobre Guerra Da Cal, anexo III ao BAGLP.

Em 14 de janeiro de 2014, na Sala de Atos da Casa da Língua Comum,  
sede da AGLP, em Compostela.





Mário Herrero, Teresa Moure, Rudesindo Soutelo.  
Na tomada de posse de Teresa Moure como académica numerária da AGLP.  
Em 17 de junho de 2017, na Sala de Atos da Casa da Língua Comum,  
sede da AGLP, em Compostela.



Teresa Moure, Rudesindo Soutelo, Mário Herrero, em 17 de junho de 2017,  
na Sala de Atos da Casa da Língua Comum,  
sede da AGLP, em Compostela.

## **Academia Galega da Língua Portuguesa - AGLP**

Dez anos de caminhada: alguns dados

Maria Dovigo  
Carlos Durão

### **2006:**

Outubro, *V Colóquio Anual da Lusofonia*<sup>1</sup>, Bragança, sob o título *Do Reino da Galiza até aos nossos dias: a língua portuguesa na Galiza*<sup>2</sup>, José Martinho Montero Santalha lança publicamente, em 4 de outubro, a ideia da constituição de uma academia galega da língua portuguesa<sup>3</sup>, e já antes no artigo: “A lusofonia e a língua portuguesa da Galiza: dificuldades do presente e tarefas para o futuro”.

A marca ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA - AGLP já ficara registada para o Reino da Espanha em 30 de agosto, com a assinatura de J.M. Montero Santalha, António Gil Hernández e Ângelo Cristóvão, que durante esse ano tinham mantido várias reuniões preparatórias informais centradas na ideia da criação da Academia. Em outubro ficou registada também na República de Portugal. A revista *Novas da Galiza* realiza entrevista a J.M. Montero Santalha na que explica os motivos por que deve criar-se a AGLP (“o primeiro passo burocrático é o de reservar o nome escolhido, [...], que já está concedido”)<sup>4</sup>

---

<sup>1</sup> Os Colóquios da Lusofonia eram organizados na cidade de Bragança periodicamente pela AICL sob a direção do doutor Chrys Christello, com o concurso de outras entidades. Hoje continuam, mas não em Bragança.

<sup>2</sup> Vid. <http://correo11.telefonica.net/cp/ps/Mail/ExternalURLProxy?d=infonegocio.com&u=angeloc&url=http://www.udc.es/dep/lx/cac/vo/20061004Lo1&urlHash=-2.5768293530809043E101>

<sup>3</sup> Vid. *Atas do Congresso Internacional de Língua, Cultura e Literaturas Lusófonas (Homenagem ao Professor Ernesto Guerra da Cal)*: Santiago, 15-17 setembro 1994, Ponte Vedra - Braga: Irmandades da Fala da Galiza e Portugal, 1994 (*Temas de O Ensino de Linguística, Sociolinguística e Literatura*, volume VII-IX, núms. 27-38 (1991-1994)), pp. 137-149)

<sup>4</sup> No nº 48, novembro-dezembro 2006. <https://www.academiagalega.org/info-atualidade/163-entrevista-do-novas-da-galiza-ao-prof-martinho-montero-santalha.html>

## 2007:

Em fevereiro tem lugar a primeira reunião da COMISSÃO PROMOTORA DA ACADEMIA, a segunda foi em 30 junho. Em 8 outubro, na Faculdade de Filologia de Santiago de Compostela, efetiva-se, com o apoio da ASSOCIAÇÃO DE AMIZADE GALIZA-PORTUGAL, AAG-P, o primeiro ato público da COMISSÃO PROMOTORA DA ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA, em que intervêm os professores Evanildo Bechara, da ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, e João Malaca Casteleiro, da ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA, e os catedráticos galegos José Martinho Montero Santalha, José Luís Rodrigues e Maria do Carmo Henriques.

Em 1 de dezembro cria-se a Associação Cultural Pró-Academia Galega da Língua Portuguesa, numa aula da Faculdade de Ciências Económicas da Universidade de Santiago, sendo José Martinho Montero Santalha nomeado presidente e Ângelo Cristóvão secretário<sup>5</sup>.

## 2008:

Representantes da AGAL (ASSOCIAÇÃO GALEGA DA LÍNGUA), da Pró-AGLP, da AAG-P e do MDL (MOVIMENTO DE DEFESA DA LÍNGUA) participam em 7 de abril na *Conferência Internacional/Audição Parlamentar sobre o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa*, na ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA DE PORTUGAL, organizada pela COMISSÃO DE ÉTICA, SOCIEDADE E CULTURA DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, que contou com representantes de diversas instituições, entre as quais uma delegação galega. Intervieram o presidente da AGAL, Alexandre Banhos (que apresentou uma posição conjunta das Entidades Lusófonas Galegas assinada pela AGAL, a AAG-P, a Pró-AGLP, a ASPG-P (ASSOCIAÇÃO SÓCIO-PEDAGÓGICA DA GALAICO-PORTUGUESA) e o MDL), e o presidente da Pró-AGLP, Ângelo Cristóvão (com um comunicado a respeito da posição galega e o papel da futura Academia Galega da Língua Portuguesa).<sup>6</sup>

Na sequência das conversas e compromissos adquiridos com membros da ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA (ACL) em 8 de abril, na capital portuguesa, para a elaboração de um *Léxico Galego*, é criada a 24 de maio, no seio da Pró-AGLP, a COMISSÃO DE LEXICOGRAFIA DA AGLP, posteriormente integrada na Academia

---

<sup>5</sup>Vid. online <http://www.aglp.net/>

<sup>6</sup>Vid. online <http://aglp.net/index.php?option=comcontent&task=blogsection&id=o&Itemid=31&limit=6&limitstart=30>

com o nome de COMISSÃO DE LEXICOLOGIA E LEXICOGRAFIA. É a primeira atividade propriamente institucional da Academia, mesmo anterior à sua constituição definitiva.

Em solene *Sessão Constituinte*, no CENTRO GALEGO DE ARTE CONTEMPORÂNEA de Santiago de Compostela, é constituída definitivamente a ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA, em 20 de setembro. Foi eleito presidente o professor Dr. José-Martinho Montero Santalha, com a correspondente Comissão Executiva (da que era Vice-Presidente Isaac Alonso Estraviz; no 2016 foi eleito novo Presidente Rudesindo Soutelo).

Realizou-se a *Sessão Inaugural* no mesmo Centro, no dia 6 de outubro, com o apoio do GOVERNO AUTÓNOMO DA GALIZA, colaboração da UNIVERSIDADE DE SANTIAGO, participação institucional da ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA (Profs. Doutores Artur Anselmo e João Malaca Casteleiro), a ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS (Prof. Doutor Evanildo Bechara), o Exmo. Sr. Reitor da UNIVERSIDADE ABERTA (UAb) (Prof. Doutor Carlos Reis), e o escritor moçambicano Dr. João Craveirinha. Em honra da AGLP, estreia-se uma suite para guitarra, *Deu-la-Deu*, composta pelo académico Rudesindo Soutelo e interpretada pela académica Isabel Rei<sup>7</sup>.

A AGLP tem como objetivos promover o estudo da Língua da Galiza para que o processo da sua normalização e naturalização seja congruente com os usos que vigoram no conjunto da Lusofonia, e integrar o pensamento galego no âmbito da Lusofonia através do relacionamento com outras instituições semelhantes, galegas e lusófonas. Publica um *Boletim* (com Anexos)<sup>8</sup>, DVDs e mais vídeos sobre eventos académicos, seminários, encontros lusófonos, etc.; uma coleção de

---

<sup>7</sup>Vid. sessão inaugural online: <http://www.youtube.com/watch?v=Yf74yWreQN8>; também em DVD). (Na Rede: <http://www.a-cademiagalega.org/>, onde se podem consultar os nomes dos numerários; depois dos 29 fundacionais ingressaram outros, até ao número de 33; aproximadamente uma terceira parte daqueles académicos procedia das associações AAG-P, AGAL, IFGP e ASPG-P.) <https://vimeo.com/81560424?ref=fb-share&fbclid=IwAR14wTh-wuzv3xYu1aoPL8Fl7YhXY8X8JyWqxgn2WaoNzoExnmFD3lNKQac>

<sup>8</sup>Os Boletins publicados até agora são os correspondentes aos anos 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016 e o presente, 2017. Os anexos até hoje publicados são: Galiza: AA. VV. *Língua e Sociedade. XIV ensaios*; Higinio Martins Esteves, *Etimologias obscuras e escondas*; AA. VV. *Estudos sobre Guerra Da Cal. Atas do Colóquio sobre o Prof. Guerra Da Cal*; António Gil Hernández, *Solilóquios com Manuel Maria sobre Versos do Lume e o Vaga-lume* (1982), *A luz ressuscitada* (1984), *Oráculos para Cavalinhos do Demo* (1986); Álvaro Vidal Bouzon, *A Galiza (não) é longe daqui ...? Lendo(-se) em imagens, mirando(-se) em textos*.

Clássicos Galegos<sup>9</sup>, um *Léxico da Galiza*, incluído no *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, da Porto Editora<sup>10</sup>; assinou vários protocolos, p.ex. para a inclusão da variedade galega no FLiP8/9 da Priberam<sup>11</sup>, etc.

## 2009:

Em 17 de março reuniu-se com a ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA, na Sala de Reuniões Internacionais da ACL, onde também tiveram lugar as reuniões conducentes ao *Acordo Ortográfico de 1990*, nas quais participara uma DELEGAÇÃO DE OBSERVADORES DA GALIZA. Na reunião trataram-se temas de interesse conjunto, como a aplicação do *Acordo Ortográfico* e a elaboração do *Vocabulário Ortográfico Comum*. A Delegação da AGLP apresentou o projeto do *Léxico da Galiza*, elaborado para ser integrado nesse Vocabulário<sup>12</sup>.

Numa sessão interacadémica (ABL-ACL-AGLP), realizada em 14 de abril no Salão Nobre da Academia das Ciências de Lisboa, foi apresentado o *Léxico da Galiza* elaborado pela COMISSÃO DE LEXICOLOGIA E LEXICOGRAFIA da AGLP, e a 5ª edição do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, elaborado pela ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS sob a coordenação do Prof. Evanildo C. Bechara (*vide supra*).

Participou no 4.º *Encontro Açoriano da Lusofonia* do 31 março a 4 abril. Fez apresentações do livro *Galiza: Língua e Sociedade* em diversas cidades, dentro e fora da Galiza, inclusive em Bruxelas, onde estabeleceu contato com a representação galega no PARLAMENTO EUROPEU<sup>13</sup>.

---

<sup>9</sup> Coleção de Clássicos da Galiza, coordenados por Ernesto Vasques Souza e Higinio Martins: 1, *Cantares Galegos*, Rosalia de Castro, 2009; 2, *Queixumes dos Pinhos e Outros Poemas*, E. Pondal, 2011; 3, *Cantos Lusófonos, Cancioneiro Popular*, 2011; 4, *Folhas Novas*, Rosalia de Castro, 2011; 5, *Proel e o Galo, Poesia e prosa galega*, Luís Amado Carvalho, 2011; 6, *Obra Seleta*, Johan Vicente Viqueira, 2011; 7, *Poesias Completas*, Manuel Leiras Pulpeiro, 2011; 8, *Invenção do Mar*, de Jenaro Marinhas del Valle; 9, *A Tecedeira de Bonaval*, António Lopes Ferreira, 2014

<sup>10</sup> 2009; sob a direção científica do prof. João Malaca Casteleiro, quem salientou na sua apresentação em Lisboa o dia 21 de outubro, no Padrão dos Descobrimentos, que o texto inclui “mais de 800 palavras da norma galega do português”. Entre os assistentes encontravam-se os académicos da AGLP Luís Gonçalves Blasco e Ângelo Cristóvão

<sup>11</sup> Vid. online <http://www.flip.pt/FLiPOnline/Vocabulário/tabid/577/Default.aspx>.

<sup>12</sup> Vid. online [http://aglp.net/index.php?option=com\\_content&task=blogsection&id=0&Itemid=31&limit=6&limitstart=18](http://aglp.net/index.php?option=com_content&task=blogsection&id=0&Itemid=31&limit=6&limitstart=18). Também *vide supra*.

<sup>13</sup> Vid. do 4 ao 6 de julho. [http://aglp.net/index.php?option=com\\_content&task=blogsection&id=0&Itemid=31&limit=6&limitstart=12](http://aglp.net/index.php?option=com_content&task=blogsection&id=0&Itemid=31&limit=6&limitstart=12)

No *Seminário de Lexicologia da AGLP* em Santiago (5 outubro) foi anunciada por Evanildo Bechara a inclusão do *Léxico galego* (800 palavras) no *Vocabulário da Academia Brasileira*, depois da apresentação do Vocabulário da Porto Editora, pelo prof. João Malaca Casteleiro. Também foi assinado o *Protocolo de Colaboração e Apoio Mútuo* entre a AGLP e a UNIVERSIDADE ABERTA (Lisboa), testemunhado pelos prof.<sup>es</sup> Adriano Moreira e Evanildo Bechara. Em 21 outubro, a AGLP esteve presente no lançamento do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa* da Porto Editora, Porto, agosto, *vide supra*, sob a direção de João Malaca Casteleiro, no AUDITÓRIO DO PADRÃO DOS DESCOBRIMENTOS. O prof. Fernando Cristóvão fez uma apresentação comprometida, com a língua, o *Acordo Ortográfico*, com o prof. João Malaca Casteleiro e especialmente com a Galiza. Chegou a ler um parágrafo do texto distribuído pela *Delegação da Galiza, na Assembleia da República*, em 7 abril 2008<sup>14</sup>.

O mais recente *Léxico da Galiza*, elaborado pela CLL da AGLP, foi plenamente incorporado pela Porto Editora no seu *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, 2009, e tido em conta no corretor Flip8/9 como também na Rede (*vide supra*)<sup>15</sup>. A AGLP assinou protocolos de colaboração com diversas entidades lusófonas; iniciou, com a do Brasil, a inauguração das suas delegações no estrangeiro (também Argentina e Reino Unido)<sup>16</sup>.

## 2010:

A AGLP continuou as suas atividades:

Esteve presente, por convite do MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES do Brasil, na *Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua portuguesa no Sistema Mundial*, realizada em Brasília em março.

Continuou a edição dos Clássicos Galegos para a Lusofonia, em edições próprias ou em parçaria, bem como a 1ª ed. do *Léxico da Galiza*, e o *Boletim* nº4. É lançado o *Portulano de recursos em linha*<sup>17</sup>.

<sup>14</sup> Vid. online: [http://aglp.net/index.php?option=com\\_content&task=blogsection&id=0&Itemid=31&limit=6&limitstart=0](http://aglp.net/index.php?option=com_content&task=blogsection&id=0&Itemid=31&limit=6&limitstart=0)

<sup>15</sup> Vid. online: <http://www.flip.pt/language/en-US/FLiP-On-line/Vocabulario.aspx>

<sup>16</sup> Em julho foi lançado um *Manifesto pola hegemonia social do galego* Vid. online: <http://www.peticao.com.pt/hegemonia-social-do-galego>), que atingiu 1674 assinaturas

<sup>17</sup> Vid. online: [http://www.netvibes.com/portulano#Portulano\\_de\\_Recurso](http://www.netvibes.com/portulano#Portulano_de_Recurso)

Realiza-se o *II Seminário de Lexicologia* e é criada a COMISSÃO DE GRAMÁTICA da AGLP. E participa nos *Colóquios da Lusofonia*, em Florianópolis, bem como noutras conferências em Portugal e Brasil.

Em 17 de maio a AGLP é galardoada com o Prémio Meendinho.

## 2011:

Em janeiro é criada a Fundação AGLP, inscrita sob o assento n.º 980 do REGISTO DE FUNDAÇÕES do MINISTÉRIO DA CULTURA da Espanha, com o estatuto de FUNDAÇÃO DE COMPETÊNCIA ESTATAL: *Orden Ministerial CUL/1075/2011*, 1 março, *Boletín Oficial del Estado*, 29 abril (p. 43782)

São lançadas várias petições<sup>18</sup>.

A AGLP participa na instalação do monumento a Carvalho Calero em Compostela e colabora no seu site<sup>19</sup>.

É lançado o site *Guerra da Cal*<sup>20</sup> da AGLP, que lhe dedica uma homenagem no *Dia das Letras Galegas*, e um *Congresso-Colóquio* no mesmo ano, em que se cumprem os cem anos do seu nascimento, e lhe publica uma Antologia<sup>21</sup>.

Em abril a AGLP participa, como cofundadora, na criação do CONSELHO DE ACADEMIAS DE LÍNGUA PORTUGUESA; continua a participar por convite nos *Colóquios da Lusofonia*, este ano em Macau e nos Açores (em cujas Conclusões se repudia o facto de a CPLP ter excluído a AGLP como observador consultivo), e em reuniões do IILP (da CPLP) em Cabo Verde e Moçambique.

Realiza-se com sucesso o *Colóquio Guerra Da Cal* e o *III Seminário de Lexicologia*. As palestras do Colóquio Guerra Da Cal integram o *Anexo Terceiro* ao *Boletim da AGLP*.

---

<sup>18</sup> Como a *Declaração galega de soberania* (<http://www.peticaopublica.com/PeticaoVer.aspx?pi=dgs2011>) e a petição (<http://www.gopetition.com/petitions/petição-carta-aberta-a-paulo-portas-ministro-dos-neg.html>).

O Partido da Terra, fundado em julho, define-se como “mancomunidade que assume sem hesitação a potencialidade internacional da nossa língua como idioma extenso e útil, empregando e promovendo em todos os âmbitos a ortografia comum aos restantes países lusófonos” (<http://www.partidodaterro.net/quem-somos/>, ponto 7)

<sup>19</sup> Vid. online: <http://carvalhocalero.academiagalega.org/>

<sup>20</sup> Vid. online: <http://guerradacal.academiagalega.org>

<sup>21</sup> Vid. online: [http://xa.yimg.com/kq/groups/23117991/289795434/name/antologia\\_guerradacal%2Epdf](http://xa.yimg.com/kq/groups/23117991/289795434/name/antologia_guerradacal%2Epdf)

**2012:**

II *Festival Português perto. Aquelas nossas músicas*, de 7 a 10 de maio, coordenado por Noemi Pinheira. No PORTAL GALEGO DA LÍNGUA foi-lhe publicada uma entrevista (4 de maio de 2012), de que se tomam os seguintes excertos<sup>22</sup>:

*A primeira edição de Português Perto deixou tão bom sabor de boca que sentistes a necessidade de repetir a experiência?*

Correu muito bem. En princípio ía ser um ciclo de atividades lusófonas na faculdade de Empresariais e Turismo, mas desde o Vice-Decanato consideraram mais interessante fazer algo ambicioso, dirigido a toda a comunidade universitária. Por isso, propuseram ir com o projeto à Secretaria de Atividades Culturais da Vice-Reitoria. Filemón Rivas, a pessoa encarregada, gostou do programa e organizámos o festival. No primeiro dia, estiveram Aline Frazão, Uxia e Sérgio Tannus; e no segundo, Ugia Pedreira e Fred Martins. Foi um sucesso, por volta de 250 pessoas cada dia, o público gostou e também as artistas e os artistas. Por isto, da Vice-Reitoria do Campus de Ourense decidiu-se que teríamos uma segunda edição, com mais atividades e um maior orçamento. [...]

*Qual o objetivo de Português Perto, por que se faz?*

O *Português Perto* nasce para aproximar a cultura lusófona ao público universitário e ao de Ourense em geral, para que sintam a Lusofonia como lugar próprio da cultura galega. Para mostrar aquele nosso mundo linguístico e cultural por onde nos podemos mover; para mostrar que, como galegas e galegos, podemos aceder à produção artística, musical ou cultural de Brasil, Angola, Portugal, Moçambique, Cabo Verde ... de mais de 230 milhões de pessoas. Ainda, para o público ver que, com a sua língua, tem um horizonte cultural e linguístico muito mais amplo, para tentar quebrar os preconceitos e fronteiras que a maioria das pessoas colocam, e conseguir que sejam conscientes do mundo de possibilidades que esta via abre.

A AGLP participa nos *Colóquios da Lusofonia*<sup>23</sup>, este ano em Ourense, da sexta, 5, ao domingo, 7, de outubro. Neles foram recebidos os novos académicos

<sup>22</sup> Vid. online <https://pglingua.org/noticias/entrevistas/4962-entrevista-a-noemi-pinheira-coordenadora-do-ii-portugues-perto>

<sup>23</sup> Vid. online [https://www.academia.edu/35922050/Discurso\\_de\\_abertura\\_do\\_18o\\_col%C3%B3quio\\_da\\_lusofonia\\_Ourense\\_outubro\\_2012](https://www.academia.edu/35922050/Discurso_de_abertura_do_18o_col%C3%B3quio_da_lusofonia_Ourense_outubro_2012)



correspondentes: Evanildo Bechara, Evandro Vieira Ouriques, Chrys Chrystello, Adriano Moreira, João Malaca Casteleiro, Carlos Reis, Eugénio Anacoreta Correia, e Maria Dovigo.

Foi distinguido como Académico de Mérito o Dr. José Luís Fontenla Rodrigues.

No dia sábado, 6 de outubro, realiza-se o Festival *Estou Lá*, com a colaboração da A. C. Pró-Academia e a participação de Eneida Marta (Guiné Bissau), Najla Shami (Galiza-Palestina), Couple Coffee (Brasil), Xoán Curiel (Galiza) e João Afonso (Portugal).

Continua-se a publicação do Boletim e mais as dos Clássicos da Galiza.

Apoia a *Iniciativa Legislativa Popular Valentim Paz-Andrade* para promover o ensino do português na Galiza.

E participa no Colóquio de Guaramiranga sobre a língua portuguesa na Internet.

### **2013:**

A AGLP continua a impulsionar os trabalhos da ILP Valentim Paz-Andrade.

Colabora no *XIX Colóquio da Lusofonia*, entre os dias 14 e 17 de março na Freguesia da Maia, na ilha de São Miguel, Açores, Portugal. E no *XX Colóquio da Lusofonia*, de 16 a 18 de outubro, na Escola Superior de Turismo e Hotelaria, do Instituto Politécnico da Guarda (ESTH/IPG), em Seia.

Participa no *I Congresso da Cidadania Lusófona*, organizado pelo MIL-Movimento Internacional Lusófono, e celebrado na SOCIEDADE DE GEOGRAFIA de Lisboa nos dias 2 e 3 de abril.

No III Festival Cultural Universitário *Português Perto. Aquelas Nossas Músicas* (7 a 10 de maio de 2013) organizado pela Vicerreitoria do Campus de Ourense (Universidade de Vigo) colaboram a Pró-Academia Galega da Língua Portuguesa (Pró-AGLP) e a Associação Galega da Língua (AGAL). Nele participaram Quico Cadaval (Galiza), o grupo En Clave de Fado (Galiza), e os cantores Rui David (Portugal) e Roberto Sobrado (Galiza). É evento anual do qual não se dá referência de todos os Festivais.

Em parceria com a AGAL a AGLP e a A. C. Pró-AGLP participam na manifestação do 17 de maio sob a legenda *Multiplika x 100 a tua língua*. E

participa na *II Conferência Internacional sobre o futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial*, Lisboa, 29-30 outubro<sup>24</sup>.

Em 30 de outubro, na *II Conferência Internacional sobre a Situação da Língua Portuguesa no Sistema Mundial* interveio, em nome da AGLP, João Evans Pim, na sessão sobre Políticas de Língua na Galiza, para apresentar a *Iniciativa Legislativa Popular Valentim Paz-Andrade*, e o *Parecer elaborado pela Comissão Promotora*, em que se indicavam algumas linhas de desenvolvimento dessa futura lei. No mesmo painel, os docentes de língua portuguesa Joseph Ghanime e Antia Cortiças Leira apresentavam diversos aspetos da sua experiência como professores de português para galegos.

#### **2014:**

No 11 de março o Parlamento galego aprova por unanimidade a ILP Valentim Paz-Andrade, convertendo-se na lei 1/2014 e entrando em vigor o dia 9 de abril, com o nome *Lei para o aproveitamento da língua portuguesa e vínculos com a Lusofonia*<sup>25</sup>. É apresentada no 28 de março em Lisboa por académicos da AGLP (Ângelo Cristóvão, Maria Dovigo, Carlos Durão e João Trillo) na MISSÃO PERMANENTE DE TIMOR-LESTE JUNTO DA CPLP, no MIL (com Renato Epifânio), na MISSÃO DO BRASIL JUNTO DA CPLP, e no OBSERVATÓRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA.

A AGLP (Ângelo Cristóvão, Maria Dovigo e José Carlos Morell) colabora com a COMISSÃO TEMÁTICA DE LÍNGUA PORTUGUESA DOS OBSERVADORES CONSULTIVOS da CPLP na *Conferência Promoção e Difusão da Língua Portuguesa* que teve lugar em 11 de abril, no Auditório da Reitoria da Universidade de Aveiro. Ângelo Cristóvão, secretário da AGLP, informa sobre texto da *Iniciativa Legislativa Popular Valentim Paz-Andrade*, que apresentou no Parlamento o Sr. José Morell com a assinatura de 17.000 cidadãos da Galiza.

Coordenado pelo MOVIMENTO INTERNACIONAL LUSÓFONO (MIL), decorreu em 16 de abril o *II Congresso da Cidadania Lusófona*, na sede da SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA, em cujo contexto foi entregue o prémio *Personalidade Lusófona 2013* ao académico da AGLP Ângelo Cristóvão. Participaram Maria Dovigo, em representação da PRÓ-AGLP, e Alexandre Banhos, em nome da FUNDAÇÃO MEENDINHO.

<sup>24</sup> Vid. online : <http://www.pglingua.org/noticias/cronicas/5906-politicas-de-lingua-na-galiza-na-ii-conferencia-da-lingua-portuguesa-no-sistema-mundial>

<sup>25</sup> Vid. online : [https://www.xunta.gal/dog/Publicados/2014/20140408/AnuncioC3Bo-310314-0001\\_pt.html](https://www.xunta.gal/dog/Publicados/2014/20140408/AnuncioC3Bo-310314-0001_pt.html)

A citada académica Maria Dovigo, em representação da AGLP, participa em nome da AGLP no *XXI Colóquio da Lusofonia* em Moinhos, Açores, 24-27 de abril. Apresentou a *Lei 1/2014 para o aproveitamento da língua portuguesa e vínculos com a Lusofonia*, aprovada pelo Parlamento Autónomo da Galiza, e explicou a previsão de desenvolvimento desse texto legal no ensino da língua portuguesa, na comunicação social e nas relações internacionais. Também participou na sessão de poesia. Assistiu ao *Colóquio* o presidente da Fundação Meendinho, Alexandre Banhos.

Representada pela académica Maria Dovigo, a AGLP participa como observadora na *III Reunião Técnica do PPPLE/LNM* (Portal do Professor de Português Língua Estrangeira/Língua Não Materna), que teve lugar nos dias 23 e 24 de junho, na sede da COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA, em Lisboa. Nela participava oficialmente o governo galego, em relação com a aprovação da *Lei Paz-Andrade* pelo Parlamento Galego, contando com o assessoramento da AGLP.

No 26 de junho, e organizado pela AGLP, realiza-se no MUSEU DO POVO GALEGO, em Santiago de Compostela, o Seminário A Lei Paz-Andrade e as Políticas de Língua, com a assistência do Secretário Geral de Política Linguística do Governo Autónomo galego, Valentín García Gómez, do Diretor Executivo do IILP, Gilvan Müller Oliveira, do Embaixador Eugénio Anacoreta Correia (do Observatório da Língua Portuguesa), da Coordenadora da Equipa Técnica Central do PPPLE-LNM do IILP, Edleise Mendes, e do professor Rolf Kemmler, da UTAD (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro), além de oradores da AGLP que apresentaram os trabalhos mais recentes da elaboração do Vocabulário Ortográfico Galego e da atualização do Dicionário Estraviz da língua portuguesa da Galiza, que já está na Rede<sup>26</sup>.

A AGLP participa no *XXII Colóquio da Lusofonia* em Seia, no coração da Serra da Estrela (Portugal), do 25 ao 30 setembro. Expuseram comunicações a académica Maria Dovigo e o académico Ângelo Cristóvão. O professor e académico Isaac Alonso Estraviz, vice-presidente da FUNDAÇÃO MEENDINHO entregou o *Prémio Meendinho 2014* à AICL, na pessoa do presidente da associação o Prof. Chrys Christello.

Também, na *Conferência Perspetivas da lingua portuguesa* organizada em Braga pela CPLP e a *Universidade do Minho* (9 outubro 2014), em que foi

---

<sup>26</sup> Vid. online: em <http://estraviz.org/>

representada pelos académicos Isaac A. Estraviz, Joám Trilho, Maria Dovigo, Álvaro Iriarte e Ângelo Cristóvão; nela participou também Valentín García Gómez em representação do governo da Comunidade Autónoma da Galiza.

A AGLP recebe o *Prémio Luís Vaz de Camões, da Associação Literarte*, no Hospital dos Reis Católicos de Santiago, 10 de outubro.

## 2015:

Em janeiro, a AGLP realiza a sua primeira reunião no local da CASA DA LÍNGUA COMUM, em Compostela<sup>27</sup>. O Patronato da Fundação AGLP decide alugar nele uma sala e, enquanto for possível, entrar a ser sócio da CLC, S.L. A CLC acolhe também o escritório da Através Editora, e a Biblioteca J.L Fontenla.

Em 19 de fevereiro Ângelo Cristóvão e Maria Dovigo assistem ao lançamento público da Plataforma VOC [Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa] e em 20 de fevereiro ao Seminário *Projeção Internacional da Língua Portuguesa: presente e futuro*, ambos organizados pelo IILP-INSTITUTO INTERNACIONAL DA LÍNGUA PORTUGUESA e a CPLP, na sede desta última instituição em Lisboa.

Em março, Maria Dovigo, Concha Rousia, Isaac Estraviz e Ângelo Cristóvão participam no *XXIII Colóquio da Lusofonia* em Fundão (Castelo Branco, Serra da Estrela).

Em abril, Ângelo Cristóvão e Maria Dovigo participam no *III Congresso da Cidadania Lusófona* (31 de março - 1 de abril), organizado pelo MIL – MOVIMENTO INTERNACIONAL LUSÓFONO, e a PASC – PLATAFORMA ATIVA SA SOCIEDADE CIVIL, na SOCIEDADE DE GEOGRAFIA de Lisboa, sobre A importância das Diásporas.

Em 22 de abril Ângelo Cristóvão e Maria Dovigo assistem à Conferência *Português língua global* organizada pela COMISSÃO TEMÁTICA DE PROMOÇÃO E DIFUSÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA da CPLP no Auditório do Colégio do Espírito Santo da Universidade de Évora.

Em 25 de abril tem lugar a inauguração oficial do local da CLC<sup>28</sup>, com a assistência de Valentín García Gómez, Secretário Geral de Política Linguística da JUNTA DA GALIZA; Eugénio Anacoreta Correia, coordenador da COMISSÃO

<sup>27</sup> A CASA DA LÍNGUA COMUM está situada na rua de Emílio e de Manuel, 3, r/c – 15901 Santiago de Compostela

<sup>28</sup> Vid. online: <https://www.youtube.com/watch?v=qdkEQN3UCBM>

DE PROMOÇÃO E DIFUSÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA; Ana Salgado, do INSTITUTO DE LEXICOLOGIA E LEXICOGRAFIA (ACL); Maria José Maya, da ASSOCIAÇÃO 8 SÉCULOS DE LÍNGUA PORTUGUESA; Chrys Chrystello, da ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DOS COLÓQUIOS DA LUSOFONIA (AICL); Miguel Penas, Presidente da ASSOCIAÇÃO GALEGA DA LÍNGUA (AGAL). No ato interveio também o Presidente da AGLP, J.M. Montero Santalha com *O Testamento de 1214 de D. Afonso II*, e foi apresentado, por António Gil Hernández, o livro *Invenção do Mar*, de Jenaro Marín del Valle, edição da AGLP.

Ainda, na CASA DA LÍNGUA COMUM ficou instalada a Biblioteca José Luís Fontenla da AGLP, com 6.000 volumes, apresentada pelo arquivista da AGLP João Trilha, e pelo académico L. Fontenla, filho.

Também em fins de abril, o académico da AGLP Mário Herrero Valeiro vence o prémio literário Glória de Sant'Anna 2015, certame aberto a toda a Lusofonia, com o poemário *Da vida conclusa*<sup>29</sup>.

Em maio, em Amarante, participa Isaac A. Estraviz, em mesa redonda, nos atos da iniciativa *Cultura que Une*, e mais tarde, a AGLP apoia a organização das *Jornadas das Letras Galego-Portuguesas* em Pitões das Júnias, com organização da entidade DESPERTA DO TEU SONO e particularmente do académico José Manuel Barbosa e participação de Maria Dovigo.

Em 6 de junho, Maria Dovigo participa em nome da AGLP na I REUNIÃO INSTALADORA DO MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA. Já em 4 de setembro representa a AGLP na 4ª Reunião Promotora do Museu, em Bragança; tem como suportes institucionais a CÂMARA MUNICIPAL, o INSTITUTO POLITÉCNICO de Bragança, e a ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA.

Em 27 de junho, a AGLP realiza o Seminário *Língua, sociedade civil e ação exterior*, na CLC, no que intervêm Eugénio Anacoreta Correia, Valentín García Gómez, Fernando R. Ojea (diretor de comunicação da CRTVG), João Lopes Facal (economista), Carla Oliveira (Vice-reitora da Universidade Aberta), Roberto Samartim (Universidade da Crunha), e os académicos João Evans Pim e Carlos Durão, que apresentou a versão definitiva do *Vocabulário Ortográfico da Galiza*. A AGLP fez o lançamento da edição de *Etimologias obscuras ou esconsas*, do académico Higinio Martins.

<sup>29</sup> Publicado por O Figurante Edicións, da Crunha.

Em 27 de junho, Maria Dovigo participa no *VIII Encontro de escritores moçambicanos na Diáspora*, organizado pelo CEMD – CÍRCULO DE ESCRITORES MOÇAMBICANOS NA DIÁSPORA, na biblioteca municipal de Odivelas, com uma comunicação sobre Valentim Paz-Andrade.

Em 16 e 17 de outubro, a AGLP participa muito ativamente no *Simpósio SIPLE – SOCIEDADE INTERNACIONAL DE PORTUGUÊS-LÍNGUA ESTRANGEIRA*, no MUSEU DO POVO GALEGO, em Santiago de Compostela, apresentando também a edição em papel do *Vocabulário Ortográfico da Galiza*, da CLL da AGLP, como contributo ao *Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa*, previsto no texto do *Acordo Ortográfico*.

Em 9 e 10 de novembro Maria Dovigo assiste ao Seminário *Ortografia e bom senso*, na ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA.

## **2016:**

Em 22 e 23 de março Ângelo Cristóvão e Maria Dovigo participam em Lisboa no *IV Congresso da Cidadania Lusófona*, organizado pelo MIL – MOVIMENTO INTERNACIONAL LUSÓFONO, com o tema *O balanço da CPLP*. Como conclusão do Congresso, Renato Epifânio, presidente do MIL, entende:

Quanto ao balanço da CPLP, houve uma sintonia no diagnóstico e na terapêutica: se a CPLP não tem feito mais em prol deste caminho da Convergência Lusófona, tal decorre não tanto por incapacidade própria, mas, sobretudo, por falta de empenho dos diversos Governos, que, ao longo destas duas décadas, nunca apostaram suficientemente nesta plataforma político-diplomática. Daí que, face à inércia dos diversos Governos, sempre mais preocupados com as próximas eleições do que com desígnios estratégicos, é à Sociedade Civil que cabe, em primeiro lugar, abrir este caminho da Convergência Lusófona.

Em 2 e 3 de abril decorrem as *V Jornadas das Letras galego-portuguesas*, organizadas pela entidade DESPERTA DO TEU SONO, com a colaboração da JUNTA DE FREGUESIA DE PITÕES DAS JÚNIAS, Montalegre. Estiveram presentes as académicas Concha Rousia e Maria Dovigo, junto do académico José Manuel Barbosa.

Em sessão solene da ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA, de 14 de julho de 2016, três membros da ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA foram investidos como membros-correspondentes da ACL: Martinho Montero Santalha, Ângelo

Cristóvão Angueira e Isaac Alonso Estraviz, como anteriormente foram os também galegos Ernesto Guerra da Cal e Ricardo Carvalho Calero.

Em 23 de setembro, reúne-se a COMISSÃO INSTALADORA DO MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA de Bragança. A AGLP é representada por Maria Dovigo.

Em 20 de dezembro, organização do Seminário *Galiza, Língua Portuguesa e Acordo Ortográfico*, com a participação de 9 oradores, na CASA DA LÍNGUA COMUM, em Santiago de Compostela. Foram os professores João Malaca Casteleiro e Fernando Cristóvão, da ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA, e Isaac A. Estraviz e António Gil, da ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA (os quais intervieram na organização e realização das reuniões conducentes ao Acordo de 1986 e 1990); a eles juntaram-se o professor Rolf Kemmler, da UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO, o professor Renato Epifânio, do MOVIMENTO INTERNACIONAL LUSÓFONO, de Lisboa, e Ângelo Cristóvão e Joám Trilho, da AGLP.

## 2017:

Em sessão solene da ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA, de 14 de janeiro de 2017, foram investidos como membros-correspondentes Alexandra Irene Neto (Angola) e Gilvan Müller de Oliveira (Brasil).

*Português perto. Aquelas nossas músicas*, Ourense, de 6 a 10 de março, sétima edição do Festival organizado pela Vicerreitoria do Campus de Ourense-Universidade de Vigo em colaboração com a Pró-Academia Galega da Língua Portuguesa (Pró-AGLP), Associação Galega da Língua (AGAL) e AC. AC Algarvía.

Do anúncio nas redes tomam-se as seguintes informações<sup>30</sup>:

O Português Perto nasce para aproximar a cultura lusófona ao público universitário e o de Ourense em geral, para que sintam a Lusofonia como lugar próprio da cultura galega. Para mostrar aquele nosso mundo linguístico e cultural; para evidenciar que, como galegas e galegos, podemos desfrutar da produção artística, musical ou cultural de Brasil, Angola, Portugal, Moçambique, Cabo Verde ... interatuar com mais de 230 milhões de pessoas.

Ainda, para o público ver que, com a sua língua, tem um horizonte cultural e linguístico muito mais amplo, para tentar quebrar os preconceitos e fronteiras

<sup>30</sup> Vid. online: <https://www.facebook.com/events/campus-de-ourense/s/C3%A9tima-edi%C3%A7%C3%A3o-do-festival-portugu%C3%AAs-perto/681310108737513/>

que a maioria das pessoas colocam, e conseguir que sejam conscientes do mundo de possibilidades que esta via abre.

Pessoas e realidades que falam a nossa língua com diferentes musicalidades, cores, sabores e formas. Uma viagem pela língua portuguesa e a sua música. Redescobre a Galiza através do Brasil, Angola, Portugal ... Excerto do programa da sétima edição:

Segunda-feira.- Obradoiro OPS!, o galego como oportunidade competitiva e privilegiada com Tamara Varela [...] Faculdade de Empresariais e Turismo.

Terça-feira.- Conta-contos com Quico Cadaval e Celso Sanmartín [...] na Sala Emilia Pardo Bazán do edifício de Faculdades.

Quarta-feira.- Projeção de *Vikinland*, uma peça de Ulo bit de arte visual e sonoro [...] na Sala Emilia Pardo Bazán do edifício de Faculdades

Sexta-feira.- Atelier de danças tradicionais portuguesas com Eva Parmenter e Denys Stetsenko

VENRESPIRAR com a banda folk portuguesa PARAPENTE 700, no espaço aberto entre o edifício Politécnico e o de Faculdades.

Em 18 e 19 de março realiza-se o 1.º *Encontro de Mulheres da Lusofonia: Mulheres, Territórios, Memórias*, em colaboração com a UMAR – UNIÃO DE MULHERES ALTERNATIVA E RESPOSTA. O Encontro teve a colaboração do concelho de Vilar de Santos, do Museu da Límia e da Fundação Agostinho Neto de Angola.

Em 13 e 14 de maio, *VI Jornadas galaico-portuguesas*, organizadas pela entidade DESPERTA DO TEU SONO, de que é responsável o académico José Manuel Barbosa, em colaboração com a JUNTA DE FREGUESIA DE PITÕES DAS JÚNIAS, com a presença de Joám Evans e Maria Dovigo.

O 16 de maio Ângelo Cristóvão participa no seminário de Guimarães da Comissão Temática de Promoção da Língua Portuguesa da CPLP: *Domínios estratégicos de afirmação da língua portuguesa*.

No 17 de junho, tomada de posse da académica de número Teresa Moure Pereiro, na CASA DA LÍNGUA COMUM de Santiago de Compostela, com a presença do Subdiretor Geral de Ação Exterior e de Cooperação Transfronteiriça do Governo Autónomo da Galiza, Xosé Lago, representação da AGAL com o seu Presidente,



Eduardo Sanches Maragoto, da ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DE PORTUGUÊS NA GALIZA, pela sua presidente Antia Cortiças Leira, e numeroso público assistente. Teresa desenvolveu o tema *Identidades aracnídeas e verdades incómodas*. O discurso de aceitação correu a cargo do académico Mário Herrero. Ambos os textos são publicados neste volume.

O Conselho de Ministros da CPLP, reunido em 20 de julho de 2017 em Brasília, aprovou a admissão da ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA como observador consultivo da COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA<sup>31</sup>.

Em 13 e 14 de novembro Ângelo Cristóvão e Maria Dovigo participam em Sintra e Lisboa no *V Congresso da Cidadania Lusófona*, organizado pelo MIL – MOVIMENTO INTERNACIONAL LUSÓFONO, com o tema *Liberdades de circulação e outras liberdades para o espaço lusófono*. No PGL publica-se a seguinte informação:

No primeiro dia, antes da apresentação do número 20 da revista *Nova Águia*, haverá um painel com de *Personalidades lusófonas* com intervenções de Adriano Moreira, Duarte de Bragança, Lauro No dia seguinte, já no Liceu Pedro Nunes de Lisboa, discutir-se-á o tema proposto, com representantes de instituições dos vários países do espaço lusófono. Onde participarão Maria Dovigo (Pró-AGLP) e Alexandre Banhos e Margarida Martins (Fundação Meendinho).

---

<sup>31</sup> Vid. online: <https://www.cplp.org/id-2766.aspx>

## **A lusofonia e os acordos ortográficos**

José Luís Fontenla Rodrigues<sup>1</sup>

In memoriam de M. Jacinto Nunes, L. F. Lindley Cintra, C. Ferreira da Cunha, M. Rodrigues Lapa, E. Guerra Da Cal, Herculano de Carvalho, M.a H. da Rocha Ferreira, J. L. Fontenla Mendes<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Discurso do autor com motivo do ato de receção da sua biblioteca pessoal e da biblioteca de seu pai, José Luís Fontenla Mendes, através de seu neto João, pela Fundação AGLP.

<sup>2</sup> Manuel Jacinto Nunes (Lisboa 1926-2014) foi Ministro das finanças, Governador do Banco de Portugal e Presidente da Caixa Geral de Depósitos, Membro da Academia das Ciências de Lisboa, cuja Classe de Letras e a própria ACL presidiu em diversos anos.

Luís Filipe Lindley Cintra (Lisboa 1925-Sesimbra 1991) foi um dos mais importantes filólogos e linguistas portugueses.

Celso Ferreira da Cunha (Teófilo Otoni 1917-Rio de Janeiro 1989) foi professor, gramático, filólogo e ensaísta.

Manuel Rodrigues Lapa (Anadia 1897-1989) foi filólogo, pensador, pessoa sensível, exigente e democrática, catedrático da Universidade de Lisboa.

Ernesto Guerra Da Cal (Ernesto Román Laureano Pérez Güerra) (Ferrol 1911-Lisboa 1994) foi filólogo e poeta e escritor.

José G. Herculano de Carvalho (Coimbra 1924-2001) foi linguista e romenista.

Maria Helena da Rocha Ferreira (Porto 1925-1992) foi grande especialista em Estudos Clássicos, primeira mulher a doutorar-se pela Universidade de Coimbra, onde lecionou como primeira catedrática, e defensora do Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

José L. Fontenla Mendes (Ponte Vedra 1915-1998) foi professor do grau na II República, redator da revista católica *Logos* e da secção de Psicologia do Seminário de Estudos Galegos e o tradutor para Galaico-Português da primeira Missa celebrada em Buenos Aires pelo Padre Villamarim com o apoio de Ricardo Palmás, sociólogo e jornalista. Apoiou económica e logisticamente os dous Acordos Ortográficos, do Rio e de Lisboa.

Fazer memória é boa coisa e assim vi que no livro *Memórias soltas* (Lisboa, Aletheia, 2009) o saudoso prof. Jacinto Nunes diz o seguinte:

### **O acordo ortográfico**

Como disse, em 1985, quando saí do Banco de Portugal, era presidente da Classe de Letras da Academia das Ciências. A secção de Economia está nessa classe desde a origem da Academia. Entrara para a Academia em Fevereiro de 1974, sócio efectivo em 1976, e em 1980 presidente da Classe de Letras e da Academia. Quem patrocinou a minha candidatura à presidência foi Jacinto do Prado Coelho, a quem sucedi. As funções de consultor da Caixa e na empresa privada a que presidia eram muito menos absorventes do que aquelas que exercia no Banco. O maior trabalho era a docência, que prossegui até 1988.

Em 1986, coube-me de novo a presidência da Academia (a presidência da Academia é alternada anualmente entre os Presidentes da Classe das Letras e de Ciências). Foi nesse ano que veio a Lisboa Antônio Houaiss, em representação da Academia Brasileira de Letras, mandatado por José Sarney, presidente da República do Brasil, propondo a reatuação das negociações do Acordo Ortográfico assinado entre as Academias Portuguesa e Brasileira em 1975. Antônio Houaiss fizera diligências junto das entidades competentes dos novos países africanos de expressão oficial portuguesa, no mesmo sentido. É óbvio que, tratando-se de matéria a que eu era alheio, consultei os membros das secções competentes. Ouvida a Secretaria de Estado da Cultura, a Academia resolveu aceder à solicitação feita.

Era a Academia das Ciências que se tinha incumbido nas negociações dos acordos anteriores, e a legislação então vigente (*Decreto-Lei* n.º 5/78, de 12 de Janeiro) continuava a conferir-lhe essa função estatuinto a Academia como órgão consultor do Governo Português em matéria linguística e que, no que respeita a unidade e expansão da língua portuguesa, a Academia procura coordenar a sua acção com a Academia Brasileira de Letras e com as instituições culturais dos outros países de língua portuguesa, competindo-lhe ainda propor ao Governo nas medidas que considerar conveniente para assegurar e promover a unidade e expansão do idioma português.

Ao aceitar a proposta da Academia Brasileira de Letras, a Academia das Ciências de Lisboa agiu com toda a legitimidade, carecendo de fundamento algumas críticas que foram então formuladas.

Também no citado diploma se atribui ao presidente da Academia “a nomeação de júris, delegações académicas”. Foi no uso dessa competência que foi nomeada uma comissão para retomar as negociações de um acordo que incluía, em grande parte, por base o texto a que se chegara em 1975 e que fora suspenso dado o momento político que se vivia. A delegação nomeada era composta pelos professores Maria Helena Rocha Pereira e Costa Ramalho, da Universidade de Coimbra, Lindley Cintra, Maria de Lourdes Belchior e Malaca Casteleiro, professores da Faculdade de Letras de Lisboa, a que se juntou pouco depois Fernando Cristóvão, professor da mesma Faculdade e presidente do Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (ICALP). Eram na Academia as pessoas mais indicadas para constituir a delegação, todas elas de reconhecido prestígio. Por inerência de funções presidi à delegação, mas, embora sempre presente em todas as reuniões, nunca participei nas discussões técnicas, pois para tal não tinha qualificação.

Juntou-se à delegação nos trabalhos de revisão do projecto, em 1988, Herculano de Carvalho, professor da Faculdade de Letras de Coimbra (que participara no simpósio de Coimbra de 1967), autor do artigo sobre “ortografia” no *Dicionário Verbo* e de artigos em defesa do acordo no *Jornal de Letras* e na revista do ICALP.

A delegação brasileira era presidida por Austregésilo de Athayde, presidente da Academia Brasileira de Letras, mais três académicos dos quais Antônio Houaiss teve o papel mais importante, um representante de cada um dos Ministérios da Cultura, da Educação e das Relações Externas e um professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Celso Cunha, autor com Lindley Cintra, de uma *Gramática da Língua Portuguesa*, também nomeado para a delegação, não compareceu por doença grave. Veio a falecer pouco tempo depois<sup>3</sup>.

Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique enviaram igualmente os seus representantes. A Guiné não esteve presente por dificuldades de transporte, visto ter aceitado participar e nomeado até o seu representante. o professor Paulo Pereira. Cabo Verde tinha dois delegados (o embaixador Corsino Fortes e o professor Manuel Veiga). Estiveram presentes, como observadores, três delegados da Galiza e também, com o mesmo estatuto, a Dra. Rogéria Cruz, representante da União Latina.

---

<sup>3</sup> No Rio de Janeiro, em 14 de abril de 1989.

Como referi, não tive qualquer intervenção nas discussões técnicas, limitei-me aos aspectos políticos e mediáticos e a imprimir dinamismo ao processo das negociações, defendendo a delegação de alguns ataques de que era alvo, dado que se tratava de personalidades de reconhecida competência na matéria. Não me livreli contudo — o que considero desculpável, dada a paixão que este assunto suscitou — de ler afirmações de pessoas que se pronunciavam sobre os aspectos diplomáticos e económicos do acordo porque não eram economistas, ao contrário de certos economistas que nos vêm agora dar lições de língua.

Não comentei nunca afirmações destas e de indêntico teor.

No princípio dos anos 70, quando estudei o estruturalismo e a minha filha frequentava a Faculdade de Letras, li, mais por curiosidade, o velho Saussure, por isso os meus conhecimentos de linguística eram praticamente nulos. Com a assistência às reuniões de preparação e negociação do acordo a que sempre assisti, como estava atento, ao fim de cinco anos aprendi alguma coisa, mas nunca o suficiente para me permitir intervir nos debates. Escrevi em 1992, dois anos depois de assinado o acordo, um artigo sobre este descrevendo os seus antecedentes, e a forma como decorreram as negociações, indicando unicamente os três princípios sobre os quais tinha incidido inicialmente o debate:

- a) a queda das consoantes mudas;
- b) supressão da generalidade dos acentos; e
- c) simplificação das regras de utilização do hífen.

Acrescentava que depois de 1988, na segunda ronda de negociações:

- a) se retomaram os acentos; e
- b) se tinha tomado uma posição intermédia na hifenização.

Foi a única vez, passados dois anos sobre a ratificação do acordo na Assembleia da República, que fiz um comentário resumido a estas duas alterações: que a primeira era um retrocesso na unificação e apoiando a segunda, de acordo com a opinião de Lindley Cintra e Celso Cunha, na Gramática de que eram autores. Não fui pois o Salazar da ortografia, como dizia e escrevia o meu amigo, infelizmente já falecido, Dr. Sales Lane, com quem, passado aquele momento, continuei a manter as melhores relações.

Nesse artigo dava uma justificação possível para a necessidade de acordos para a língua portuguesa, quando tal necessidade se não punha para os países francófonos ou os de língua espanhola. A explicação dada era que a Academia Francesa tinha como missão principal elaborar e manter actualizado o Dicionário da Língua Francesa e que os países francófonos o tomavam como padrão na sua ortografia, e o mesmo sucedia com a Academia Espanhola em relação aos países da América latina de língua espanhola. A Academia Espanhola reformou a ortografia em bases fonéticas no século XVIII. Em França, em 1989, dez professores do Colégio de França e das universidades francesas e investigadores do Centro Nacional de Investigação Científica solicitaram ao primeiro-ministro francês uma revisão da ortografia francesa no sentido fonético. Foi o chamado *Manifesto dos Dez*.

A Academia das Ciências de Lisboa nunca elaborou um dicionário. Começou a fazê-lo logo após a sua fundação, mas só publicou um volume relativo à letra A em 1793. Em 1976, por iniciativa de Jacinto do Prado Coelho, publica de novo um volume com a letra A, e por aí se quedou. Sob a minha presidência, com o apoio precioso do professor Pina Martins, conseguiu-se que a Fundação Calouste Gulbenkian, por intermédio do seu administrador Prof. Ferrer Correia, aceitasse financiar um dicionário em dois ou três volumes (tipo Robert). A escolha desse tipo de dicionário é devida a Pina Martins. O projecto apresentado à Fundação Gulbenkian (em Setembro de 1986) previa um prazo de quatro anos para a elaboração do dicionário, mas durou doze. O ministério da Educação contribuiu também permitindo o destacamento de alguns professores para colaborar no projecto, e conseguimos duas bolsas para intensificar a coordenação. O dicionário só veio assim a estar pronto em 2000, e para o tempo demorou poder-se ter ido mais longe. Pedi também o patrocínio da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD), que disponibilizou uma verba significativa para a elaboração de um Vocabulário Científico Técnico da Língua Portuguesa.

\*\*\*

A história dos acordos é velha, já em Julho de 1857 a Academia das Ciências apresentou um projecto de Orthografia Portuguesa assinado por Feliciano de Castilho, Mendes Leal, Latino Coelho, Lopes Mendonça, Rebelo da Silva e Rodrigo da Fonseca, António José Viale e o duque de Saldanha, entre outros. Castilho era forte defensor da ortografia dos sons verdadeiros.

No fundo a disputa é sobre a orientação fonética — a escrita a aproximar-se da fala — e a orientação etimológica. Entre nós, do século XIII até meados do século XVI, verificava-se a aderência da escrita à pronúncia. O segundo período vai do Renascimento até ao século XX, é o período da ortografia etimológica e o terceiro (período das reformas ortográficas) desenvolve-se desde então (Giuseppe Tavani, em Ivo de Castro, 1987).

Em 1885, Gonçalves Viana e Vasconcelos de Abreu elaboraram umas bases da ortografia portuguesa, mas o desacordo começou em 1911 com Gonçalves Viana. Foi uma reforma unilateral, elaborada por uma comissão de que faziam parte, além de Gonçalves Viana, Carolina Michaëlis de Vasconcelos, Adolfo Coelho, Leite de Vasconcelos e Cândido de Figueiredo. Esta reforma é considerada das melhores feitas até hoje, mas foi obviamente recusada pelo Brasil, que nela não tomou parte.

Em Abril de 1931 é assinado um acordo entre a Academia de Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras, para unificação da ortografia da língua portuguesa, e em 1945 é aprovado pelas duas Academias um novo acordo, que foi ratificado pelo Governo Português, mas não pelo Governo Brasileiro.

Em 1975, como se referiu, foi acordado um novo texto em cuja elaboração colaboraram principalmente Jacinto do Prado Coelho, Lindley Cintra e Costa Ramalho, e que não teve seguimento dados os acontecimentos da época. São em resumo estes os antecedentes da proposta da Academia Brasileira de Letras de se iniciarem novas negociações para um acordo ortográfico, agora alargado aos países africanos de expressão oficial portuguesa.

Os trabalhos decorreram de 6 a 12 de Maio, no Rio de Janeiro (até as despesas com as parcas ajudas de custo da delegação foram censuradas, sem talvez se ter conhecimento do seu montante, nem dos trabalhos noite fora no hotel a preparar os elementos para as reuniões do dia seguinte). A ida da delegação ao Rio de Janeiro foi sancionada pela então secretária de Estado da Cultura, Dr.<sup>a</sup> Teresa Gouveia, e com assentimento do ministro dos Negócios Estrangeiros, Pedro Pires Miranda, e do Ministro da Educação e Cultura.

Chegou-se a um acordo que assinaram as Academias portuguesa e brasileira e os representantes de Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique. Com o Acordo foram elaborados vários anexos, dos quais um era um projecto de delegação portuguesa para a criação de um Conselho Internacional da

Língua Portuguesa (CILP); outro era uma moção sobre o interesse de promover o estudo da língua latina apresentada pelos professores Maria Helena Rocha Pereira e Costa Ramalho.

Os representantes da Galiza quiseram assinar o acordo no Rio, o que foi recusado, designadamente pela Academia de Ciências de Lisboa, dado os problemas políticos que tal poderia suscitar. Os representantes galegos acompanham muito estreitamente os trabalhos, salientando-se na delegação da Galiza José Luís Fontenla. Mantém-se ainda hoje na Galiza um forte movimento em favor do acordo.

Criticou-se muito o acordo, que foi apresentado logo em 26 de Maio numa sessão da Academia das Ciências e depois em sessão pública no Palácio Foz. O acordo foi amplamente exposto a múltiplas entidades. Houve uma série de debates e discussões nos meses de Junho e Julho e depois em Outubro. Houve sessões: na Faculdade de Letras, promovidas pelo seu Departamento de Linguística (o Departamento emitiu um parecer desfavorável com vinte assinaturas, mas que não foi assinado por dois dos seus membros mais qualificados, Lindley Cintra e Malaca Casteleiro); no Centro do Roteiro Universitário do Funchal; uma mesa-redonda promovida pelo *Diário de Notícias*; sessões de esclarecimento na Universidade do Algarve, na Faculdade de Letras de Coimbra, na Associação dos Professores de Português, na Faculdade de Ciências de Lisboa, Universidade dos Açores em Ponta Delgada, na Sedes, na Associação de Solidariedade Social dos Professores, na Associação Portuguesa de Linguística e em Setúbal. Houve também duas sessões no Tribunal da Língua Portuguesa, iniciativa da Sociedade de Língua Portuguesa- Não houve falta de debate.

A celeuma levantada em Portugal levou a que o Governo Português não desse andamento ao assunto. A Academia continuou a trabalhar em contacto com os outros intervenientes, analisando as críticas, inclusive uma nota sobre a acentuação apresentada, em Maio de 1987, pelo Prof. Lindley Cintra, e apresenta em 1988 novo projecto. Nova onda de críticas, ainda que mais moderadas.

É então criada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros a Comissão Nacional para a Língua Portuguesa (CNALP), presidida pelo Prof. Aguiar e Silva e composta por 21 membros, dos quais cinco escolhidos pelo presidente da República. Entre as outras dezasseis entidades figurava em nono lugar a Academia das Ciências. A Academia, por entender que as funções da CNALP



se sobrepunham às suas competências e dada a desqualificação (escusada) da Academia na lista dos participantes, recusou-se a colaborar nos trabalhos da CNALP. Esta emite, em 1989, um parecer negativo sobre o acordo; com dez votos a favor e duas abstenções, embora mais de dois terços das entidades ouvidas pela CNALP se pronunciassem favoravelmente ao Acordo. A Academia, perante este documento, reagiu junto da Secretaria de Estado da Cultura por não considerar o parecer devidamente fundamentado. A secretária de Estado, em várias reuniões com ela havidas, sublinhou o carácter não vinculativo do parecer, apenas solicitou que fossem consideradas as anotações feitas pelas várias entidades, mas que prosseguíssemos os trabalhos, confirmando que era à Academia que cabia a negociação do acordo.

A Academia empreendeu a partir daí um vasto trabalho de revisão, procurando dar acolhimento a observações válidas apresentadas pelas diversas entidades que se pronunciaram sobre o assunto. Foram agregados à delegação da Academia quatro académicos da Classe de Ciências: Rómulo de Carvalho (António Gedeão), Tiago de Oliveira, Dias Agudo e Vasconcelos Marques. O Prof. Pina Martins, da Classe de Letras, passou também a participar nos trabalhos. Como se referiu anteriormente, retomaram-se os acentos e foi adoptada uma posição intermédia na hifenação. Este trabalho ficou concluído em fins de Fevereiro de 1990 e foi enviado à Secretaria de Estado da Cultura a 5 de Março. Convoca-se uma nova reunião em Lisboa com os representantes dos demais países lusófonos e a versão final do Acordo é assinada na Academia das Ciências, pelos chefes das delegações dos sete países participantes, em 12 de Outubro de 1990. Os representantes da Academia das Ciências vão à Assembleia da República prestar esclarecimentos e um grupo de governos aprovam o Tratado. O representante do Governo Português foi o secretário de Estado da Cultura, Pedro Santana Lopes. A ratificação do acordo pela Assembleia da República é feita em 4 de Junho de 1991.

O Acordo aprovado estabelecia que os Estados signatários providenciariam a elaboração, até 1 de Janeiro de 1993, de um vocabulário ortográfico da língua portuguesa tão harmonizador quanto possível das terminologias científicas e técnicas, e que o Acordo entraria em vigor a 1 de Janeiro de 1994, após a ratificação por todos os Estados membros junto do Governo Português.

Como nem todos os Estados signatários tinham ainda ratificado o Acordo e como o vocabulário revisto não foi elaborado até 1 de Janeiro de 1993, os Estados signatários, em 1998, reunidos na Cidade da Praia em Cabo Verde, reafirmaram a necessidade da elaboração dos vocabulários e que o Acordo entraria em vigor após o depósito dos instrumentos de ratificação de todos os Estados junto do Governo Português.

Em 2004, em São Tomé e Príncipe, dado que o Acordo ainda não fora ratificado por todas as partes contratantes, e à semelhança da prática da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) de estipular a entrada em vigor de deliberações com o depósito do terceiro instrumento de ratificação, foi decidido que o Acordo Ortográfico entraria em vigor com o terceiro depósito de instrumento de ratificação junto da República Portuguesa. Como a República Democrática de Timor aderira à CPLP, o Acordo Ortográfico foi, nessa reunião, aberto à adesão de Timor-Leste.

Em 8 de Maio de 2008, o Governo Português depositou o seu instrumento de ratificação e fixa o prazo de seis anos para entrada em vigor do Acordo. Uns consideraram extenso o prazo e outros formaram movimentos contra a ratificação do Acordo. A ratificação do Acordo foi feita pelo Brasil (2004), Cabo Verde (2005) e São Tomé e Príncipe (2006).

A ratificação pela Assembleia da República do 2.º Protocolo Modificativo do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa foi feita pela Resolução n.º 35/2008 de 16 de Maio, e foi publicado o correspondente Decreto do presidente da República n.º 145, de 29 de Julho de 2008. A Resolução prevê um período de transição de seis anos, durante o qual os documentos que sejam objecto de revisão, reedição ou reimpressão deverão obedecer às regras do Novo Acordo Ortográfico.

O presidente Lula da Silva assinou o decreto para promulgação do Acordo Ortográfico, na Academia Brasileira de Letras, em 29 de Setembro de 2008, dia do centenário da morte do escritor Machado de Assis.

(A Internet tem boa informação sobre o Acordo Ortográfico, mas com algumas imprecisões, nomeadamente quanto à composição das delegações que participaram na negociação do Acordo. No caso português, por exemplo, não são referidos Pina Martins e Rómulo de Carvalho - António Gedeão e na delegação brasileira é incluído o nome de Celso Cunha, que por doença grave não esteve presente, tendo vindo a falecer pouco tempo depois.)

A minha intervenção em todo este processo cessou no final de 1990, após a aprovação pelo Governo do Acordo. Depois de cinco anos de intensos trabalhos, e como há onze anos presidia à Classe de Letras e tinha presidido seis anos à Academia, entendi retirar-me, patrocinando a eleição de quem durante longos anos veio a exercer com elevação e brilho a presidência.

Porém, a verdade é que, além do trabalho diplomático e logístico que demos desde a Galiza e na reunião do Rio de Janeiro em 1986, a imagem que se ofereceu a toda a opinião pública foi o encerramento do encontro para a unificação da língua portuguesa, que foi feito pelo saudoso amigo Prof. Manuel Jacinto Nunes e também in fine pela Prof.<sup>a</sup> catedrático Dr.<sup>a</sup> Adela Figueroa Panisse a pedido do Presidente da Academia Brasileira de Letras, Austregésilo de Athayde, e isso é o que ficou na memória de todos os presentes de origem brasileira com raiz na Europa, América, África, que ficaram muito comovidos pela intervenção da Professora citada *supra*, que comentou que, se Portugal era o pai da língua, como afirmou Jacinto Nunes, a Galiza era a mãe da língua, lembrando o Padre Sarmento que escreveu que já existia a língua na Galiza e ainda não existia Portugal em 1090: com efeito, a Dr.<sup>a</sup> Adela citou a mãe da língua, a matricial Galiza, e de cor declamou Pessoa (*Os sinos da minha aldeia ...*) e cantigas dos trovadores galaico-portugueses; isso emocionou muito os assistentes chegando a chorar alguns muito afetados pelas belas palavras da Professora. Honra seja feita à imagem que se ofereceu da Galiza por Adela Figueroa.

Toda a gente bateu palmas e ficou a saber que a origem da língua estava na velha Gallaecia, e que Portugal nasceu depois de Portucale, como se regista na wikipédia, etc., etc. Não mentiu nunca a Delegação Galega ao AO 86. No AO 90 interveio o Prof. Gil Hernández e eu consegui com ele que assinasse o AO a República de Angola, como antes tínhamos conseguido que assinassem, por serem convidados por Antônio Houaiss, saudoso amigo fraterno e homem livre, os PALOP. A verdade é que nos AO 86 e 90 ninguém se reclamou de nenhum país, tínhamos que lutar pela unidade ortográfica da língua nascida na matricial Galiza e espalhada pelos dois terços do mundo pelos portugueses, com as Descobertas e até deixar livres as colónias que lutavam pela sua liberdade naturalmente. Galiza deu ao mundo mundos e Portugal, filho pródigo e prodígio, espalhou a língua por todo o mundo, que hoje vinca em todos os Continentes com 263 milhões de utentes, sendo a terceira língua internacional e intercontinental, depois do inglês e do castelhano. Relativamente ao AO 90

já tenho escrito na *Semana de Cinco Dias* o que lá foi feito; porém, não consta que não assinamos nem quisemos sair do estatuto de Observadores, porque explodiu um artefato em Santiago de Compostela, e os portugueses pediram retirar o nome de Gil Hernández e o meu próprio da ata, por esse azar, que em definitivo nada afetou, e o AO já vigora em Portugal, no Brasil, Cabo Verde, etc. e só há que o pôr em andamento na Galiza, onde a Academia Galega da Língua Portuguesa é um caso de estrênuo esforço e coragem em prol da mais bela flor do Lácio, como sabe toda a gente e em todas as universidades e estabelecimentos de estudos lusófonos.

Ao Vocabulário Ortográfico da Galiza, do que salienta Carlos Durão, há de seguir um Dicionário impresso que cumprirá em 2018 o papel que lhe corresponde, em defesa da unidade estrutural da língua portuguesa, nascida na amorosa Galiza, como lhe chamou o Prof. Aguiar e Silva, que presidia a CNALP e que andava nos corredores a dizer o texto poético e metafórico: “O dia sorri como a Gioconda e não amanhece!” O AO 90 sorri igual e amanhece em todos os países que o querem usar. Seja.

José Luís Fontenla Rodrigues - Presidente das IFGP, CGAO, CRL / Galiza-Portugal.

N.B.- Dos AO 86 e AO 90 informou-se de imediato ao governo central e da Galiza, entregando documentação até nas representações diplomáticas, de tal guisa que foram os primeiros governos em conhecer os acordos ortográficos e poder os pôr em vigor na altura, o que não se fez de momento. O estado espanhol teria assim duas línguas importantes, o castelhano e o português ou *galego do AO 90*, como defende a Academia Galega da Língua Portuguesa, com representação na CPLP, por termos proposto que tivesse observadores além de parceiros, por razão da língua; destarte o estado espanhol estaria na CPLP, representado pela Galiza, etc.

O documento que entregou Portugal para o AO era realmente o texto que tinha trazido da União Latina a Prof.a Rogéria Cruz ...

(HORS-TEXTE: A portofonia, galeguia, galegofonia e outros nomes não vão desvirtuar a realidade da Lusofonia, que se definiu no I Encontro Internacional da Lusofonia em 1988, em Madrid, na Casa do Brasil, tendo-se definido como um conceito em construção e com díspares aspetos e repercussão nos diferentes países que usam a língua mais bela do Lácio, o português. E assim consta na

revista internacional *O Ensino* de 1988. Foi pois definida a Lusofonia face ao Ato Único Europeu e o mundo todo, entre dois acordos ortográficos de 1986, ou da *Ortografia Simplificada*, e o de 1990, ou da *Ortografia Unificada*, depois de ter-se debatido e muito o sistema convencional gráfico da nossa língua natal. Estamos, pois, perante um suposto de validade real e os temerosos devem abandonar todo o receio e avançar para o AO 90 sem mais e fazer parte da CPLP e do IILP, etc. Os tempos são chegados.

(O documento do Conselho da Língua que o saudoso Prof. Jacinto Nunes diz entregou Portugal era da União Latina e entregou-o aos representantes portugueses a professora amiga Rogéria Cruz. Nós nunca tencionamos assinar o AO porque já tínhamos dado documentos ao Presidente da Academia Brasileira com uma bandeira galega e um livro de Paz Andrade traduzido para português por Paulo Ronay. Nunca tencionamos assinar o AO, só nos comprometemos a defendê-lo dentro do estatuto de observadores, que supunham os documentos entregues por nós, conhecidos pelo governo do estado espanhol, para conseguir um português unificado válido para todo o mundo.

(Convém trazer à ribalta que muitos outros portugueses apoiaram o AO, e não queremos deixar no esquecimento o Prof. Doutor Fernando Alvez Cristóvão, que chegou a vir oficialmente à Galiza a se entrevistar com um ministro galego para colocar a questão da participação da Galiza no AO e que presidiu a constituição da Comissão Galega do AO com o Prof. Doutor Luís Polanah, na Ponte Vedra, na UNED – Universidade a Distância – e Liceu Casino daquela minha capital natal, e mesmo o apoio que deram Cintra, Cunha, H. de Carvalho, E. Coseriu, J. A. Seabra, e muitas mais pessoas da intelectualidade portuguesa, que reconheciam o nascimento da língua na Gallæcia Magna (J. M. Piel, Lapa, etc.) antes de ter nascido a nação portuguesa, com o apoio de galegos (J. Mattoso), seguindo Dom Afonso Henriques ideias da mãe Dona Teresa, já antes de falecer, o que é já hoje reconhecido.)

**Documento notarial  
pelo qual José Luís Fontenla  
faz doação da sua Biblioteca  
à Fundação AGLP**

Nelson Rodicio Rodicio, notário



**NELSON RODICIO RODICIO**  
**NOTARIO**  
Arda, Compostela 39, Entreplanta 5  
Tel. 981 81 01 55 - Fax 981 81 20 76  
**PADRÓN**

NUMERO CIENTO TREINTA Y TRES.

EN PADRON, mi residencia, a diez de febrero de dos mil quince.-----

Ante mí, **NELSON RODICIO RODICIO**, Notario del Ilustre Colegio de Galicia.-----

-----COMPARECEN:-----

De una parte,-----

**DON JOSÉ LUÍS FONTELA RODRÍGUEZ**, de nacionalidad española, mayor de edad, jubilado, divorciado, vecino de BRAGA-PORTUGAL con domicilio en -----

DNI -----

Y de la otra,-----

**DON JOSÉ-MARTÍN MONTERO SANTALLA**, mayor de edad, funcionario, casado, vecino de FENE (A CORUÑA) con domicilio en -----

DNI -----

**DON JOSE ANGEL CRISTOBO ANGUEIRA**, mayor de edad, empresario de comercio, casado, vecino de PADRON (A CORUÑA) con domicilio en ----- DNI -----

-----  
**INTERVIENEN:**-----

El primero en su propio nombre y derecho, y los dos últimos, en representación, con facultades suficientes a mi juicio, como Presidente y Secretario de la FUNDACIÓN ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA, de duración indefinida, con domicilio social en Rúa Castelao, número 27, municipio de Padrón (A Coruña). Fue constituida en escritura autorizada por el que fue Notario de Padrón Don Francisco León Gómez el veinte de enero de dos mil once, número ochenta y cinco de protocolo; inscrita en el Registro de Fundaciones del Ministerio de Cultura con número 980.-----

Tiene CIF **G70278940**.-----

La fundación tiene los siguientes fines:-----

*"a) La defensa de la unidad de la lengua portuguesa, su enseñanza, aprendizaje, uso correcto y naturalización en Galiza.---*

*b) Promover el estudio de la lengua de Galiza para que el proceso de su normalización sea congruente con los usos que vigoran en el conjunto de la Lusofonía.-----*

*c) Impulsar el allegamiento y facilitar la circulación e intercambio cultural de Galiza con el conjunto de la Lusofonía, visando la valorización e continuidad de los lazos históricos y culturales.-----*

*d) Promover y difundir el conocimiento recíproco, en todas*





las dimensiones e principalmente en el campo lingüístico y cultural, de Galiza y del conjunto de países de la Lusofonía, de las colectividades emigradas y de otras pertenecientes o relacionadas con el sistema lingüístico Gallego-portugués. -----

e) Si procediere, asesorar y proponer iniciativas a los poderes públicos y cualesquiera otras instituciones interesadas en la implementación del portugués en los territorios y comunidades de la Lusofonía y en el desenvolvimiento de acciones tendentes a fomentar las relaciones entre Galiza y el conjunto de la Lusofonía. -----

f) Promover acciones de cooperación para el desenvolvimiento en el ámbito de los países y territorios de Lengua Portuguesa, sobre todo en el campo de la educación, investigación y política lingüística." -----

Tuve a la vista copia autorizada de la mencionada escritura de constitución. -----

Fueron designados Presidente y Secretario, respectivamente del Patronato de la Fundación en acuerdos adoptados en la Junta celebrada el día siete de enero de dos mil doce. Aseveran la vigencia de sus cargos, que declaran aceptaron, y me entregan cer-

tificado a este respecto emitido por el Secretario Don José-Angel Cristobo Angueira, cuya firma reconoce como propia. -----

Manifiestan que los datos identificativos de la Fundación no variaron respecto de los aquí consignados, asegurándome la subsistencia de la misma. -----

Para los efectos de los requisitos exigidos en el artículo 4 de la Ley 10/2010 hacen constar que los titulares reales de la FUNDACIÓN ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA, son todos los miembros del PATRONATO. A estos efectos me presentan certificación, emitida por el mencionado Secretario de la Fundación y con el visto bueno de su Presidente, cuyas firmas reconocen como propias, y de la que resultan titulares reales los miembros del patronato.-----

**IDENTIFICO** a los comparecientes reglamentariamente y tienen, a mi juicio, capacidad legal bastante para otorgar la presente escritura de **DONACION**, y al efecto, -----

-----EXPONEN: -----

I.- Que DON JOSÉ LUÍS FONTELA RODRÍGUEZ es dueño con carácter privativo y en pleno dominio de una COLECCIÓN DE LIBROS, MANUSCRITOS HISTÓRICOS y LITERARIOS, DOCUMENTOS, CUADROS y ÚTILES, sitos en su domicilio habitual de Braga-Portugal. -----

Los comparecientes me presentan un INVENTARIO de los bienes muebles objeto de la presente, el cual firman en mi pre-



sencia e incorporo, manifestando que están libres de cualquier carga, gravamen o limitación de uso o propiedad.-----

Los comparecientes valoran dichos bienes en la cantidad de SETENTA Y UN MIL SEISCIENTOS SESENTA (71.660,00) EUROS.-----

TITULO.- Los bienes descritos le pertenecen con carácter privativo por ser de autoría propia o por diversas adquisiciones, estando satisfecho su importe.-----

II.- Y expuesto cuanto antecede,-----

-----OTORGAN:-----

PRIMERO.- DON JOSÉ LUÍS FONTELA RODRÍGUEZ DONA pura y simplemente a la FUNDACIÓN ACADEMIA GALEGA DA LENGUA PORTUGUESA, que aquí representa, ACEPTA los bienes descritos en el expositivo de esta escritura, y manifiestan que lo destinarán al desarrollo del objeto fundacional. Me presentan certificado del acuerdo tomado el día el veintiocho de junio de dos mil catorce, emitido por el Secretario de la Fundación, cuya firma reconoce como propia.-----

VALOR: SETENTA Y UN MIL SEISCIENTOS SESENTA (71.660,00) EUROS.-----

**SEGUNDO.-** Todos los gastos, impuestos y arbitrios derivados de este otorgamiento serán de cuenta de la parte donataria.

**ASIENTO DE PRESENTACION:** Manifiestan su voluntad expresa de no hacer uso de esta posibilidad prevista en el artículo 196 del Reglamento Notarial. -----

**ADVERTENCIAS Y RESERVAS:** Les hago las reservas y advertencias legales, especialmente advierto a la parte adquirente de su obligación de presentar este documento en la oficina liquidadora en el plazo de treinta días hábiles desde la fecha y de la afectación del bien adquirido al pago de los impuestos, tanto derivados de este otorgamiento como anteriores no satisfechos. Asimismo les advierto de las responsabilidades de toda índole en que incurrir en caso de falsedad en sus declaraciones. -----

Hechas también las reservas relativas al artículo 5 de la LO 15/1999 de protección de datos de carácter personal. -----

Leo, por su elección, esta escritura, la aprueban y firman conmigo Notario, que doy fe de que su consentimiento ha sido libremente prestado y de que el otorgamiento se adecua a la legalidad y a la voluntad debidamente informada de los intervinientes, y de todo lo consignado en cuatro folios de clase Notarial, números el presente, anteriores y siguiente para notas y tasas.-

**Sigue Documentación Unida**

-----  
-----  
-----  
-----



DON JOSÉ-ÁNGEL CRISTOBO ANGUEIRA, con DNI [redacted], y domicilio en [redacted] de Padrón C.P. 15.900 (A Coruña), en su calidad de SECRETARIO de la Fundación Academia Galega da Língua Portuguesa con CIF G70278940 y domicilio social en Rúa Castelao número 27 de Padrón C.P. 15.900 (A Coruña).

CERTIFICA:

Que DON JOSÉ MARTÍN MONTERO SANTALLA con DNI [redacted] ostenta la representación lega de la Fundación Academia Galega de Língua Portuguesa, segundo se desprende del Acta del Pleno de la Fundación con fecha siete de enero de dos mil doce.

Y para que conste a los efectos oportunos, firmo este certificado en Padrón a nueve de febrero de dos mil quince.

Fdo.: José-Ángel Cristobo Angueira  
SECRETARIO

DON JOSÉ-ÁNGEL CRISTOBO ANGUEIRA, con DNI  
en su calidad de SECRETARIO de la Fundación  
Academia Galega da Língua Portuguesa con CIF G70278940 y  
domicilio social en Rúa Castelao número 27 de Padrón C.P.  
15.900 (A Coruña).

CERTIFICA:

Que la Fundación Academia Galega da Língua Portuguesa  
está formada por los siguientes miembros:

Presidente: D. José Martín Montero Santalla con DNI

Tesorero: D. Ángel-José Brea Hernández con DNI

Secretario: D. José-Ángel Cristobo Angueira con DNI

Patronos: - D. Isaac Alonso Estraviz, con DNI

- D. Arturo Alonso Novelle, con DNI
- D. Celso Álvarez Cáccamo, con DNI
- D. José Manuel Barbosa Álvarez, con DNI
- D. Ángel José Brea Hernández, con DNI
- D. José Ángel Cristobo Angueira, con DNI
- D. Carlos Durán Rodríguez, con pasaporte español
- D. Xoán Evans Pim, con DNI
- D. Antonio Pedro Gil Hernández, con DNI
- D. Luis González Blasco, con DNI
- D. Víctor Manuel Lorenzo Vázquez, con DNI



- D. Higinio Martínez Estévez, con pasaporte español
- D. José Martín Montero Santalla, con DNI
- D. Inocencio Mario Alonso Noceda, con DNI
- D. Francisco Manuel Paradelo Rodríguez, con DNI
- D. José Paz Rodríguez, con DNI
- D. Isabel Rey Sanmartín, con DNI
- D. Ramón Carlos Reimunde Noreña, con DNI
- D. Valentín Rodríguez Fagim, con DNI
- D. José Ramón Rodríguez Fernández, con DNI
- D. María Concepción Rodríguez Pérez, con DNI
- D. Rudesindo Soutelo Fernández, con DNI
- D. Juan Trillo Pérez, con DNI
- D. Fernando Vázquez Corredelira, con DNI
- D. Xavier Vázquez Freire, con DNI
- D. Ernesto Vázquez Souza, con DNI
- D. Crisanto Veigueta Martins, con DNI
- D. Álvaro Jaime Vidal Bouzón, con DNI
- D. José Javier Villar Trillo, con DNI

Y para que conste a los efectos oportunos, firmo este certificado en Padrón a nueve de febrero de dos mil quince.

Fdo.: José-Ángel Cristóbal Angueira

SECRETARIO

Visto bueno del Presidente

Don José Martín Montero Santalla

## CONTAGEM DA DOAÇÃO DE J. L. FONTENLA RODRIGUES. DATA: 02-02-2015

	Valor eur.	TOTAL
Caixas nº 1 a 221, contendo livros de diverso tamanho, autor e tema. Aproximadamente podem conter 7.072 exemplares.	5	35.360,00
Caixas nº 222 a 242 contendo livros e revistas da Associação Irmãos da Fala da Galiza e Portugal. Muitos exemplares repetidos das revistas "Voz", "O Ensino", "Temas d'O Ensino" e coleções de literatura "Cadernos do Povo". Total: 720 exemplares	3	2.160,00
Caixas nº 243 e 244, contendo coleção de literatura galega editada por El Centro Galego. 120 ex.	2	240,00
Caixas nº 245 a 261, contendo cartas fotocopadas e folhetos divulgativos de várias associações culturais e cartas pessoais.	0	0
Caixa nº 262, contendo máquina de dactilografar eléctrica, inutilizada.	0	0
Caixa nº 263, contendo 18 discos de tamanho aproximadamente 30 x 40 cm, do autor José Luís Fontenla (auto-retratos).	30	540,00
Caixa nº 264, contendo cartas enviadas e recebidas da Comissão Galega do Acordo Ortográfico (1986-1992), sem indicar número.	0	0
Caixa nº 265, contendo documentos da Associação Irmãos da Fala da Galiza e Portugal.	0	0
Caixas nº 266 e 267, contendo 120 DVD de música clássica.	3	260,00
151 quadros pintados (óleos) sobre lenços com bordados, principalmente pintados a óleo, do doador J. L. Fontenla Rodrigues.	100	15.100,00
172 quadros sobre lenços com bordados, principalmente pintados a óleo, de diversos autores europeus contemporâneos.	100	17.500,00
4 Cadeiras de madeira e corti, usadas.	10	40,00
1 Cadeira de escritório c/ rodas, usada.	20	20,00
5 quadros contendo fotos grande tamanho (120 x 150 cm), plastificadas, sem identificar autor.	5	25,00
2 Móveis de sala de estar, em madeira, usados, ocupando 350 cm. longo x 250 cm. alto x 50 cm.	50	100,00
1 Bicicleta estílica usada, em mal estado.	5	5
1 Fridgecofrio antigo de tamanho escritório.	10	10
1 Escritório de advogado, com 5 módulos montáveis.	200	200,00
3 Sacolas contendo fotocópias de poemas e cartas do doador J. Luís Fontenla Rodrigues.	0	0
5 Caixas contendo cartas privadas do doador J. Luís Fontenla Rodrigues.	0	0
	VALOR EUROS	71.660,00

*Fontenla* *J. L. Fontenla S.* *Font*



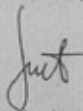


DON JOSÉ-ÁNGEL CRISTOBO ANGUEIRA, con DNI  
[redacted] en su calidad de SECRETARIO de la Fundación  
Academia Galega da Língua Portuguesa con CIF G70278940 y  
domicilio social en Rúa Castelao número 27 de Padrón C.P.  
15.900 (A Coruña).

CERTIFICA:

Que en la reunión que mantuvo el Pleno de esta fundación,  
el 28 de junio, los miembros asistentes, Don José Manuel Barbo-  
sa Álvarez, Don Arturo Alonso Novelle, Don Ángel Brea Her-  
nández, Don José Angel Cristobo Angueira, Don Carlos Durán  
Rodríguez, Don Isaac Alonso Estraviz, Don Antonio Gil Her-  
nández, Don Luís González Blasco, Don José-Martin Montero  
Santalla, Don Francisco Paradelo Rodríguez, Don Ramón Rei-  
munde Noreña, Don Valentim Rodríguez Fagim, Don José Ra-  
món Rodríguez Fernández, Doña Concepción Rodríguez Pérez,  
Don Rudesindo Soutelo, Don Juan Trille Pérez, y Don Crisanto  
Veiguela Martins., acordaron aprobar la aceptación de la Dona-  
ción de bienes muebles a favor de la Fundación por parte de Don  
José Luís Fontenla Rodríguez.

Y para que conste, a los efectos oportunos, firmo este certificado en Padrón a nueve de febrero de dos mil quince.



Fdo.: José-Ángel Cristóbal Angueira.

SECRETARIO



ES COPIA SIMPLE

## **A gestão do Acordo Ortográfico**

Ângelo Cristóvão

Vice-Presidente da ACADEMIA GALEGA  
DA LÍNGUA PORTUGUESA.  
Auditório Municipal de Belmonte.  
Belmonte, 8 de abril de 2017

O texto a seguir é a comunicação apresentada no *XXVII Colóquio da Lusofonia*, 6-9 de abril de 2017, no Auditório Municipal de Belmonte, no 8 de abril de 2017 e publicado no Portal Galego da Língua no 10 de maio de 2017.

Falar ou escrever de factos históricos longínquos sempre é mais fácil que falar dos mais próximos, mais recentes, especialmente quando quem intervém tem uma participação pessoal. Contudo, apoiando-me na experiência própria e alheia das últimas décadas do Movimento Lusófono Galego, vou ter o atrevimento de dar continuidade a uma categoria de textos inaugurada pela minha colega académica Concha Rousia ao referir-se ao fenómeno da “mudança de narrativa” como sinal de uma etapa recente no sistema cultural galego.

Começarei ilustrando o processo da *Iniciativa Legislativa Popular* (ILP) através da citação de alguns momentos importantes que sirvam a modo de guia, não exaustivo, para compreender o processo.

O ano 2012 foi declarado na Galiza o ano de Valentim Paz-Andrade, sendo-lhe dedicado o Dia das Letras Galegas com atos de divulgação da sua obra, especialmente no sistema de ensino. Paz-Andrade é lembrado pelos que acreditamos na unidade da língua como escritor e Vice-Presidente na COMISSÃO GALEGA DO ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA, sendo Ernesto Guerra da Cal o seu presidente, a qual participou em qualidade de observadora em 1986 nos Acordos do Rio de Janeiro, com continuidade no Acordo de 1990, acordo agora em vigor na maioria dos países membros da CPLP.

Nesse ano de 2012, um reduzido grupo de pessoas do âmbito do Movimento Lusófono Galego, nomeadamente da ASSOCIAÇÃO CULTURAL PRÓ ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA e da ASSOCIAÇÃO GALEGA DA LÍNGUA, começou a elaborar uma proposta de *Iniciativa Legislativa Popular* (ILP) que recolhesse as reivindicações favoráveis à integração no espaço lusófono, coincidentes com a mais genuína tradição cultural galega. E tomou como critério a procura do mínimo comum denominador, em termos amplos, com uma redação em positivo, abrangente da maioria social, de modo que fosse um polo de atração de diversos setores sociais, que pudesse ser aceite por pessoas de todo o espectro político, não redigido contra outros pontos de vista, mas a favor de uma aproximação da Galiza em relação à língua portuguesa e a Lusofonia.

A proposta sofreu várias mudanças e correções, desde uma inicial que incidia só em aspetos linguísticos, a uma mais abrangente que incluísse três áreas de atuação essenciais: Ensino, comunicação social e relações internacionais. Neste processo de elaboração tiveram muito presente a ideia de não colidir com a legislação vigorante, que não fosse discutível em termos jurídicos pelo Governo autónomo com sede em Santiago, nem pelo Governo central de Madrid.

Depois de uma primeira visita aos grupos parlamentares, consultando sobre a sua disponibilidade para avançar com uma iniciativa deste teor, e com a resposta positiva de todos eles, em 16 de maio de 2012 os promotores entregaram a ILP no registo do Parlamento da Galiza, dando-se início ao prazo para a reunir o mínimo de 15000 assinaturas necessárias, tendo ultrapassado mais de 17000 apoiantes.

Em 9 de outubro de 2013 representantes das entidades promotoras da ILP mantiveram uma reunião no CONSELLO DA CULTURA GALEGA, convocada pelo seu presidente, para falar da futura lei, com personalidades representativas de entidades que, de longa data, vêm mantendo posições contrárias à unidade da língua, num movimento sustentado politicamente pelos sucessivos governos galegos, que recebe o nome de “isolacionismo”. Dessa reunião tirou-se uma conclusão principal. A língua portuguesa deveria figurar no texto legal em qualidade de “língua estrangeira”, fora dos conteúdos e horários dedicados à “língua galega”. Ser competente em galego não implicaria, portanto, qualquer competência em português. Talvez não perceberam que essa (auto)limitação implicava a sua (auto)exclusão de alguns processos de participação em foros lusófonos, que poderiam iniciar-se nos seguintes anos.

Em 21 de outubro de 2013, convocada pelo Grupo Parlamentar do Partido Popular, teve lugar uma reunião na sede desse grupo político, que mantém a maioria absoluta no Parlamento, com o porta-voz da ILP, José Morell, e quem isto escreve. O objeto da reunião foi negociar as propostas de modificação do futuro texto legal, acordando-se uma redação do projeto de Lei que seria praticamente definitiva (e aprovada no Parlamento, por unanimidade, em 11 de março do ano seguinte). Todos os participantes nessa reunião assumimos que era necessário chegar a um entendimento, a um acordo, e isso conduziu a cedências e compromissos por ambas as partes.

Em 31 de outubro de 2013 teve lugar em Lisboa a *II Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial*, em que se incluiu uma sessão sobre *Políticas de Língua na Galiza*, oportunidade em que se apresentou, em nome da Comissão Promotora da ILP, o *Parecer sobre o desenvolvimento da Lei Paz-Andrade*, cabendo essa responsabilidade ao meu colega Joám Evans Pim, de facto o principal redator desse contributo. O *Parecer* é um dos documentos mais importantes sobre política de língua na Galiza das últimas décadas, contendo diversas opções, com apoio em legislação galega, espanhola e europeia.

Em 11 de março de 2014 foi aprovada a lei no Parlamento, por unanimidade dos deputados. Cito declarações do porta-voz do Grupo Parlamentar do Partido Popular (com maioria absoluta no Parlamento), Pedro Puy Fraga:

*Ten o valor de que, por primeira vez nun texto lexislativo galego, se recolle o principio xeral do carácter estratéxico que ten para Galicia relacionarse co país veciño, co que nos unen multitude de lazos históricos, culturais e, desde a desaparición das fronteiras, económicos e comerciais.*

Em 15 março de 2014 a Comissão Promotora da ILP realizou uma declaração pública, aos pés do MUSEU DO POVO GALEGO e PANTEÃO DE GALEGOS ILUSTRES, em Santiago de Compostela, sendo orador o porta-voz José Morell, de cujo depoimento cito o seguinte parágrafo:

*Para além dos objetivos que fixa a Lei, a unanimidade da tomada em consideração da ILP e da aprovação da Lei são signo dum novo e esperançado consenso linguístico no que a sociedade galega decide defender e desenvolver o seu milenar idioma além de pontos de vista conjunturais, partidários, e inclusive de identidade. E para isto a sociedade civil quer contar com todas*

*as potencialidades históricas e de futuro do nosso idioma, que inclui a sua inegável dimensão internacional.*

A lei foi publicada no *Boletim Oficial do Parlamento da Galiza* em 17 de março de 2014, entrando em vigor no dia seguinte.

Em 22 e 23 de junho de 2014 a AGLP, através da académica Maria Dovigo, iria participar numa reunião do *Portal do Professor de Português Língua Estrangeira (PPPLE)*. Postos em contacto com o Diretor Executivo do IILP, Gilvan Oliveira e com o Governo galego, conseguiu-se que duas representantes do departamento de Educação participassem nestas reuniões em Lisboa, sobre a elaboração de materiais para o PPPLE. A petição foi tramitada pela ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA. As representantes do Governo galego foram acompanhadas pela nossa académica Maria Dovigo.

Em 26 de junho de 2014 a AGLP organizou em Santiago o Seminário *A Lei Paz-Andrade e as Políticas de Língua*, em que participaram entre outros, o Presidente da AGLP, José-Martinho Montero Santalha, o Embaixador Eugénio Anacoreta Correia e o Secretário Geral de Política Linguística, Valentín García Gómez.

Em setembro de 2014 produziu-se o primeiro programa *Aqui Portugal* em Ourense, conjuntamente com a TVG. Seguiu-se outro sob o título *Aqui Galiza*.

Em 9 de outubro de 2014 o Governo galego participou oficialmente na Conferência *Perspetivas da Língua Portuguesa* organizado na Universidade do Minho pela COMISSÃO DE PROMOÇÃO E DIFUSÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA, dos OBSERVADORES CONSULTIVOS DA CPLP, intervindo Valentín García Gómez em representação do Governo galego, com a colaboração da AGLP. Durante o processo de organização do evento decidimos que, contrariamente ao que tínhamos realizado na Conferência de Aveiro do mês de abril, e que eu tinha participado como orador, considerando a aprovação da Lei Paz-Andrade, e o compromisso do governo galego de desenvolver esse texto legal, era a altura certa de a AGLP ficar em segundo plano, entendendo tanto a organização do evento como a nossa Academia que, em nome da Galiza, deveria haver um só discurso, intervindo o representante do Governo galego, dando-lhe prioridade sobre outros intervenientes, o que foi possível com o conhecimento prévio e boa vontade dos embaixadores dos países membros da CPLP. Decidimos também que o presidente do CONSELHO DA CULTURA GALEGA fosse integrado no Comité de Honra dessa Conferência.

### *O significado político da lei*

A exposição de motivos, como a totalidade do texto, constituiu uma viragem de 180° no rumo na política institucional galega, porquanto situou a língua portuguesa e a integração no espaço lusófono, o que equivale dizer a CPLP, como desígnio estratégico da Galiza. Converteu em interlocutores aquelas entidades que durante as últimas décadas tinham sido objeto de exclusão sistemática por defenderem precisamente essa aproximação em relação à Lusofonia. Pretendeu iniciar uma nova etapa substituindo conflito por acordo e a colaboração, o que só podia qualificar-se como um passo positivo para todas as partes implicadas. Reconheceu-se o valor instrumental da língua da Galiza, e do português como variedade internacional do galego, definido no texto legal como “intercompreensível” com o português comum. Reconheceu-se no prólogo da lei o valor histórico e político da COMISSÃO GALEGA DO ACORDO ORTOGRÁFICO, que participara em qualidade de observadora nos *Acordos Ortográficos* de 1986 no Rio de Janeiro e 1990 em Lisboa, que serviu de precedente e justificação da Lei.

O facto de este texto legal se ter publicado no Boletim Oficial do Estado espanhol, entrando em vigor sem qualquer oposição do governo de Madrid, demonstrava o grau de consenso político que o texto legal conseguiu reunir.

### *Situação atual na comunicação social*

Um dos aspetos mais importantes em que a proposta inicial da ILP ficou minorada foi a questão da livre difusão das TV e rádios portuguesas na Galiza. Durante a negociação, o governo argumentou que esse projeto seria impossível de aplicar em termos práticos, por motivos políticos. Como alternativa, e para conseguir um acordo, acedemos a incluir um artigo específico que implicasse os meios de comunicação públicos, especificamente a CRTVG.

Na prática, o resultado é muito diferente do esperado, pois além de algum programa conjunto entre a RTP e a TVG, pouco se tem avançado. Estamos assistindo atualmente à série ambientada no hotel Vidago. Porém na Galiza não foi possível assistir a alguns capítulos na sua versão original em português de Portugal. Não seria justo dizer que falta vontade da parte da direção da companhia de rádio e televisão galegas, mas a realidade também é teimuda ou teimosa, e cabe perguntar-se por que a legislação europeia, que promove e facilita a divulgação de canais de TV e rádio transfronteiriços noutros territórios



européus com igual ou semelhante modalidade linguística falada, é aplicável no centro da Europa e resulta impraticável entre Portugal e a Galiza.

### *Situação atual no ensino*

Constatando que a o Departamento (Conselharia) de Educação falhava na informação aos centros escolares, as entidades cívicas mais implicadas com o processo de aplicação da lei, a ASSOCIAÇÃO GALEGA DA LÍNGUA (AGAL), ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DE PORTUGUÊS (DPG) e AGLP iniciamos, em 15 de fevereiro de 2016, durante três meses, o primeiro *Projeto Telefonemas*. Uma pessoa contratada pelas entidades citadas contactou os centros de ensino secundário da Galiza. A sua tarefa foi informar dos passos a dar para oferecer a matéria de Língua Portuguesa na oferta educativa do centro para o ano escolar 2016/17, bem como encorajar para o fazer. No caso dos centros onde já se ministrava português — informação que a DPG solicitou ao governo autónomo sem sucesso —, pretendeu-se conhecer quantas turmas existiam, a possibilidade de criar um departamento de português, bem como abrir secções bilingues, isto é, lecionar matérias em português como história, tecnologia ou matemáticas. Este ano de 2017 imos pela segunda edição.

### *Situação atual nas relações internacionais*

Não é segredo afirmar que a estratégia galega consiste em promover entidades públicas ou privadas para as integrar, em qualidade de observadores num primeiro passo, e membros de pleno direito, quando for possível, nas diversas organizações setoriais abrangidas pela CPLP. É o caso da CONFEDERAÇÃO SINDICAL GALEGA, ou do CONSELLO DA CULTURA GALEGA, e em breve a Cidade de Santiago de Compostela, que ingressará na UNIÃO DE CIDADES CAPITAIS DE LÍNGUA PORTUGUESA em qualidade de observadora, na assembleia geral desta entidade de carácter multilateral que terá lugar em Luanda, ainda durante este mês de abril de 2017.

Este sintagma nominal, o “carácter multilateral”, é uma das fórmulas que poderão vir a garantir o sucesso da CPLP internamente e em direção às sociedades dos países que a integram. E também em sentido inverso, muito especificamente no nosso caso, da sociedade galega em direção aos órgãos diretivos da CPLP. O sucesso da participação galega nesse conjunto internacional não será possível se for restritamente unívoco ou uniforme. Só

tendo em conta a diversidade de pontos de vista existentes na sociedade poderá chegar ao sucesso, em coerência com os acordos da *Lei Paz-Andrade*.

A posição de Portugal em relação à participação galega no espaço lusófono tem mantido uma geometria variável, por vezes apoiando e outras colocando entraves de diversa ordem. Permitam-me dizer claramente: é um assunto que devem resolver os portugueses. Os galegos não podemos nem devemos dedicarmos a convencer as notabilidades ou os políticos do país vizinho em relação às suas escolhas. Não tenho dúvida de que a Galiza vai dar passos firmes em direção ao mundo de língua portuguesa. Neste processo será necessário estabelecer colaborações e parcerias. Quem têm um conhecimento mais próximo da situação galega sabem que a maior parte das iniciativas e os projetos que realmente são eficazes, que têm continuidade e resultados constatáveis além da propaganda mediática, dependem diretamente das entidades do Movimento Lusófono Galego. Todo o impulso, projetos e trabalhos do governo autónomo galego e as entidades que dele dependem em termos políticos e económicos, não vão substituir o trabalho das pessoas e entidades que levam décadas a desenvolver projetos de reintegração. Esta é uma realidade que não convém negligenciar.

### *Gestão do pós-conflito*

Quanto aos setores do isolacionismo linguístico e cultural galego, tradicionais beneficiários do apoio institucional na Galiza, uma vez perdido o monopólio da “verdade académica” e a interlocução política privilegiada, toda vez que o discurso pró-lusófono ganhou o espaço político, colocando-se no centro do âmbito cultural, acabou de facto a etapa isolacionista na cultura galega e começa um momento diferente que, por lógica, levará ao que Concha Rousia denominava “mudança de narrativa”. Uma reinterpretação dos factos históricos que permita assimilar a realidade. Cria-se assim as condições para ultrapassar um conflito que marcou e condicionou enormemente as capacidades e possibilidades de desenvolvimento da língua portuguesa, como língua nacional da Galiza, e da própria cultura galega.

Isto não significa que todo o trabalho esteja feito. É preciso pensar no pós-conflito com generosidade e visão de país, por forma a facilitar a integração da maior parte dos agentes culturais neste novo contexto, neste novo discurso, sem necessidade de trazer à tona os erros do passado. Sempre é mais fácil manter-

se nas trincheiras e reclamar a própria coerência antes que compreender as posições contrárias.

Nesta situação, a criação de espaços de convivência faz parte da lógica de construção do país, condição para ultrapassar o conflito e deixar atrás a etapa de divisão, para romper os muros que, há menos de uma década, pareciam indestrutíveis. A geração dessa dinâmica permitirá pensar em atingir um novo patamar em que a língua e cultura da Galiza estejam em condições de concorrer com o castelhano, no território em que nasceu a língua portuguesa, com garantias de futuro.

Muito obrigado.

## **Identidades aracnídeas e verdades incómodas**

Teresa Moure

Discurso no ingresso na AGLP  
Santiago de Compostela,  
17 de junho de 2017

Senhor Presidente da Academia Galega da Língua portuguesa, senhoras e senhores académicos, amigas e amigos, irmãos todos ...

### *1. O ritual da identidade*

Com certo nervosismo, alguém toma a palavra na assembleia. Controla a respiração, mexe o corpo na cadeira e começa a debulhar perante olhares atentos um discurso que pretender bem fiado. Ao tomar a palavra tenciona legitimar as suas ideias pela adequação destas à verdade. Daí que pronuncie algumas verdades incontornáveis, da classe de  $2 + 2$  somam 4. Funcionam para certificar que todas as demais –as que contêm unicórnios ou, especialmente, as que contradizem o que está escrito nas convenções prévias– sejam também tidas por verazes. A oradora ocupa uma posição privilegiada; está sob o foco a entregar aos demais a qualidade corporal da voz e, duma maneira inquietante, terá de demonstrar, antes de mais, que ela também é verdadeira. Entra assim no ritual das apresentações.

Para se adequar ao protocolo, uma outra pessoa há de erguer-se primeiro e pronunciar com vigor um nome, uns estudos, uma ocupação social; a informação dada dependerá do contexto. Se se candidatar à presidência do governo, importará declarar o estado civil e @s filh@s havidos, para garantir que não se desviou do ideal da boa cidadania. Se for cientista, importará indicar em que momento teve uma bolsa de investigação numa prestigiosa instituição estrangeira. Se for artista, o discurso colocará essa pessoa nos

limites da excentricidade, enfeitada por uma certa aura, e até possível que se mencione o seu pendor para a heterodoxia ou para a bravata. Rituais exigem; muito, mesmo. A identidade de quem fala, contudo, nunca está realmente lá, encriptada no curriculum vitae ou na encenação da personagem. Deve estar noutro sítio, embora não saibamos exatamente onde. Não ainda.

Visto que amavelmente sou convidada para falar nesta assembleia que tanto apreço, entre amizades e companhias gratas, decido refletir sobre a identidade, a própria –para me apresentar perante a AGLP justo no momento de me integrar nela– e também sobre a identidade comum duma coletividade que tem como principal problema a perda de contornos. De partida, observo um problema: a identidade só pode ser revelada num momento determinado, depois esvaece. Não existe um *sou X*; apenas um *acho agora mesmo ser X*. Fascina-me sempre quando o espelho me devolve a minha imagem porque nunca me reconheço completamente no rosto que me oferece como o meu. Quando me olho lá, como quando me fotografam, sempre me sinto estranha ao ver os traços da família em mim. Aliás, também vejo como me resisto, como teimo em ser outra, diferente da que ditam as leis do parentesco: tento é ser eu. A dificuldade de apreender a identidade explica que adoremos o instante em que alguém partilha connosco um dado biográfico; está a expor a sua intimidade despudoradamente à nossa vista. Eis um pedaço da identidade caçada ao voo, como animal selvagem que é. O assunto é fulcral na época das redes sociais, onde todos estamos tão ocupados a debater nos foros, a responder mensagens, a nos fotografar em selfies que mal achamos o tempo necessário para mantermos relacionamentos significativos, mesmo connosco, na solidão do eu. Não temos tempo para isso, asseguramos, como se o tempo fosse uma possessão, não mais um ritmo para agir, um aroma, como insinua o filósofo Byung-Chul Han<sup>1</sup>. Se me perguntassem, eu diria que a minha identidade é apenas a duma aranha. É isso que sou: um animalzinho não muito interessante, um desses contra os que se desatam as fúrias na limpeza doméstica; alguém que aguarda num recanto, tecendo fios, incansavelmente. Talvez deva ocultar esse dado. Imaginem a nota de imprensa correspondente: “uma aranha entra na AGLP!”; seria uma manchete provocativa, mas excessivamente poética para ser decifrada. Além do mais, se dissesse que esta academia está cheia de aranhas poderia alguém incomodar-se julgando

---

<sup>1</sup> Byung-Chul Han (2016): *O aroma do tempo. Um ensaio filosófico sobre a arte da demora*, Lisboa, Relógio D'Água. Traduzido ao port do original alemão publicado por Verlag 2007.

que errei o alvo, que falo noutras academias: apenas um verdadeiro ativista entenderia o que realmente significa tirar dos fios.

A aranha que fala neste momento poderia apresentar-se como Teresa Moure. Esse é o nome com que já escreveu algumas páginas. Não é assim muito frequente, mas também não suficientemente exclusivo: quando ela abriu a sua conta no Facebook –lugar idóneo para tecer– não lhe foi permitido; havia outras usuárias da rede social que ostentavam a mesma etiqueta. E a aranha teve de recorrer ao apelido da família materna, acrescentando que também pertencia a outro clã. O excesso de informação é apenas ruído; esvaece os contornos do que queremos definir. Por isso é que ela decidira assinar a sua obra com um nome contundente, fácil de lembrar, apenas um Teresa quase universal e uma etiqueta de família provida do ditongo galego-português que não existe na outra língua, a ameaçadora. Mas, não foi possível para ela se manter lá: se existia outra com esse nome, não havia hipótese de verificar que ela era ela, a do seu nome. Se tivesse nascido ameríndia, talvez os pais pudessem ter decidido chamá-la “a que chegou quando caíam as folhas”, um nome próprio potente, embora de perfil indefinido também. De qualquer maneira, na sua tribo não esbanjam tanta originalidade nas artes de batizar. O seu é apenas o nome das mulheres da família paterna, repetido durante gerações; é, por assim dizer, um nome reciclado para ela o usar de novo. Quanto aos apelidos, nunca são exatamente nossos; correspondem aos antepassados e mesmo apagam as filiações por via materna. São os apelidos dos avós; elas nem estão, como se não fizesse sentido nomeá-las, como se não participassem da realidade genética e histórica que nos constituiui.

Acoitada pelas pressas, colocou o nome completo na rede social e às vezes, como hoje, alguém a apresenta com os dois apelidos, uma denominação que a desconcerta porque vem a insinuar que ela não é a autêntica Teresa Moure. Se o nome não disser verdade, ela ficará desautorizada como emissora fiável. E tudo quanto diga hoje será mentira.

## *2. Ela é apenas a outra*

Para explicar que ela é a outra, o filme deve começar na cama. Contudo, não se trata dum turvo caso amoroso; é uma instantânea de muitos anos atrás. Permaneceu durante meses na cama, a sofrer uma enfermidade rara na infância, umas febres reumáticas que a mantiveram com altas temperaturas, num estado

de confusão e delírio. Nos lapsos entre pico e pico da enfermidade, a menina lê. Decidem colocar no seu quarto a televisão da família; durante meses aquele é lugar de reunião, como se as palavras de todos fossem curá-la. Importa é fazer com que essa temperatura desça; um objetivo altamente improvável. Na família não sabem ainda que ela é um vulcão –o de aranha viria depois: as identidades têm os seus capítulos e os seus ritmos–. A temperatura dum vulcão não depende da penicilina que ingira nem dos batepapos em que participe; a causa sempre será outra.

Porém, a menina não gosta assim muito de televisão, cansa-se de jogar cartas. Aprende que o único consolo está nos livros. Os livros permitem sair da própria lava em ebulição; permitem escapar lá fora e que a mente vague errática e se entretenha em episódios desconhecidos e apaixonantes ... E os Moure por primeira vez visitam a livraria local, a de Manuel Maria e Saleta, aliás, e compram *Cyrano de Bergerac* e *Frankenstein*, *Alicia através do espelho*, *As viagens de Gulliver* e até uma dúzia dos livros um bocado repetitivos de Enid Blyton. Os vulcões são montes atolados, a exigir sempre mais e mais. Contudo, os pais já têm bastante com pagar tanta penicilina. Cá entra na cena uma personagem fulcral: uma tia paterna, mestra do rural, arrasta para a casa, um por um, todos os livros da biblioteca da sua escola. Visto hoje, cumpre reconhecer que também não seriam assim tantos. Estava a nascer a leitora compulsiva. A menina lê enciclopédias e dicionários ilustrados; lê a biografia de Madame Curie e até lê –sei lá como chegariam até a biblioteca escolar– Pearl S. Buck e Solzhenitsyn, sem perceber muito e saltando, obediente, páginas que considera pouco adequadas, com a consciência plena de que, se os maiores soubessem o que estão a dar-lhe, escandalizar-se-iam. O pequeno monstro leitor engole o que lhe deixam perto, sem escolhas, com sede. Ainda hoje é assim, e quando todos imaginam nela uma leitora exigente e sofisticada, pode entreter-se em devorar trapalhadas sem corar: está na sua natureza vulcânica não ser uma verdadeira gourmette, nem sequer na literatura, o único espaço onde julga entender algo.

O assunto é que a tia paterna, a que chega carregada de livros, tem nome também. Por acaso, chama-se ... Teresa Moure. Se fosse rainha, seria sem dúvida, Teresa Moure a autêntica. Assim assegura a tia para a menina da febre rir. “Tu, nem nome tens ... levas o meu porque queriam um menino e para ti nem nome pensaram”. Ou, noutros dias, “quando te recolheram do hospício

sem nome ... Ah! Não te contaram?”. Ou “Quando nasceste confundiram-se de bebê no hospital e trouxeram-te enganados porque eras filha doutra família”. Sempre há alguma circunstância funesta, mas a menina não chora. Não se importa com a veracidade: quer simplesmente o relato. Teresa Moure, a autêntica, tinha um sentido do humor desatado, de gosto discutível, como todo o humor, mas entretinha a enferma com as suas histórias. Inventou o conto de Cuinho-furado, para a animar com a injeção diária. Inventou a história do supositório que se perdeu a subir pelas tripas acima sem chegar nunca onde devia. Assegurava que a menina um dia casaria com quem na altura era o príncipe Filipe e contava com profusão de pormenores, como ela, a tia, havia de viajar para o casamento, de Monforte até a Zarzuela numa carruagem de cavalos, engalanada e sexy, para cumprimentar Sofia e lembrar-lhe a fortuna de ter uma Teresa Moure na família ... Cumpre cá esclarecer que se referia a ela própria, claro é, e, também que sempre a chamava de Sofia, sem maiores filigranas, porque não era mulher que se ajoelhasse perante ninguém e interpretava os excessos de cortesia como indício da falta de sinceridade. Observe-se cá que até as mentiras literárias mais elaboradas exigem alguma porção de autenticidade. Minha tia, sem dúvida, estava a treinar-me para contar estórias. Os relatos faziam com que a vida que se passava lá dentro, na cama, não fosse a única nem a verdadeira; descobri que queria ser escritora. Conservo algum caderno desses dias onde assino as minhas viagens pelo mundo –como se pode intuir, todas imaginárias–, com o nome de T. Sarmiento. A repórter Carmen Sarmiento era um vulto da televisão: mulher, viajante e rebelde, tinha de me identificar com ela. Outra vez uma identidade parcial: entre a aranha, o vulcão e a imitação doutras. Digamos, para me justificar com a solenidade que este ato demanda, que comecei a escrever com heterónimo. Tinha de me defender assim, visto que eu não era a Teresa Moure autêntica.

### *3. A morte das identidades*

Com os pés colados ao real, as identidades só existem como relato; são, em certa maneira, um género literário ainda por definir. O grupo crítico italiano Ippolita, de corte anarquista, define-as como complexos feixes de qualidades a vibrar, em muitas ocasiões dissonantes, que se modificam, às vezes dolorosamente, porque a memória do que éramos está construída sobre o esquecimento, a selecção pessoal e a narração de si; não sobre a lembrança total congelada



para sempre num perfil, como parecem insinuar as redes sociais<sup>2</sup>. Têm razão: a identidade, individual ou coletiva, é um processo em construção porque apenas o que está morto é inalterável. Já foi. Tudo o demais está a ser. A nossa língua não diferencia assim tão explicitamente como outras o aspeto télico, o realizado num ponto final, do não télico. Se eu estava a falar e fui interrompida enquanto falava, falei? Falei, ainda que não de tudo. Se eu estava a apanhar uma cadeira e fui interrompida enquanto apanhava a cadeira, apanhei a cadeira? Em galego-português é impossível precisar bem aí, acho. Outras línguas com esquemas aspetuais mais complexos usariam formas gramaticais diferentes para ações acabadas e ações em curso. Obviamente, percebemos essa diferença; simplesmente não podemos explorá-la assim muito porque a nossa Weltanschauung, a nossa cosmovisão, não repara lá delicadamente. Isso significa que, da nossa ótica linguística, a ilusão de termos sido qualquer coisa está condenada ao fracasso, por muito que isso produza vertigem. Portanto, a leitura dum curriculum vitae gera uma considerável ansiedade: inclui objetivos que hoje teríamos evitado e descarta aqueles projetos inacabados que trabalharam durante algum período na construção do eu.

Apesar de constataremos o volátil da identidade, os Estados obrigam os indivíduos a terem um cartão com uns determinados dados para assim constatarem que estão a ser. Com diferenças significativas dum lugar a outro, esse cartão inclui o nome próprio e o das famílias de procedência, a data de nascimento, o sexo; às vezes também o estado civil e o ofício, para além do endereço e mais um dado singularmente inquietante: a duração do próprio cartão. No dia seguinte à expiração dessa data talvez entremos num limbo administrativo. Quando alguém morre, outra pessoa tem de cadastrar em papeis funerários o fim da identidade. Mas, se o cartão expirar, adquiriremos apenas um ar de disposição delituosa, por pormos em questão o poder de controlo do estado: E será que mudou de sexo? De nome? De morada? Interessa-me esse limbo. Porque a seleção dos dados identificadores nem é inocente nem inócua. “Ser filha de X” considera-se relevante, mesmo se a tal filha pudesse não ter falado nunca com esse pai. “Ser amiga de X”, ter convivido com ele dez anos, e ter participado assim em determinados círculos, não faria parte do perfil identificativo. O documento do estado é o relato duma sociedade tribal, antiga.

---

<sup>2</sup> Ippolita (2012): No aquário do Facebook: a resistível ascensão do Anarcocapitalismo, e-book.

No jogo da vida, as pessoas transitam entre múltiplas identidades. Modificamos o estado civil e ganhamos idade, mudamos de morada e alguns mesmo de nacionalidade ou de sexo. E, no entanto, o estado insinua que só é possível uma identidade fixa. Digo que me chamo Teresa e em múltiplos papéis oficiais pedem a seguir que declare o sexo, como se não estivesse implícito no nome; como se a administração pudesse ter permitido a burla ou o travestismo. A cada vez que se menciona a teoria *Queer* algum homem no auditório –nem importa qual é o auditório– tosse no assento. Homens não gostam demasiado ainda da ideia de o sexo fluir, o qual é em si próprio indicativo de que a aparentemente neutral etiqueta de “homem” deve constituir algum benefício que não querem perder. Ou, simplesmente, temem que aceitarmos uma identidade transitória nos aboque ao disfarce e ao carnaval. Contudo, os jogos performáticos do *Queer* são um desafio subversivo ao estado e às suas cápsulas. Derrubam a identidade monolítica e demonstram que a verdade depende também da vontade do sujeito que a emite. Porém, uma aranha como eu, que nem nome próprio tem, vê-se obrigada a confiar em que a verdade seja imune às maquilhagens transitórias; imune também a quem a enunciar e aos seus estados de ânimo. Desejaria que ao descompor as várias camadas transitórias que nos constituem ficasse qualquer coisa de essencial, igual que, ao usar operações matemáticas, os números podem reduzir-se até ficarem convertidos num número primo essencial, apenas divisível por si mesmo e pela unidade. Com um pequeno conto, como me demonstrou a minha tia, tudo fica mais claro.

Se teimares em afirmar que a Terra dá voltas ao redor do sol, uma ideia contrária à verdade que está escrita, –ou outras parvoíces semelhantes, como que podes escrever numa grafia histórica, mas ilegal–, arderás na fogueira, lentamente, decretaram os esbirros do Papa.

Galileu retratou-se publicamente, casou e criou os seus filhos com uma renda mensal do Vaticano.

Perdeu o seu nome na História e na Fama, mas foi um cidadão modelo.

Porém, a Terra continuou tranquilamente a girar ao redor do sol porque a Verdade não come dos subsídios do Papa e, portanto, não pode ser alterada.

Mas os contos, como os unicórnios, não são verdade, não de tudo. Quando as lógicas do relato alternativo nos foram incutidas na infância, não achamos conforto no real. No real, o Pós-modernismo veio a resgatar a ideia crítica de que a Verdade não emana da pura racionalidade, mas da autoridade do emissor(a). Nenhum fenômeno poderá ser observado objetivamente sem a descrição ver-se influenciada pela perspectiva de quem observar. Foi desta maneira que se construiu uma fecunda crítica contra as verdades estabelecidas; verdades parciais, sujeitas a revisão histórica, como as dos sábios que justificaram Galileu. A inferioridade da raça negra ou das mulheres, ambas sustentadas durante séculos, por exemplo, eram resultado dos interesses dos colonos europeus, todos eles homens, todos eles brancos. E a crítica da ciência multiplicou-se nos pensamentos mais radicais: o Marxismo, o Anarquismo e o Feminismo elaboraram poderosas perspectivas subversivas no que diz respeito ao discurso, nem tão neutro nem tão assético, da Ciência, quer dizer, do Poder. Estavam a alertar-nos de que, ao multiplicarmos os pontos de vista, superamos a complexidade da existência e reduzimos a simplificação das doutrinas.

Porém, a perspectiva relativista desassossega. Algumas realidades são certas, mesmo se doerem ou se nos obrigarem a tomar decisões que nos deslocam de sítios mais cómodos. Os episódios que escrevem as vidas certamente aconteceram. Os indivíduos, num mundo variável e hostil, são sujeitos políticos. Tentamos, legitimamente, apropriar-nos dos nossos destinos. Em meio de tantas teorias deflacionistas como circulam na nossa contemporaneidade, na época da pós-verdade, o relativismo parece simples de mais para explicar tudo: falta de coragem, e de rebeldia. Prática a suspeita, sim, mas é desesperançado. E não se sustenta na lógica: quem pronunciar uma frase como “todas as verdades são relativas” deve julgar que essa, pelo menos essa, é absoluta.

Desejamos ostentar uma identidade verdadeira e única, mas nem encontramos um observador capaz de a enunciar objetivamente, nem podemos achá-la na própria experiência, visto que a memória lembra seletivamente. Num tal caso, qualquer coisa lá dentro de nós está a romper. Isso, a menos que possamos criar identidades múltiplas e em devir.

Como protesto frente a tanta estabilidade, com o temor que nos produz o que é perene, na infância sonhamos com mudar de nome, uma pequena armadilha para multiplicarmos a identidade. Eu ainda mantenho esse anseio. Gostaria

de escrever com heterónimos variados, para me burlar da crítica e desesperar leitor@s e, sobretudo, para dizer o que não posso dizer sendo eu. As vezes fantasio com essa possibilidade. Porém detenho-me aí, no devaneio. Porque na nossa tribo, assinar é pôr rosto a uma ideia. Significa arriscar: os demais podem ver-me como odiosa por defender a república, o laicismo, a independência ou o reparto equitativo da propriedade. Associar-se com uma ideia exige coragem: quando inscrevemos o nosso nome num abaixo-assinado, comprometemo-nos com a veracidade do que lá se tenha enunciado. Esse compromisso cria adesão a um coletivo e, como sabemos, é particularmente forte para qualquer um que assuma uma militância, por exemplo, para qualquer um que na Galiza tenha optado pela estratégia do galego internacional.

O devir é inevitável. Deixamos, por exemplo, de ser a *filha de* para tornarmos na *mãe de*. Diluímos o nosso ser nos relacionamentos ao iniciarmos uma nova estirpe. A pergunta tão galega do *tu de quem vens sendo?*, que situa a identidade numa filiação tribal, deixa de ser relevante ao fazermos anos. O adulto tem que ser definível em si e por si. Hoje ganhei a partida à minha tia Teresa. Finalmente, tenho mais contactos do que ela no Facebook; também desloquei o seu nome para espaços impensáveis nela, como este. Ponhamos de lado a informação anedótica de que ela faleceu anos atrás, relativamente nova. Talvez não tenha conseguido que a sua identidade perdurasse assim tanto –nem filhotes, nem árvores plantados nem livros escritos–, mas na minha memória seletiva ela continua a ser a autêntica; eu apenas uma imitadora da sua potentíssima narrativa oral, uma pequena aranha que tece obsessivamente na sua rede. Noutra rede.

#### 4. A identidade está atravessada pela verdade

Uma só palavra, se tiver a densidade suficiente, uma palavra como verdade, pode adquirir diversos significados; uns derivados dos outros, como extensões ou ramas. Para a palavra verdade, a primeira aceção é a de ser o caso. “Neste momento chove” é uma declaração verdadeira se for o caso de que esteja a chover; não noutras circunstâncias. Basta uma mínima comprovação experimental para nos pronunciar sobre a sua veracidade. Porém, algumas frases resistem-se a tais procedimentos empíricos: “O galego e o português são uma e a mesma língua” pareceria ser deste grupo, como a existência de

buratos negros no universo: ninguém pode fotografá-los mas, por enquanto, constituem um suposto aceite.

Neste sentido cumpre fazer alguma precisão. A linguística é uma disciplina capciosa, que tende a surpreender o espírito de outrem, a enredá-lo. Teimou em separar-se doutros saberes humanísticos, edificando um ideal de cientificidade bastante rigoroso na fonologia ou na teoria do signo, com princípios e leis estáveis, e unidades definidas em oposição através dum feixe de relações “où tout se tient”, apesar de bucles paradoxais, como a distribuição complementar onde essas oposições misteriosamente deixam de reger. Embora usasse procedimentos tão refinados, incorreu no desvio de não definir o próprio conceito de língua duma maneira sistemática. Imaginam que a biologia não soubesse definir o conceito de *animal* ou a química o de *elemento* e pretendessem chamar-se de ciências? Isso para não falarmos no imperialismo que a percorre. Faz sentido falar de género feminino, adjetivos qualificativos ou irrealidade verbal quando a maioria das línguas do mundo nem sequer foram ainda estudadas? Estamos perante uma disciplina baseada em construtos eurocêntricos e também ingênuos, visto que veio a aceitar procedimentos tão rudes como o da estatística, predominante na sociolinguística.

A verdade não se submete às ternas premissas da estatística: 2 é um número par, 2934 também, e assim por diante, sempre saberemos se qualquer número é ou não par. No entanto, dizermos que numa correlação hipotética, os homens maiores de 60 anos têm pouco cabelo é falso porque existem muitos indivíduos que excedem essa idade com frondosas cabeleiras e também muitos jovens carecas. A estatística não persegue verdades; apenas aproximações. Mas tendemos a nos conformar com esta classe de pseudoverdades, por muito que saibamos da sua tendência a sustentarem meros estereótipos. Habitamos um planeta asfxiado pela mentira e, portanto, consideramos que a veracidade duma declaração deve ser submetida a contrastação prévia; deve ser testada; mesmo de maneira probabilística. Também no caso de que a declaração tenha a ver com a identidade dum povo; especialmente nesse caso.

Assim sendo, a linguística, toma em conta o sentir popular, com o seu “nós não somos portugueses”; deixa entrar um certo sentimentalismo crioulo: “falamos *ghalhegho* de toda a vida”. Na sua versão mais comprometida com a intervenção social, a planificação linguística, pergunta aos administradores

da língua, tantas bocas que comem dela, se será interessante para uma língua hibridizada que perde usuários a cada ano uma injeção de autoestima chegada do exterior, disso que se chama a lusofonia. E os administradores respondem em negativo, como alguém de mobilidade reduzida que se recusasse a apoiar-se numa ortopedia. Temem perder identidade. Mas não temem perder identidade quando a sua língua se deturpa, criouliizada pelo contato com o espanhol. O problema está na fraqueza dos procedimentos empregados. Obviamente, um número par não precisa que o pessoal concorde com a sua paridade; não depende das nossas opiniões sobre as suas propriedades. Com uma aceção de verdade light e relativista não chegaremos a porto nenhum.

Num sentido mais forte, a verdade implica a adequação duma declaração com os factos ou a realidade. Neste segundo sentido, embora relacionado com o anterior, a verdade é menos eventual; procura alguma permanência. O método exige mentes prestes a considerar todas as hipóteses, não a julgar sobre o preconceito – esse desejo de empenhar-se em que algo seja verdade a qualquer preço –. O preconceito de o galego existir isolado é defendido com teimosia pelas elites cá e agora, mesmo se contradiz qualquer hipótese de supervivência. A hipótese alternativa, a de galego e português serem variantes duma mesma língua parece harmonizar com a experiência real, com o facto de que ao norte e ao sul do Minho as pessoas consigam entender-se, após tantos anos a viver de costas viradas. Por algum motivo, essa verdade pinta-se como ameaça. Um dos problemas das verdades é que frequentemente são incómodas. Isso nunca assustou os verdadeiros cientistas. Amar a verdade é fundamental para uma investigação bem-sucedida.

A verdade implica, finalmente, ser consequente com as origens ou com um padrão. Algumas pessoas desenvolvem um estranho sentido da lealdade; tentam segurar-se num ponto de referência estável. A constância, a fidelidade em atos e palavras passa a ser uma prova de caráter. Em consequência, essas pessoas não suportam agir por interesse próprio. Demos por certo, provisoriamente, que a verdade tem sustento ético. Só assim será possível entender o empenho de todo um movimento social, o que representa a AGLP, em persistir na procura da verdade, a qualquer preço, mesmo sendo os seus ativistas ostracizados no próprio país, sem nenhum direito linguístico reconhecido, ridiculizados como partidários dum alheamento da tribo de procedência, duma certa noção de estranheira.

Num mundo onde todo o compromisso é detestado, é consequente evitar pronunciar-se ao respeito da verdade; é desnecessário. Detestamos verdades. E acreditamos na capacidade artística dos relatos inventados. Chamamos a mentira às vezes de inventiva porque confiamos profundamente na sua criatividade, tão democrática: a mentira é um dos poucos talentos ao alcance de todos os seres humanos. “Quem concordar sinceramente com um enunciado está a comprometer-se com a sua veracidade” é uma expressão forte, sem dúvida. Fortíssima. Desborda a lógica e a epistemologia, embora o menos importante deste embrolho sejam as etiquetas académicas; o importante cá é esse espetacular compromisso com a veracidade. A sociedade contemporânea dá escassa importância às palavras. Usa-as apenas como chaves para atravessar portas; como passwords que não comprometem quem as emitir. Mantemo-nos imunes perante a solenidade que pronunciar palavras deveria exigir. Por isso os abracadabras e as mensagens triviais triunfam numa sociedade onde até as ideias se vestem de marketing e tornam palavras de ordem repetidas no vazio. A verdade, no entanto, exige frequentemente reorientar o relato da existência.

Quando virei reintegracionista sabia que empreendia um caminho complicado. Para além de estudar muito e de aprender a conjugar na voz passiva o verbo discriminar, tinha por diante a obriga de me fazer entender na minha mudança. Segundo a nossa particular Weltanschauung, chama-se de *vira-casaca* alguém que muda, bem que o uso piorativo tenda a restringir-se para denunciar hipocrisias, falsas apostas para obter um ganho. Eu temia que tantas páginas escritas em ILGA não me apresentassem como uma identidade fiável. Mas achei no reintegracionismo os braços bem abertos: os queridos amigos e amigas da Através mesmo aceitaram um projeto tão singular como publicar, em *Politicamente incorreta*, novas versões de antigos ensaios escritos em ILGA, temperados por alguns novos, segundo o modo em que decidia doravante escrever, para me poder identificar com eles: a identidade, novamente, em foco. Lá expliquei o como e o porquê foi a mudança e não voltarei sobre isso, não hoje. Apenas quero salientar que algumas pessoas construímos a nossa identidade a ritmo lento, lentíssimo. Observamos, por exemplo, que a Terra não é plana. Porém, como é tao difícil sair lá fora convencer os esbirros do Papa, mantemo-nos em silêncio: deixamos que o sol e a chuva nos tornem floresta e só uma vez apanhadas as forças necessárias tiramos as raízes do chão e chantamo-

nos noutro sítio. As operações de transplante são complicadas. Rompem a identidade. Por dentro.

Para não ser cúmplice de quem assegura que a Terra é plana, berrei alto e claro, assim que me vi com a energia necessária. Lamento não ter feito antes. Não por causa dum sentido de culpa religioso, mas por puro hedonismo. Considerar a língua que falo como parte dum tronco maior, escrevê-la na grafia histórica veio dar-me um prazer enorme; o de ter um universo grande para viagens reais e imaginárias, o de reencontrar a beleza perdida da língua própria e desapropriada, sem deturpações nem decalques e, sobretudo, o de achar companheiras e companheiros de luta que não se importam dos subsídios do Papa, rebeldes e insubmissos. Essa é a cerna da minha identidade hoje; os dados do cartão, os do curriculum, ficam desbordados. Pode ser uma verdade pequenina, mas o assunto é que não posso conformar-me com a mentira.

Sabemos que os produtores de mentiras estão por toda a parte, nos jornais e nos parlamentos, nos tribunais e na rede. Sabemos que há tantas mentiras ao dispor que podemos escolher sempre a mais ajeitada às próprias necessidades, ao caráter. Podemos preferir mentiras clássicas, que cantem a forma plana da Terra ou mentiras íntimas, que louvem as nossas imensas capacidades eróticas. O catálogo também inclui adornos retóricos, exageros, matizes bem-intencionados, enganos, piadas, tergiversações e outras declarações desorientadoras. Algumas servem para obter benefícios, outras para prejudicar alguém, as mais inocentes apenas estão para dar ênfase, umas poucas infelizes trabalham ao serviço de boas causas; há tantas mentiras como frases, isso sem contarmos os erros honestos. Todas seguramente são interessantes. O assunto está em que nenhuma delas é verdade.

##### *5. Porém, quem escreve, mente*

Uma narradora é uma impostora. É alguém que quer contar estórias; no melhor dos casos que sabe contar estórias. Mas essas estórias, por definição, devem ser falsas. A narração é mentira elevada à condição de arte. A narradora escreve, inventa um simulacro de mundo. Depois, quem se chega ao texto e lê procurará que tanta mentira faça sentido: “Isto tem de ser autobiográfico”, “quanto se adverte a tua voz em tal romance!”. Assim dizem leitores sem saberem que tudo o contado é estritamente falso. Porque a imaginação rompe as cadeias causais da



identidade: rouba fragmentos de tal ou qual indivíduo real, exagera-os, retorce-os, e elabora uma massa compacta, a duma personagem que aparenta real, embora não o for em absoluto. Porém é a necessidade humana de dar sentido ao mundo que permite negociar a interpretação: tentamos desesperadamente compreender-nos. Se for necessário usaremos a interpretação alegórica: isto vai no lugar disso outro; o reino do tropo, da metonímia, bonitos nomes para contornarmos a indelicadeza de assegurar que não dizemos verdade.

Vou continuar a praticar as artes mentirosas da narrativa. “As aranhas são animais controladores, fechados no seu próprio território, insociáveis, embora as aparências. O observador que se aplicar a estudá-las verá que tecem uma rede para unir tudo, como ativistas de corpúsculos marxistas. [...] Construámos obras de arte efémeras, as aranhas, transparentes e delicadas. Somos artistas da transparência e da disciplina”. Assim escrevi um dia e houve leitores que pensaram que falava de mim. Na ficção a mentira é verdade, se o relato estiver bem contado. Porém, isso não se aplica a postulados técnicos ou científicos, nem sequer numa disciplina capciosa, como a linguística.

Cá e agora, no real, estou a pronunciar o meu discurso de entrada na AGLP. Porém, como problema acrescentado, esta não é uma academia de verdade: é uma academia que a sociedade nem considera, nem conhece; uma academia de ativistas sem boato nem pompa, feita para irmos de mãos dadas, para lutar pela nossa língua, para a dignificar e para a visibilizar no mundo. Com este nome, que, já sabem, não é de tudo meu, com este corpo que pode ser medido e calibrado, com o passado e os seus pesos, com a morada atual e os costumes destes dias, com todas as células que hoje me constituem aceito este convite, que não é mérito, mas chamado para a ação. A ação pode ser enunciada duma maneira firme: manter viva a língua desta Galiza que se suicida perante os nossos olhos, recuperar as formas perdidas olhando para o sul e fazer isto em nome de quem vier a seguir. Não citei, observem, Rosalia nem Castela; não citei às Irmandades da fala. Poderia ter feito, mas não fiz para romper deliberadamente com os mitos, uma atitude punk que talvez não possam perdoar-me os mais comprometidos com a história. Desculpem lá: sei que não vimos do nada, mas acho que tanto manusear o passado não faz bem; é como acreditar em excesso nos valores da família de procedência e talvez, seguindo Badiou, o importante cá seja enunciar o novo. Não quero debulhar o problema, talvez por estarmos entre especialistas que o têm feito melhor do que eu poderia fazer. Uma perda

de identidade coletiva explica que estejamos, linguística e politicamente, no ponto em que estamos; como mais uma província do reino da Espanha, a cada ano com maior insegurança de si. No entanto, a meu ver, a cultura galega foi sempre um espaço alternativo, elaborado nas margens do poder e, como se sabe, as margens são territórios para a liberdade e para a dissidência. A nossa identidade coletiva não se constituiu à volta do espanhol ou colaborando com ele. Por pura honestidade intelectual, se quisermos descrever o processo, cumpre reconhecer que a nossa cultura foi elaborando-se como parte dum processo político de identidade e de resistência. Ser nunca é ser sem mais. Sou eu porque não sou tu –nem a minha tia Teresa, embora partilhemos nome–, e a primeira pessoa da gramática verbal torna um berro de rebeldia.

Dizem que o uso da tecnologia está a modificar as personalidades individuais e as identidades coletivas, porque é uma fonte de socio-poder. O nome ou a data de nascimento são dados chatos para me identificar e, finalmente, a identidade sempre será uma representação, irá em lugar de algo. Nesta época a identidade, também a identidade coletiva galega, tem de ser múltipla e em devir. Não há maneira de a congelar por sempre num perfil: morram as essências. É precisamente isso que permitirá mudar a realidade, também a realidade social e linguística da Galiza. Quero fazer citação de tantos artistas que entenderam as feridas, de tantos pensadores que trabalharam nelas –como Foucault, como Hannah Arendt, como Coetzee, como Pessoa, ou como os Ippolita, Judith Butler, Badiou ou Beng-Chul Han que citei hoje–. É possível porque a minha língua tem uma escrita internacional, que me permite ler essas autorias naturalizadas na minha Weltanschauung. Para não continuar a citar mais do mesmo. Para não ser sempre esse Sísifo condenado por toda a eternidade a repetir a punição de rolar uma grande pedra com as suas mãos até o cume duma montanha e ver como, quase alcançado o topo, a pedra cai montanha abaixo até a partida: os nossos esforços não têm de estar fadados ao fracasso.

Regresso aos começos. Reencontrei minha tia numa tarde calorosa de hospital. Como a vida nos afastara, fui ter com ela nos últimos dias e cumprimentou-me com vontade: alegrava-se, dizia, de que fosse escritora. Resmungou algo, era de esperar, pela minha teima com escrever em galego: uma língua que nem os meus avós, ainda hoje vivos, declaram ter falado nunca, uma língua que não me pertencia, não fazia parte da minha identidade. Antes de eu me incomodar, interromperam a nossa conversa outros familiares. Foi no momento em que

me estava a dizer quanto gostaria de ir de carruagem a Madrid, sofisticada e sexy, para felicitar-me. Neste novo conto, não tinha de casar com nenhum príncipe azul; agora o seu objetivo fantasioso era eu entrar ... na Real Academia Espanhola. Esta lembrança expressa com contundência quantos elos duma pesada cadeia havemos de romper para ser quem hoje somos, quantas camadas compõem a nossa identidade, quantas *eu* diferentes podíamos ter sido e não somos. Não aceitar completamente os caminhos intuídos pela nossa tribo faz parte da nossa identidade duma maneira dolorosa e essencial: o olhar crítico tem a obriga de indagar lá, como de procurar soluções aos problemas e de rejeitar as inercias. Talvez eu sonhe ser punk e, na realidade, não possa fazer citações dos antepassados simplesmente porque não acredito no passado; apenas no futuro por construir que será, aliás, como nós quisermos que seja. Nos cantos da galeguidade há sempre um louvor imenso das raízes que posso compreender e respeitar e que, no entanto, não partilho. Porque quando nas aulas o meu alunado mostra desconfiança para o reintegracionismo rapidamente abraçam-se à tribo e insistem em que é perfeitamente galego dizer *“vi a tua abuela viernes pola carretera”*. Aí entro em pânico, porque sei que a pouca ciência que tenho aprendido não me basta, que não haverá gráficas nem estatísticas que os comovam, que não haverá leis fonéticas, nem etimologias que funcionem sobre um semelhante apego. Contudo, sou docente e *pro-fessora* significa etimologicamente “a que vai por diante”. Vai traçando um caminho que talvez outros queiram seguir. E um docente deve escutar o pensador inspirado e levar em conta o que disse, não se deixar guiar pelo desespero, manter limpa a imaginação e enfiar cada dia os braços e as pernas na vontade. A vontade de sermos. Contagiando outras e contaminando-nos por outras. Sabendo que pronunciar a verdade é um ato tão radical e livre que faz com que estourem os sete dias da criação, os vulcões, os cataclismos. Para nascer o ser que queríamos ser. Como eu não aceitei bem minha tribo, entro numa academia que não é espanhola, numa academia que não é real, nem no sentido da realeza nem do sentido de autêntica na pompa e no boato. Cá estamos. Vá por diante que nunca tomaria posse numa academia para o autoelogio nem para a complacência mútua, que nunca acreditei nas instituições nem nas boas maneiras burguesas, que no meu relato Sofia-sem-mais era quem havia de orgulhar-se do glamour da minha tia. Vá por diante, que acredito na fereza incontrolável das ruas, na capacidade criativa do subversivo e que sinto uma paixão desaforada pela procura da verdade, ainda que me atrapalhe sempre e

frequentemente acabe nos braços dos unicórnios. Cá estamos. Com o orgulho de partilhar vontades com outras pessoas mais sábias do que eu. Com o prazer que sentimos as aranhas a observar cenas domésticas do nosso recanto. Para mudar, se for necessário, as árvores do seu sítio, na defesa da verdade.

Talvez tudo o que contei da minha tia Teresa seja um puro relato literário, talvez não. Numa das hipóteses, queria dialogar com quem não entende as razões que sustentam esta academia; quem é capaz de elaborar relatos delirantes no quotidiano, e depois conforma-se com o estranho objetivo de desejar cadeiras na academia espanhola. Na hipótese alternativa, ela é inventada e apenas me serviu para brincar enquanto falava. Como não fiz para obter benefícios escuros, não menti. A literatura sempre nos salva, também do brilho fascinante e suspeito dessa senhora chamada verdade, quem frequentemente passeia com péssimas companhias. O texto foi uma aranha, com cabos condutores invisíveis, que visavam conseguir um verniz, essa película especial de cumplicidade que partilhamos os e as que cá estamos. As aranhas propulsam-se nos seus fios para viajar, dizem, enormes distâncias. O nosso melhor fio é a língua; um traço da identidade voluntariamente escolhido; que nos brinda também a possibilidade de viajar, de escaparmos da nossa peculiar aranha.

## **Resposta ao discurso de recepção da académica Teresa Moure**

Mário Herrero Valeiro, académico  
Santiago de compostela,  
17 de junho de 2017

*In media res*. A obrigação de ser formal. De respeitar as convenções. De ser amável. De moderar os gestos. De modelar as palavras. De manipular os tempos. A obrigação de nos autocensurar. Essa forma de sermos sociais para deixar de sermos nós, de sermos os animais que agochamos, de sermos divíduos. E, em simultâneo, a obrigação de tentarmos justificar por que quebramos o formoso silêncio. O valor das palavras. O seu sentido. Sempre *in media res*.

A obrigação de ser académico. Académico? E isso o que significa? O que é ser académico. Devemos nós ser académicos? Ou, por outras palavras, que neste caso não são as mesmas: podem ser conciliadas academia e rebeldia? E falo em rebeldia, falo nessas marginalidades reais que configuram esta nossa confortável posição como membros disso que Bourdieu, algures, definiu, de forma muito precisa, como fração dominada da classe dominante. Nós. Falo, sim, em marginalidade. Intelectual, claro. Cultural, enfim. Não económica e apenas superficialmente social. Nós, ocidentais bem alimentados, que até temos tempo e vontade para a depressão, para a língua, para a literatura, para os risos e os jantares. Para o lazer e as guerras intelectuais. Para fazermos parte, em simultâneo, de uma classe social privilegiada e, sem qualquer contradição, de umas marginalizadas elites culturais.

Mas, mesmo assim, falo em rebeldia, sim, esse lugar, cada dia mais estreito e amordaçado, que a ilusão global das democracias representativas deixa para a discrepância, para o protesto, para os raros membros da confraria do desacordo, do desatino, dos loucos esses que perseguirão sempre a chuva do verão. Falo da nossa confraria. Da nossa academia. Deste particular clube, demasiado masculino ainda (como esses clubes britânicos dos velhos filmes), que formamos. Deste estranho grupo de desatinados e ainda poucas desatinadas que compomos, como escrevi há tempo, uma magnífica expressão de uma autêntica sociedade civil. Ainda que, feliz ou infelizmente, de uma

sociedade civil que não existe. Ou será, talvez, simplesmente que somos nós essa sociedade civil? Por favor, não confundam com “povo”.

Há muitos anos já, quando, numa reunião em Compostela, nem lembro onde, da Assembleia da Língua – um dos eventos essenciais da história do reintegracionismo –, alguém propunha a criação de uma Academia, eu pensei, como de facto outra pessoa manifestou ali mesmo, que isso era começar a casa pelas vistas. Há tempo que soube que eu estava errado. Profundamente. Essa Academia era necessária. Fundamental. Sei-o agora, quando ainda resta menos tempo para o final. Uma Academia civil, rebelde e, diria, até profundamente libertária. Tão libertária que quem está a ler este discurso de receção ainda nem leio o seu próprio discurso de entrada; facto que, aliás, agradeço, podem acreditar, porque nem saberia o que dizer. De facto, já nem sei o que dizer, de modo geral. Só às vezes, poucas, sei dizer um pouco de poesia. E nem sei se com isso melhora o silêncio.

Somos, enfim, uma Academia cívica, não monárquica, isto é, somos um coletivo que não se submete a nenhum poder político espanhol, a nenhum subsídio espanhol, a nenhuma praxe espanhola. Uma Academia, repito, civil, independente. Soberana, diria mesmo. Somos um país. Alguém diria, talvez, uma nação. Eu não o diria, salvo, talvez, em latim.

Este particular clube do qual agora passas a fazer parte, cara Teresa, é, sem dúvida, uma Academia. No melhor dos sentidos. Uma Academia em que os jogos de poder internos são tão nímios, tão inexistentes, que o teu amado Foucault com certeza aborreceria rapidamente connosco e correria a procurar um lugar de observador na Rua Tabernas da Crunha. Ainda que suspeito que ali também aborreceria rapidamente. Mas por outros motivos.

O trabalho desinteressado, ingente e nunca bem reconhecido de alguns dos membros desta confraria (outros, digamo-lo claramente, fazemos pouco ou nada), é do melhor que existe neste o nosso minguante país. E permito-me personalizar esse trabalho na figura do meu caro Ângelo Cristóvão. Alguém algum dia reconhecerá tudo o que o Ângelo tem feito pelo reintegracionismo, quero dizer pela sobrevivência da cultura galega e pela sua projecção no mundo de língua galego-portuguesa. Esse reconhecimento existirá, não o duvido. É de justiça.

Porém, devo repetir, a nossa Academia é, ainda, demasiado masculina. A tua entrada nela, cara Teresa, faz também parte de um necessário processo de desmasculinização (se isto não fosse um ato tão formal, teria dito despirolização)... Desmasculinizar é, sem dúvida, uma obrigação ética. Nossa também. E este clube tão pouco britânico ainda é demasiado masculino. Em formas e em fundos. Sempre é necessário um bocadinho mais de autocritica. Sempre.

Porém, sendo um indubitável mérito da Teresa ser mulher, professora universitária, escritora de criação diversa e de ensaio também diverso,

linguista, sociolinguista, ativista e rebelde, até talvez feminista e bolchevique, neste o nosso mundo ainda dominado em grande medida por um machismo persistente, que não conhece de posições de classe, de capacidades intelectuais ou de qualificações académicas, esse não é, acho, o seu principal mérito. De facto, ser mulher não deveria ser um mérito, nem para fazer parte de uma Academia nem para qualquer outro ato da vida. Não o teria que ser numa sociedade sem discriminação de género e sem a presença constante e abafante da brutal violência estrutural do machismo. Desse machismo que aninha no mais profundo do nosso masculino ser, incutido por um atavismo milenar contra o qual devemos combater como se nos fosse a vida nesse combate. Porque nos vai a vida nesse combate.

Hoje quero realçar como mérito, e enorme, da Teresa, o facto de ter tido a coragem de abandonar a faixa central de rodagem da cultura galega legitimada institucionalmente, de ter tido o valor de abandonar um modelo de língua, e, consequentemente, de enfrentar o abandono de alguns, o silêncio de outras, o desconforto dos mais. Eu tenho cheirado fisicamente esse desconforto. E, devo dizer, com um pouco de obscuro prazer. Quando és uma das principais escritoras galegas, com uma importante obra edificada ao longo dos anos, cheia de destacados prémios, com uma presença central no contexto da cultura normalizada, cruzar o Leteu e entrar no lado escuro da nossa fração dominada, é uma amostra tal de rebeldia que aqueles que levamos já mais da metade da nossa vida nas margens culturais do país dificilmente podemos compreender em todo o seu valor. E mais mérito ainda quando se atravessa a fronteira não para se refugiar nos, às vezes mesmo plácidos, quartéis de inverno dos que escrevemos livros que ninguém lê, dos que temos assumido uma derrota que vai muito mais além do reintegracionismo e das suas miragens, dos que nos refugiamos na mentira do mundo virtual, dos que gostamos ou desgostamos dos comentários no Facebook, dos que já não pisamos as ruas, porque nos dá medo. Dos que já só nos refugiamos nos bares.

Tem a Teresa duas características que infelizmente eu nunca terei: escreve uma magnífica prosa ficcional e tem uma vontade de ferro, se me permitem o tópico. Invejo a prosa, mas invejo mesmo mais a vontade. Porque a Teresa cruzou o Leteu, mas não para se agochar no obscuro, no mais profundo das florestas atlânticas em que alguns nos escondemos. E isso teria sido legítimo. Mas não, ela atravessou o rio da memória para lutar pela hegemonia, para combater por continuar a ocupar o lugar que merece na literatura galega, escreva com as letras que escrever. E isso, acho, é uma cousa radicalmente nova no nosso campo cultural marginalizado. Um símbolo evidente de a situação estar a mudar. Agora existe por fim um combate pela hegemonia. Pela hegemonia sobre umas formosas ruínas. O poder, os poderes, da língua contra a língua do Poder. O combate, enfim, contra o isolacionismo mental, que é o pior dos isolacionismos, como explicitava há pouco o nosso caro colega Ernesto Vázquez

Souza. Um isolacionismo mental que está a levar o país ao bordo da extinção e do qual, lembremos, nem o reintegracionismo está isento.

Muito haveria a discutir sobre os termos desse combate, sobre a definição do valor social da língua – facto essencial que subjaz a esta guerra –, sobre o modelo sociolinguístico que desejamos para o nosso país e ainda para a humanidade, sobre a concepção da literatura, sobre o modelo de educação, sobre o papel da *res publica* na cultura, sobre tantas outras cousas ... Sobre, enfim, a alternativa ao modelo capitalista da língua em si própria, e, sobretudo, da língua em sociedade. Teremos tempo para essa discussão. Enquanto haja bares e academias cívicas. Enquanto haja um vinho a beber, uns risos a partilhar, uma biblioteca a construir ou uma bandeira a queimar. Enquanto haja vida.

Entretanto, enquanto debatemos, combatemos, resistimos, insistimos, desconfortamos e sofremos desconforto, cara Teresa, caras amigas, caros amigos, continuemos a perseguir o desatino de construirmos uma pequena sociedade civil criteriosa, formada, rebelde e audaciosa. Continuemos a ser, como cantava Jim Morrison em *The End*, como essas crianças insanas que procuram, sempre, a chuva do verão. Que procuram, sempre, a utopia. Que procuram, sempre, a rebeldia.

Damos, enfim, a nossa mais calorosa receção a Teresa Moure Pereiro como nova Académica da Academia Galega da Língua Portuguesa, nesta Casa da Língua Comum, nesta a sua casa. Uma casa aberta, comum, heterogénea e, às vezes, um bocado barulhenta, como não podia ser doutra forma.

Muito obrigado e muita saúde.



**V Congresso da  
Cidadania Lusófona**

Liberdades de circulação e outras  
liberdades no espaço lusófono

Maria Dovigo

Palestra pela Associação Pró-AGLP.  
Galiza, em 14 de novembro de 2017.

Em 13 e 14 de maio deste ano a AGLP, o blogue *Desperta do teu sono* e a junta de freguesia de Pitões das Júnias, em terras do Barroso transmontano, organizaram as *VI Jornadas Galego-Portuguesas*. Os participantes que vinham da Galiza tiveram um contratempo inesperado, o fecho das fronteiras, que fez com que alguns tivessem de fazer mais algumas dezenas de quilómetros para entrar em Portugal pela fronteira de Verim-Chaves. O episódio deu-nos a consciência de quanto a liberdade de circulação entre a Galiza e Portugal é “natural”, invisível para nós. Não é de ontem nem é uma benesse magnificamente outorgada pela União Europeia, é uma realidade vivida geração após geração entre galegos e portugueses. O trânsito de pessoas entre o território do atual estado português e o território da atual comunidade autónoma da Galiza é tão antigo quanto a presença humana e nenhuma estrutura política alterou o relacionamento humano entre nós. As relações galego-portuguesas são relações familiares e a expressão da “irmandade” galego-portuguesa não é uma figura de estilo mas a expressão duma realidade histórica. O inquantificável fluxo de população deixou marcas na cultura material, na dita “cultura popular”, na antroponímia e na toponímia, na Galiza e em Portugal. A realidade desta comunidade explica como apesar das férreas ordens do poder central de fecho “sanitário” das fronteiras durante a guerra civil de Espanha ordenada pela ditadura de Salazar foram muitos os galegos que receberam a solidariedade dos vizinhos arraianos que os acolheram como refugiados, salvando-se assim muitos deles duma morte certa. Talvez para tornar visível este fluxo constante temos de mudar o ângulo da narrativa histórica para a história real das nossas famílias, das comunidades locais, dos percursos vitais dos trabalhadores e trabalhadoras e aprendermos com a cultura por eles criada ou recriada. Recentes livros como os de Carlos Quiroga, *A imagem de Portugal na Galiza*, de Carlos Pazos, *A imagem da Galiza em*

*Portugal*, ou o de Dionísio Pereira, *Emigrantes, exilados e perseguidos. A comunidade portuguesa na Galiza (1890-1940)*, deixam testemunho desta circulação constante e, em grande medida, invisível.

Esta realidade social é o fundamento de uma vindicação política que já vem de velho. Entre as conclusões da IIª assembleia nacionalista galega celebrada em Santiago de Compostela em 1919 figurava a seguinte: “Pedir ós Governos hespañol e portugués a libre circulación dos cidadaos de entrambos países, sen o requisito dos pasaportes”. Hoje, noventa e oito anos depois, esta circulação é uma realidade, e a minha própria história pessoal é exemplo disso. Nasci e formei-me na Galiza, tenho exercido toda a minha carreira profissional como professora no Ministério de Educação português desde 2000. No entanto esta circulação tem eivas à partida, pois se há cem anos o perfil dos trabalhadores galegos e portugueses era o do trabalhador manual, que só precisava da comunicação oral, hoje é o de um trabalhador qualificado que precisa sobretudo da comunicação escrita. O sistema de ensino que vigora na Galiza qualifica-nos em espanhol para a livre circulação pelo mundo hispano mas continua a deixar ao voluntarismo e o auto-didatismo a qualificação em português e prorroga indefinidamente o estado de exceção linguística da língua da Galiza, de facto, em estado de degradação acelerada mesmo na comunicação oral. A iniciativa legislativa popular, hoje lei Paz-Andrade, aprovada em março de 2014, promovida por uma comissão da que a AGLP fez parte, tinha o intuito mudar esta política. No quadro do estado espanhol, em que as competências de educação são em grande medida responsabilidade das comunidades autónomas, temos a comparação com a comunidade da Extremadura, limítrofe com o Alentejo, que há mais de uma década apostou fortemente pela qualificação dos seus cidadãos na língua portuguesa, com a introdução do português como segunda língua estrangeira no ensino obrigatório. São conhecidas as campanhas publicitárias que tinham como lema “o português abrir-te-á muitas portas”. Não nos escapa que a política linguística é um terreno bem mais complexo na Galiza do que na Extremadura, no entanto cremos que existe consenso social suficiente para essa mudança de política, da exclusão sistemática do português ao seu ensino nos níveis obrigatórios. Prova disso é a unanimidade na aprovação da lei. Mas, três anos depois, a Junta continua sem convocar vagas de português, sem criar departamentos de português nas escolas, etc. As políticas de língua estruturam a convivência, também entre gerações. Nunca como agora se viveu um corte na transmissão familiar da língua da Galiza. A “naturalidade” e a “invisibilidade” com a que galegos e portugueses circularam pelos seus territórios durante séculos é hoje, paradoxalmente, bem mais difícil.

Preocupa-nos não só as barreiras linguísticas que encontram os trabalhadores, mas também os estudantes, os universitários, mas muito

especialmente os escolares dos níveis de ensino obrigatório. Sendo um dos princípios da nossa associação o da defesa da unidade da língua portuguesa esta questão não nos pode passar ao lado. Novamente alguns exemplos de notável voluntarismo e profissionalismo dos professores do ensino básico e secundário mostram caminhos a seguir, que, por exemplo, ao abrigo do decreto do plurilinguismo do governo autónomo criaram secções bilingues em português em escolas do ensino regular. Eles próprios explicam que existem muitas secções bilingues em inglês e em francês, mas apenas sete em português, em grande medida pela falta de apoio e de compromisso institucional<sup>1</sup>. Preocupa-nos ainda a exclusão que os lusófonos galegos padecemos há décadas no nosso próprio país. O manifesto anti-apartheid promovido, entre outros, pelos académicos Teresa Moure e Mário Herrero em junho do ano passado (2016), visa pôr um ponto final ao silenciamento que os galegos que escrevemos em português vivemos por parte do mundo editorial e dos meios de comunicação maioritários<sup>2</sup>.

Compreendemos ainda que no mundo atual esta questão da competência linguística e da criação cultural é menor quando confrontada com o drama de refugiados políticos e económicos. Continuadores como somos duma tradição anti-imperialista, a tradição galeguista que começou com os precursores do século XIX, amante e defensora da diversidade linguística e cultural como traço inequivocamente humano, desejamos um novo mapa das relações entre os povos assente no afeto e na fraternidade. Consideramos atuais e necessárias as palavras que o filósofo galego Johán Vicente Viqueira, grande defensor, aliás, da norma escrita do português para a língua da Galiza, escreveu há quase cem anos: “as pátrias futuras terão de ser grandes amigas”. Olhamos com preocupação para o uso político dos migrantes que faz a extrema direita europeia, mais se consideramos a história de expulsão de grupos étnicos inteiros e das sucessivas vagas de exilados por motivos religiosos ou políticos que marcam a história moderna dos dous estados ibéricos, do século XV ao XX. Como associação cultural que somos acreditamos que conhecimento e reflexão históricos podem contribuir de maneira decisiva para a história do presente. Na muito menosprezada Idade Média europeia existiu imaginação política suficiente para criar o invulgar *status* jurídico do peregrino a Compostela, que tinha liberdade de circular por todo o espaço do ocidente europeu e ainda usufruía da proteção que correspondia àquilo que representava como fazedor de fraternidade, então no mundo cristão. Não são estes tempos de grande imaginação política.

<sup>1</sup> Como exemplo, o testemunho da professora de Matemática Isabel Mato: <http://pgl.gal/isabel-mato-professora-de-matematicas-em-portugues/>.

<sup>2</sup> Vid. online: <https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdMgZmk3oVswRYf5drPsFj-TdECRL-zoMcLhEYMcyQJ-iX8rvA/viewform>.

Por outro lado é empenho da nossa associação contribuir para que a sociedade e o mundo cultural galegos se abram ao espaço lusófono. Não nos contentamos com a cultura institucional autorreferencial nem com os meios de comunicação de massas que nos inserem “naturalmente” e com exclusividade bem nos referentes culturais hispanos bem nos anglófonos. Queremos promover o conhecimento das sociedades e das culturas do espaço lusófono porque não nos conformamos com o empobrecimento sistemático da diversidade cultural humana. Com esse espírito a Pró, a AGLP e a UMAR organizaram o “1º Encontro de mulheres da lusofonia. Mulheres, territórios, memórias”, em Vilar de Santos, em terras da Límia galega, em março do ano passado. Em expressão da nossa companheira e académica Concha Rousia, desejamos uma mudança de narrativa mais fraterna e menos hierárquica, com foco na solidariedade, na compreensão e na empatia, e não na competitividade e na história panegírica, mudança de narrativa necessária para que a liberdade, a de circulação e qualquer outra, sejam reais e profundas. Daremos continuidade ao encontro em abril do próximo ano, na Casa da Língua Comum em Compostela, sede da AGLP.

Não se pode deixar de pensar a circulação sem pensar como se habita o território. Começava falando das jornadas de Pitões das Júnias, aldeia do Barroso. Uma das preocupações dos organizadores é darmos voz e razões aos que resistem à desertificação do território, mantermos o agro vivo, não museizado ou turistificado, muito menos afogado por um sistema económico que dispõe dos nossos recursos e compromete não só a diversidade natural e a humana, mas também a nossa democracia, as nossas liberdades e a fraternidade entre povos que desejamos. A cultura ancestral galaica sacraliza o movimento e os que se movem, sacralização visível nas encruzilhadas dos caminhos e em variados referentes culturais. Ao mesmo tempo os poetas fizeram do retorno à casa a grande utopia histórica dos galegos. Esta aparente contradição é para mim um exercício de compreensão das múltiplas vivências do histórico que cabem em nós e um exercício de amor à pluralidade irreduzível da humanidade em trânsito que somos.

## **Publicações**

---

***Um elefante no armário***

Teresa Moure

Compostela, Através-Agal, 2017

Rebeca Baceiredo

**Q**uem é essa moça? Quem é Ana Brower? Quem é Ana Silva ou Ana da Silva? Diversos personagens narradores vão-nos contando, cada quem com o seu registo, o relato comum com ela. E apesar de provirem de estratos socioculturais relativamente similares, com o conseguinte risco de homogeneização na linguagem, isso não sucede e cada voz oferece-nos a sua singularidade expressiva, mas algo mais: não só imos conhecendo a Ana, se é que isso sucede; é que também os imos conhecendo a eles, o seu entorno. E isto através de pontos de vista cruzados e de distintas formas de escrita: poemas, chats, correios eletrónicos.

O livro de Teresa, *Um elefante no armário*, gira em torno à identidade de Ana, uma filósofa vinculada com a universidade, interessada na epistemologia e a fenomenologia, interessada no problema da verdade. Como demos adiantado em entrevistas com Teresa, a verdade é um tema que se escapa, que não se aprende. É a verdade a sima de todas as perspetivas? A verdade é uma verdade por aproximação? Como se construi a verdade sobre uma identidade, a partir do que a identidade diz sobre ela mesma ou são mais fiáveis as impressões que os outros têm sobre um ser alheio? Não só com o que os personagens que conheceram a Ana é possível construir o que a Ana é, e também não com o que ela escreve de si e da sua interioridade, pois a verdade tende a ser inclassificável. Como o sujeito se cria em relação com o outro, é a Ana, são eles, aquilo que aparece nas suas conversas de chat ou correios eletrónicos? Somos realmente o que dialeticamente, quer dizer, reativamente se manifesta de nós com um outro concreto? Seríamos a soma dessas manifestações concretas?

Diz Aristóteles que a verdade é o ser, em tanto que o ser que existe é uma verdade, pois existe. A verdade em Aristóteles, já do período helénico mas grego ainda ressoa à Grécia arcaica, ainda ressoa como *aletheia*, desvelamento: a verdade é o ser enquanto ser, isso que existe aí no fundo. E diz-se no livro de Teresa: a verdade é única, essencial, ingovernável. Portanto: inapreensível, escorregadiça, inesgotável, nas definições, que se irão sustentando, nem no conteúdo. Ainda neste ponto: é verdade a construção poliédrica de algo a partir de pontos de vista quando o recorde é obviamente uma construção (Aristóteles distingue a memória do recorde, e o recorde aparece como aquilo que atualiza o guardado, ré-cria, portanto)? Mas já o presente o é, uma construção, porque, mesmo antes de selecionar inconscientemente a percepção (que se dá a partir das microperceções), estamos situadas em um ponto que nos permite uma determinada visão. E estabilizamos essa percepção, esse enquadramento, fundamentando-nos e refundamentando-nos em “opiniões baseadas naquilo que vimos outras vezes”, insistem no livro. Isto é, a doxa ampara-se na sensação, e mesmo pode arroupar o sentido comum, que carece das mesmas raízes que devesse ter a verdade entanto que episteme (pois a verdade é ser e o que conhece o ser é a episteme e não a doxa). O intelecto, então, poderia aproximar-nos dalguma verdade?

Mas no livro não só aparece o tema da verdade, aparece o sexo, o desejo, o poder, a relação das três cousas anteriores com o género. E, por outro lado, a escrita, a criação, a docência, a filosofia, a arte. Quer dizer, a existência. A existência como verdade ou metaexistência, e vemos que é múltipla.

Começa um voyeur introduzindo-nos nas bases que nos cimentam e nos movem, também: natureza e civilização. “Na selva, um mínimo movimento pode delatar-te”, diz, como se a selva ainda latejasse em nós, porém, ainda que a sua lei é a do poder, não se situa nela, na selva, no selvagem, senão na civilização, no conhecimento, que é a sua reminiscência, portanto. A civilização é a selva requintada. De facto, distingue-se entre um poder mais tosco, mas não faz pendular o poder mais tosco e um poder mais sedutor. O primeiro tememo-lo, e o segundo quer-se, deseja-se a sua sedução, que possua o sujeito e o converta em objeto, porque desse jeito, como na dialética do amo e do escravo, esse objeto tem debruçada a atenção, a intenção do sujeito que seduz, convertendo-se assim no foco de atenção e na sua possessão. Disso vão os jogos de poder.

Requintado. O voyeur, Mauricio, fala-nos disso, pois é justamente com a sua mirada que controla as que observa, domina-as radicalmente, evitando essa dialética que lhe traria o poder de volta, noutra organização, mas o sujeito que é observado desconhece, ignora esta situação, porque não pode mais do que converter-se e permanecer sendo o objeto, não há possibilidade de resistência e recuperação do estatuto ontológico. O voyeur é um covarde. Mas talvez a presa tem mais inteligência que a que lhe concedem ... As gazelas, diz-se no livro, sendo como são bem espertas, às vezes escangalham-se pelo desejo, perdem-se pelo desejo. Mas esse é o ponto de vista deste voyeur. Perdem-se pelo desejo porque talvez está codificado segundo as pautas de género ... ou? Pois não é só o ponto de vista do voyeur, é também uma questão que se acomete: com que se excitam as mulheres? Por que há mulheres que buscam papéis paternos, literalmente ou ainda que seja intelectualmente falando, nos homens? Mesmo os homens da obra têm claro que a pulsão intelectual nelas faz com que se dê uma projeção entre a mente masculina e o seu falo. São certas mulheres, ou é Ana, sapiosexual ou buscam as mulheres ser ensinadas, buscam mentores, pais, reafirmarem a posição de subordinação, buscam uma metonímia do falo – submeter-se a ele sem se submeter a ele? É sapiosexualidade ou poder e patriarcado, pois nunca ninguém fará uma relação diretamente proporcional entre a mente e a vulva, quiçá inversamente proporcional, isso sim. É uma manifestação da interiorização das distintas possibilidades de acesso, por género, ao mercado laboral e concretamente qualificado? É compatível, nesse patriarcado, a ambição profissional de uma mulher com a satisfação do seu desejo sexual? Que sucede quando diverge a pulsão e a mente? Queremos o que queremos ou o que estamos programados socialmente para querer, e por isso o sujeito, oh, está cindido? Podemos escolher para onde dirigimos o desejo? E, qual é a possibilidade de sexo, o mercado, para quem não segue as normas, para quem não está dentro da pauta, para cujo ser não recai dentro dela?

O sexo é um tema recorrente, como se a través dele pudéssemos aceder à protagonista: o sexo é o que nos coneta com a natureza, com essa selva que ainda levamos, cum um estado precivilizatório. mas, por um lado, a imagem sexual que os demais têm de Ana, em que projetam o seu desejo e configuração moral pessoal e a que ela mesma tem de si, não coincide. Por outro, o voyeur está farto de se ver enchoupado nos suores, físicos e mentais, que implicam



as relações sexuais com outros primates humanos. Prefere excitar-se com a virtualidade, mais real, mais matemática. Despreza o corpo. Essa combinação quase impossível que fascina o espectador contemporâneo.

Onde está o limite entre a ficção e o real, se existe tal, e lembramos o apontamento ao síndrome de Münchhausen, em que os pacientes representam sintomas de doenças que não têm. Quem é? A fisura do outro? A fisura própria? O que queremos? O que tememos? Somos o que projetamos no espaço que difumina a cisão moderna do público – privado, nesse novo lar virtual que é o muro dos facebook? Somos o que queremos exibir ou a causa pela qual queremos exibir algo de nós? Exibimo-nos para ser percebidos de uma determinada maneira, reflexiona-se. É realmente íntimo, isso que exibimos? Podemos realmente fazer funcionar o facebook ou as redes sociais como máquinas de guerra, como contrapoder – mesmo agora que anunciam que primarão os conteúdos pessoais sobre as notícias?

Pois o sapiens, se algo faz, nesse pendular do poder do seu cariz mais tosco e duro a um mais suave e codificado, em forma de conhecimento, é criar sentido, aura, presença. É criar já mundos virtuais antes do que digital com as palavras, com a linguagem, com a arte, com a criação de sentidos. Mas insiste-se em que a realidade é mais exagerada que a icção, que o escritor mente para criar sentidos menos horripilantes, às vezes. Emprega também silêncios; são necessários, precisos para dar sentido aos nossos ruídos.

A escrita, a relação com a criação, a necessidade de fazer algo novo, de não repetir-se, de escrever fora das categorias são reflexões ou questões que salpicam o livro entre as vidas baleiras dos professores, filósofos e escritores que o povoam e que devem fazer o que puderem pela sua mente e corpos nos congressos, nos ambientes tóxicos do trabalho universitário. É a escrita, perguntam-se nalgum momento, a atividade inexorável de um ego enorme? (Pessoalmente diria que não, que a expressão provém doutro lugar, ou para não repetir-se, precisamente, deve provir doutro lugar, pré-individual.)

A criação deve ter a ver com a autenticidade, com a honradez, diz-se nalgum momento. Precisamente uma das noções de verdade, a hebraica, é a confiança, essa vontade, esse compromisso com o que pode ser, e será. O rejeito da mentira é essa autenticidade, diz – com todas as minhas objeções a respeito doutras

cousas que conta no seu último livro *Da lixeireza* – Lipovetsky<sup>1</sup>, diz o rejeito do fake. Não o rejeito da interpretação, pois tudo é interpretação, senão que não interpretes de verdade, com autenticidade, com entrega, com honestidade, como o Coma se, de Jean Rouch. Por isso não se pode, como diz Maurício, pretender, ser sincero com todas .... como?, perguntam-se várias vezes. Como é isso? Se a verdade é por compromisso, isso parece impossível.

Portanto, a verdade é não jogar à sedução, pois as pessoas se deixam seduzir pela mentira, dizem no livro. Os docentes devem seduzir, mas as filósofas, que buscam a verdade, podem fazer discursos incómodos. A verdade não é cómoda nem doada. A filosofia transforma a vida porque é uma atitude, apontam. Enquanto transforma a vida é ‘verdade’. Por isso a filosofia não está feita para os espíritos que temem dar no certo. A filosofia, prosseguem, é para entender, mas escreve-se, dizem, para conter a hemorragia. Dalgum jeito é libertar-se de uma mesma, poder sangrar sem se dessangrar, desfazer o *ego* sem se desfazer inteira, exprimir-se sem perder a materialidade da vida – trazer um anaco de caos sem o desfazer e sem se desfazer nele–: por isso, insisto eu, a expressão artística não é a expressão do *ego*. O *ego* que se projeta faz uma coisa, a pré-individualidade que se expressa, faz outra. Como se diz no livro, um *ego* pode escrever muitas páginas, pode encher-se como um falo e botar, mas perde o poder e não bota tanto, que não é a fonte. Mas quando se escreve, ou quando se cria, também se diz no livro várias vezes, guia-te o inconsciente, nessas viagens conduz o inconsciente, que por sinal é a sutura, a porta de saída para esses espaços pré-individuais.

No entanto, criação é um jeito de verdade, e não tem que adequar-se positivamente a nenhuma realidade, nem sequer desvelar, entre os eflúvios gregos, qualquer origem, fonte, sendo tudo um jogo de representações. mas tem de representar honestamente, como quer precisamente o voyeur: quer simplesmente ser um personagem, quer simplesmente sentir, ver. Ver e fazer sentir é o que faz o autor: infiltra-se no mundo do outro. Maurício quer ser personagem através das imagens, que é o que são os narradores da história, mas também as escritoras, pois sente as outras vidas, vive-as, interpreta-as, abre-as, que é o que faz a arte, que é o que o livro faz a Ana, que é o que o que Ana queria: o seu livro, a abertura de si, tanto na vida como na morte. Diz: faze-me o que quiseses, farei o que quiseses.

<sup>1</sup> Gilles Lipovetsky, *De la légèreté*, Grasset, janvier 2015, 372 pp. [nota do editor]

Contudo, o olhar do voyeur é perverso, porque domina, porque subsume a expressão do outro ao seu desejo: mas é mentira, não vive as vidas dos outros, vive a sua a través dos outros, como um vampiro. Quando chegam Ana e Natalia à casa de Maurício vindo com as roupas desportivas, vêm de correr, elas são culpáveis de excitar o seu desejo. Como é que se lhes ocorre vestir assim? O voyeur não se identifica com o que vê, como dizem no livro, mas existe dominando o outro, que não o vê, de modo que não pode desafiá-lo recuperando o seu estatuto de sujeito, olhando-o e convertendo-se assim de novo em um sujeito. Por isso lhes é preciso aos agressores o silêncio, pois evitam, através da dialética, permitir ao outro ser um interlocutor, um igual, um sujeito. Também a passividade que mostram, no livro a respeito de um caso compostelano, como manifestação de uma evidente posição de poder, ‘como se nada se passasse’, ou como diz Barthes nas *Mitologias*: os deuses e os gângsteres não têm que falar, movem a cabeça e tudo se cumpre. Volvi a ver, por décima ou vigésima vez *O padriño*: com que serenidade, com que poder diz: ainda não entendo por que me faltas assim ao respeito. O poder mostra-se incólume, não titubeia, não tem nem por que exercer-se (porque no exercício até se constata que não é tanto o que se tem ...).

Assim, o voyeur, que não só é Maurício, nem os narradores, nem a escritora, mas também as leitoras, não só mantém o poder por ser o único sujeito desse despregamento ontológico, senão que mantém o poder porque o desejo nunca se esgota ao nunca ser colmado, pois existe, apontam, essa melancolia pela desapareição da ereção que se tenta evitar ou gerir: perder o poder provoca tristeza nos que dominam. Esses que dominam podem dizer que o satisfizeram melhor as mulheres que compreenderam a sua mente, porque eles precisam refletir-se noutro para ser, mas em um outro que não o desafie, em um outro que o acougue, que lhe faça ficar seguro do seu poder, que reafirme o seu estatuto de sujeito, digo. Mentres, elas, enigmáticas, elas, objetos de fascinar, simplesmente estão satisfeitas deitando-se com esse falo, com essa mente, com esse homem, com esse sujeito, sendo o seu objeto favorito, oh, são sinceros com todas. Eles têm mente e têm alma, são sensíveis às cousas, são sensíveis às que se param a conhecer as suas interioridades.

A Mauricio fascina o mistério de Ana, que não desentranha. Pois se elas são objetos, são misteriosas, são inexpugnáveis, inacessíveis, isso é o que mantém o desejo excitado sem se colmar, digo, jamais. Para o personagem de Simón, Ana também é um objeto: para o mundo dedica-lhe um blogue em que mostra um

erotismo tosco, rústico, do meu ponto de vista, mas a galeria, o mundo gosta dele, porque gosta da manifestação / expressão grotesca das emoções afetadas. mas o único que afeta aí são os fluxos: não há nada de Ana que interesse a Simón, apenas o sexo, como metonímia da adoração que ela lhe professa. Não se interessa pela sua mente: se a tivesse em conta já não seria um objeto, quer dizer, perderia o enigma e, assim, ele perderia o seu desejo e já não seria um objeto e deixaria de ser, ele, assim, o único sujeito. Teria de compartilhar o poder com uma igual, mesmo prescindir do poder. Isso não lhe interessa. Aos depredadores. Que pareça sem ser ... Pois o eu só existe na conversa, não?, aponta a terapeuta Ingrid nalgum momento.

Por isso o que dizemos também está perto do amor e da morte, sendo a morte a morte do eu, pois quando aparecem os divórcios, aparecem as regenerações ou a sua necessidade: a morte, não como fim, mas como transformação, psicológica, neste caso. Nos divórcios, diz-se, há que reinventar o relato da própria vida, daí a dificuldade dessas separações. Se manter uma relação é desenvolver a capacidade de se adaptar a um outro, esboça algum personagem, está claro que se fala de um que se adapta ao ritmo alheio, de um que se subordina, de um que se dilui no outro: um que se submete ao outro não é a dissolução em nenhum oceano divino, não é a desfeita metafísica, não é amor, é subordinação ao poder, ao que pode mais. Exigimos ao outro que seja o nosso espelho, aponta-se. Que seja uma prolongação de nós, que amplie o nosso ego, não o nosso ser (potência, energia desterritorializada).

Em qualquer caso, se é que se dá um arranjo, um acoplamento horizontal e igualitário (isonómico, democrático;), quando partes do arranjo decidem continuar devindo por outro lado, o resto das partes devem refazer-se no seu próprio devir, pelo caminho que for, ou fora do caminho. Obviamente, de um jeito ou outro, há mutação.

Então, quem é Ana, que muda através das palavras que, como diz ela, exigem e tomam o seu tempo? Tomam a realidade, sem a esgotar, isso sim. Quem é Ana e a sua verdade? Como sabê-lo, se não sabemos ainda o que é a verdade? “É divertido resolver a verdade como encruzilhada, diz-se, mas a verdade é mais do que uma solução válida e única, é inclassificável”. Para Ana a verdade é o contrário do mal, uma sorte de honestidade com a vida que faz coincidir o bem com o ser, como na antiga Grécia, mas também a verdade com o caminho e com a vida, como no cristianismo. A verdade é logo o contrário da dívida, Schuld,

termo alemão, holandês no livro, que se repete no texto para indicar a sua dupla face semântica: dívida e culpa.

Para evitar a dívida com a vida, portanto com a verdade, para evitar essa culpa, há que ser quem se decide ser. Essa é Ana: Ana é quem decidiu ser, explicita-se no livro, não, a diferença, por exemplo, de Simón, que é o que a vida com os seus tempos fez dele. Ana é o enigma mas não por ser objeto, senão por ser atividade: não é reação passiva, não se esgota no que aparece nos seus correios, não é o que os demais projetam sobre ela, não se esgota na dialética nem na falta dela. Ana é o que quer ser ...

Devoramos histórias porque queremos saber como acabarão, dizem no texto: lemos, no mercado, histórias de prazer para saber como acabam, mas os textos de gozo de que fala Barthes, simplesmente são o desejo alimentando-se de si mesmo, mas sem voyeur, sem sujeito nem objeto. Sem trama. Lemos histórias para saber como acabam, mas o livro fica como enigma.

Ana fica sendo um enigma, inapreensível através da representação, que sempre deixa ocultos, pois o tecido está bem amanhado mas é um tecido sobre real. Quem é o outro, que somos nós, de que vai o fundamento da existência, ou a existência sem fundamento? O enigma que é Ana é o enigma do ser humano: a esfinge é o nosso enigma.

***A imagem da Galiza em Portugal.  
De João de Redondella a  
Os galegos são os nossos irmãos***

Carlos Pazos-Justo

Compostela: Através Editora, 2016

Xurxo Carvalhido

**E**sta obra de Carlos Pazos-Justo (Redondella, 1975) foi publicada pela Através Editora em 2016 e complementa-se com o livro de Carlos Quiroga, *A imagem de Portugal na Galiza*, publicado no mesmo ano e pela mesma editora, embora sejam obras diferentes, na focagem, no texto, nos objetivos e até na edição.

Carlos Pazos-Justo é professor do Departamento de Estudos Românicos da Universidade do Minho e membro do Grupo de Investigação Galabra e no seu percurso como leitor de galego e atual professor de espanhol em Portugal foi somando anedotas pessoais à sua carreira como investigador, isto fez com que em *A imagem da Galiza em Portugal* o rigor na exposição se complementasse com diferentes anedotas, que provocam uma leitura rápida e ágil.

Esta questão da adaptação da escrita à obra é preciso esclarecê-la para evitar interpretações. O autor já tem uma obra considerável, mas sempre de natureza académica. De facto, com *Trajectória de Alfredo Guisado e a sua relação com a Galiza (1910-1921)*, ganhou o Prémio Carvalho Calero de Investigação em 2009, publicado na editora Laiovento em 2010. Em 2015 publica em Edições Húmus, *Relações culturais intersistémicas no espaço ibérico. O caso da trajetória de Alfredo Guisado (1910-1930)*. Ambas as obras são de interesse para um público académico e especializado e, consequentemente com um estilo propriamente academicista.

Em *A imagem da Galiza em Portugal* o autor consegue libertar-se, em grande medida, das algemas dessa escrita caracterizada por longos parágrafos, citações constantes e frases grandiloquentes, embora mantenha traços do mundo académico, sobretudo na abordagem da terminologia utilizada.

A obra é estruturada, sem o especificar, num preâmbulo, três capítulos, uma coda final e as referências bibliográficas, surpreendentemente extensa para um livro tão breve. Para além disso, são inseridas numerosas imagens, fotografias, desenhos, quadros e capas de jornais, livros, guias e revistas, que provocam uma leitura muito visual e agradável, pois ajudam a ilustrar e a compreender as temáticas do livro.

No preâmbulo, o autor explica a necessidade do livro com uma anedota pessoal exemplificadora sobre uma das emissões e recepções da imagem do galego e da Galiza em Portugal. Esta dessintonia em interpretar as imagens, a força das imagens, a sua perdurabilidade e resistência à mudança fazem do breve preâmbulo um guia de leitura.

Também no preâmbulo esclarece o autor a origem académica do trabalho, sem lhe dar valor académico ao livro “pois nutre-se igualmente [...] das reflexões e ideias várias de quem vive e trabalha em Portugal, em Braga concretamente, e se interroga amiúde por estas questões” (p. 10). Contudo, não concordamos com esta desvalorização da experiência e reflexões pessoais, pois são muitos estudos académicos os que adoecem de qualquer valor ao reduzir as análises ao estritamente publicado, quando no âmbito das imagens é a vivência, individual ou coletiva, a que costuma marcar tendência.

De facto, em nossa opinião, um dos livros que melhor analisou até à altura as relações entre Portugal e Espanha no nosso dia a dia, com referências à realidade específica no que diz respeito às relações entre a Galiza e Portugal, é um livro sem nenhum aparato académico mas cheio de reflexões a partir de experiências reais. Estamos a falar do livro de Federico J. González, *Reflexões de um Espanhol em Portugal*.

Embrenhando-nos na estrutura do livro, no capítulo: “Imagens: por que, para que e como?”, o autor trata a natureza das imagens e a Galiza nos imaginários.

É a parte mais teórica do livro, com citações explicativas de autores que já têm tratado o tema da construção da imagem do galego, como, por exemplo, Miguel-Anxo Murado ou Xosé Manoel Núñez Seixas, numa viagem que revisita construções estereotipadas antigas, clássicas e contemporâneas. Assim, constata-se realmente através das imagens, positivas ou negativas, uma realidade cultural forte, diferente, viva e coesa.

Se calhar, neste capítulo poderia ser interessante introduzir a hipótese das origens da imagem do galego em textos de Fernão Lopes ou da introdução da imagem negativa do galego em Portugal através da influência do teatro castelhano no teatro clássico português. Contudo, também parece razoável que essa hipótese fosse posta de lado ao abrigo de reduzir ao mínimo o percurso histórico do livro e não fosse um recompilatório ao estilo da obra já clássica de Alonso Montero, *Galicia vista por los no gallegos*.

No segundo capítulo: “Imagem até 1936”, Pazos-Justo trata o imaginário negativo do galego; o imaginário de afinidade; as encenações das afinidades entre galegos e portugueses; e o imaginário luso e a trajetória da comunidade galega de Lisboa.

É o capítulo mais interessante e provavelmente mais surpreendente para o leitor galego, mesmo interessado nas relações entre a Galiza e Portugal. Nele é estabelecido o percurso que a comunidade galega emigrada a Portugal, especialmente para Lisboa – os lisboanos – fizeram para passar de uma imagem negativa do galego a uma imagem positiva, baseada no trabalho, no empreendedorismo e no empenhamento social, cultural, económico e político, o que o autor denomina a aquisição de capital social e capital simbólico.

Como explica Pazos-Justo:

Os galegos de Lisboa descobrem que a *galeguidade* não é necessariamente, portanto, um entrave para aquisição de capital social ou simbólico. A *galeguidade*, sob o prisma do imaginário de afinidade, homologa-os com os lisboetas/portugueses e até nobilita a sua cultura de procedência. (p. 88)

A parte surpreendente do capítulo para um leitor galego interessado é, por um lado, a descoberta desta emigração e, por outro, a ocultação em meios políticos, sociais, académicos e simbólicos dessa realidade na própria Galiza. É ilustrativo a este respeito que a publicação *A Nosa Terra* fosse apresentada em cabeçalho gráfico como “Ideário da Hirmandade da Fala em Galicia e nas colónias gallegas d’América e Portugal”. É evidente que essa simbologia positiva e transcendental que na Galiza atual se dá à emigração galega na América ou noutras partes de Europa perdeu qualquer eco no caso português.

O terceiro capítulo intitula-se: “A Galiza no imaginário português hoje”, subdividido em “A invisibilidade”; “As afinidades”; “A setentrionalização”; “O ruído”.



Neste capítulo o autor conclui que a ruptura produzida por ambas as ditaduras provocou uma ruptura no desenvolvimento das intervenções culturais:

O golpe de estado e a consequente Ditadura franquista, assim como a consolidação do Estado Novo, fizeram com que se esvaíssem quase todas as possibilidades de intervir cultural e politicamente para muitos dos interessados no contacto galego-português, para muitos dos empenhados na ativação das afinidades. (p. 89)

O autor ilustra esta incomunicação no longo período que existe entre 1886 e 1993, mais de cem anos entre a ponte velha e a nova que unem Valença e Tui. É neste ponto entre comunicação e invisibilidade onde o professor redondelano tenta fazer uma abordagem sobre a questão linguística, à que não é possível fugir, mas que também provoca numerosos equívocos nas relações de certos âmbitos e alguns ambientes.

E eis uma das grandes contradições tratadas nesta obra, quando maior são as possibilidades históricas das relações entre galegos e portugueses e quando se constata uma invisibilidade da imagem da Galiza em Portugal: “Parece inevitável ter em consideração o relacionamento hispano-luso, a imagologia hispano-lusa, para entendermos as lógicas da imagem portuguesa da Galiza” (p. 92). Ou seja, segundo o autor, parece difícil para um país uniformizado como Portugal reconhecer diversidade em Espanha. Um Estado, o espanhol, que baseia a sua projecção internacional na importância da língua espanhola, Espanhol S.A, em palavras do professor compostelano José del Valle.

Seria possível acrescentar, mais ainda se essa realidade diferenciada não potencia a sua presença internacional, caso contrário ao do País Basco ou Catalunha. Por isso:

Vemos, enfim, que hoje, em meados da segunda década do século XXI, a análise da matéria proposta deverá equacionar primeiramente a *invisibilidade* da Galiza e os galegos na perspectiva de Portugal no meio de um emergente *todo* espanhol. Por outras palavras, a crescente ativação de um novo imagotipo a respeito dos espanhóis, de carácter abertamente positivo – provavelmente hegemónico nas faixas etárias mais novas – contribui para um apagamento da Galiza e dos galegos no imaginário português. (p. 95)

Se o objetivo de uma resenha é encorajar o leitor para a leitura de uma obra, *A imagem da Galiza em Portugal* é uma obra que deve ser lida, assim de simples. Portanto, esta resenha apenas pode justificar esta conclusão.

***A imagem de Portugal na Galiza***

Carlos Quiroga

Compostela: Através Editora, 2016

Xurxo Carvalhido

**A** obra de Carlos Quiroga (Savinhao, 1961), como explica o professor compostelano na “Advertência”, nasceu a partir de um projeto para a elaboração de um dicionário sobre Portugal segundo os países e nações da Lusofonia.

O livro – de 119 páginas, acompanhadas de numerosas imagens ilustrativas ou explicativas–, forma parte de uma iniciativa da Através Editora como contributo à análise das imagens cruzadas entre galegos e portugueses. A outra face do projeto seria *A imagem de Portugal na Galiza* (2016), da autoria de Carlos Pazos-Justo. Contudo, não é possível ler os dois livros como duas partes de uma mesma obra. São complementares não iguais, pois as abordagens e, consequentemente, os conteúdos são diferentes.

A obra tem como capa uma imagem nebulosa onde aparece uma folha de bacalhau e o o Padrão dos Descobrimentos em Lisboa. Já a própria capa é significativa das funções que as imagens podem representar segundo os conhecimentos individuais ou coletivos. Apresentar um monumento de estética fascista inaugurado em plena ditadura salazarista e equipará-lo ao bacalhau pode ser tão atrevido ou inocente como qualquer outra escolha.

E eis que numa simples capa de um breve livro se representa toda a complexidade de explicar a imagem que Portugal e os portugueses podem representar na Galiza e para os galegos. Repare-se que o sentido de imagem seria na teoria incompatível com as imagens, quando o conhecimento real ou mediatizado, direto ou indireto, aponta para um grande leque de imagens contraditórias sobre Portugal na Galiza.

Por isso é preciso dar os parabéns ao autor, pelo desafio e pelo contributo. Pois todos os leitores galegos – sem descartarmos outras leituras, a recepção aqui encarada é a de um leitor galego –, à medida que avançam na leitura, vão contrastar o escrito com as suas próprias experiências, com as suas próprias imagens.

A obra é organizada numa “Advertência”, já referida, num “Preâmbulo”, em cinco capítulos – “A idade antiga”, “Os Séculos Obscuros”, “O Ressurgimento do séc. XIX”, “Século XX” e “Olhares Contemporâneos” –, uma “Síntese final” e a Bibliografia.

O preâmbulo, mesmo sendo breve, já apresenta e representa a grande dificuldade de tratar a questão da imagem de Portugal na Galiza. O autor explica com honestidade intelectual que:

Se a proximidade física, sim, pode ser causa da distorção do objeto e da perspectiva, na apreciação do presente caso não deixaremos de admitir que também concorre o problema do autor e a sua afinidade com o tema [...]. Sobre todos estes riscos só se pode advertir que se conhecem e que se vai demandar o caminho mais honesto. Busca-se a História, procuram-se representações, ordenam-se no tempo. E há o melhor empenho por usar lentes diversas e ângulos complementares. Incluindo tomadas de espetadores isentos. Quanto ao real, confira quem ler. (p. 14).

Repare-se no possível problema de pôr apenas os olhos nas elites culturais, âmbito ao que pertence o autor, e desligar outros planos, fundamentalmente o humano e o económico. A mesma dificuldade encontramos quando se pode perceber que apenas as pessoas que têm uma visão positiva de Portugal, pertencem a uma percepção da Galiza como espaço lusófono.

Por exemplo, esse “Sempre vos encantaron as portuguesadas”, trecho da obra *Rastros*, de Roberto Vidal Bolaño, com que o autor inicia a secção “Sequências imagéticas” apenas pode ser percebido num determinado sentido – político ou linguístico – por um setor muito concreto da sociedade galega.

De resto, a imagem da “portuguesada” tem um sentido imagológico muito mais alargado no conjunto geral da sociedade galega nem sempre presente nos dicionários: “Dito ou feito em que se exagera a importância de uma cousa”, para o *Estraviz*; “Grupo de portugueses”, “Os portugueses” ou “Dito ou acto que se

reputa próprio de português”, no *Priberam*; “Dicho o hecho en que se exagera la importancia de algo”, no RAE, sem que o dicionário da RAG registre a palavra. Neste sentido, o livro aqui resenhado procura, intuímos, certa ambiguidade explicativa à volta da imagem de Portugal na Galiza, sem conclusões sobre o significado definitivo da “portuguesada”.

No segundo capítulo, “A idade antiga”, é realizado um percurso mais histórico-linguístico do que de análise das diferentes imagologias na altura ou recepcionadas a posteriori. Como afirma o autor:

Para outros países/nações será possível realizar recolhas imagéticas referidas a Portugal num espaço razoável de 500 anos. No caso da Galiza até a cronologia se complica. (p. 15)

Para tentar explicar estas complicações é feita uma análise sucinta da história da Península Ibérica, a romanização, o reino Suevo, o período visigótico, chegada dos povos muçulmanos, e processo de criação dos reinos cristãos, em confronto com os muçulmanos, mas também em confronto com os outros reinos. Assim, é sublinhado a tentativa da historiografia espanhola em apagar o papel e o nome da Galiza nesse processo de criação de espaços sócio-políticos autónomos.

A partir da criação de Portugal, o autor continua em percurso linear a explicar o processo de consolidação do reino português face à Galiza e, sobretudo, a Castela:

Ao contrário do Portugal expansivo e difusor, que leva a sua cultura e a língua comum pelo mundo, a Galiza entra num longo ciclo radiado, ainda hoje operativo. (p. 28)

Na seguinte secção, o autor assume o conceito de “Séculos Obscuros”, uma concepção de imagens cada vez mais posta em causa, onde o apagamento do mundo literário em galego é trasladado a todo o âmbito político, social, cultural e artístico.

Os três séculos que seguem ao esplendor da lírica medieval são denominados na cultura galega de «Séculos Obscuros». O referencial idiomático é evidente nesta e noutras denominações, e convém deixarmos constância, a par das circunstâncias históricas, do estado da Literatura e da Língua, vínculo substancial em futuros entendimentos de Portugal por parte da Galiza.

Contudo, achamos que esta ideia-força, a do vínculo com Portugal através da literatura e da língua, pode acabar por ser uma miragem mais do que uma realidade constatável.

Na secção “Portugueses de palco”, é feita uma abordagem sobre as representações imagéticas no âmbito dramático da altura: “O Português sedutor”, “o amor português”, “a arrogância portuguesa”, “o bom português” e especialmente centra a análise imagológica no *Entremez Famoso Sobre a Pesca no Rio Minho*, onde aparecem imagens ainda hoje perenes: o português com bigode, que diz palavras ou com falsa coragem. Porém, como é sabido, o entremez tem final feliz em forma de reconciliação, festa e baile.

Contudo, o autor alinha com o historiador Ramón Villares ao sinalar o século XVII como início de um período de especial ignorância mútua entre Galiza e Portugal e, conseqüentemente, a elaboração de imagens negativas sobre Portugal, a língua portuguesa e o português, com a sua versão imagológica feminina, a portuguesa.

O terceiro capítulo é “O Ressurgimento do séc. XIX”. Nele, o professor Quiroga sublinha como o despertar da consciência popular como povo diferenciado obriga as elites intelectuais a procurar em Portugal um referente de soberania e autoafirmação face ao poder centralizador espanhol.

De modo conseqüente esta aproximação, este conhecimento, por vezes idealizado, que promovem intensamente vai mudar de maneira eficaz a imagem de Portugal, pelo menos “ao nível de elites culturais e galeguistas”. Pois ao nível popular a elaboração de imagens de afinidade é mais complexa.

Ora, é nessa elite galeguista que nasce a imagem de Portugal como referente imagológico essencialista do que Galiza foi ou pôde ter sido, especialmente da descoberta da tradição literária galego-portuguesa:

O papel que a lírica galego-portuguesa terá na recuperação de uma incipiente consciência da identidade galega [...] vai ser importante na aparição imagológica da comunhão com um simbolismo positivo e até redentor de Portugal em termos políticos. (p. 62)

Assim, e em contraste com a invisibilidade e o apagamento progressivo da imagem da Galiza em Portugal que a obra de Pazos-Justo (*A imagem da Galiza em Portugal*) trata, não se passa o mesmo ao contrário pois: “A diferença está

na imagem que as elites culturais elaboram, no caso galego cada vez mais entusiasta e necessitada da legitimação identitária” (p. 64).

O quarto capítulo, “Século XX”, é o maior capítulo do livro, e pode ser o capítulo onde o leitor galego se pode sentir mais desorientado, primeiro porque é um período mais próximo e, segundo, porque há um tratamento, achamos, descompensado no tratamento de fenómenos culturais de massas.

Para o autor, se no período do Ressurgimento se produz uma descoberta da imagem de Portugal, no século XX Portugal passa a ser central na construção do discurso cultural e político. Nomes incontornáveis da história de Portugal e a Galiza, jornais, revistas produzem todo um discurso, uma imagem positiva, sobre a relação entre os dois povos. A ideia da Galiza como terra irmã, a língua galega florescendo em Portugal, os dois namorados que não os deixam namorar, etc. Porém, ao mesmo tempo que é construído esta imagem referencial positiva, consolida-se e espalha-se a imagem negativa sobre Portugal, o português e os portugueses.

A Guerra Civil espanhola, a repressão da ditadura do General Franco e o colaboracionismo Salazarista (lembrem-se os republicanos fugidos para Portugal entregues pelas autoridades salazaristas para serem fuzilados), provocou que os intelectuais que conseguiram fugir como os que ficaram em silêncio no interior não tivessem em Portugal um referente. O mesmo se passou do lado português sob a ditadura de Salazar.

É já nos anos finais da ditadura e com a democracia que se voltam a estabelecer relações, mas construídas em outros parâmetros. É aqui o maior ponto de discordância entre o relato e as imagens transferidas. O autor traslada uma ideia de história imposta à sociedade galega como um ente passivo, em vez de tentar explicar o porquê de não se atingirem objetivos que na teoria deviam ser alcançados.

Estes desafios realçam o valor da obra, pois tenta explicar a produção de imagens e o seu significado a partir de um percurso histórico, o que o leva a equiparar, às vezes, fenómenos minoritários, mesmo marginais, com processos sociais mais abrangentes.

No último capítulo, “Olhares contemporâneos”, é tratada a convergência das imagens positivas negativas sobre Portugal. Também neste capítulo, achamos que é possível apresentar algum senão a certas afirmações, segundo as

experiências e o horizonte de expectativas de cada leitor. Por outro lado, obviamente uma realidade cada vez mais comum, o estabelecimento de relações entre Portugal e a Galiza em espanhol e em parâmetros exclusivamente hispanolusos.

Contudo, a perspectiva de que o português seja uma porta para o mundo para os galegos, facilitou muitas iniciativas descritas pelo autor: música, televisão, teatro, literatura, desportos, etc., até à aprovação em 2014 da Lei Paz-Andrade por unanimidade no Parlamento galego.

O livro – de escrita enérgica e leitura rápida – termina com uma síntese final ilustrativa da dificuldade em tratar as imagens em espaços humanos tão próximos: “Portugal para a Galiza ou é indiferente ou é uma espécie de Paraíso perdido”. Ora, se o autor fizesse confusão com o sujeito o leitor teria reparado? “Galiza para Portugal ou é indiferente ou é uma espécie de Paraíso perdido”.

***Ernesto Guerra Da Cal,  
do exílio a galego universal***

Joel R. Gómez

Compostela: Através Editora, 2015

Maria Isabel Morán Cabanas

**C**onhecer a personalidade, a obra e a projeção internacional de Ernesto Da Cal é mesmo preciso e até fundamental para nos aproximar da história da galeguidade e dos seus agentes na Galiza interior e exterior. Os seus trabalhos nos âmbitos da docência, da investigação e da história e crítica da literatura tiveram um extraordinário impacto, o qual levou ao seu ingresso em prestigiosas instituições académicas. O livro de Joel R. Gómez permite-nos conhecer uma imensidão de dados sobre a trajetória desta figura como feliz resultado de uma recolha extremamente minuciosa levada a cabo durante anos de um árduo labor de pesquisa a partir da mais variada documentação administrativa, epistolar, entrevistas e notícias em imprensa periódica, etc.

As páginas iniciais remetem-nos, de facto, para a árvore genealógica deste filho de médico e de professora de ensino primário e para a época do seu nascimento no ano de 1911 em Ferrol, cidade em que foi baptizado com o nome de Pérez Guerra. Ali encontramos indicados e comentados toda uma série de pormenores especialmente interessantes para nos introduzir nos primeiros anos da sua vida e da sua formação leitora e escolar. Não esqueçamos, por exemplo, que o seu pai foi colega de Castelao na Faculdade de Medicina da Universidade de Santiago de Compostela e que Ernesto, após a morte do progenitor, viveu em Quiroga com a família materna, cujos membros estiveram estreitamente ligados à docência e ao mundo das letras, como é o caso do seu tio Santiago Prol Blas, que pertenceu à Real Academia Galega. A sua vinculação às terras do Lugo interior fica sublinhada em várias ocasiões pelo próprio Guerra, tal como lembra Joel R. Gómez quando transcreve as suas palavras num volume



editado em homenagem a Ánxel Fole: “... sou lucense, pois a minha infância e primeira adolescência decorreram no vale de Quiroga, em Castroverde e Pol – com muitas estadias na capital da província, e no Corgo e Nadela” (p. 27).

Dos tempos de estudo em Madrid, correspondente aos níveis de secundário, pré-universitário e universitário fornece-se-nos no livro uma rica e minuciosa informação. O leitor desta obra monográfica (incluído aquele que já possui algum conhecimento prévio sobre a trajetória biobibliográfica de Ernesto Guerra da Cal) fica mesmo surpreendido com o grau de intensidade da atividade intelectual, social e política de Guerra da Cal. Foi discípulo de Américo Castro, Tomás Navarro o José Fernández Montesinos, professores que reencontrará no exílio nos Estados Unidos e conviveu nos círculos de letras com salientáveis eruditos da Geração de 98 e da Geração de 27. Quanto aos seus contactos com o ideário galeguista e do primeiro nacionalismo, fortaleceram-se a partir da implantação da República no ano de 1931, aquando do seu encontro em Madrid com Castela, Otero Pedrayo, Vilar Ponte e Suárez Picallo, representantes galegos nas Cortes; assim como com personalidades da cultura tão relevantes como Ramón Cabanillas ou Eduardo Blanco-Amor. E ainda fez parte desses encontros Serafin Ferro, “talvez o amigo galego mais próximo, com quem falava galego; os dois costumavam passear por Madrid e cantar canções galegas” (p. 29), as quais chamariam a atenção de Garcia Lorca e favoreceram os laços de amizade entre eles. Precisamente das relações entre Ernesto Guerra da Cal e o andaluz ocupa-se Joel R. Gómez em itens como: “Ator no grupo Anfístora, dirigido por Garcia Lorca”; “Com Luís Buñuel, Gustavo Durán, Luís Quintanilla e Júlio Bravo”; “Na Casa de las Flores de Pablo Neruda”; “Edição de *Seis Poemas Galegos*, em Santiago de Compostela”.

Naturalmente, também constitui um importante alvo de estudo do livro em questão a luta nas Milícias Galegas na guerra de 1936 e em prol da legalidade da República espanhola e da autonomia da Galiza, ao lado de amizades com cargos políticos leais a essa causa e com o seu primeiro poema publicado em *Nova Galiza*, em Barcelona, sob o título “Mariñeiro Fusilado”. Na verdade, a guerra tornar-se-á um verdadeiro *leit-motiv* da sua produção literária e a estada nessa cidade (e o bombardeamento que sofreu) será rememorada num poema do seu livro póstumo *Caracol ao pôr-do-sol*. Nos finais de 1938, Ernesto Guerra da Cal, encarregado de uma missão diplomática relativa às sociedades filorrepublicanas em Nova Iorque, empreenderá uma viagem da qual não

regressará. Iniciar-se-á assim a sua etapa de exílio num lugar em que moravam mais de 10.000 galegos que maioritariamente defendiam a causa republicana e onde funcionava o Centro Galicia, onde se fundou a chamada Frente Popular Antifascista Gallego, de cujas atividades participará Castelao durante o tempo que passou na cidade estado-unidense (agosto de 1938 a junho de 1940). Com efeito, Joel R. Gómez lembra, por exemplo, o ato de uma “Grandiosa velada de arte y cultural” (jornal *La Voz*, de Nova Iorque, 20-IX-1939), apresentado precisamente por Ernesto Guerra da Cal.

Em definitivo, tentou-se nas linhas de acima sintetizar o conteúdo do primeiro bloco da obra escrita por Joel R. Gómez, a do pré-exílio na trajetória de Ernesto Guerra da Cal, que acabará com a partida para o exílio:

Finalizada a Guerra de Espanha, Da Cal preocupa-se por reconduzir a sua vida naquele país de acolhida. Além do reencontro com a esposa, devia formalizar a sua estada com a permissão de residência que lhe permitisse viver, trabalhar, ter um futuro. Finalizava uma etapa de quase uma terceira parte da sua vida, com 27 anos, como perdedor da Guerra da Espanha, e devia enfrentar as consequências. Formação, intensidade de relações intelectuais e sociais, casamento, compromisso político, luta em favor da República, são as marcas principais de um período intenso (p. 40).

Sem dúvida, a partir deste momento, deparamo-nos com o que podemos considerar o cerne da obra objeto da nossa resenha, tal como se revela no subtítulo “Do exílio ao galego universal”. O manancial de dados sobre a atividade investigadora e docente de Ernesto Guerra da Cal em muitas das mais prestigiadas universidades americanas que aqui se nos fornece é mesmo enorme, pondo-se a dispor dos leitores uma útil ferramenta para um primeiro e mais rápido acesso a eles: um roteiro que ocupa as páginas finais e que complementa o índice que abre o volume (pp. 387-392). Permita-se-nos selecionar apenas aqui algumas delas e remeter o interessado para a leitura do próprio livro, em que descobrirá uma importantíssima fonte para a história, sob múltiplas perspetivas, das relações culturais e sociopolíticas Galiza / hispanismo, Galiza / lusofonia, Galiza interior/ Galiza exterior no período de pós guerra até à sua morte em Lisboa, no ano de 1994:

-Contribuiu para a legitimização de Juan Ramon Jiménez, propiciando que lhe fosse outorgado o Prémio Nobel, enquanto o governo espanhol propunha a sua concessão a Menéndez Pidal e defendeu o processo de canonização de Federico

García Lorca, colaborando, entre muitos outros factos ligados a essa tarefa que são comentados no livro, na tradução para inglês de *Poeta en Nueva York*.

-Tornou-se uma figura de principal referência nos estudos das literaturas portuguesa e brasileira, sobretudo (mas não apenas) a partir dos seus estudos sobre figuras tão significativas na história contemporânea de ambas como Eça de Queirós e dos seus contactos com Machado da Rosa e Jorge de Sena, respectivamente.

Acerca de Eça fez a sua Tese de Doutoramento na Columbia University sob a orientação de Federico de Onís, a primeira sobre literatura portuguesa nos Estados Unidos. Mais tarde será acompanhada de um leque fundamental de trabalhos como especialista e culminará nos vários volumes da *Bibliografia Queirosiana*, com que acrescentará, como em tantas outras ocasiões, o seu capital simbólico ao ganhar, por unanimidade, o prémio D. Manuel II em 1983.

Aliás, em relação ao segundo dos âmbitos, destaca-se o seu empenho em apoiar o discurso renovador de Jorge de Sena sobre Fernando Pessoa e Nietzsche: “O poeta é um fingidor’ (Nietzsche, Pessoa e outras coisas mais)”, apresentado no *Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, realizado em Salvador da Bahia, em agosto de 1959 – e cujo título será dado depois a um livro de estudos sobre poesia moderna e modernista. Chefe do Comité de Bibliografia e Pesquisa da secção *Galician, Portuguese and Brazilian Literatures* da célebre *Modern Language Association of América* e colaborador assíduo nos mais salientáveis colóquios sobre crítica literária, o seu trabalho a propósito da fixação do cânone das literaturas portuguesa e brasileira merece ser posto de relevo já desde 1947, quando colaborou na elaboração da enciclopédia de literatura europeia publicada pela Columbia University.

-Empenhou-se de modo extraordinário em trabalhar em prol da língua e da cultura veiculada em galego nos tempos mais difíceis da ditadura franquista, lançando mão das mais diversas vias e mantendo-se coerente ao seu ideário em quaisquer das suas atuações profissionais e intelectuais. Assim, implicou-se diretamente na estratégia do grupo da editora Galáxia através de diversas gestões, tal como a solicitude de inserção do estudo da língua galega na Universidade de Santiago de Compostela ou a demanda de apoio da Fundação Calouste Goulbenkian, ambas a pedido de Ramón Piñeiro. E não podemos deixar de sublinhar o seu apoio ao discurso de Paz Andrade sobre o futuro do

nosso idioma que chama a atenção sobre sua a evolução transcontinental e defende fazer os “axustes necesarios” para a sua integração na área da lusofonia.

Como bem explica Joel R. Gomez, a sua capacidade para a formação de discípulos e aliados nos Estados Unidos e no exterior continuou após o seu aposentamento (em Estoril, Londres, Nova Iorque e Lisboa), durante o qual aumentou inclusive a sua produção no que diz respeito ao número de publicações. Nesse período consegue finalizar, com efeito, projetos iniciados em datas anteriores, assim como prestar uma maior dedicação à sua própria produção literária e à defesa do reintegracionismo como caminho e solução linguística – integrando-se, nesse sentido, na Associação Galega da Língua e nas Irmandades da Fala de Galiza e de Portugal e destacando-se o seu papel na polémica surgida entre Rodrigues Lapa e Ramón Piñeiro a partir do artigo do primeiro, “A recuperação literária do galego”, na revista *Colóquio Letras* e da indigitação do nome de Da Cal como modelo (pp. 151-152). Para além do reconhecimento internacional por estudiosos e especialistas através das menções e citações da sua obra, a figura de Ernesto Guerra da Cal tem recebido homenagens, dedicatórias de obras e condecorações em instituições culturais e académicas. Concretamente na Galiza, “ao não se legitimar a posição reintegracionista a respeito da língua, esteve mais em segundo plano, mas conseguiu emergir para a atualidade, atingindo uma repercussão invulgar para uma personalidade não reconhecida pelo Campo do Poder Político” (p. 335).

Palavras preliminares de Elias J. Feijó com reflexões acerca da diversidade de funcionamento da figura e obra de Guerra da Cal noutros âmbitos e na Galiza, trechos escolhidos e transcritos literalmente do próprio erudito nascido em Ferrol e morto em Lisboa a modo de epígrafes, assim como séries bibliográficas devidamente organizadas e recolhas de fontes documentais, cercam uma obra realmente precursora e gigantesca, à altura do personagem objeto de estudo. Muito (ou, melhor, muitíssimo) fica por dizer a propósito do conteúdo do livro que Joel R. Gómez compõe de uma forma admiravelmente documentada e rigorosa, mas sirvam estas páginas como apelo para empreender uma navegação por caudalosos rios de informação que, com certeza, despertará ou aumentará o interesse do leitor pelo trabalho de Ernesto da Cal em relação à Galiza, à Galiza e à lusofonia, à Galiza e o mundo.

***Prisciliano, um cristão livre.  
O seu eco na cultura  
galaico-portuguesa.***  
Victorino Pérez Prieto

2016

Roi Vales da Oliveira

**S**ei que começo abruptamente, mas ...  
Victorino comentou-me que esta sua obra, a terceira ou mais, em versão portuguesa estava para ser publicada lá, por 2015 ou talvez algum ano anterior. Por fim em março de 2016 foi dado a lume *Prisciliano, um cristão livre*, edição nova, mas na sequência das publicações galegas do autor. A novidade, a meu ver, consiste mormente em que todas elas ficam alargadas à outra parte da *Gallaecia*, a republicana e livre.

Confesso que eu estava muito interessado nesta obra do Victorino Pérez Prieto não apenas por integrar e atualizar publicações anteriores, como acima digo, mas sobretudo por abrir à Lusofonia reflexões e textos de que apenas na Galiza podiam fruir-se. E viceversa, por informar as pessoas da Galiza sobre a visão portuguesa de Prisciliano e do priscilianismo, realidades históricas tratadas como tais, mas como sujeito de ficção.

O livro compreende quatro secções, por sua vez distribuídas em subsecções. Ofereço um resumo do índice:

I.- Quem foi Prisciliano?

1.- A vida e obra de Prisciliano.

1.1.- Um asceta julgado por conduta licenciosa e feitiçaria.

1.2.- Uma obra possivelmente extensa da qual pouco conservamos.

2.- Prisciliano, teólogo genial e herege reabilitado.

3.- Prisciliano, asceta, profeta e símbolo.

II.-Prisciliano nas origens da cultura Galaico-Portuguesa, O movimento espiritual e intelectual dos séculos IV-V.

- 1.- Priscilianistas e antipriscilianistas.
- 2.- Egéria e Baquíario.
- 3.- Os bispos Idácio e Toríbio e o historiador Paulo Orósio.

III.- Eco de Prisciliano na Galiza e em Portugal até à segunda metade do s. XX.

- 1.- O que aconteceu a Prisciliano e ao Priscilianismo até ao Iluminismo.
- 2.- Do Iluminismo ao Romantismo. Detratores e defensores ...
  - 2.1.- O Cura de Fruime e o P.e Sarmiento, ...
  - 2.2.- Manuel Murguia, Benito Vicetto, ...
  - 2.3.- Sampaio Bruno, Teixeira de Pascoaes ...
- 3.- Quatro clérigos galegos perante Prisciliano: López Ferreiro, Amor Ruibal, ...
- 4.- Prisciliano para os homens da Geração Nós.
  - 4.1.- Otero Pedrayo e Prisciliano: figura singular, mártir simbólico ...
  - 4.2.- Risco e Prisciliano: de personagem fundamental na história a cristão ... herege.
  - 4.3.- Castelao e Prisciliano: um símbolo da Galiza.

IV.- Prisciliano na cultura Galega e Portuguesa desde a segunda metade do século XX até hoje.

- 1.- Prisciliano em ensaios e estudos históricos galegos e portugueses.
  - 1.1.- Testemunhos e ensaios galegos.
  - 1.2.- Estudos científicos particulares.
  - 1.3.- Testemunhos e estudos científicos portugueses.
- 2.- Prisciliano na literatura galega e portuguesa. Conclusão. O que nos resta de Prisciliano. Bibliografia sobre Prisciliano e Índice onomástico.

Talvez possam parecer ao leitor atual menos interessantes as secções I e II, porquanto o (I) se centra na vida de Prisciliano, nas suas atividades pastorais, ascéticas e, para além, nas relativas às disquisições sobre altas teologias, que

debatem e expõem os tratados a ele atribuídos. Por outro lado, o (II) ocupa-se das acusações de heresia e outras ainda piores contra o bispo Prisciliano por parte dos bispos, mas funcionários do Império. Contudo, umas e outras por se basearem em notícias fragmentárias e muito parciais, vindas da parte dos inimigos (sic) que promoveram a condena eclesiástica e, em definitivo, a sua morte (ou, antes, assassinato político) e a dos melhores seguidores seus.

Victorino, acho e não só me parece, detém-se com verdadeira fruição nos temas teológicos e derivados, justamente na subsecção I.-2. Prisciliano, teólogo genial e herege reabilitado (Pérez Prieto 2016: 78-103). Atende aos aspetos que delimitam a conduta vital do bispo galaico: de teólogo especulativo e ortodoxo a herege acusado, condenado e martirizado, mas afinal reabilitado ... parcamente (acrescento).

Basta lembrar os autores citados nessa subsecção e seguir os argumentos que os mais sérios (científicos?) propuseram e Victorino recolhe, para concluir que Prisciliano foi realmente mártir de armadilhas miseráveis argalhadas por funcionários (bispos!) ao serviço do emperador assassino:

Victorino destaca, dentre os autores citados por ele, o bispo Romero Pose e o jesuíta patrólogo António Orbe:

O trabalho de A. Orbe centra o seu estudo na exegese de Jn 1, 1-4; o começo do Prólogo do evangelho de João, genial, belo e difícil, que levou a que fosse relacionado em tempos com círculos gnósticos. A afirmação fundamental é: *et Deus erat uerbum*; Deus é um e o Verbo é Deus, há uma unidade indissociável entre Deus Pai e Deus Filho. Perante a dificuldade do texto, Orbe afirma que “hai muita sagacidade no autor” e que “navega no equívoco, sen definir con precisión o Verbo”, que é interno e externo a Deus, segundo Tertuliano (155-230), o teólogo que elaborou a primeira teologia trinitária cristã no século II-III. Orbe relaciona a complexidade deste pensamento não só com o de Tertuliano, mas também com o dos gnósticos valentinianos, aceitando diferenças importantes entre os três. “O Anónimo [Prisciliano] non obstante achegarse máis á terminoloxía de Tertuliano que á de Tolomeo, apártase de ambos no doutrinal”; ainda que reconheça posteriormente que “non sae do esquema de Tertuliano”, o esquema ortodoxo, no qual se procura compreender teologicamente a unidade e diferença entre o Pai e o Filho. Orbe descobre que em Prisciliano há indícios de uma teologia pré-nicena (o de Niceia, no ano 325, foi o primeiro concílio ecuménico, convocado por Constantino). (Pérez Prieto 2016: 80-81)

Contudo, Victorino apresenta o Uxío Romero Posse, apesar do seu falecimento prematuro, como o melhor comentador e investigador das obras teológicas de Prisciliano, (em diferentes trabalhos e na entrada *Prisciliano* da *Gran Enciclopedia Gallega*). Por exemplo:

Não há espaço para melhor aprofundar a teologia de Prisciliano, mas concentremo-nos nesta opinião sábia sobre a sua riqueza. Consideramos que o excerto [referido acima] é o suficiente para manifestar a grandiosidade da reflexão teológica de Prisciliano. Uxío Romero Pose, discípulo do patrólogo jesuíta, não hesita em escrever: “É moi difícil desenterra-lo pensamento teolóxico contido nos escritos ós que se lle concede a autoría a Prisciliano”; acrescentando: “Compre achegarse con simpatía ós seus textos e simpatizar coa súa heterodoxia para aproximarse ó autor real”. Romero Pose salienta também que “o *affaire* Prisciliano manifesta unha auténtica teoloxía política na que a Igrexa e o estado están nun rápido proceso de identificación”. Pagãos e cristãos estavam escandalizados com a qualidade de vida dos dignitários eclesiásticos; por isso reconhece:

“Prisciliano, ademais de facer unhas sorprendentes proposicións teolóxicas — o cal indica que estamos ante un *intelectual vigoroso* acolle os sentimentos de cambio que vive a sociedade e convértese nun leader dunha concepción espiritual que conleva, así mesmo, unha maneira de ver e concibir a Igrexa”. (Pérez Prieto 2016: 82-83)

Permito-me uma leve digressão: Victorino Pérez Prieto, teólogo e filósofo acreditado, é na realidade não só estudioso, mas discípulo de Raimon Panikkar, de cujas reflexões se faz eco e alarga em abundantes textos, de que saliento *Más allá de la fragmentación de la teología, el saber y la vida: Raimon Panikkar*, Valencia, Tirant lo Blanc, 2008. Cumpro, insisto, a meu ver, ter bem em conta essa circunstância vital e investigadora para melhor seguir as análises e comentários de Victorino sobre Prisciliano e o Priscilianismo.

Continuo (descontinuamente) e salto às secções III e IV, em que Victorino lembra as melhores pessoas da Galiza que compreenderam e potenciaram os processos de confirmação e firmação da GALEGUIDADE e de integração desta na LUSOFONIA.

Dentre elas comentar sobre “o caso do multifacetado Manuel Murguía (1833-1923) [...] que vê em Prisciliano o protótipo druidico do panteão céltico”



(Pérez Prieto 2016: 194). No contexto do celtismo, “encaixa a concepção sobre Prisciliano que Murguia tinha, vendo-o como uma referência de uma religiosidade celta e cristã, convencido de que o pensamento de Prisciliano encaixava com a maior parte dos galegos contemporâneos e posteriores à sua morte” (Pérez Prieto 2016: 195). Na página seguinte, continua a citar algumas reflexões do Murguia sobre o priscilianismo: “El priscilianismo fue como *un lazo de unión* entre el mundo que espiraba y la nueva aurora que venía a iluminar la tierra, facilitó el paso de las antiguas a las nuevas creencias, y puesto que ni los hombres ni las sociedades proceden por saltos y en la elaboración de las ideas que nacen [...] Prisciliano conmueve las gentes célticas de Galicia, amalgamando los dogmas cristianos con las antiguas tradiciones de nuestro pueblo”. (Pérez Prieto 2016: 106)

Ao caso, são salientáveis as notícias sobre Portela Valladares que Victorino cita e comenta:

Gallego sin duda por la tradición unánime y constante; por la mal intencionada sinonimia entre gallego y priscilianista que en la Iglesia privó por mucho tiempo [...] por ser Galicia el solar de su doctrina; por sus predicaciones en el campo y en los montes; por haberle seguido entera y fervorosamente los obispos, el clero y el pueblo nuestros; y por haber sido enterrado con sus discípulos en Galicia [...] Las obras de Prisciliano confirman el parecer [...] Lo que su estilo revela es que en él sigue predominando la influencia del país natal, la lengua materna [...] la de Galicia, la más alejada del saber y la influencia latinas. (Pérez Prieto 2016: 199)

Dentro da secção IV, *Prisciliano na cultura galega e portuguesa desde a segunda metade do século XX até hoje*, repara tanto em ensaios e estudos históricos (pp. 249-273) quanto em textos literários, poesia e narração, quer romancista, quer teatral e cinematográfica (Pérez Prieto 2016: 273-302).

Entre os ensaios e estudos históricos, Victorino comenta assisadamente, além dos acima citados, Orbe e Romero Pose, obras dos galegos e espanhóis J. M. Ramos y Loscertales, A. Barreiro Aguilera, M. Fernández Catón, A. García Conde, M. Martíns e J. Madoz, Ramón López Caneda (*Prisciliano ou a vida como luta e como drama*), Victoria Armesto (*Prisciliano o místico heterodoxo*, longo capítulo de *Galicia feudal*), Daniel Terán Fierro (*Prisciliano mártir apócrifo*), Xosé Leyra Domínguez (*Prisciliano vs. Xacobe*), Xosé Chao Rego

(*Prisciliano profeta contra o poder*), Casimiro Torres (*La Galicia romana*), José Eduardo López Pereira (*O primeiro despertar cultural da Galicia*), José M.<sup>a</sup> Blázquez (*Prisciliano. Estado de la cuestión, Prisciliano introducción del ascetismo en Galicia*), Xosé Luís Barreiro Barreiro (*O pensamento galego na historia. Aproximación crítica*).

Dentre os portugueses, comenta ensaios e estudos de Agostinho da Silva (diversos textos, dentre eles lembro *Programa em Honra de Santiago*, publicado no vol. 2 deste *Boletim da AGLP*), António Braz Teixeira (referências a Prisciliano, por exemplo, no artigo *Da filosofia portuguesa*), Dalila Pereira da Costa (no seu *Místicos Portugueses*). Desta obra (1986: 136-137) cita um excerto, que acho representativo da consideração, a meu ver, mais apropriada, do pensamento priscilianista:

Cabe aqui meditar, dada a prática tão privilegiada no priscilianismo, de cânticos e entre eles os de tradição celta, se estes não teriam como fim esse atingimento de estados extáticos, por eles ainda integrando-se no carácter da gnose priscilianista e detendo em si valor de contacto com a Realidade última. Culto naturalista, realizando-se intimamente com a Terra-Mãe, como imagem da Deusa, valorização da mulher nas suas funções sacerdotais, como a privilegiada na relação com o sagrado – tudo nesta gnose aponta para a perseverança em si de fortes elementos extáticos da antiga religião pagã naturalista de preponderância feminina, notadamente vinda da sua forma pré-celta neste noroeste peninsular. Seus vestígios, os teremos nos concílios bracarenses tendendo a erradicar o priscilianismo, assim como nos escritos de S. Martinho de Dume. (Pérez Prieto 2016: 269-270)

Outras pessoas portuguesas interessadas em Prisciliano e no priscilianismo são Mário Martins (*Prisciliano. A sua ética e metafísica e Literatura priscilianista*, capítulos integrados em *Correntes da Filosofia Religiosa em Braga* 1950: 41-127); Pinharanda Gomes (em *História da Filosofia Portuguesa.2. Patrologia lusitana*, 2000: 155-170 e 183-191), Paula Oliveira Silva (no primeiro volume da *História do Pensamento Português*, dirigida por Pedro Calafate, *Ortodoxia e heterodoxia: Prisciliano, o priscilianismo e os seus críticos*, 1999: 87-106), Margarida Barahona Simões (*Prisciliano e as Tensões Religiosas do Século IV*, 2002), Ricardo Ventura (edição dos *Tratados de Prisciliano*, tradução, introdução, estudo e notas, 2005).

Quanto à subsecção *Prisciliano na Literatura galega e portuguesa*, Victorino cita e transcreve o poema de Manuel Maria (em *Oráculos para cavaleiros-do-demo*, 1986) e o de Méndez Ferrín (em *Estirpe*, 1994). (Pérez Prieto 2016: 273-277)

Mais importantes ao caso são os contributos de dramaturgos e romancistas galegos e portugueses:

O âmbito literário em que Prisciliano teve mais eco nos escritores galegos foi no género teatral, dando lugar a várias obras de inigualável valor [...]: *Hostia*, de Armando Cotarelo Valledor (1926), *Prisciliano*, de Daniel Cortezón (1970); *Prisciliano en Tréveris*, de Millán Picouto (1995); e *As actas escuras*, de Roberto Vidal Bolaño (1997). No romance, os escritores galegos deram-nos duas obras [...]: *Amantia*, de M.<sup>a</sup> Xosé Queizán (1984) e *O camiño de Prisciliano*, de Ramón Chao Rego (1999). Porém, foram os autores portugueses os que nos deram os dois grandes romances priscilianistas que temos até hoje [...]: *O trono do Altíssimo*, de João Aguiar (19BB) e *O segredo de Compostela*, de Alberto S. Santos (2013). (Pérez Prieto 2016: 278)

Reparemos nos comentários de Victorino sobre estes dous romances.

Sobre o romance de João Aguiar diz Victorino:

No Século IV, a cidade de Braga foi dominada pelo Priscilianismo, uma heresia cuja doutrina foi atribuída a uma filiação gnóstica, possivelmente de origem egípcia, que conquistou a província romana da Gallaecia, avançou pela Lusitânia, estendeu-se à Bética, e chegou até à Gália. Prisciliano, chefe espiritual do movimento, teve de enfrentar uma forte oposição por parte da hierarquia eclesiástica e do poder político; mas a sua doutrina sobreviveu cerca de duzentos anos, resistindo à queda do Império, às invasões bárbaras e ao estabelecimento do reino suevo. (Pérez Prieto 2016: 297)

E termina o comentário:

*O Trono do Altíssimo* é um bom romance histórico, no qual o autor manifesta dominar este género literário de novelas clássicas: um conhecimento da ficção literária, mistura de personagens reais e de ficção, a figura do derrotado na história como protagonista literário [...] e criações literárias para encher os baleiros que a história nos deixou. (Pérez Prieto 2016: 298)

Contudo, acho preferível *O segredo de Compostela* (2013), se bem entendo que Victorino também prefere este romance de Alberto S. Santos:

[...] Participam neste relato os cónegos López Ferreiro e Labín Cabello, o canteiro Juan Cartallo e outras personagens de ficção: o mestre-de-obras Manuel Larramendi, José Canosa, Blanco Barreiro, um marquês galego, o reitor da Universidade de Compostela e um misterioso peregrino andrajoso alcunhado de O *Cristo* com o seu Diógenes, que recita o maravilhoso Hino de Argírio *Quero libertar e ser libertado*. [...] Na realidade, a história novelada serve aqui de base ao escritor português para um romance com a mais completa história de Prisciliano; a basílica de Compostela (de *compositum tellus*) assente sobre o presumível túmulo de Santiago, o Zebedeu, seria durante séculos o túmulo-santuário priscilianista, assente na vila romana de Aseconia, pertencente à sua família, onde nasceu e foi soterrado com outros dois companheiros mártires, e que seria por isso um lugar de solenes juramentos em nome do santo mártir traído de Tréveris, apesar das condenações conciliares e das perseguições de que foi objeto o priscilianismo. (Pérez Prieto 2016: 299-300)

A meu ver, salientável é o apontamento seguinte:

Revela-se particularmente original a relação entre Prisciliano e Egéria, que prende o leitor desde o seu primeiro encontro e que protagoniza o desenho da portada. Uma relação que começa carregada de um erotismo sensual, principalmente por parte do rapaz pagão, mas que evolui para uma relação íntima e espiritual, de acordo com o ascetismo que proclama Prisciliano, por detrás de um cristianismo que pretende ser assim mais fiel ao projeto evangélico.

O caminho existencial de Prisciliano manifesta-se no romance através de uma esplendorosa peregrinação interior na busca incansável da Verdade, do Um, num caminho de perfeição feito de escolhas exigentes, libertando o corpo dos vícios. Prisciliano é um *investigador*, como aparece constantemente no livro; viaja de Braga a Bordéus e até a Alexandria ... procura e encontra mestres que o ajudam a saber mais e, acima de tudo, a viver mais intensamente no caminho do ascetismo. Manifestando querer ser fiel ao caminho percorrido por Jesus Cristo, o qual lhe serve definitivamente de via a seguir. (Pérez Prieto 2016: 300-301)

Finaliza Victorino a apresentação e resumo do livro:

Mas a sua confissão final [...] é a confissão de um homem livre, de uma pessoa profundamente religiosa, de um cristão. Com as liberdades literárias e algum anacronismo permitidos, nesta última recriação de Prisciliano pela mão de Alberto S. Santos reflete-se bem o seu espírito, o seu pensamento, as contradições do seu século, o seu êxito e o seu drama final. (Pérez Prieto 2016: 301-302)

Sei que estou a estender-me de mais; contudo *Prisciliano, um cristão livre* merece uma revisão melhor e mais pormenorizada que esta. Acabo breve com alguma sugestão:

1.º Ao “tradutor”, inominado, porque por vezes a versão portuguesa carece da homogeneidade requerida ou esperável.

2.º Ao autor, eu teria disposto a bibliografia por ordem alfabética. Por outro lado, no “Índice onomástico” seria bom completar a referência com as páginas em que se cita cada nome.

3.º A um/a possível autor/a: caberia comparar e contrastar o processo martirial de Prisciliano (Galécia? ca. 340-385) com o martírio, sem processo judicial, de Hipatia (Alexandria ca. 351/370-415), em ambos os casos o extremismo político-religioso atentou gravemente contra a mensagem genuína do Evangelho de Jesus.

Os meus parabéns ao investigador Victorino Pérez Prieto, porque em *Prisciliano, um cristão livre* compendia e amplia numerosas publicações suas sobre Prisciliano e o priscilianismo.

*Boletim da  
Academia Galega  
da Língua Portuguesa*

**Catálogo**

<b>Título</b>	Boletim da Academia Galega da Língua Portuguesa
<b>Editor</b>	Padrão (Galiza): Academia Galega da Língua Portuguesa, 2008 -
<b>Periodicidade</b>	Anual
<b>Início/fim</b>	N.º 1 (2008) -
<b>Notas</b>	Textos em português
<b>ISSN</b>	1888-8763
<b>Depósito Legal</b>	C-2345/2008
<b>Classificação</b>	009(05) 303(05)
<b>Matéria</b>	Ciências humanas - publicações periódicas Ciências sociais - publicações periódicas



Atribuição-Usa Não Comercial-Vedada a Criação de Obras Derivadas 3.0

O utilizador pode copiar, distribuir, exibir e executar a obra\* sob as seguintes condições:

- ① **Atribuição.** O utilizador deve dar crédito ao autor original, da forma especificada pelo autor ou licenciante
- ② **Uso Não Comercial.** Não pode utilizar esta obra com finalidades comerciais.
- ③ **Vedada a Criação de Obras Derivadas.** Não pode alterar, transformar ou criar outra obra com base nesta.

\* Para cada reutilização ou distribuição, deverá deixar claro para outros os termos da licença desta obra.

\* Qualquer uma destas condições podem ser renunciadas, desde que obtenha permissão por parte do autor.

Esta licença não limita de forma alguma os direitos legais e morais dos autores.

© Os(as) autores(as), 2016 (dos textos).

© Academia Galega da Língua Portuguesa, 2016 (desta edição).

O conteúdo dos textos e as permissões para citações são da inteira responsabilidade dos(as) autores(as).

## Boletim da Academia Galega da Língua Portuguesa

### Apresentação

O *Boletim da Academia Galega da Língua Portuguesa* anuncia a chamada de colaborações para o seu undécimo volume, previsto para o fim do ano 2019. O *Boletim* é uma publicação científica de periodicidade anual, editada pela AGLP, centrada na investigação e teorização no âmbito das ciências sociais e humanas, com ênfase na pesquisa referente à Galiza, às comunidades galegas e ao conjunto da Lusofonia.

### Cronograma para o Vol. X

Colaborações: Até 31 de dezembro de 2018  
Decisões editoriais: janeiro/fevereiro 2019  
Edição e acabamento: março/junho de 2019

### Envio de propostas

Os artigos devem ser originais e redigidos em Português a teor do Acordo Ortográfico, ratificado. Enviar-seão em arquivo electrónico (formato compatível com Microsoft Word) até 31 de dezembro a: [pro@aglp.org](mailto:pro@aglp.org)

### Devem cumprir-se as seguintes especificações:

Página de título e subtítulo com o nome do(s) autor(es), afiliação académica atual, bem como endereço postal e electrónico; os autores indicarão até sete palavras-chave (em português e inglês); resumo (em português e inglês) de 100-150 palavras; texto principal de entre 3.000 e 7.000 palavras para os Estudos, organizado com uma hierarquia clara de títulos e subtítulos (máximo três níveis); referências inseridas no texto (autor, a-no:página), ex.: (Moreno, 2006:19-23); sendo estritamente necessárias, notas ao pé, não devendo incluir-se nenhuma referência bibliográfica; as tabelas, figuras, desenhos e ilustrações (originais), com contraste e qualidade apropriados, estarão claramente identificadas e numerar-se-ão consecutivamente; apartado de Referências bibliográficas (ver exemplos a seguir) depois do texto; breve (até 5 linhas) síntese biográfica em folha separada; o texto não deve conter formatações especiais, sublinhados ou negritos; conteúdo caracteres especiais (fontes fonéticas, históricas, etc.), deve enviar-se o arquivo com a fonte correspondente; os textos que não cumpram as especificações supracitadas serão devolvidos aos seus autores.

### Apontamentos legais

Os autores serão sempre titulares dos direitos legais dos seus textos; os autores são responsáveis pelas autorizações para a reprodução de citações, ilustrações, etc. Aplicar-se-ão os termos da licença Creative Commons (by-nc-nd 3.0).

## Normas de publicação

### Resenhas

A revista incluirá uma seção com resenhas de publicações relevantes; os textos, redigidos de forma clara e concisa, conterão entre 1.000 e 2.000 palavras, a enviar ao endereço electrónico supracitado. Não se aceitarão resenhas de obras inéditas.

### Sistema de referências bibliográficas

As referências devem seguir a seguinte formatação:

Em monografias e similares: Sobrenome e Prenom do autor ou autores (ano). *Título* (em itálico). Local: editora. Ex.: Suevos, Paulo (1998). *Manual de estilo*. Lugo: Perimetro; Ex.: Suevos, Paulo; Lopes, Manuel (1998). *Manual de estilo*. Lugo: Perimetro.

Mais de três autores: Sobrenome e Prenom seguindo de: et al. Ex.: Suevos, Paulo; et al. (1998). *Manual de estilo*. Lugo: Perimetro.

Entidades coletivas: Nome da entidade (ano). *Título* (em itálico). Local: editora. Ex.: Xunta de Galicia (1998). *Estatísticas*. Santiago: Xunta de Galicia, Presidencia.

Autor (editor) da obra difere do autor do capítulo: Sobrenome e Prenom do autor da parte (ano). Título da parte. Sobrenome e Prenom do autor (editor) da obra, responsabilidade [seja ed., dir., org., etc.], *Título da obra* (em itálico). Local: Editora, pág. inicial-pág. final da parte. Ex.: Suevos, Paulo (1998). Marco teórico. Lopes, Manuel, ed., *Manual de estilo*. Lugo: Perimetro, pp. 12-34.

Revistas e jornais: Sobrenome e prenome (ano). Título do artigo. Título da revista/jornal (em itálico), volume e/ou número, página inicial-final do artigo. Ex.: Suevos, Paulo (1998). Introdução ao estilo. *Revista de Letras*, vol. 1, n.º 1, pp. 23-35. No caso de artigos sem autor explícito, colocar nome da revista/jornal.

Para teses e outros trabalhos académicos: Sobrenome e Prenom (ano). *Título* (em itálico) [tipo de trabalho]. Local: Instituição. Ex.: Suevos, Paulo (1998). *Teoria do estilo* [memória de licenciatura]. Santiago: Universidade de Santiago de Compostela, Faculdade de Filologia.

Para documentos em linha: mesmos critérios que edição impressa, acrescentando [em-linha], seguido do título, disponibilidade e data de consulta no fim. Ex.: Suevos, Paulo (1998). *Manual de estilo* [em linha]. Lugo: Perimetro. Disponível em [consult. 03/05/07]: <<http://www.perimetro.net/estilo.pdf>>.

## ESTUDOS

### **Deu-la-deu**

A conjugação do musical e o literário no universo criativo de Rudesindo Soutelo

*Carlos Villar Taboada* **13-32**

### **Deu-la-deu**

Suite para Guitarra (partitura)

*Rudesindo Soutelo* **33-48**

A língua das relações epistolares entre a intelectualidade galega e portuguesa

*Xosé Ramón Freixeiro Mato* **49-68**

### **Rosalía de Castro**

Escritora ambientalista e feminista

*Adela Figueroa Panisse* **69-89**

### **Johan Vicente Viqueira**

e a Comunidade Lusófona da Galiza (I)

*António Gil Hernández* **91-124**

Extraterritorialidade literária e minorização linguística. Uma reflexão valenciana (I)

*Josep J. Conill* **125-145**

Falhas no tratamento do árabe e da sua relação com o galego-português

*Brian F. Head* **147-153**

O acordar do João BD

*José M. Barbosa/José M. Goris* **155-181**

